Universidade de São Paulo
Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina PROLAM

Sentidos da economia solidária: limites e avanços dos trabalhadores sobre o controle do processo e do produto do seu trabalho.

Felipe Vella Páteo

São Paulo – Abril de 2012

Felipe Vella Páteo

Sentidos da economia solidária: limites e avanços dos trabalhadores sobre o controle do processo e do produto do seu trabalho.

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM - USP) da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Integração da América Latina.

Área de Concentração: Sociedade, Economia e Estado

Orientadora: Lucia Emilia Nuevo Barreto Bruno

São Paulo – Abril de 2012

PATEO, Felipe Vella

Sentidos da economia solidária: limites e avanços dos trabalhadores sobre o controle do processo e do produto do seu trabalho.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM-USP) da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Integração da América Latina.

Área de concentração: Sociedade, Economia e Estado

Banca examinadora

_____

Instituição _____ Assinatura _____

_____

Instituição _____ Assinatura _____

_____

Instituição _____ Assinatura _____

Aprovada em: _____

Dedico este trabalho a meu querido filho Bernardo, fonte de inspiração e esperança. Espero que cresça para conhecer um mundo em que pelo menos continuem-se construindo e concretizando utopias, e onde, quem sabe, estas venham a encontrar menos restrições para seu desenvolvimento.

Agradecimentos

Estava participando de uma cerimônia formal de protocolo da Comissão Gestora do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, quando Tiana Almire, artesã e militante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária reivindicou a contribuição que os trabalhadores dos empreendimentos deram ao “emprestarem a sua história” para a construção do referido Sistema. Desde então não pude encontrar forma melhor de descrever o papel que as trabalhadoras e trabalhadores, militantes dos empreendimentos solidários, que, durante a realização deste trabalho pude conhecer um pouco mais de perto, tiveram para o seu resultado final. A publicação desta dissertação é uma devolução ainda parcial da história que me emprestaram, espero que possamos debatê-la e continuar construindo novas histórias.

Em Itajaí agradeço especialmente a Idalina pela prontidão e disponibilidade em me receber e ajudar na articulação do meu trabalho de campo, não só lá, mas também em Minas Gerais. Agradeço ainda a Ismael, Rosa, Margareth, Adevalda, Adelaide e a todas as trabalhadoras pelas trocas de ideias e pela receptividade com que vocês abriram o seu local de trabalho e me fizeram sentir-se em casa.

Em Pará de Minas agradeço a José Ribeiro pelas longas conversas marcadas sobretudo pela extrema franqueza e a todos por me explicarem, cada um desde o seu ponto de vista, a dureza dos desafios de construção da democracia em uma grande indústria e a todos os cooperados que continuam insistindo em exercitá-la apesar das dificuldades.

Em Pigué agradeço pela confiança irrestrita que me depositaram Harold e Francisco, me apresentando dados e me convidando para as reuniões da cooperativa. Aos trabalhadores do setor de manutenção e do setor de terminação, agradeço por terem me permitido presenciarem locais de trabalho sob absoluto controle dos trabalhadores; a Marcos por me passar o ponto de vista do engenheiro, e a todos com quem compartilhei, ainda que rapidamente, impressões a respeito dos desafios das relações cotidianas de produção.

Em Buenos Aires agradeço a Ayelén pela paciência e compromisso militante de nos tentar explicar toda a complexidade do movimento La Alameda e a Olga, pelo depoimento sincero, pela forma como compartilhou suas convicções, sua história de luta e, mais do que isso, as suas dúvidas.

Estendo os agradecimentos a todos os militantes e trabalhadores que acreditam na

possibilidade de produzir e organizar o trabalho de forma democrática. Tive o privilégio de compartilhar essa militância com alguns destes desde meu começo na ITCP-USP, outros conheci depois e fui aprendendo a admirar e respeitar, mesmo quando discordo de suas opiniões. Agradeço especialmente a Vanessa e a Fernanda, com quem estive encarando mais de perto, sofrendo e debatendo as contradições da nossa prática nos últimos dois anos de FACES.

Agradeço aqueles que também militam dentro da academia e me ajudaram a concretizar esse trabalho: A minha orientadora, por toda a confiança, liberdade e pelas sugestões de leitura fundamentais que me apresentaram novas perspectivas.

Aqueles que em outros momentos e através da participação na minha qualificação também foram meus orientadores: ao Reinaldo que, como bom engenheiro, sempre me obriga a estruturar e definir melhor os meus trabalhos e ao Henrique, que desde a especialização me apresentou leituras fundamentais para aprimorar a capacidade de refletir sobre a prática. A professora Sylvia que, sem nunca o ter sido oficialmente, foi minha primeira orientadora acadêmica, me ensinando que a crítica e a postura radical próprias da academia podem ter também um forte sentido humano.

Na Argentina, a Andrés Ruggeri pelas dicas, conselhos e conversas que formaram parte fundamental do entendimento que hoje tenho da complexa realidade do país e também aos colegas que me deram a oportunidade de trocar ideias sobre as fábricas recuperadas brasileiras.

Agradeço a CAPES e ao povo que a financia por ter através da bolsa de estudos permitido a existência de um período, ainda que curto, de dedicação integral a esta pesquisa. Ao PROLAM por ter me permitido custear parcialmente as viagens do trabalho de campo, e a seus funcionários, com os quais sempre pude contar. Aos meus colegas de turma, por manterem leves os momentos compartilhados em sala de aula.

Para finalizar agradeço a todos eles que são fundamentais para a minha própria existência. A todos os meus amigos de Santos, meus amigos da faculdade, amigos da vida, até aos amigos que fiz na economia solidária, peço desculpas pelo sumiço e egoísmo nos últimos tempos... Aos meus amigos cunhados, especialmente a Luciana, pela contribuição importantíssima e dedicada ao processo de revisão e a Nicolás pelo resumo em espanhol.

A meus pais, Luiz e Mônica, minhas avós, Neuza e Lena e meu irmão Bruno, pelo carinho, confiança, compreensão e apoio para a escolha que implicou na realização dessa dissertação. Aos meus sogros, Orlando e Vera, que vêm, com extremo

desprendimento me apoiando e aproveitando esse período em que se veem forçados a passar mais tempo com seu netinho.

A Gabriela, meu amor, por tudo tão lindo que vivemos e construímos juntos. Por todo o apoio, suporte, paciência, carinho, compreensão demonstrados nas suas ações, muitas vezes em detrimento dos seus próprios compromissos, agradecer não é o suficiente. Você compartilhou essa dissertação comigo, nesses dois anos que são também os dois anos do nosso querido filho.

É precisamente a maturidade econômica dos trabalhadores, sua habilidade de fazer a economia funcionar, o seu domínio sobre as suas necessidades, processos, e inter-relações de produção, é precisamente isso que constitui a base econômica da nova sociedade agora, da nova forma econômica agora, é nisso em que esse livro se baseia. A alternativa é acreditar que um novo sistema econômico pode ser estabelecido pelo Partido e pelo Plano. (Cyril Lionel Robert James, Grace Lee Boggs e Cornelius Castoriadis)

(...) o único capaz de ter o papel de direção é o ego coletivo da classe trabalhadora que tem o direito soberano de cometer erros e aprender a dialética da história por si só. Vamos colocar isso de forma bastante direta: os erros cometidos por um verdadeiro movimento revolucionário de trabalhadores são, historicamente, muito mais produtivos do que as corretas decisões do mais admirável Comitê Central. (Rosa Luxemburgo – Inscrito no Regimento Interno do Fórum Paulista de Economia Solidária).

A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo (Paul Singer).

Sentidos da economia solidária: limites e avanços dos trabalhadores sobre o controle do processo e do produto do seu trabalho.

Resumo

A formação de empreendimentos denominados econômicos solidários tem ganhado crescente notoriedade e importância nas sociedades latino-americanas nos últimos 30 anos. A partir da apresentação dos condicionantes socioeconômicos latino-americanos (especialmente para o Brasil e Argentina) da emergência e permanência destes empreendimentos, o presente trabalho busca indagar se este processo tem as características de um "vir a ser" que indica caminhos para fora do sistema capitalista. Iniciamos traçando as semelhanças e diferenças entre duas concepções de socialismo, a do marxismo autonomista com a de teóricos da economia solidária, e analisando algumas experiências históricas concretas. Posteriormente, discutimos o conceito de empreendimento econômico solidário e o que o diferencia de outras empresas, abordando de um lado as dificuldades que estes podem ter para sobreviver à competição com estas no mercado e de outro as possibilidades abertas por tentativas de imposição de critérios sociais sobre a racionalidade econômica em alguns mercados específicos. A partir desta discussão teórica e da apresentação do contexto social (formado pelas organizações e associações dos trabalhadores da economia solidária e os atores com quem eles se relacionam) onde estes empreendimentos se inserem, realizamos um estudo de múltiplos casos com quatro empreendimentos solidários (dois do Brasil e dois da Argentina). Por meio deste estudo constatamos tendências de aumento do controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho e sobre o significado do fruto de seu trabalho. Concluímos que os empreendimentos conseguem realizar "movimentos de desalienação", porém guardam dentro de si a interação contraditória entre o processo de luta autônoma e o processo de apropriação pelo capital. Nos casos em que prevalece a primeira tendência, eles podem contribuir para pressionar as contradições da realidade e representar avanços discretos, mas não por isso pouco importantes, no processo de construção da sociedade socialista.

Palavras-chave: economia solidária; trabalho; autogestão; movimentos sociais

Sentidos de la economía solidaria: los límites y progresos de los trabajadores en el control del proceso y del producto de su trabajo.

Resúmen

La formación de emprendimientos productivos llamados de economía solidaria ha ido cobrando una creciente notoriedad e importancia en las sociedades latinoamericanas en los últimos treinta años. Partiendo de la presentación de las condiciones socio-económicas (especialmente de Brasil y Argentina) necesarias para el surgimiento y permanencia de este tipo de empresa, este trabajo trata de preguntarse si este proceso tiene las características de un “devenir” que indique caminos alternativos al sistema capitalista. Empezamos por trazar las similitudes y diferencias entre dos concepciones de socialismo, la del marxismo teoría autonomista y la de teóricos de la economía solidaria, y por el análisis de algunas experiencias históricas concretas. Posteriormente, se discute el concepto de empreendimento econômicos solidária y que lo diferencia de otras empresas, centrándose, por un lado en las dificultades que puedan tener para sobrevivir a la competencia en el mercado y por otro en las posibilidades abiertas por los intentos de imponer criterios sociales sobre la racionalidad económica en algunos mercados específicos. A partir de esta discusión teórica y la presentación del contexto social (formada por organizaciones y asociaciones de trabajadores de la economía solidaria y los actores con los que estén relacionados) donde estos proyectos se incluyen, levamos a cabo un estudio de casos múltiples con cuatro emprendimientos solidarios (dos de Brasil y dos de Argentina). A través de este estudio, se encontró tendencias al aumento del control de los trabajadores "sobre el proceso de trabajo y el significado de los frutos de su trabajar que se pueden encontrar en estos experimentos. Llegamos a la conclusión de que esos emprendimientos ponen de manifiesto la efectivación de "movimientos de desalienación", pero que conllevan la interacción contradictoria entre el proceso de lucha autónoma y el proceso de apropiación por el capital. Cuando la primera tendencia se impone, ellos pueden contribuir a presionar a las contradicciones de la realidad y puede significar avances discretos, pero no por eso poco importantes en el proceso de construcción de una sociedad socialista.

Palabras clave: economia solidaria; trabajo; autogestión; movimientos sociales

The meanings of solidary economy: workers' progress and limits on the control over the process and the product of their labor

Abstract

The formation of “solidary economy” enterprises has gained increasing prominence and importance in Latin American societies in the last thirty years. From the presentation of the socio-economic conditions (especially in Brazil and Argentina) for emergence and permanence of these developments, this paper seeks to ask whether this process has the characteristics of a “*coming to be*” that indicates ways out of the capitalist system. We begin by tracing the similarities and differences between two conceptions of socialism, that of autonomist Marxism and that of some solidary economy theorists, and the we analyze some concrete historical experiences. Later, we discuss the concept of solidary economic enterprises and how it differs from other companies, focusing, on one hand, on the difficulties they may have to survive the competition in the market, and, on the other hand, the possibilities opened up by attempts to impose social criteria over economic rationality in some specific markets. From this theoretical discussion and from the presentation of the social context (formed by organizations and associations of workers in solidary economy and the actors with whom they are related) where these projects are inserted, we conduct a multiple cases study with four solidary economy enterprises (two from Brasil and two from Argentina). Through this study, we found trends of increasing workers' control over the labor process and over the meaning of the product of their labor. We then conclude that these enterprises carry out "movement of disalienation," but hold within them, the interaction between the contradictory process of autonomous struggle and the process of appropriation by capital. Where the first tendency prevails, thes enterprises may contribute to pressure the contradictions of reality and represent progress, – although this may be a mild progress, it is yet significant in the process of building a socialist society.

Key words: solidary economy; labor; self-management; social movements

Principais siglas e abreviações

ANTA – Associación Nacional de Trabajadores Autogestionados
ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão
CTA -Central de Trabajadores Argentinos
CGT – Central General de los Trabajadores
CEBs - Comunidades eclesiais de base
CTEP - Confederación de Trabajadores de La Economia Popular
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FACTA – Federación de Cooperativas de Trabajadores Autogestionados
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FPDS – Frente Popular Dario Santillán
MNER - Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas
MNFRT - Movimiento Nacional de Fabricas Recuperadas por los Trabajadores
PAS – Produção Alternativa Solidária
PT – Partido dos Trabalhadores
Q.S.V.T. - Que se Vayan Todos
SEDLAC - Socio-Economic Database for Latin America and the Caribbean
UTC - Unión de Trabajadores Costureros

Lista de ilustrações

Gráfico 1 – Concentração de Renda: Renda dos 10% mais ricos sobre a dos 10% mais pobres 164
Gráfico 2 - Concentração de Renda: Índice de Gini 164
Gráfico 3 – Taxa de Desemprego 167
Gráfico 4 – Taxa de Emprego Informal 167
Gráfico 5 – Indicador de Pobreza Extrema: população com renda diário abaixo de 2,5 USD 173
Gráfico 6 – Indicador de Pobreza: população com renda diária abaixo de 5 USD 174
Figura 1 – Organograma de La Alameda 267

Lista de tabelas

Tabela 1 - Quadro comparativo entre cooperativas e empresas estratégicas 104
Tabela 2 – Vertentes do Comércio Justo 113

SUMÁRIO

Apresentação.....15
Capítulo 1 – A economia solidária frente a distintas concepções de socialismo……25
1.1 Marxismo autonomista, economia solidária e autogestão.....25
1.2 – Algumas características da sociedade socialista autogestionária.....38
1.3 - As tentativas históricas de construção da sociedade socialista autogestionária....48
Capítulo 2 – Empreendimentos solidários na economia capitalista contemporânea 68
2.1 - Características dos empreendimentos de economia solidária.....68
2.2 – A capacidade de sobrevivência dos empreendimentos solidários no mercado.....88
2.3 EESs e transformações no mercado.....108
Capítulo 3 – Economia Solidária como fenômeno latino-americano.....121
3.1 – A pré-história da economia solidária na América Latina.....121
3.2 – Do aparecimento político dos “marginais” a formação de movimentos de economia solidária na América Latina.....134
3.3 – As especificidades da economia solidária no Brasil e na Argentina.....159
Capítulo 4 – As contradições da prática.....208
4.1 - Cooperativa Fio Nobre.....208
4.2 – Coopertextil.....221
4.3 Cooperativa Textiles Pigué.....237
4.4 – Oficina têxtil da Cooperativa 20 de Deciembre - La Alameda.....257
Capítulo 5 – Análise comparada das cooperativas estudadas.....272
Conclusão.....293
Bibliografia:.....298

Apresentação

Nos últimos trinta anos, mais acentuadamente, vem ocorrendo na América Latina uma multiplicação de organizações econômicas cuja característica fundamental é a livre associação entre trabalhadores que se organizam de forma horizontal, organizações essas que passaram a ser conhecidas no Brasil pela denominação de 'empreendimentos econômicos solidários' (EESs). A formação dessas organizações é, em parte, resultado de uma conjuntura econômica na qual a explosão do desemprego levou os trabalhadores a buscar saídas, baseadas em suas experiências de luta, para melhorar suas condições de sobrevivência frente ao aumento proporcional da informalidade e da precarização do trabalho. Nesse novo contexto, nem as organizações e os militantes de esquerda, nem os governos e organismos internacionais, nem a academia, poderiam continuar virando as costas para os trabalhadores não assalariados, cujas reivindicações e formas organizativas ganhavam importância social.

Esse contexto econômico se combina, no plano mundial, com o desmantelamento do socialismo realmente existente, que impulsionou ainda mais as tendências de busca (ou de retomada) do significado do projeto socialista (Singer, 1998) e livrou a esquerda do peso das atrocidades autoritárias stalinistas[1]. Na América Latina, onde se soma ainda um processo de releitura das práticas e estratégias dos militantes de esquerda que se recuperavam dos anos de ditadura e das baixas por ela causadas (Cruz, 2006), não é incomum ouvir histórias de militantes que haviam participado da resistência armada à ditadura e mudaram de perspectiva após tomar contato com os conceitos e práticas da educação popular de Paulo Freire, por exemplo.

Nessa conjuntura, inicia-se um processo, eminentemente latino-americano, de reinterpretação e valorização do conteúdo político das estratégias de sobrevivência levadas a cabo pelos trabalhadores, no que se conforma um campo de práticas denominado 'economia popular', 'economia social', 'economia de solidariedade', ou – denominação que se tornou predominante – 'economia solidária'. Entender as especificidades por meio das quais este fenômeno se tornou, na América Latina contemporânea, um fenômeno especialmente denso e articulado envolve também um

1Concordamos com Tragtenberg (2007), para quem o caráter socialista do regime soviético se perdeu em seus anos iniciais com a própria degeneração dos sovietes e os massacres às oposições de esquerda. Porém, mesmo depois da opressão às revoluções dos trabalhadores no Leste Europeu foi ainda preciso que a queda do muro de Berlim simbolizasse o fracasso final de um decrépito capitalismo de Estado para que os socialistas pudessem desvincular-se, apenas parcialmente, das atrocidades autoritárias do regime estalinista.

resgate da história latino-americana da autogestão e do cooperativismo, em geral negligenciada pelos estudiosos brasileiros da economia solidária.

Não é essa a única diferença entre os estudos da prática social da economia solidária realizados no Brasil e aqueles realizados no restante da América Latina. Ao passo que é comum, em todo o continente, a existência de uma corrente de análise baseada na sociologia econômica, que tem como principal referência Coraggio (2010), o Brasil tem como especificidade importante a existência de uma vertente marxista de análise das práticas de economia solidária desenvolvida de forma pioneira por Paul Singer, e, posteriormente, desenvolvida de forma crítica por outros autores[2]. Na Argentina, especialmente, existem ainda alguns autores que associam as fábricas recuperadas às experiências históricas de autogestão, como Ruggeri (2009). No entanto, estes preferem demarcar mais as diferenças do que as semelhanças entre as fábricas recuperadas e os demais empreendimentos de economia solidária, deixando de situá-los no mesmo marco teórico.

Sob diferentes olhares e pressupostos, esses estudiosos se dedicam a compreender uma realidade concreta que tem significados próprios para os trabalhadores da qual fazem parte. Esses significados próprios, em interação com os significados atribuídos a partir de fora, se inscrevem na prática de movimentos sociais que passam a carregar bandeiras como o direito ao trabalho coletivo e associado, buscando alargar as condições de desenvolvimento das relações sociais de produção que já praticam em seus cotidianos. Esses movimentos se inserem num contexto em que, apesar da existência de governos de esquerda em diversos países da América Latina, os empreendimentos de economia solidária não encontram um ambiente propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Dentre os maiores desafios encontrados pelos empreendimentos está o de associar suas características intrínsecas à necessidade de sobrevivência no mercado, questão colocada para as cooperativas desde pelo menos 1900[3]. Em mapeamento nacional feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)[4], constatou-se que setenta por cento dos EESs mapeados têm dificuldades com a comercialização. Sobre a realidade argentina, Roitter (2009) afirma que as demandas de competitividade advindas do mercado estariam redundando na necessidade de uma administração técnica especializada, colocando em risco a dimensão política das experiências. É deste dilema

2 Novaes (2011, p. 27) compila autores que pertencem à “economia solidária socialista”.
3 Ano da primeira edição do livro *Reforma ou Revolução*, de Rosa Luxemburgo.
4 Disponível em http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html

que surge a motivação original deste trabalho: estudar as estratégias que vêm desenvolvendo os EESs existentes na América Latina (especialmente Brasil e Argentina) para alcançar sustentação econômica, ao mesmo tempo em que mantêm relações igualitárias e democráticas em seu interior.

Essa brevíssima contextualização serve como preâmbulo para que possamos começar a apresentar o conteúdo desta dissertação. Para tanto, partiremos do pressuposto colocado por Tragtenberg (2006, p.139 e 140), segundo o qual:

> A neutralidade não é suficiente para preservar qualquer pesquisa de juízos de valor. A intenção de preservar o caráter científico da Ciência Social deve partir do estabelecimento das condições de objetividade que se refiram à utilização da referência a valores, sem a hipótese de uma neutralidade impossível. Assim, a premissa de valor deve ser explícita e auto-reconhecida. Ela deve confirmar ou informar a pesquisa em relação à experiência.

Reconhecendo a impossível neutralidade da ciência, começamos essa apresentação explicitando as premissas de valor contidas nesse trabalho, baseadas em nossa prática concreta. Essa dissertação é resultado de alguns anos de militância, trabalho e pesquisa no campo da economia solidária, iniciado com o envolvimento na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo – ITCP-USP. A partir daí, tomamos nosso primeiro contato com os desafios encontrados nas tentativas de gerar trabalho e renda a partir de formas democráticas de organizar o trabalho no contexto das periferias da cidade de São Paulo. Destacamos que nossa experiência e vivência na ITCP-USP fez com que valorizássemos, dentre os diferentes aspectos que compõem a economia solidária, a prática da democracia na unidade produtiva, que, considerávamos, deveríamos praticar também em nossa própria ação de extensão, dentro dos limites impostos pela universidade.

Carregando conosco esse valor dado à democracia e à autogestão, posteriormente continuamos trabalhando em diversos programas e instituições de apoio à economia solidária, processo no qual construímos uma perspectiva mais completa a respeito do conjunto dos participantes do movimento social da economia solidária no Brasil. Bertucci (2010, p. 156) descreve o processo segundo o qual estudantes e militantes, após um primeiro contato com descrições que definem a economia solidária como um conjunto de valores e aspirações políticas, deparam-se com a realidade dos empreendimentos e são obrigados a recorrer a um “processo de racionalização e justificação”, chegando a definições vagas a respeito da economia solidária como um projeto em construção, sem que se discutam os meios como essa construção ocorreria, “limitando-se à esperança

gerada pela promessa de uma sociedade regida por novos valores".

Reconhecendo alguma semelhança entre essa descrição e a nossa trajetória pessoal, buscamos evitar incorrer nesse processo de racionalização e justificação do fenômeno da economia solidária, procurando, através dessa dissertação, contribuir para uma reflexão sobre as práticas concretas dos empreendimentos e militantes deste movimento. Consideramos que uma análise rigorosa, baseada na realidade observada e no ponto de vista dos trabalhadores, seja a melhor contribuição que se possa fazer desde a academia.

Também por isso buscamos escapar a uma certa tendência de criticar a economia solidária a partir de uma análise feita exclusivamente desde o ponto de vista do capital e das funções que os empreendimentos podem ter para ele, sem investigar os sentidos declarados e não declarados que a economia solidária pode ter para os trabalhadores que a constroem. Tratam-se de críticas que prescindem de uma análise do papel dos trabalhadores na construção desses empreendimentos associativos. Esses autores, em geral marxistas, como que se esquecem de uma das mais famosas citações atribuídas a Marx, presente no Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, a de que: "A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores".

Para evitar a idealização que pode se manifestar tanto na crítica quanto na exaltação da economia solidária, dedicamos parte importante dos esforços realizados durante a elaboração dessa dissertação para a execução de um processo planejado de pesquisa de campo. Consideramos essa etapa fundamental para que pudéssemos, como método, substituir o "dever" kantiano pelo estudo científico do que já está "vindo a ser", de forma a buscar identificar tendências no presente que signifiquem caminhos para fora do sistema capitalista[5] (Cleaver, 1994). Buscamos essas tendências "nas práticas informais em germe nas práticas sociais atuais das populações exploradas e subordinadas ao sistema capitalista", o que Mothé (2005, p. 109) argumenta ser o método mais científico para estudar a possibilidade do socialismo autogestionário.

Uma fonte de inspiração importante nesse processo foram os trabalhos do próprio Mothé (1965) e de Paul Romano (1969), que escreveram a partir de sua própria experiência de trabalho em fábricas de automóveis, conseguindo, com isso, captar de forma precisa o ponto de vista dos trabalhadores frente às imposições da administração. No entanto não podíamos reconstruir essa experiência de trabalho por um longo período,

5 De acordo com Cleaver esse é o método tanto de Kropotkin quanto do marxismo autonomista. Argumentaremos durante o trabalho que este método é também partilhado por Singer, especialmente na argumentação elaborada no livro *Uma Utopia Militante.*

de forma que fomos levados a buscar referências na larga literatura a respeito da relação entre pesquisadores e trabalhadores. Destacamos as análises de Thiollent (1985) a respeito da proposta dos pesquisadores militantes dos *Quaderni Rossi*, que resgatam a "enquete operária" elaborada por Karl Marx. Um aspecto fundamental desta enquete é que:

> Cada questão ou elemento de questionário implica um certo esclarecimento didático para estimular o respondente a produzir suas explicações e a colocar-se em situação de observador, individual ou coletivo, para descrever a realidade. O esclarecimento não visa a induzir a resposta de maneira favorável à intenção do investigador. Ele se justifica para quebrar a passividade e impedir as respostas fáceis, de conteúdo vazio ou sem compromisso. (Thiollent, 1985, p.109)

Assim, esse método se opõe a uma perspectiva unilateral e antidialógica. Ao propor a exposição de problemáticas explicitamente formuladas a serem debatidas e discutidas, há "um questionamento coletivo, por uma intercomunicação, um diálogo real acerca de problemas reais, um processo de descrição onde as evidências são postas em questão e onde as influências recíprocas são avaliadas pelos pesquisadores" (Thiollent, 1985, p.113). Para o autor, esse denominado "esboço de uma concepção de pesquisa-ação" é a aplicação, no campo da investigação social, do princípio da autogestão, que busca favorecer as condições de criatividade dos trabalhadores.

Consideramos que o método utilizado na pesquisa que aqui apresentamos realizou em alto grau esses princípios esboçados, ainda que não tenha se constituído de todas as etapas que posteriormente o autor sistematizaria para apresentar a concepção de pesquisa-ação (Thiollent, 1992, p. 49-50). Destacamos especialmente que não foi possível debater o tema a ser pesquisado a partir de um procedimento formal de discussão com os participantes.

Outra tradição buscada para complementar as nossas reflexões e orientações a respeito do método de trabalho de campo é a da pesquisa etnográfica no âmbito do estudo cotidiano de locais de trabalho urbano. A aplicação deste tipo de pesquisa no âmbito da psicologia social é abordada por Sato e Souza (2001), certamente muitas de suas conclusões são válidas para além das fronteiras dessa disciplina. As autoras destacam elementos fundamentais, como a necessidade de que o estudo etnográfico não exclua o processo analisado "da totalidade maior que o determina e com o qual mantém certas formas de relacionamento", a importância de "conhecer o contexto material no qual as interações se dinamizam", no que se destaca a importância da observação direta ou observação participante. Destacamos, ainda, a argumentação de que o tempo de

convivência é o principal instrumento para evitar que “as pessoas exibam apenas aquilo que avaliam que o pesquisador deve ou quer escutar”. Situado também nessa tradição, artigo de Spink (2008, p. 77) ressalta a importância do pesquisador estar aberto ao diálogo, citando o exemplo de uma aluna que, em uma determinada situação, “sensatamente, colocou suas questões de lado e entrou na conversa”.

De posse destas análises e recomendações, selecionamos quatro cooperativas para a realização do trabalho de campo. Em cada uma delas, pudemos, por um período aproximado de cinco dias, observar o cotidiano de trabalho e conversar com uma quantidade variável de cooperados. Para estas conversas tínhamos como instrumento um roteiro de entrevista semiestruturada, mas sem dúvida as entrevistas mais reveladoras foram aquelas em que pudemos nos distanciar do roteiro e abrir um diálogo franco. Em muitos casos, percebemos que a melhor estratégia para tal foi explicar as motivações e dúvidas que inspiraram o nosso trabalho. Ao contrário de direcionar a entrevista, percebemos que esse processo de abertura da pesquisa motivou os cooperados a buscar junto conosco respostas que escapavam ao discurso pré-fabricado.

As entrevistas e o seu roteiro foram elaborados a partir do objetivo geral que orientou este trabalho[6]: entender em que medida os empreendimentos de economia solidária, frente à necessidade de sobrevivência no mercado e ao atual contexto das sociedades em que se inserem, podem representar um avanço no processo de construção do socialismo. Para cumprir esse objetivo, formulamos as seguintes questões, que não foram nem poderiam ser esgotadas neste trabalho, mas sim respondidas na medida em que apoiavam a realização de nosso objetivo principal: O que significa o socialismo? Como o projeto socialista da economia solidária dialoga com esse significado? O que diferencia o empreendimento de economia solidária de uma empresa convencional? Qual o impacto da necessidade de sobrevivência no mercado para a possibilidade de manutenção dessa diferença? Quais as especificidades latino-americanas do contexto sociopolítico de surgimento dos empreendimentos de economia solidária e as particularidades de Brasil e Argentina? Qual o impacto desse contexto para a organização dos empreendimentos solidários e qual o possível impacto dos empreendimentos para a transformação desse contexto? Afinal, quais as possibilidades de avanço que a formação de empreendimentos de economia solidária oferecem para que os trabalhadores efetivem um maior controle sobre o seu processo de trabalho?

Para nos ajudar a responder essas perguntas, contamos com a observação e o

6 Este objetivo geral foi uma decorrência daquela motivação original previamente apresentada.

diálogo estabelecidos em quatro empreendimentos de economia solidária. Dessa forma, realizamos o que pode ser considerado como um estudo de múltiplos casos a partir dos quais pretendemos generalizar algumas proposições teóricas (Yin, 2003, p. 10). Para a definição de empreendimentos que nos permitissem alcançar esses objetivos, delimitamos alguns critérios e elementos comuns:

- Ser um empreendimento econômico que se organize de forma democrática e no qual o trabalho seja realizado de forma coletiva, o que descarta empreendimentos em que os trabalhadores se associam para comercializar seus produtos (como artesãos e agricultores familiares, por exemplo). Isto porque consideramos que a densidade das relações estabelecidas é um tanto maior quando há o compartilhamento do trabalho cotidiano, o que torna as diferenças mais observáveis.
- Realizar experiências de inserção em “mercados diferenciados” que pudessem conter critérios não-capitalistas de eficiência.
- Consideramos, ainda, que seria positivo para essa pesquisa que esses empreendimentos estivessem localizados em cadeias produtivas e mercados semelhantes. Com isso, optamos pelo ramo têxtil e de confecção, um dos mais afetados pela reestruturação produtiva no Brasil e na Argentina, onde convivem trabalho informal em oficinas caseiras, trabalho escravo, grandes plantas industriais ainda intensivas em mão de obra, e grandes transnacionais especializadas em marketing e distribuição.

Definidas essas características comuns, elencamos outras características cuja variação poderia ter um impacto importante sobre nossa análise, de modo que buscamos a diversidade no que se refere a:

1. escala de produção – buscamos identificar realidades que pudessem propiciar uma análise a respeito das diferenças entre empreendimentos com grande número de trabalhadores e grande volume de produção e empreendimentos com poucos trabalhadores e pequeno volume de produção.

2. estratégia de produto – buscamos identificar empreendimentos que, ao passo que buscam por mercados alternativos, o fazem a partir de diferentes estratégias de produto, como o desenvolvimento de marcas próprias coletivas, produção para marcas de parceiros ou desenvolvimento de uma marca compartilhada associada a uma luta social.

3. vinculação político-ideológica – buscamos identificar empreendimentos com

diversos vínculos políticos, desde a afirmação de uma identidade classista, passando por diferentes graus de adesão ao projeto nacional-popular até a ausência de uma proposta política claramente definida.

4. origem do empreendimento – buscamos identificar empreendimentos com diferentes históricos de constituição, a princípio com uma diferenciação entre empreendimentos originários de fábricas recuperadas e empreendimentos originários de movimentos populares, mas também com uma atenção para as diferentes relações com os sindicatos no caso dos recuperados e as diferentes características dos movimentos nos demais.

A estrutura de acordo com a qual está organizada essa dissertação parte da busca de respostas para as perguntas acima formuladas recorrendo primeiramente à revisão bibliográfica, com base na qual formulamos algumas hipóteses e reformulamos outras previamente colocadas para que sua validade pudesse ser verificada a partir da análise feita no trabalho de campo. Assim, no Capítulo 1, começamos com uma comparação entre a visão de socialismo proposta no marxismo autonomista, da forma como é apresentado por Harry Cleaver, e a proposta socialista da economia solidária na forma como é apresentada por Paul Singer. Constatamos que ambas convergem no aspecto fundamental de enxergar em práticas de trabalhadores, mesmo que ainda sob a dominação do capital, elementos da sociedade socialista. Não obstante, guardam posições diametralmente opostas a respeito da contribuição dada pela formação de cooperativas ou empreendimentos de economia solidária, oposição que se relaciona a visões diferentes sobre o processo de cooptação das lutas sociais. Em seguida, realizamos um breve esforço de delineamento do conteúdo que teria a sociedade socialista, e o comparamos com algumas experiências históricas do século XX, por considerarmos, como Cleaver (1981, p.68), que uma “reavaliação das lutas anteriores na história da classe operária” é um dos eixos fundamentais para o estudo e a compreensão das lutas atuais.

No Capítulo 2, iniciamos o estudo da economia solidária como prática atualmente desenvolvida pelos trabalhadores. Começamos pela definição do que caracteriza um empreendimento de economia solidária e suas diferenças em relação a uma empresa convencional. Definidas essas características, estudamos como elas influem na sua capacidade de sobrevivência em mercados capitalistas, analisando as possíveis vantagens competitivas que teriam os empreendimentos solidários, especialmente a

possível vantagem motivacional, que seria equivalente ou superior à das empresas que aplicam o toyotismo. Uma contribuição importante deste capítulo é a formulação da hipótese de que o maior nível de motivação nos empreendimentos solidários é direcionado para o bem-estar dos trabalhadores e não para o aumento da competitividade da empresa. No restante do capítulo, nos dedicamos a investigar as possibilidades e limites das tentativas de construção de mercados nos quais os critérios de eficiência sejam diferentes dos capitalistas, buscando diferenciar os conteúdos de propostas que se encontram sob a mesma denominação de 'comércio justo'. Concluímos apontando que existem tendências e tentativas iniciais de imposição de critérios sociais sobre a racionalidade econômica que podem ser apropriadas pelos empreendimentos solidários.

No Capítulo 3, abordamos a especificidade latino-americana da economia solidária. Iniciamos por uma abordagem histórica que reconstrói diferentes tentativas de implementação de propostas de trabalho associado, com o intuito de reconstruir experiências normalmente desprezadas na literatura brasileira sobre economia solidária. Na sequência, passamos a investigar as condições socioeconômicas que fortaleceram a emergência de iniciativas solidárias de produção nos últimos trinta anos da América Latina. Optamos por iniciar situando a experiência do Brasil e da Argentina nos marcos de uma tendência latino-americana, para depois discutir e comparar as especificidades de cada país. Uma contribuição que pretendemos levantar neste capítulo é a associação entre a economia solidária e as lutas autônomas das comissões de fábrica e das organizações comunitárias de ação predominantemente territoriais dos anos 1960 a 1980. Constatamos que os grupos cuja prática política tinham um enfoque mais comunitário ou de "democracia de base" são os primeiros a apoiar e constituir experiências de economia solidária, apenas posteriormente a proposta será contraditoriamente incorporada ao Estado ou a outras instituições de perfil hierárquico. Finalizamos esse capítulo buscando demonstrar o impacto da evolução histórica de cada país sobre as diferentes formas como o movimento de economia solidária se organiza atualmente. Com essa descrição, fornecemos elementos para situar historicamente os empreendimentos que são objeto do estudo de caso.

No Capítulo 4, dedicamo-nos a apresentar a história e as características de cada empreendimento estudado, mostrando o resultado mais direto do trabalho de campo propriamente dito. Optamos por apresentar separadamente cada empreendimento, em um capítulo dedicado a isso, porque entendemos que só uma apreciação completa dos diferentes aspectos que caracterizam o empreendimento permitiria ao leitor apreender as

sutilezas e as inter-relações entre as diferentes facetas que os caracterizam. À medida que apresentamos os empreendimentos e sua história, elaboramos uma primeira análise a respeito das suas questões.

Será no Capítulo 5 que procuraremos relacionar mais diretamente as diferentes características dos empreendimentos estudados com as hipóteses levantadas e debates realizados ao longo dos três primeiros capítulos deste trabalho. Nesse sentido, seu objetivo é, mais do que comparar os empreendimentos entre si, procurar apreender, pela semelhança ou pela diferença entre as soluções, táticas e estratégias adotadas frente às dificuldades, padrões que nos ajudem a compreender o verdadeiro sentido dessas experiências para os trabalhadores que as compõem. Destacamos especialmente os avanços em relação ao controle dos trabalhadores sobre o seu processo de trabalho e em relação ao controle dos trabalhadores sobre os sentidos do produto do seu trabalho.

Na conclusão, retomamos esses elementos e os analisamos em relação às proposições mais amplas expostas no primeiro capítulo deste trabalho. Apresentaremos alguns apontamentos propiciados pela realização desta pesquisa a respeito da potencial contribuição da existência dos empreendimentos solidários para o projeto de uma sociedade socialista.

Capítulo 1 – A economia solidária frente a distintas concepções de socialismo

Este capítulo se dedica a debater qual o sentido da economia solidária frente a diferentes perspectivas de socialismo. Iniciamos apresentando as premissas do marxismo autonomista e as premissas da economia solidária na vertente proposta por Paul Singer, identificando que ambas propõem a presença de aspectos do socialismo já nas sociedades capitalistas porém discordam sobre a presença destes nas iniciativas econômicas solidárias, defendendo, também por isso, conceitos diferentes sobre as possibilidades de exercício de práticas autogestionárias em sociedades capitalistas.

Estabelecidas essas bases, nos dedicamos a analisar o conteúdo da sociedade socialista a partir da perspectiva da organização democrática do trabalho. Iniciamos pelas questões das possibilidades de ausência de alienação em uma sociedade socialista, aprofundando a análise do papel alienante exercido pelo mercado como mecanismo de alocação de recursos e das possibilidades de sua supressão. Aplicamos então esses conceitos à análise de algumas experiências históricas concretas em que foram realizadas tentativas, ainda que efêmeras e incompletas, de efetivação da autonomia da classe trabalhadora, buscando captar tendências que ajudem a orientar a construção de alternativas sociais hoje.

1.1 Marxismo autonomista, economia solidária e autogestão

Nesta seção buscamos traçar algumas considerações sobre o conceito de socialismo, principalmente a partir da perspectiva do marxismo autonomista e a partir da perspectiva da economia solidária na vertente de Paul Singer, identificando pontos de contato e divergências. Buscamos então abordar a questão a respeito de qual seria o papel das iniciativas econômicas solidárias na construção do socialismo para cada uma dessas vertentes.

De acordo com Cleaver (1981), o marxismo autonomista é composto por uma tradição que realiza uma leitura política de *O Capital*, que se diferencia tanto da leitura do *Capital* como Economia Política como da leitura do *Capital* como Filosofia, por identificar o trabalhador como sujeito histórico ativo da luta de classes. Dessa forma, os movimentos do capital são entendidos como reações aos ataques da classe trabalhadora em seu movimento autônomo e a única forma de realizar uma análise estratégica que sirva a um propósito revolucionário é analisar o desenvolvimento das lutas da classe trabalhadora:

> A alternativa para a crítica ideológica, seja da economia política ou filosófica, é partir de uma análise estratégica do padrão de desenvolvimento do poder da classe operária como a única base possível para uma resposta à questão de como esse poder pode ser aumentado. Essa análise exige q**ue se parta de um exame das lutas reais dos trabalhadores**: seu conteúdo, como se desenvolveram e para onde vão. Entendo, por isso, as lutas dos próprios trabalhadores, não de suas organizações "oficiais" (sindicatos, partidos, etc.)[...] Para realizar essa avaliação da luta de classes de um ponto de vista da classe operária é necessário, primeiro, compreender seu ponto de partida: **a auto-atividade da classe que faz dela mais do que uma engrenagem vitimizada da maquinaria do capital e mais do que uma massa fragmentada que carece de instruções sobre seu interesse de classe**. Essa percepção básica parece ter sido repetidamente forçada em, pelo menos, alguns marxistas durante períodos de comoção revolucionária, e com demasiada frequência perdida novamente, em períodos de derrota (Cleaver, 1981, p. 57 e 58).

Além de enfatizar a análise do movimento autônomo dos trabalhadores, um outro ponto bastante destacado por Cleaver é que este processo de análise deve buscar conscientemente ir além de revelar "a perspectiva unilateral do próprio capital", mas ser capaz de demonstrar como as determinações do capital são condicionadas pelas lutas operárias e como a questão da estratégia revolucionária está contida nestas lutas:

> O capital [...] é a relação de classe, e essa relação é de luta. A luta de classe é o confronto entre a tentativa da classe capitalista de impor sua ordem social – com todas as suas categorias e determinações – e as tentativas da classe operária de afirmar seus interesses autônomos. A luta da classe operária é a atividade revolucionária que questiona "as regras do jogo" da sociedade capitalista. É por isso que todas essas regras e determinações devem ser lidas de uma perspectiva que insiste na avaliação de todos os aspectos do capital do ponto de vista da estratégia da classe operária [...] Não há um terceiro ponto, objetivo, acima da luta, porque a atividade revolucionária revela o outro lado, em tudo (Cleaver, 1981, p. 82).

Para Cleaver, historicamente, a perspectiva do marxismo autonomista encontra-se elaborada pela primeira vez na tendência Johnson-Forest nos Estados Unidos (oriunda de um fracionamento com o trotskismo), tendo continuidade, inclusive com a elaboração de trabalhos conjuntos, na conformação do grupo francês Socialismo ou Barbárie (também oriundo de um fracionamento com o trotskismo), que teve como principais referências Lefort, Castoriadis e Mothé, ambos os grupos tendo servido como referência para o que o autor chama de "A Nova Esquerda Italiana", que avançou na formulação do movimento da classe trabalhadora como impulsionador do capital a partir de autores como Negri, Tronti e Panzieri.

Além dos grupos citados por Cleaver, podemos incluir nessa perspectiva histórica a formação de uma corrente luso-brasileira do marxismo-autonomista, forjado no contexto da Revolução dos Cravos, articulado em torno do Jornal Combate, tendo como principal referência, em Portugal, João Bernardo, e, no Brasil, continuada por autores como Lúcia

Bruno e Maurício Sardá, este último tendo se dedicado a traçar paralelos com o movimento de economia solidária. Apesar de não se identificar exatamente como autonomista, situa-se em uma tradição de análise e com um posicionamento político muito próximo da obra de Maurício Tragtenberg.

Não vamos nos adentrar nas especificidades de cada um dos autores citados nem abordar os distanciamentos que alguns deles tiveram em relação a suas proposições iniciais, mas ao longo deste capítulo e do conjunto da dissertação utilizaremos alguns de seus conceitos e construções para refletir sobre as práticas dos empreendimentos de economia solidária.

O livro *Facing Reality* (escrito em 1958 por um dos grupos fundadores da tendência Johnson-Forest em parceria com Castoriadis, do grupo Socialismo ou Barbárie) destaca um ponto de vista a respeito do socialismo que se aproxima muito da visão da economia solidária, especialmente pelo destaque conferido à noção de que a nova sociedade cresceria dentro da antiga, a partir do auto-movimento da classe trabalhadora, e de que a sociedade socialista já existe nas lutas cotidianas dos trabalhadores:

> No seu famoso capítulo de O Capital, o penúltimo do primeiro volume, Marx colocou, de uma forma que uma criança compreenderia, que a nova sociedade cresceria e floresceria dentro da velha [mais a frente eles complementam que]: todo desenvolvimento ocorre como resultado do auto-movimento, não da organização ou direção por forças externas (James, Lee e Castoriadis, 1974, p. 104), (tradução nossa).

Em outras passagens, seja referindo-se a exemplos de trabalhadores se organizando para compensar o trabalho de colegas que sofreram acidentes, de forma que esse não perdesse a remuneração, seja referindo-se a exemplos de resistência organizada ao racismo na empresa, ou a demandas de trabalhadores por controle sobre os efeitos da automação no seu trabalho, os autores afirmam: “isto é a sociedade socialista. Ela não tem que ser organizada no futuro. Ela existe. Ela está organizada” (James, Lee e Castoriadis, p. 107).

Bernardo (2010, p. 425) retoma de forma quase idêntica esse conceito:

> o comunismo não é um ideal em longo prazo, nem estabelecido graças a deduções de intelectuais profissionais, nem derivado de anseios psicológicos. O comunismo resulta da afirmação presente, e repetida ano após ano ao longo de renovadas lutas coletivas e ativas, as quais implicam sempre relações sociais novas, opostas ao capitalismo, alternativas ao capitalismo. Não é uma utopia, mas algo que, nas suas formas embrionárias e gestacionais, tem uma existência comprovada.

Ainda em *Facing Reality,* algumas definições mais concretas sobre a sociedade socialista remetem não só a ações de resistência frente ao autoritarismo dos patrões, mas também ao controle dos trabalhadores sobre o processo produtivo, o que envolve, por exemplo, a capacidade de controle sobre o ritmo e a quantidade de trabalho a serem realizados, que seriam levados à completude na nova sociedade. É também interessante perceber que já em 1958 eram destacados uma série de elementos que a psicologia do trabalho contemporâneo vem reafirmando a respeito da subjetividade dos trabalhadores no processo de trabalho.

> O mesmo tipo de disciplina é aplicada aos trabalhadores que não fazem o que ou seus colegas consideram ser uma parcela justa de trabalho. Todos os psicológos industriais sabem que nas condições de produção capitalistas os trabalhadores tem dois padrões de produção. Um é aplicado para as demandas da gerência. A qualquer momento este consiste de uma quantidade de trabalho governada por quanto eles querem receber e a energia que eles querem dispender, de um lado, e pela vontade de manter a gerência em seu lugar, de outro. Mas existe um outro padrão, um padrão próprio, o que sob as condições específicas eles querem fazer, o que eles consideram necessário para seu respeito próprio e segurança, e eles não toleram com leveza qualquer desvio persistente e irresponsável deste padrão. Esta determinação de controlar o seu próprio trabalho em comum acordo e de disciplinar aqueles que se afastam da cooperação que é demandada pela produção moderna , o que é isso senão socialismo? (James, Lee, Castoriadis, 1974, p.108) (tradução nossa).

Um elemento importante aqui é a definição da nova sociedade como baseada na maturidade e habilidade dos trabalhadores em organizar a economia, sua capacidade de dominar as necessidades, processos e inter-relações da produção:

> É precisamente a maturidade econômica dos trabalhadores, sua habilidade de fazer a economia funcionar, o seu domínio sobre as suas necessidades, processos, e inter-relações de produção, é precisamente isso que constitui a base econômica da nova sociedade agora, da nova forma econômica agora, é em que esse livro se baseia. A alternativa é acreditar (…) que um novo sistema econômico pode ser estabelecido pelo Partido e pelo Plano. (James, Lee e Castoriadis p. 137 e 138) (tradução nossa)

Não podemos deixar de notar uma proximidade importante em relação à abordagem de Paul Singer (1998, p. 5) a respeito do socialismo:

> Continua sendo verdadeiro que o socialismo pressupõe a transferência do controle efetivo dos meios de produção dos capitalistas aos trabalhadores. Mas, esta transferência requer muito mais do que um ato jurídico-político de transferência formal de propriedade ou posse. Ela requer, antes de mais nada, que os trabalhadores estejam desejosos de assumir coletivamente tal controle e que se possam habilitar para exercê-lo em nível aceitável de eficiência. Nas várias experiências stalinistas, o desejo dos trabalhadores estava meramente pressuposto e o controle efetivo ficou com prepostos do poder estatal, que jamais permitiram aos trabalhadores que se habilitassem a exercê-lo.

Antes de aprofundarmos mais as definições da economia solidária, vejamos como Cleaver (1994, s/p.) estabelece paralelos entre o método do marxismo autonomista e o método de Kropotkin, um clássico do anarquismo, ainda que haja diferenças importantes:

> A respeito do método seguido pelo pensador anarquista, a respeito do qual ele escreveu em 1887, este é inteiramente diferente daquele seguido pelos utopistas... Ele estuda a sociedade humana como ela é hoje e como ela foi no passado... tenta descobrir suas tendências, passadas e presentes, suas necessidades crescentes, intelectuais e econômicas, e no seu ideal, ele meramente aponta em que direção a evolução segue. Esse foco em tendências, em padrões em desenvolvimento do comportamento concreto, diferenciou sua proposta tanto da dos utopistas quanto da dos Maxistas-leninistas pelo abandono do "dever" Kantiano a favor do estudo científico do que já está vindo a ser (…) Sua obra fascina não porque ela dá formulas para o futuro mas porque ela nos mostra como descobrir tendências no presente que ofereçam caminhos alternativos para da crise atual e do sistema capitalista. (tradução nossa)

No entanto, de acordo com Marcos (2005, p. 8530), por exemplo, haveria uma grande disparidade entre o pensamento de Marx e o de Kropotkin:

> ao dar valor positivo às manifestações de solidariedade entre os homens, e não na luta de classes como entendida, por exemplo, por Marx, Kropotkin considerava que o verdadeiro objetivo da luta política – cuja existência ele admitia – devia ser a definitiva eliminação do fenômeno de formação das classes e a sua substituição com a unidade do grupo regido pelo apoio mútuo e não a substituição de uma classe no poder por outra.

Encontramos no próprio Cleaver uma justificativa para a forma como a questão é apresentada por Marcos, enfatizando então o trabalho dos marxistas autonomistas para desenvolver aspectos relacionados à classe trabalhadora que não haviam sido suficientemente desenvolvidos por Marx, cuja análise histórica teria provido mais detalhes sobre a dominação capitalista do que sobre a subjetividade da classe trabalhadora:

> Levou um trabalho considerável, realizado em um período de décadas, para que os marxistas autonomistas (…) desenvolvessem por si próprios uma análise marxista sistemática da autonomia da classe trabalhadora que paralelizasse o trabalho de Kropotkin sobre ajuda mútua. Esse trabalho evoluiu de um estudo de como o padrão capitalista de desenvolvimento foi determinado pela negatividade da classe trabalhadora (bloqueando e forçando mudança) para o estudo do conteúdo positivo dessas lutas (que o capital buscam conter ou cooptar). As mais interessantes delas, aquelas que são relevantes para o meu propósito atual, tem sido aquelas que insistiram na primazia da criatividade e auto-atividade das pessoas em luta contra o capitalismo. Dentro do espaço dessas tendências tem se desenvolvido uma crítica coerente do "Marxismo ortodoxo" que inclui não só uma rejeição do conceito de "transição" mas uma reconceitualização do processo de transcendência ao capitalismo que tem similaridades notáveis com o pensamento de Kropotkin sobre o assunto. Com respeito a questão da transcendência, a ênfase na autonomia operária a rejeição do argumento do marxismo ortodoxo que o único caminho para uma sociedade pós-capitalista está em uma ordem socialista "transicional" gerida pelo partido comandando o estado em nome das pessoas. Pelo contrário, o processo de construção de uma nova sociedade, como os próprios processos revolucionários, são vistos como ou sendo obra das pessoas

> por si mesmas, ou como sendo condenados desde o princípio. (…) Em outras palavras, comunismo é reconceitualizado não como uma utopia a ser alcançada, mas como uma realidade viva cujo crescimento só precisa ser livre de amarras. Como os estudos do Kropotkin, esses esforços para descobrir o futuro no presente foram baseados não só em uma teoria da subjetividade coletiva, mas em estudos empirícos de trabalhadores de verdade em ação. Assim como Kropotkin estudou o passado para informar o presente, o mesmo fizeram esses marxistas autonomistas. (Cleaver, 1994, s/p). (tradução nossa)

Essa passagem explicita e esmiúça claramente os pontos de contato entre o marxismo autonomista e o pensamento de Kropotkin, destacados em negrito. Também podemos afirmar que Kropotkin está entre os autores anarquistas que mais se aproximam da economia solidária, através de sua teoria da ajuda mútua. Enquanto Bakunin, por exemplo, defendia uma organização da economia a partir de cooperativas, mas apenas após a coletivização da terra e do capital (Marcos, 2005), Kropotkin (1987) aproximou-se de apresentar uma teoria da formação das cooperativas como provenientes de formas mais simples de cooperação.

O autor desenvolveu uma teoria a respeito da ajuda mútua que a situa como principal elemento da evolução das espécies, incluindo a espécie humana, e, portanto, um elemento civilizador como parte de um longo processo de transformação social que desembocaria no comunismo anarquista. Para Kropotkin (1987, p. 180; tradução nossa):

> novas instituições econômicas e sociais, na medida em que sejam uma criação das massas, novos sistemas éticos e novas religiões, todas se originam da mesma fonte, e o progresso ético de nossa raça, visto em suas linhas gerais, aparece como extensão gradual dos princípios de ajuda mútua da tribo a aglomerações sempre maiores, de forma a, finalmente, abranger, um dia, toda a humanidade.

É especialmente interessante a descrição do autor sobre a evolução da cooperação na Rússia, descrita como um processo natural (na forma primitiva dos *artels*) fundamental para a colonização da Sibéria, encontrado ainda em seu tempo nas organizações de pescadores e caçadores e diversas outras atividades, mesmo urbanas, não se restringindo ao caso dos camponeses, que é desenvolvido por Chayanov (1991), como veremos mais adiante.

Essa concepção de Kropotkin, especialmente no que se refere a priorizar e dar valor positivo às manifestações de solidariedade entre os homens, é o que permite que ele seja colocado, em certa medida, também como um precursor do método utilizado por alguns autores da economia solidária para analisar a sociedade.

Singer (1998, p. 59), de forma muito próxima ao método utilizado por Kropotkin e resgatado por Cleaver, de descobrir tendências e padrões em desenvolvimento que

indiquem saídas para a crise do capital, valoriza o que ele chama de implantes socialistas dentro do capitalismo, especialmente a democracia política, os sindicatos e as cooperativas, como parte de um longo processo de revolução socialista (que se diferencia de processos de revolução política):

> Por isso, particularmente neste momento histórico, em que o movimento sindical e o estado de bem-estar social estão em crise, o problema científico da revolução socialista não está em determinar o modo como ela irá culminar, mas sim em fazer um balanço histórico-crítico do que foi conseguido face às tendências do capitalismo no futuro próximo. É preciso investigar o potencial de expansão da democracia aos planos de micropoder na sociedade civil, o potencial das representações operárias dentro das empresas capitalistas e o potencial de expansão e desenvolvimento das economias cooperativas complexas como as dos kibutzim israelenses, da indústria cooperativa de Mondragón, no país basco, e das cooperativas de produção da chamada Terceira Itália etc. É preciso avaliar o importante movimento de cooperativas de crédito em países do terceiro mundo, chamados "bancos do povo" ou crédito solidário.

De certa forma, esses implantes socialistas (dentre os quais se destaca a economia solidária) são algumas das formas específicas assumidas pelas associações de ajuda mútua no período posterior à Revolução Industrial, e o processo de revolução social descrito por Singer assemelha-se à longa transformação descrita por Kropotkin e ao processo de transcendência do capitalismo a ser captado pelos estudos empíricos dos trabalhadores em ação.

Resumimos então as proximidades nos seguintes aspectos: o processo de construção da nova sociedade como obra dos próprios trabalhadores, e o estudo do conteúdo positivo das lutas dos trabalhadores, estudo esse fundamentado em uma leitura da sociedade que valoriza o papel ativo da classe trabalhadora e o reconhecimento do socialismo como realidade já existente a partir da constatação da realização de seus princípios nas ações concretas dos trabalhadores.

Desde essa perspectiva é possível refutar uma série de trabalhos críticos em relação à proposta da economia solidária, como por exemplo o de Barbosa (2005), que fazem uma leitura da economia solidária que pouco vai além da “perspectiva unilateral do capital”, analisando exaustivamente a sua funcionalidade para este, negando a existência de um ponto de vista dos trabalhadores na criação desses fenômenos. No entanto não seria correto, a partir dessas semelhanças citadas acima, mascarar que existam diferenças fundamentais entre a proposta de economia solidária e de revolução social socialista de Singer e o conceito de revolução e lutas utilizados pelos marxistas autonomistas – são essas diferenças e essas críticas a base fundamental para a análise realizada no decorrer dessa dissertação. Para começar, apontamos a questão da relação

das formas de luta com a sua cooptação e instrumentalização pelo Estado

Cleaver (1994, s/n; trad. nossa) destaca que o objeto do pesquisador comprometido deve ser descobrir antigas e novas formas de cooperação, “especialmente aquelas que repetidamente escapam as restrições da instrumentalização capitalista”. Isso deve explicar a sua rápida rejeição ao cooperativismo, quando por exemplo denuncia[7] estratégias que levam “ao controle dos trabalhadores por si mesmos, bem como ao controle dos meios de produção, **para o capital**” (Cleaver, 1981, p. 123).

Nesse sentido Cleaver retoma um conceito utilizado por Marx em uma citação bastante conhecida referindo-se às cooperativas:

> As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da velha forma, a **primeira ruptura da velha forma**, embora elas naturalmente reproduzam e tenham de reproduzir em todo lugar, em sua organização real, as mazelas do sistema existente. Mas, dentro delas, a contradição entre capital e trabalho está superada, mesmo que inicialmente apenas na forma de que os **trabalhadores, enquanto associação, são seus próprios capitalistas**, o que significa que utilizam os meios de produção para a valorização de seu próprio trabalho.

Enquanto os críticos da economia solidária ressaltam nesta passagem que as cooperativas tenham de reproduzir as mazelas do sistema existente e o fato de que, nas cooperativas, os trabalhadores são seus próprios capitalistas, os defensores obviamente ressaltam o caráter de ruptura das cooperativas e a superação, ainda que inicial, da contradição entre capital e trabalho. Dessa forma, Singer (1998, p. 49), também baseando-se em Marx, enxerga, de forma oposta a Cleaver, como um avanço a opção pela coexistência frente a realidade da hegemonia do capital:

> Finalmente, a terceira reação generalizável é a formação de sindicatos e cooperativas que funcionam, de certa forma, como implantes socialistas nos interstícios do capitalismo. Como vimos, sindicatos e cooperativas surgem na Grã-Bretanha da primeira metade do século XIX como instrumentos de ação direta para erguer uma economia socialista em lugar da capitalista aqui e agora. Em confronto com o capital industrial e o governo parlamentar whig representativo da burguesia, a vaga revolucionária de sindicalistas e cooperadores foi detida e, em seguida, destroçada. A lição foi apreendida e o movimento operário se reformulou, adaptando-se à hegemonia do capital e passando a tentar transformá-lo a partir de dentro.

Em lugar de enxergar essa adaptação como capitulação ou desistência frente ao projeto de transformação social radical, Singer enquadra o cooperativismo dentro de um amplo processo de cooptação descrito com ares de inevitabilidade e positividade. A questão não explorada é até que ponto essa adaptação à hegemonia do capital é capaz

7 Nesta crítica, Cleaver iguala estratégias de participação do capital na França, de codeterminação na Alemanha, ou de controle dos trabalhadores na Iugoslávia. A diferenciação entre participacionismo e economia solidária será retomada mais à frente neste trabalho.

de criar as condições para a sua superação:

> Na medida em que lutas anticapitalistas dão resultados, as instituições que as travam passam a se adaptar à sociedade burguesa por uma série de motivos, inclusive para preservar as conquistas obtidas. Com isso, a sociedade burguesa se democratiza e engloba instituições que promovem o bem-estar social e ao mesmo tempo os sindicatos, os partidos e as cooperativas criadas pelos trabalhadores se aburguesam. (Singer, 2000 p. 15-16)

Autogestão e economia solidária

Esse elemento, o de uma percepção diferente a respeito das possibilidades de cooptação das ações dos trabalhadores, também pode ajudar a trazer luz sobre as diferentes utilizações do conceito de autogestão, que é carregado de uma enorme variedade de significados. Analisá-lo mais detalhadamente também pode trazer alguma luz sobre os diferentes entendimentos da perspectiva da economia solidária.

De acordo com Nascimento (2007), o termo autogestão aparece pela primeira vez como tradução da palavra servo-croata *'samoupravlje'*, que designava a experiência do socialismo Iugoslavo e se popularizou na França a partir dos acontecimentos de 1968. No entanto, a partir de então ela passou a ser usada, como o faz Tragtenberg (2008, p. 13), para designar momentos um tanto diferentes da experiência iugoslava, em que "o proletariado e os assalariados em geral gerem por si mesmo suas lutas, através das quais se conscientizam de que podem administrar a produção e criar novas formas de organização do trabalho". Tragtenberg então classifica como períodos de predomínio da autogestão aqueles de ascensão dos movimentos de massas como a Comuna de Paris de 1871, a Revolução Russa de 1917, a Guerra Civil Espanhola de 1936, as rebeliões de 1918-19 na Hungria e a criação do Sindicato Solidariedade na Polônia, em 1978.

Essa concepção de autogestão também é destacada por Bruno (1985), que enfatiza o desenvolvimento da estratégia de autonomia operária, esta entendida como autonomia em relação aos modelos capitalistas de organização e gestão, que ocorre em momentos de luta direta contra o capital, e que se manifesta nos momentos mais agudos das lutas operárias, através de relações livres e coletivistas. Nesse sentido, as práticas autônomas são definidas como situações de extrema horizontalidade e nas quais, quando há representantes, estes são controlados, aparecendo normalmente (mas não obrigatoriamente) sob a forma da comissão de trabalhadores. A radicalidade das lutas não se define, portanto, pelos seus objetivos (sejam imediatos ou futuros), mas pelas relações sociais que estas criam, especialmente as formas de organização que se antagonizam com a organização da fábrica.

Nascimento (2007), por outro lado, nos apresenta uma conceitualização bem mais abrangente de autogestão. O autor se apoia em Gurvitch, identificado como pioneiro no estudo da autogestão, que em uma série de conferências na Iugoslávia apresentou três vias para seu estudo. Apenas a primeira delas refere-se ao surgimento espontâneo de conselhos de trabalhadores dentro da ebulição de uma revolução social; as demais vias se referem à instauração dos mesmos conselhos por um governo político ou o seu desenvolvimento por etapas e não seriam consideradas autogestão por Faria ou por Bernardo.

Uma outra categorização apresentada Nascimento (2007) e que expande o conceito de autogestão é a construída por Bayat, que se refere mais ao contexto onde são realizadas as experiências: a) dualidade de poder em conjunturas revolucionárias (Chile de Allende e Portugal de 1974); b) países ditos socialistas do terceiro mundo (Cuba e China); c) autogestão em governos populistas do terceiro mundo (Peru e Egito); d) possibilidades de autogestão em condições normais da periferia do capitalismo. Nascimento (2007) cita ainda Mothé para quem o conceito de autogestão engloba também diferentes níveis: o da relação do trabalhador com seus instrumentos, o do trabalho em equipe (já assimilado pelo toyotismo), o da empresa e, por fim, o nível do conjunto da sociedade.

Nascimento oferece uma contribuição fundamental para situar a economia solidária dentro do campo mais amplo das lutas em prol da autogestão, no entanto a diversidade de situações apresentadas como autogestão por vezes confunde e dificulta delimitar as especificidades do conceito. Nesse sentido, é fundamental buscar explicitar os parâmetros utilizados para delimitar as diferentes conceituações de autogestão, de forma que esta seja um conceito útil para analisar a proposta da economia solidária. Para tanto, é elucidativa a conceituação de Mothé (2009, p. 26), que propõe uma separação *grosso modo* dos teóricos da autogestão em quatro vertentes distintas. A seguir, apresentaremos tais vertentes buscando respeitar a sequência histórica de sua utilização de acordo com Mothé (2005).

Primeiramente, aparece a vertente originária do socialismo Iugoslavo, que aplicou o termo a “regimes totalitários comunistas”. Posteriormente, temos a vertente política revolucionária maximalista, em que a autogestão só existe depois do capitalismo; a vertente política revolucionária militante, segundo a qual, dentro do capitalismo, a democracia direta ocorre nas lutas dos assalariados; a vertente política reformista, cujos representantes “prometem, em seus programas eleitorais, efetuar algumas melhorias por

meio de uma participação mais importante dos cidadãos nas decisões" (Mothé, 2009, p. 27), e, por fim, temos a vertente alternativa, que diz respeito a profissionais que tentam materializar espaços de autogestão limitados e circunscritos (Mothé, 2009, p. 27). Vejamos como este autor estabelece a relação entre as diversas vertentes:

> Afirmando inicialmente que a autogestão não é compatível com a economia de mercado e que só poderá se realizar quando abolida a propriedade privada, os maximalistas priorizam a revolução e não aceitam qualquer tentativa experimental de autogestão. Parecem ignorar a experiência das práticas de democracia direta das cooperativas, das sociedades mutualistas e das associações que se instituíram em reação ao sistema capitalista desde o século XIX. Os militantes revolucionários, por seu turno, aceitam a idéia de que a democracia direta possa ser utilizada em um sistema capitalista, unicamente no âmbito das reivindicações dos assalariados. Essa democracia direta das lutas assumiu, a partir dos anos 1970, um lugar cada vez maior nas práticas de conflito. (Mothé, 2009, p. 27)

É bastante óbvio que a vertente definida por Mothé (2009) como alternativa (práticas de democracia direta na cooperativa) se aproxima ou se sobrepõe à definição de economia solidária. Podemos citar, por exemplo, como Singer (2005, p. 12) elenca a autogestão (entendida como democracia no interior do empreendimento) como elemento definidor da sua economia solidária:

> Existem diferentes ênfases em Economia Solidária, a minha é a autogestão. Para mim, o que diferencia a Economia Solidária de outras formas de organização da produção, do consumo, da distribuição, é a ausência de distinção de classes entre os que se organizam para essas atividades, a democracia na unidade de produção, distribuição e assim por diante.

Por outro lado, vimos que é possível fazer uma aproximação simplificada entre a vertente política revolucionária militante e o marxismo autonomista. Vejamos, por exemplo, a forma como Bruno (1985, p. 32) define a autogestão como a prática em que os operários, a partir de suas lutas igualitárias e coletivistas, promovem a:

> expansão dos critérios proletários de luta para a reorganização do processo de trabalho. Ou seja, é um momento de radicalização das lutas autônomas, a autogestão significa serem os próprios trabalhadores a gerir a produção. É uma forma bastante avançada de luta, onde os operários se reapropriam do espaço e do tempo, redefinido-os, destruindo as hierarquias, eliminando a dualidade dirigentes/dirigidos, a divisão entre trabalho manual e intelectual.

Esse processo pelo qual as lutas autônomas dos trabalhadores podem alcançar a autogestão é descrito por Bernardo (2009) como radicalização das lutas coletivas e ativas dos trabalhadores, que podem partir da sua forma mais simples, que seria o trabalho de acordo com formas e ritmos decididos por eles próprios, desrespeitando as normas da administração, o que já demonstraria uma tendência prática ao controle dos processos econômicos através da constituição de grupos informais. Na medida em que aumentam a

produtividade da empresa, esses grupos têm um papel ambíguo, mas podem evoluir para, por exemplo, formas coletivas de sabotagem contra a empresa, ou então para greves conduzidas ativamente por seus participantes, e não conduzidas exclusivamente por aparelhos burocráticos. No limite dessas formas coletivas e ativas está a transformação da greve em ocupação e reorganização da produção na empresa, efetivando a autogestão, entendida como ápice até o momento encontrado pelas lutas coletivas e ativas. Nesse sentido, não há uma correspondência exata com a afirmação de Mothé de que a democracia direta só possa ser utilizada no âmbito das reivindicações dos assalariados, mas há uma teoria que parte dessas reivindicações para a construção de alternativas de produção.

Entendida como radicalização das lutas autônomas, a autogestão é, ainda, ponto de partida para novos desdobramentos do processo de transformação social, e não um ponto de chegada. Tanto mais na medida em que, dado que não pode haver ilhas autônomas em um contexto capitalista, as instituições autogestionárias estão sempre vulneráveis à burocratização e à apatia dos trabalhadores, a não ser em momentos de generalização das lutas. Dessa forma, a autora estabelece um conceito de autogestão como expressão da autonomia da classe operária frente ao capitalismo como meio de luta através do qual os trabalhadores se conscientizam de que são capazes de gerir a produção.

Não se pode deixar de notar que Mothé (2009) faz uma crítica à vertente maximalista ao afirmar que esta parece ignorar, por exemplo, a existência das cooperativas. Embora discordando disto, é interessante analisar algumas críticas que os teóricos efetivamente fizeram às cooperativas ou a outras experiências da denominada vertente alternativa de estudos da autogestão. Como vimos, Cleaver (1981) elaborou uma crítica associando o cooperativismo com estratégias de participacionismo impostas pelo capital. Em outro trabalho, no entanto, ressaltou a existência de momentos positivos da autonomia:

> O conceito de Negri de auto-valorização então designa o que eu acho útil caracterizar como momentos positivos de autonomia dos trabalhadores – aonde os momentos negativos são feitos da resistência dos trabalhadores a dominação capitalista. Ao longo do poder de recusa ou do poder de destruir a determinação do capital, nos encontramos entre a recomposição da classe dos trabalhadores, o poder de afirmação criativa, o poder de constituir novas práticas. Em alguns casos, esses projetos autônomos são construídos em velhas bases, práticas culturais herdadas e protegidas do passado que tem, com sucesso, sobrevivido as tentativas do capital de desvalorização e devalorização. Em outros casos, esses projetos são recém-nascidos, criados da apropriação de elementos que haviam sido parte integral da acumulação capitalista. (Cleaver, 1992, p. 126; tradução

nossa)

Contudo, os momentos positivos destacados por Cleaver geralmente não se referem a momentos de trabalho, dada a sua adesão à tese de que as lutas dos trabalhadores são sempre lutas contra o trabalho. Ademais, esse conceito de positividade e negatividade da autonomia dos trabalhadores não é partilhado, por exemplo, por Bernardo (2009, p. 425), que destaca que nas lutas autônomas sempre há o estabelecimento de relações sociais diferenciadas: “Qualquer que seja o campo em que os conflitos se organizem de maneira coletiva e ativa, eles rompem, não negativamente, mas positivamente, com a disciplina capitalista, substituindo-lhe um outro sistema de relacionamento social”.

Outras críticas dialogam mais diretamente e em maior profundidade com o fenômeno da economia solidária. Para Bruno (1985), a autogestão se contrapõe à burocratização sempre que o processo de luta não é ascendente. Ou seja, para Bruno (1985), ela apenas sobrevive enquanto estão sendo desagregados centros de poder, não se caracterizando como particularidade de uma empresa específica ou solução provisória em termos de crise. A burocratização (quando não há tendência à generalização das lutas) geralmente ocorre através da imposição, pelo mercado, dos critérios capitalistas de organização fundados nos índices de produtividade e eficiência. Através da cooptação, a autogestão se converte então em processo de gestão do capital.

Essa afirmação remete diretamente à possível burocratização que podem sofrer empreendimentos que tentam produzir de forma democrática dentro do capitalismo. De fato, o conceito de classe dos gestores do capital desenvolvido por João Bernardo foi por ele aplicado na reedição de um dos seus livros (Bernardo, 2009, p. 496):

> enquanto eu me referia ao desenvolvimento de um novo tipo de relações, que alteram a disciplina interna da empresa e as hierarquias de trabalho, e para as quais o *output* é considerado não em termos de valor, mas de significado social, os defensores da Economia Solidária pretendem dar um fôlego novo à antiquada forma de cooperativa e, sem ter como critério qualquer reorganização efetiva das relações de trabalho, pretendem produzir valores que concorram enquanto valores no mercado capitalista. Num caso, trata-se de pôr radicalmente em causa a existência de gestores e de inaugurar novos critérios de produtividade, distintos dos critérios capitalistas; no outro caso, trata-se de criar incubadoras [...] para formar gestores encarregados de administrar empresas à beira da falência, de acordo com os critérios de produtividade ditados pelo mercado capitalista.

Aponta-se aí uma diferenciação entre autogestão e economia solidária, que também são apresentadas por Faria (2005, p. 372) como práticas distintas:

> De forma sintética, enquanto o cooperativismo e as experiências de economia solidária e social podem ser desenvolvidos no interior do capitalismo, sem colocá-

> lo em questão, a autogestão significa a realização de relações sociais cujos princípios são antagônicos a esse modo de produção, e por isso consistem em fenômenos efêmeros, mas recorrentes enquanto perdurar o capitalismo.

No decorrer deste trabalho, buscamos entender essas críticas (dos autonomistas à economia solidária) através da aplicação do mesmo método utilizado pelos autonomistas para entender as lutas dos trabalhadores nas fábricas, guardadas as devidas proporções e limitações desse trabalho.

> A argumentação da possibilidade de realização autogestionária de Socialismo ou Barbárie é a mais científica, pois sua premonição repousa sobre as práticas informais em germe nas práticas sociais atuais das populações exploradas e subordinadas ao sistema capitalista. As práticas informais no trabalho mostrariam que os subordinados são portadores de uma racionalidade superior à racionalidade burocrática. (Mothé, 2005, p. 109)

Para tanto, buscamos entender as práticas sociais dos trabalhadores cooperados para captar ou não possíveis tendências de construção de espaços de trabalho autônomo. Mas, antes de passar à apresentação da pesquisa de campo nas próximas seções, prosseguiremos com a elaboração do marco conceitual utilizado.

1.2 – Algumas características da sociedade socialista autogestionária

Nesta seção, estudaremos algumas características de uma sociedade que poderia ser definida como socialista ou pós-capitalista para que, posteriormente, possamos entender quais dessas características estão contidas, ainda que em germe, nas iniciativas chamadas de ‘economia solidária’. Assim, abordaremos duas questões relacionadas, a questão da alienação (ou de sua ausência em uma sociedade socialista) e a questão da existência ou não do mercado como mecanismo de alocação de recursos. Apesar dessas questões não dialogarem diretamente com a realidade com a qual se deparam os empreendimentos de economia solidária hoje, elas são normalmente utilizadas como parâmetros de comparação para os empreendimentos de economia solidária e, mais do que isso, como elementos para analisar a sociedade que seria construída caso estes atingissem o potencial e a expectativa neles depositados.

Em sua análise da Comuna de Paris, encontramos uma das poucas passagens em que Marx (2008) disserta sobre o papel do cooperativismo em uma sociedade socialista:

> A Comuna – exclamam – pretende abolir a propriedade, base de toda civilização. Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são

> fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples meios de trabalho livre e associado. Mas isso é o comunismo, o "irrealizável" comunismo! Contudo, os indivíduos das classes dominantes inteligentes o bastante para perceber a impossibilidade de perpetuar o sistema atual – e não são poucos – erigiram-se nos apóstolos enfadonhos e prolixos da produção cooperativa. Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; **se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódica**s, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo "realizável" – guerra civil na França.

O que se destaca nessa passagem é a definição do comunismo como união das sociedades cooperativas para regular a produção nacional. Analisando isso frente ao fato de que uma das principais criticas à economia solidária é a necessidade desses empreendimentos conviverem em um mercado capitalista, o que os impediria de expressar um verdadeiro controle sobre o seu processo produtivo, comecemos essa seção pela discussão a respeito da possibilidade de organização de uma sociedade baseada no planejamento *ex ante* e no valor de uso social como critério fundamental.

Bernardo (2009, p. 446) aponta que o colapso dos processos revolucionários em geral não é resultado da repressão. O problema, para ele, é que quando "os trabalhadores, com o desenvolvimento da luta autônoma e perante o recuo dos capitalistas, começam a tomar conta do aparelho produtivo e a reorganizá-lo segundo os novos critérios, deparam-se com o mercado mundial". Este encontro impede a reorganização das unidades produtivas de acordo com os critérios de produtividade decorrentes das novas relações sociais.

Como já citamos, de forma semelhante, para Bruno (1985, p. 34),

> se os processos são isolados, isto só é possível através do mercado capitalista. A pressão que ele exerce obriga a fábrica em autogestão a assumir formas capitalistas de gestão, para que tenha a rentabilidade e a competitividade necessárias. A partir daí se impõem os critérios capitalistas fundados nos índices de produtividade e eficiência.

Dessa forma, só seria possível (1985, p. 62,63) "falar de dominância do social sobre a produção quando [...] o valor de uso social, ou seja, seu valor, sua institucionalização social, for o critério fundamental e dominante". Novaes (2009) se aproxima da visão desses autores afirmando que a autogestão, entendida em sua completude, só é possível com um planejamento participativo *ex ante* de toda a economia. Para essa afirmação, Novaes (2008) se apóia em: István Mészáros, que afirma a necessidade de um macrocosmo controlado pelas autodeterminações autônomas de microcosmos; Mandel, e Burawoy, que utiliza como exemplo a experiência Argelina.

As afirmações feitas por todos os autores mencionados por Novaes (2008) partem de uma crítica ao fracasso do “planejamento” soviético, controlado pela burocracia estatal apartada dos trabalhadores, e convergem ao constatar a necessidade, para a efetividade da prática da autogestão, da rejeição aos critérios vigentes no monopólico mercado capitalista para a distribuição da produção.

Neste sentido, esses autores propõem um planejamento global da produção social que não seja centralizado, mas democrático. Mészáros (2002, p. 629) expõe a questão de forma bastante clara:

> O que necessita ser radicalmente alterado é o modo como o “microcosmo” reificado da jornada de trabalho singular é utilizado e reproduzido, apesar de suas contradições internas, através do “macrocosmo” homogeneizado e equilibrado do sistema como um todo” [...] É este complexo que necessita de uma reestruturação radical, de tal modo que um “macrocosmo” qualitativamente diferente e conscientemente controlado possa ser erigido a partir das autodeterminações autônomas de “microcosmos” qualitativamente diferentes. Mas mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade do capitalismo privado pela “expropriação dos expropriadores” pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arranhar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que de forma alterada – no controle pleno do processo de reprodução. Desse modo nada pode ser mais absurdo do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do “socialismo de mercado”.

Essas propostas visam escapar das consequências nefastas do planejamento de tipo soviético através da garantia de uma democracia substantiva propondo que “o padrão de avaliação das realizações socialistas continua a ser a contribuição que as medidas e políticas adotadas possam dar à constituição e à consolidação de um modo de controle social global e de auto-administração substantivamente democráticos” (Mészáros, 2002, p. 861).

Por outro lado, Gaiger (2000, p. 283) propõe que

> imaginar a substituição da economia de mercado por uma nova economia solidária significa desconhecer, [...] de forma preocupante, as margens de liberdade que, se no mercado foram refreadas pelo capitalismo, no âmbito das experiências solidárias é por certo desejável que se preservem e se ampliem. Assim sendo, caberia indagar se as relações internas a esse campo, para ser justas, necessitam abolir todos os princípios do mercado [...] Se é possível disputar as preferências, de forma ética e fundada em pactos sociais, politicamente construídos e acordados; se esta conduta, além de tudo, pode mostrar-se benéfica, a questão ganha outros contornos.

Assim como Gaiger, diversos autores que se baseiam em Polanyi (2000) postulam que o mercado é apenas um dentre outros princípios de institucionalização do econômico, e que o problema não é a sua existência mas a sua dominância sobre os demais princípios. Dessa forma seria necessário apenas um reequilíbrio, ou a efetivação de um

controle da sociedade sobre o mercado, invertendo o atual controle do mercado sobre a sociedade. Lisboa (2002, p. 137), por exemplo, propõe que é necessário fazer “face ao desafio da construção social dos mercados, de forma que estes sirvam às comunidades/pessoas”. Para justificar essa proposição, ele recorre às virtudes do mercado, como por exemplo a possibilidade de eleger, mas também à infactibilidade de uma sociedade que, sem mercado, seja capaz de garantir níveis de liberdade e autonomia para o indivíduo.

Nesse artigo, em que busca justificar a necessidade da existência de competição no mercado em uma “boa sociedade”, Lisboa recorre a Claude Lefort e Cornelius Castoriadis, dois dos principais autores do grupo Socialismo ou Barbárie, argumentando em prol da impossibilidade de uma sociedade organizada de forma plenamente autogestionária. Em primeiro lugar, é importante demarcar que as considerações desses autores não se referem exatamente à questão da existência de mecanismos de mercado, e sim a questões mais gerais, com as quais já entramos no debate da alienação. Em segundo lugar, é importante comparar as imputações feitas por Lisboa a respeito dos autores com o que eles efetivamente escreveram.

Sobre Lefort, Lisboa (2002, p. 142) escreve:

> uma sociedade inteiramente regida pelo princípio da autogestão é inconsistente e despótica, pois nela o poder coincidiria totalmente com a sociedade, formando uma unidade que dissolveria todas, ocultando e negando a pluralidade, a fragmentação e a heterogeneidade dos processos de socialização (Lefort). É isto o que faz o totalitarismo, ao recusar que a divisão seja constitutiva da sociedade (a única divisão é entre o povo e seus inimigos, uma divisão entre interior e exterior).

Vejamos, porém, o que Lefort (1987, p. 64) efetivamente diz:

> Digamos imediatamente que a autonomia só pode ser relativa. Reconheçamos, porém, que é igualmente vão querer fixar ou querer apagar seu limite na realidade empírica. Essas duas tentações são observadas no debate sobre a autogestão [...] Ou se denuncia como inconsistente a ideia de uma sociedade inteiramente regida pelo princípio da autogestão, ou não se teme imputar a um desejo de conservação das velhas estruturas de dominação todas as resistências ou críticas que ela suscita.

Toda a argumentação do autor tentará escapar desses dois polos. Ainda que ele realmente faça duras críticas ao que denomina “indigência do pensamento autogestionário a partir do momento em que pretende inscrever seus objetivos no real” (Lefort, 1987, p. 66) e à não percepção do sentido social do poder (sua relação com as aspirações), Lefort também refuta os argumentos dos realistas que propõem que:

> os imperativos da produção e [...] da organização moderna tornariam inviáveis a

> participação de todos nas responsabilidades públicas; imporiam um esquema de divisão do trabalho que reforçaria as hierarquias fundadas sobre a competência, colocando-a cada vez mais no fundamento da autoridade; além disso, a dimensão de nossas sociedades, a complexidade das tarefas requeridas pela mobilização dos recursos para objetivos de interesse geral, a coordenação dos setores de atividade, a satisfação das necessidades sociais de todos os gêneros, a proteção da ordem pública e a defesa nacional só poderiam estar de acordo com um processo de centralização das decisões, ou melhor, combinado com a multiplicação de órgãos representativos, rigorosamente distintos da massa instável de seus mandantes; face a essas necessidades, o ideal de uma autogestão se efetuando nas fronteiras de múltiplas células sociais seria quimérico. (Lefort, 1987, p. 65)

Lefort não nega a pertinência de tais colocações, mas rebate esses argumentos em três esferas. Em primeiro lugar, afirma que eles confundem “poder e competência”, quando na verdade ocorre que a imagem do poder mobiliza a competência a seu serviço, e a disposição da hierarquia na realidade não se deduz do princípio de distinção das competências. Em segundo lugar, Lefort lembra que as causas são também efeitos e que são escolhas sociais de tecnologias, implantação das indústrias etc. que precipitam o processo de centralização e concentração de poder. Por fim, Lefort (1987, p. 66) argumenta que

> a crítica do ideal da autogestão induz a desconhecer todas as possibilidades de iniciativas coletivas contidas nos espaços governáveis pelos que os povoam, as possibilidades de novos modelos de representatividade, assim como a possibilidade de novos circuitos de informação que mudariam os termos da participação nas decisões públicas.

Os argumentos de Lefort remetem à negação da submissão às condições da ordem estabelecida e da naturalização da estrutura social. Este parece ser o ponto do qual Lisboa não consegue desprender-se ao afirmar que: “Em face da complexidade crescente da moderna divisão do trabalho, na qual grande parte das atividades especializadas é predeterminada, nunca poderemos suprimir completamente as relações heterônomas no seio do processo econômico” (Lisboa, 2005, p. 112).

Mas Lefort realmente propõe pensar os limites da autonomia, não por conta da complexidade da sociedade moderna, mas de um ponto de vista filosófico, negando a possibilidade de abolição do poder e a possibilidade de uma sociedade que estaria espontaneamente de acordo consigo mesma, pois essa seria na verdade uma sociedade totalitária (Lefort, 1987, p. 67):

> Ora, o que é esse ponto de vista sobre tudo e sobre todos, esse amoroso abraço da boa sociedade senão um equivalente do fantasma da onipotência que o exercício de fato do poder tende a produzir? Que é o reino imaginário da autonomia senão um reino governado por um pensamento despótico?

O que Lefort propõe aqui é questionar o limite máximo da sociedade autônoma que não se diferenciaria nunca de seus órgão de poder, que essa busca teria como consequência prática a constituição de uma sociedade totalitária, expondo o perigo de que a utopia de uma sociedade autônoma possa levar ao totalitarismo, cujo conceito é construído sempre em comparação com a deformidade soviética, que nega que a divisão seja constitutiva da sociedade. O problema seria a denegação da divisão da sociedade (impossível de deixar de existir), que sempre desembocaria no totalitarismo, no limite: “o partido não aparece como distinto do povo ou do proletariado que é sua quintessência”, procede-se a uma “identificação do povo com o proletariado, do proletariado com o partido, do partido com a direção, da direção com o Egocrata” (Lefort, 1987, p. 114).

Essa posição de Lefort pode até significar uma oposição ao pensamento de Mészáros (2002, p. 425), que, por exemplo, de forma mais pretensiosa, propõe a possibilidade de que

> As barreiras entre “Nós” e “Eles” só serão desmanteladas pelo empreendimento prático sustentado que resolve diretamente os candentes problemas existenciais do povo. Quanto à última tarefa, sua realização é viável apenas com base na articulação autônoma material institucional da dimensão de controle do processo de trabalho como um todo por aqueles que nele se engajam ativamente. Apenas isso pode fornecer tanto os objetivos como os meios necessários para o autodesenvolvimento da consciência de massa socialista.

No entanto, essas constatações sobre o limite último da autonomia não implicam que Lefort estivesse postulando a impossibilidade da efetivação de uma coordenação da produção pelos trabalhadores. Para confirmar isso, basta ler as análises que o autor fez sobre as reivindicações formuladas e as práticas realizadas no breve período da Revolução Húngara.

Lefort (1987, p. 181), em artigo de 1977, afirma que:

> de fato, a revolução húngara adquire dimensão universal porque tentou assumir a tarefa de destruir o totalitarismo, sem querer restaurar aquilo que tinha constituído o objeto da derrubada: essa democracia burguesa; e, simultaneamente, porque procurou destruir a propriedade estatal dos meios de produção sem querer restaurar a propriedade privada. Todas as proposições formuladas pelos conselhos operários, assim como os embriões de programas elaborados no curso da revolução, [...] testemunham um projeto sem precedente histórico: projeto anticapitalista e antiburocrático.

Quando analisamos o conteúdo desse projeto, constatamos que há um papel central atribuído a órgãos democráticos designados como conselhos operários, cujo sistema de delegação é baseado na eleição direta desde os locais de trabalho. Esse papel não é menos que o de dirigir a economia, “a faculdade não apenas de determinar

as normas de produção, a repartição dos salários, as condições de trabalho no plano local, mas de decidir, em escala nacional, sobre investimentos, dirigir os assuntos econômicos do país" (Lefort, 1987c, p. 183).

Nesse sentido, o reconhecimento do limite da autonomia que aparece na formulação contida no processo de insurreição húngara, e que é bastante elogiado por Lefort, não aparece na perspectiva de uma introdução de mecanismos de mercado, mas na multiplicação de órgãos políticos que conformariam uma democracia socialista em contraposição à democracia burguesa:

> Uma federação dos Conselhos operários; um Parlamento eleito pelo sufrágio universal cuja legitimidade seria garantida pela liberdade de associação e de expressão; a reconstrução de sindicatos a partir da base, especializados na defesa dos interesses operários e beneficiários do direito de greve. [...] O desejo de sindicatos autênticos supõe que não poderia haver sociedade de acordo consigo mesma, libertada, de uma vez por todas, de antagonismos internos; que mesmo ali onde a democracia funciona melhor, no quadro da produção, pode, por exemplo, produzir-se uma clivagem entre os Conselhos e o conjunto dos operários que aí apenas se encontram representados ou, por exemplo, uma clivagem entre certas categorias de trabalhadores desfavorecidos e a maioria, ou ainda, conflitos se engendrando a partir das desigualdades de desenvolvimento entre certos setores da produção ou certas regiões. (1987, p. 184)

Em outra passagem, Lisboa (2002, 143) afirma que "é Castoriadis, o filósofo da sociedade autônoma, quem reconhece que 'nunca uma sociedade será totalmente transparente'". Realmente, o autor afirma, em um sentido muito parecido com Lefort, que:

> Se por comunismo ("fase superior") compreendemos uma sociedade onde não existiria qualquer resistência, qualquer espessura, qualquer opacidade; uma sociedade que seria para si mesma pura transparência; [...] uma sociedade que descobriria, formularia e realizaria sua vontade coletiva sem passar por instituições, ou cujas instituições jamais causariam problemas – se é disso que se trata, é preciso dizer claramente que isso é um devaneio incoerente, um estado irreal e irrealizável cuja representação deve ser eliminada. É uma formação mítica [...] Nunca uma sociedade será totalmente transparente. (Castoriadis, 2007, p. 134-135)

No entanto, a rejeição da ideia de que uma sociedade será totalmente transparente não significa concluir "pela perenidade da alienação" (Castoriadis, 2007, p. 137), apenas a aceitação de que existe uma inerência em relação ao social e ao histórico, e "uma distância entre a sociedade instituinte e o que é, a cada instante, instituído", dentro da qual sim, seria possível falar em liberdade e alienação. A partir dessa constatação, Castoriadis (2007, p. 134) propõe que: "A práxis não pode eliminar a necessidade de elucidar o futuro que deseja, [...] a política revolucionária não pode eludir a questão do seu resultado e do sentido desse resultado".

E, efetivamente, Castoriadis havia dedicado um grande esforço a elaborar, em um

artigo de 1957, uma definição positiva de socialismo, incluindo o funcionamento autogestionário das fábricas, da economia, etc. Não é nosso objetivo entrar aqui no mérito do esquema de sociedade desenhado pelo autor, mas cabe assinalar que, a despeito do debate sobre a existência ou não de momentos opostos na produção intelectual de Castoriadis, já nessa época o autor percebia que o planejamento democrático não iria corresponder perfeitamente às aspirações da sociedade e à necessidade de instituições para mediar a sociedade, mas, mesmo assim, não propunha uma saída via mercado.

Voltaremos à questão do mercado mais à frente. Agora, nos dedicaremos a abordar os debates em torno da questão da alienação do ponto de vista do marxismo e da economia solidária. Tendo essas questões sido abordadas por Lefort e Castoriadis, principalmente referindo-se à factibilidade das situações-limite de ausência de alienação, Singer (1998, p. 57), no que é seguido por outros autores, traz esse debate para as práticas concretas ao afirmar que “a cooperativa operária realiza em alto grau todas as condições para a desalienação do trabalho e, portanto, para a realização do socialismo no plano da produção”. Para entender essa afirmação, é preciso buscar entender os sentidos atribuídos ao termo alienação do trabalho, para então poder refletir sobre a capacidade das cooperativas de superá-las.

Recorramos ao que o próprio Marx escreveu sobre trabalho alienado nos *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*. Em primeiro lugar, ele se refere à alienação do homem em relação ao produto de seu trabalho: “A vida que ele deu ao objeto se volta contra ele como uma força estranha e hostil”, e, depois, à origem desta, à alienação do homem em relação à atividade do trabalho em si:

> Como poderia o trabalhador ficar numa relação alienada com o produto de sua atividade se não se alienasse a si mesmo no próprio ato da produção? O produto é, de fato, apenas a síntese da atividade, da produção. Conseqüentemente, se o produto do trabalho é alienação, a própria produção deve ser alienação ativa – a alienação da atividade e a atividade da alienação. A alienação do objeto do trabalho simplesmente resume a alienação da própria atividade do trabalho.

Até, aqui trata-se de dois elementos concretos nos quais poderiam ser buscados elementos de “desalienação” dentro de cooperativas de trabalho. No entanto, há um terceiro elemento do trabalho alienante que remete a uma questão mais profunda, o caráter de trabalho como compulsão para a sobrevivência. Como diz Marx (1844, s/n), a questão é que “trabalho, *atividade vital, vida produtiva*, agora aparecem ao homem apenas como *meios* para a satisfação de uma necessidade, a de manter sua existência física”.

Com essa característica o trabalho alienado aliena o homem da própria espécie humana, pois “a atividade livre, consciente, é o caráter como espécie dos seres humanos”. O homem, nesse sentido, perde a sua diferenciação dos animais que “só produzem sob a compulsão de necessidade física direta, ao passo que o homem produz quando livre de necessidade física e só produz, na verdade, quando livre dessa necessidade” (Marx, 1844, s/n). Nesse sentido, o homem, ao invés de fazer de sua atividade vital um objeto de sua vontade e consciência, mesmo “sendo um ser autoconsciente, faz de sua atividade vital, de seu *ser*, unicamente um meio para sua *existência”* (Marx, 1844).

Para finalizar, como consequência dessas três alienações, o homem se aliena dos outros homens. Como todas as relações dos homens consigo mesmos são expressas na relação dos homens com outros homens, toda alienação do homem em relação a si e seu trabalho é vista como alienação do trabalho do homem mediante a ação de um expropriador de seu trabalho.

É o terceiro aspecto da alienação que envolveria a capacidade do homem ter uma atividade vital livre da necessidade de manter sua existência física que nos remete à reflexão feita por Castoriadis (2007, p. 133-134):

> A superação da alienação sob essas duas formas foi, como sabemos, uma ideia central do marxismo. A revolução proletária deveria atingir, após um período de transição, a “fase superior do comunismo”, e essa passagem marcaria “o fim da pré-história da humanidade e a entrada em sua verdadeira história. [...] Basta lembrar que conotaram mais ou menos explicitamente não somente a abolição das classes, mas também a eliminação da divisão do trabalho (“não haverá mais pintores, haverá homens que pintarão”), uma transformação das instituições sociais difícil de diferenciar, em última instância, da ideia de supressão total de toda instituição (“perecimento do Estado”, eliminação de toda restrição econômica) e, no plano filosófico, a emergência de “um homem total” e de uma humanidade que doravante “dominaria sua história”.

A pergunta a respeito do realismo da possibilidade de dissociação total entre o trabalho entendido como atividade humana e a satisfação das necessidades físicas pode ser relativizada entendendo-se a proposição de Marx como diminuição do grau de subordinação da atividade humana aos requisitos da existência física. Ainda assim, é difícil imaginar como o trabalho cooperativo poderia contribuir nesse processo de desalienação, a não ser indiretamente, na medida em que o trabalho cooperativo, para além de garantir a sobrevivência física, possa também funcionar como espaço de realização de atividade como objeto de sua vontade e consciência. Em qualquer caso, a necessidade de sobrevivência física nunca será dispensada como elemento compulsório

do trabalho, no mínimo enquanto este fizer parte de uma formação social capitalista.

A partir destas reflexões, podemos analisar a afirmação de Novaes (2011, p. 62-63):

> Parafraseando Marx, nessas cooperativas isoladas, apesar de se esboçar a superação do trabalho alienado, o móvel ainda é uma mercadoria e os comerciantes de móveis veem apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do móvel; este não tem sentido algum para essas cooperativas. As Cooperativas e Associações de Trabalhadores, na luta pela sobrevivência – na maioria dos casos – e dentro de uma estratégia de conquistar "novos mercados" – para a minoria – não conseguem superar a alienação do trabalho em sua totalidade. Em germe, podemos observar nos casos mais avançados a desalienação parcial do trabalho. No entanto, estas experiências não conseguem superar na prática todas as faces da alienação do trabalho: a perda do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana. Em outras palavras, o fruto do trabalho de associações isoladas aparece como uma coisa estranha e independente dos produtores, ainda que eles tentem dominá-lo. O processo de trabalho na sua totalidade abrangente ("cadeia de produção") continua nas mãos do capital, ainda que os trabalhadores dominem uma parcela muito pequena de algumas etapas do processo de trabalho. O trabalhador associado não é dono de si e não consegue alcançar a sua generidade, enquanto espécie humana, ainda que consiga em alguma medida – *in statu nascendi* – se humanizar no trabalho e contribuir de certo modo para a emancipação do ser humano.

Frente ao conceito analisado de alienação, afirmar que as experiências não conseguem superar todas as faces da alienação do trabalho, inclusive a perda do controle da civilização humana, é constatar que estas cooperativas não concretizaram a superação global do capitalismo. Por outro lado, se compararmos as características da sociedade pós-capitalista com o que podem atingir na prática empreendimentos solidários que sobrevivem dentro do capitalismo, poderemos analisar o papel destes como parte do movimento de desalienação. Ao lembrarmos que a origem da alienação é a alienação do homem do seu próprio trabalho e do fruto dele, a democracia no local de trabalho se coloca como pré-condição não suficiente, porém fundamental, para a desalienação do trabalho; portanto, o movimento de desalienação em germe, ainda que parcial, não é por isso trivial.

Para entender a questão da desalienação parcial nos empreendimentos de economia solidária é útil resgatar a teoria do filósofo marxista Henri Lefebvre, que rejeita a ideia de uma alienação absoluta que desapareceria de uma só vez pela ação revolucionária do proletariado. Lefebvre (2002, p. 210) propõe pensar o conceito de forma dialética, de modo que ele ganha um movimento perpétuo que consiste em alienação–desalienação–alienação, de onde se depreende que a pior alienação de todas é a que bloqueia e interrompe o movimento. Sendo os conflitos criativos *per se,* contradições são

sempre preferíveis à ausência de contradições.

Este conceito de alienação está ligado a outro conceito de Lefebvre, o de práxis parcialmente revolucionária, que não abole de vez a alienação, mas representa um fragmento da práxis total que leva ao exercício de pressões sobre as contradições do real, em vez da prática reformista que aceita e se submete a ele. A questão que fica, portanto, é se – ou em quais condições – a formação de empreendimentos democráticos pode significar um movimento de desalienação do trabalhador que pressiona as contradições da realidade e não se submete a ela.

Podemos analisar também esse processo de desalienação tomando como referência seus dois aspectos mais imediatos, a alienação em relação ao produto e em relação ao processo de trabalho, que estão inter-relacionados mas podem ser caracterizados de forma independente. Enquanto a alienação em relação ao processo de trabalho está ligada primeiramente com a organização interna do espaço de produção, a alienação em relação ao produto diz respeito mais diretamente à esfera da circulação, associada à primeira questão abordada nesta seção, a da presença do mercado como mecanismo de alocação de recursos em uma sociedade socialista.

Para aprofundar as questões das análises realizadas nessa seção, recorreremos à estratégia de estudar algumas experiências históricas do século XX, buscando entender os desafios encontrados em tentativas de construção de sociedades socialistas e a relação com as experiências de organização do trabalho nas cooperativas e empresas autogestionárias (desalienação em relação ao processo de trabalho) e a forma como os produtos desse trabalho eram distribuídos na sociedade (desalienação em relação ao produto), ou seja, a existência de mecanismos de mercado ou de planejamento descentralizado.

1.3 - As tentativas históricas de construção da sociedade socialista autogestionária

Nesta seção, continuaremos buscando entender a possibilidade de organização de uma sociedade baseada no planejamento *ex ante* e no valor de uso social como critério fundamental dominante, mas, desta vez, a partir de uma análise das tentativas históricas realizadas nesse sentido. Poderíamos fazê-lo a partir de uma análise das construções mais ou menos utópicas sobre como uma sociedade sem mercado poderia funcionar, como aquela feito por Santillán (1980) pouco antes do início da experiência real da revolução espanhola, ou a já mencionada construção elaborada por Castoriadis (1957),

ou, ainda, a construção mais contemporânea elaborada por Albert (2003).

Sem tirar o mérito dessas elaborações, optamos aqui por uma análise das experiências reais construídas pelos trabalhadores ao longo do Século XX, tentando entender os motivos de seu fracasso e os avanços construídos em seus breves períodos de existência. Optamos por abordar em maior profundidade as experiências históricas da Revolução Espanhola, do Socialismo de Mercado Iugoslavo e da Revolução dos Cravos pelo fato de que, nelas, a questão da democracia na unidade produtiva se depara com ambientes econômicos e políticos bastante diversificados. Ademais, cada uma destas experiências representa diferentes práticas que foram colocadas sob o conceito de autogestão, sua análise serve para ilustrar as diferenças debatidas teoricamente nas seções anteriores.

Antes de iniciarmos a análise, faremos uma breve consideração a respeito da experiência dos denominados por Singer "cooperativistas revolucionários" ingleses. A maior parte dos estudiosos cita os escritos de Owen e a experiência de sucesso de Rochdale, seja para abordar as origens do cooperativismo, seja para realizar uma crítica ao seu caráter de socialismo utópico. Infelizmente, pouco é dito e estudado sobre o cooperativismo, que, na mesma época, refletia iniciativas autônomas e a auto-organização da classe trabalhadora em uma perspectiva revolucionária.

Essa experiência estava imersa na constituição do sindicalismo revolucionário, que, como aponta Ferreira (2002, p. 228):

> Expressa um estado de espírito de revolta e de emancipação contra as características negativas da opressão e exploração capitalista sobre o operariado. Em segundo lugar, é uma resposta histórica do operariado contra a integração das suas lutas nos parâmetros da perpetuação do capitalismo. [...] Quer em relação aos seus princípios, quer em relação aos seus métodos de luta, pugnava por uma visão autonomista e organicista do sindicalismo. O sindicato, como espaço-tempo da vida quotidiana do operariado, antes de mais nada, era um laboratório de experiências e de aprendizagem social de todos os aspectos relacionados com a produção, distribuição e consumo de mercadorias, imprescindíveis à construção de uma sociedade identificada com os interesses exclusivos da classe trabalhadora.

É nesse sentido que se identificam a formação das cooperativas operárias, conforme afirma Singer (1998), que são cooperativas com grande interconexão ideológica e organizacional com os sindicatos e que "se integravam diretamente na luta de classes". Nesse período, "tornou−se comum grevistas, em ofícios que podiam ser exercidos sem muito maquinário, em vez de cruzar os braços, se lançarem à competição com seus empregadores em esquemas de produção cooperativa". Trata-se de cooperativas

formadas no fim dos anos 1820 e início de 1830, “surgidas de greves ou criadas diretamente por grupos locais de sindicalistas que tinham salários rebaixados ou não conseguiam emprego”. Tinham como objetivo explícito “enfrentar e eliminar a empresa capitalista do mercado”. De acordo com Singer, foram jornadas “quase revolucionárias”.

Mais tarde, elas iriam se fundir com a proposta de Owen, que chegou a crer que “os sindicatos, em pouco tempo − cinco anos −, transformariam a sociedade existente em uma comunidade socialista, mediante a tomada da indústria e sua posterior gestão cooperativa" (Cole e Postgate, 1956, p. 264, *apud* Singer, 1998, p. 65). As proposições eram de “encarregar-se diretamente da construção sob forma cooperativa. O sindicato de 1833, proposto por Owen, a Grand National Moral Union, “parece ter sido projetada para tomar toda a indústria do país da mesma forma como os construtores estavam se propondo a tomar a indústria de construção".

Nesse período, chegou a ser criada uma bolsa nacional de intercâmbio de trabalho, onde produtos eram trocados por hora de trabalho incorporado, e cuja administração era feita por delegados das cooperativas operárias, atingindo grande escala até sofrer com o declínio do movimento sindical como um todo. Na prática, a construção dessa bolsa de trabalho significava a formação de um mercado paralelo para garantir a troca da produção feita diretamente pelos trabalhadores. A utilização de horas de trabalho como medida de valor representa um passo significativo na construção de novas relações sociais.

Frente a esses planos revolucionários, estabeleceu-se um confronto de classes (Singer, 1998):

> Os mestres demitiam em massa os trabalhadores sindicalizados, que respondiam organizando cooperativas e procurando tomar o mercado dos patrões. Mas, para conseguir isso, precisavam sustentar os demitidos e impedir que os empregadores pudessem colocar em seu lugar outros trabalhadores não-sindicalizados.

De acordo com Singer,

> o confronto deu-se basicamente no terreno econômico. Enquanto os trabalhadores enfrentavam categorias isoladas de empregadores, prestando-se ajuda mútua, eles tinham possibilidades de ganhar algumas batalhas. Mas, quando o patronato se organizou e partiu unido em ofensiva para destruir os sindicatos, estes tiveram de capitular. [...] Para que os trabalhadores organizados em cooperativas pudessem disputar o mercado aos capitalistas, eles precisariam, no mínimo, dispor de capital suficiente para manter a maioria ocupada. Quando ofícios inteiros eram vítimas de locaute, a escala do confronto era definida pelos capitalistas, que venciam os trabalhadores pela fome. Quando a iniciativa tinha sido dos trabalhadores, era possível limitar o âmbito das greves em cada momento de modo a ter sempre uma proporção suficiente de companheiros trabalhando, cujas contribuições sustentavam os que se privavam transitoriamente do salário. Nestas

> condições, a produção cooperativa dos grevistas podia reforçar o fundo de greve. Mas, quando os patrões faziam locaute geral, obrigavam todos os trabalhadores a produzir e vender em escala suficiente para sustentar todos os trabalhadores. O que era manifestamente impossível [...] Deste modo, quando a onda de locautes começou a quebrar a resistência sindical, tanto a Grande União Nacional Moral como a bolsa de intercâmbio de trabalho desabaram juntas, em fins de 1834.

Esta experiência desenvolvida no século XIX talvez tenha sido um marco na história do sindicalismo revolucionário, e já antecipava questões que muitas outras tentativas de organização democrática do trabalho em períodos de revolta ou de insurreição iriam enfrentar. Enquanto essas práticas na Inglaterra posteriormente seriam absorvidas pelo sindicalismo reformista através da capacidade de resposta para “uma parte substancial das reivindicações dos operariados”, “melhorando gradualmente as condições de trabalho e os salários” (Ferreira, 2002, p. 229), em outros países (dentre os quais a Espanha), o seu não desenvolvimento resultou na incapacidade de responder às reivindicações do operariado. É nesses países se desenvolvem o sindicalismo revolucionário e, com base na evolução deste, o anarco-sindicalismo, a partir de uma perspectiva não tão “obreirista” e sindicalista (Ferreira, 2000, p. 228).

1.3.1 A revolução espanhola

De acordo com Ferreira (2000), a Espanha se diferenciou dos outros países do mundo porque, mesmo após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Soviética, o anarco-sindicalismo conservou uma força importante na sociedade numa época em que estava sendo substituído em outros países por sindicatos reformistas ou pela ênfase na formação de partidos comunistas. Para Mintz (2006), isso se explica pela existência de sindicatos anarquistas que conseguiram conquistas reais para os trabalhadores, não se limitando a atos terroristas, mas tendo participado de mobilizações de massa.

Nesse contexto, em 1936, os trabalhadores espanhóis, apoiados por contingentes do exército que se sublevaram contra os militares golpistas, conseguiram, por meio de armas, resistir ao golpe fascista contra a República de Frente Popular que havia sido eleita. Especialmente na região da Catalunha, de Aragão e do Levante, não se seguiu o retorno da ordem, mas sim um período extremamente fértil de experimentação da autogestão pelos trabalhadores da indústria e do campo. Alba (2001) descreve a emergência dessa nova ordem social como resultante, em primeiro lugar, do medo dos antigos proprietários, que, ao verem os trabalhadores armados e ao imaginar uma rápida vitória fascista na guerra fugiram e abandonaram suas fábricas e suas terras. Ademais,

como precedentes das coletivizações, alguns anarquistas já estavam desenvolvendo experiências de produção cooperativa frente à perseguição e ao boicote patronal aos militantes. Em Alba (2001) encontramos relatos de uma cooperativa de produção de azulejos e de uma coletividade agrária que já funcionava desde 1932.

Não obstante, um ano antes da guerra começar não se imaginava que o processo ocorreria dessa forma, dado que, em 1935, a CNT realizou um Congresso Nacional em Zaragoza, aonde a proposta adotada foi uma estrutura sindical de organização da produção combinada com a realização de assembleias de moradores, que também participariam da discussão do que e quanto seria produzidos e seriam articulados entre as regiões geográficas através do Congresso Nacional do Povo (Wetzel, 2006).

No plano político, as coletivizações foram apoiadas decididamente pela CNT-FAI[8] (organizações anarquistas) e pelo POUM (partido marxista independente), enquanto os republicanos e membros do Partido Socialista (e da sua central sindical UGT) tinham uma postura dúbia. Ainda de acordo com Alba (2005), seus maiores inimigos não eram os grandes capitalistas e latifundiários, pois estes haviam fugido, mas sim representantes do partido comunista, que defendiam os interesses geopolíticos soviéticos, destes recebendo forte armamento, procedendo a diversas medidas de sabotagem das coletivizações.

Nesse contexto, em 25 de abril de 1937, eclodiu um conflito dentro do próprio *front* republicano da batalha, a partir do momento em que o partido comunista decidiu tomar o controle da central telefônica, então em poder da CNT, que a utilizava para controlar as ligações feitas pelos oficiais do governo. Os anarquistas e poumistas resistiram mais ou menos espontaneamente, tomando controle das ruas, mas os chefes de governo anarquistas negociaram um cessar-fogo, que foi obedecido a contragosto pelos soldados. Com o cessar-fogo, estava aberto o caminho para a retirada da CNT e do POUM do governo, este último jogado na ilegalidade e tendo seu principal líder assassinado. Iniciou-se aí um processo de burocratização das coletivizações, com a nomeação de interventores do partido comunista nos locais de produção, a profissionalização e hierarquização dos exércitos e o controle das principais esferas de organização da sociedade por parte do partido comunista. Apesar da Guerra Civil só ter se encerrado definitivamente em 1939, a autogestão já se encontrava em descenso desde esse momento.

8 Central Nacional dos Trabalhadores e Federação Anarquista Ibérica, sindicato e órgão político dos anarquistas, respectivamente.

A questão do poder na sociedade

Uma das questões mais polêmicas entre aqueles entusiastas das coletivizações diz respeito a qual deveria ter sido a posição da CNT (órgão com maior representatividade e maior impulsionadora das coletivizações) a respeito da obtenção do poder político na Catalunha. Wetzel (2006) descreve que, com a resistência ao levante fascista, o poder foi para as ruas, para as mãos da CNT. Frente a essa realidade, em 20 de julho de 1936, Companys (que havia sido eleito governador) convidou os três principais líderes anarquistas ao seu gabinete, e reconheceu que estes estavam com o poder de fato, oferecendo-lhes um lugar em um Comitê de Milícias Antifascistas.

Colocada a questão nesta plenária, Garcia Oliver defendeu a posição de que a CNT assumisse totalmente o controle do processo revolucionário, sob a pena de que, se não o fizesse, deixaria um vácuo de poder nas mãos dos partidos marxistas. Sua posição foi contraposta por Federico Montseny, anarquista individualista, que defendeu que um governo da CNT seria uma ditadura sobre a população, e por Abad de Santillan, que focou o perigo de uma intervenção estrangeira na guerra, posições que acabaram levando ao aceite da proposta de divisão do governo.

Para o membro do POUM Vitor Alba (2001), o preconceito da CNT em relação à tomada do poder o entregou nas mãos dos comunistas, o que acabou com qualquer esperança de vencer a guerra na medida em que foram enviadas, secretamente, todas as reservas de ouro espanholas para Moscou, que se viu na condição de fornecedor monopolista de armamentos para a guerra, podendo impor seus preços e suas condições de utilização, que atendiam aos interesses geopolíticos de Moscou. Para Alba, assim como para Wetzel, a CNT havia perdido a oportunidade de impor outra forma de governança dos trabalhadores nos momentos iniciais da guerra civil. Já Mintz (2002) defendia a manutenção e legitimação do poder descentralizado e autônomo que emergiu nas diferentes localidades, e não a criação ou participação em outro poder global. O fato é que, permitindo a conservação de poderes políticos distantes das instâncias onde a autonomia dos trabalhadores estava se efetivando, as coletivizações se fragilizaram e acabaram desmanteladas.

À complicada questão do poder político somamos a questão colocada por Alba (2001) a respeito do poder financeiro, dado que a não ocorrida coletivização dos bancos, considerados atividade improdutiva e portanto negligenciados pela CNT, teria possibilitado o necessário financiamento às coletivizações industriais.

A desalienação quanto ao processo de trabalho – Organização interna da produção

De acordo com Wetzel (2006), no plano da organização interna, as empresas coletivizadas costumavam contar com um comitê de controle incluindo de cinco a dez membros, eleitos em assembleia, no qual deveriam estar representados todos os sindicatos e departamentos da empresa. O comitê elegia um diretor, espécie de gerente da empresa fiscalizado por todos os trabalhadores e que seguia as orientações do comitê. No tocante à remuneração, a tendência foi, na medida do possível, de aumentar os salários mais baixos, sem cortar os que eram mais altos, havendo flexibilidade para a organização de cada empresa. Há apenas um relato de socialização municipal da economia, em Hospitalet de Lobregat, onde se implementou um salário único, a partir do repasse do subsídio das indústrias mais rentáveis para as menos rentáveis.

Em um primeiro momento, a disciplina fabril deu lugar à espontaneidade, a que a situação de guerra contribuiu com uma injeção de entusiasmo. Os comitês, responsáveis pela organização dessa disciplina, tinham o papel de conseguir mediar a necessidade de democracia e a de obtenção de resultados no trabalho. A forma mais comum de lidar com os problemas foi a convocatória de assembleias, ainda que alguns comitês que tenham assumido o papel de patrões tenham chegado a ser destituídos (Alba, 2001).

Em alguns relatos também são apontadas as contradições, como o caso de uma fábrica de ladrilhos em que a taxa mínima de produção por trabalhador teve de ser restabelecida porque havia aproveitadores, mas dessa vez os limites mínimos incluíam consideração em relação à idade e ao estado de saúde. Além disso, manteve-se uma produção média acima da cota mínima, que não acabou por nivelar por baixo o esforço dos trabalhadores.

No tocante à organização interna das coletividades agrícolas, o relato (Alba, 2001) é de que os dirigentes das coletividades tinham um mandato de um ano, podendo ser substituídos a qualquer momento, mas, na maioria dos casos, os eleitos que eram criticados nas assembleias pediam demissão. Já Wetzel (2006) cita realidades variadas, desde casos de formação de uma elite dirigente (vila de Angés) a casos como o de Mas de las Matas, onde os comitês eleitos tomavam as decisões quase sempre em assembleia.

No setor têxtil não se alcançou o fim do trabalho técnico e não se conseguiu abolir o papel dos encarregados especializados. Alba (2001) apresenta o relato de um militante sindical que trabalhou em uma grande fábrica de tecidos com cerca de dois mil trabalhadores, onde um comitê de gestão de doze trabalhadores foi eleito para assumir

responsabilidades nas seções financeira, técnica e intersindical. Os encarregados de cada seção eram eleitos diretamente pelos trabalhadores e não recebiam um salário diferenciado, mas havia alguma desconfiança em relação ao fato de não trabalharem na produção. Nessa fábrica, os salários mais altos foram rebaixados em vinte por cento e foram mantidos técnicos, porém sem a função de mando imediato sobre o pessoal.

A desalienação em relação ao produto – organização da economia

Após o período inicial em que a produção foi retomada pelos trabalhadores de forma espontânea, as coletivizações passaram a ter uma organização por ramos de indústria, geralmente definidos pela organização sindical preexistente. A necessidade de coordenação através do sindicato advinha da necessidade de combate à escassez de bens de primeira necessidade, adaptação das indústrias de guerra, obtenção de matérias-primas etc. A forma de propriedade privada coletiva era admitida pela CNT como uma concessão à realidade do momento, ainda que a forma defendida fosse a propriedade social, mais adequada à organização da federação industrial (Wetzel, 2006).

Alba (2001) relata que, após a organização das federações industriais (algumas diretamente vinculadas ao sindicato e outras independentes), houve uma tentativa de coordenação generalizada das coletivizações através da implantação do Conselho de Economia pelo Comitê de Milícias; no entanto, os membros desse conselho nunca foram eleitos pelos comitês de fábrica e, de qualquer forma, o comitê deixou de ter poder real quando a CNT decidiu aderir à Generalitat (governo catalão).

Para entender como funcionou o planejamento da economia através do sindicatos, vejamos alguns setores específicos. Wetzel (2006) descreve que a federação ferroviária buscou racionalizar o sistema de transporte espanhol substituindo os critérios do lucro pelos critérios da utilidade pública, desativando linhas supérfluas e criando novas rotas, processo que ocorreu com outros serviços públicos. De forma semelhante, houve uma (re)organização de setores em que pequenos produtores utilizavam trabalho assalariado, como os marceneiros e barbeiros (cujos assistentes estavam entre os trabalhadores mais explorados e com piores condições de trabalho). Nesses casos, as pequenas unidades foram fechadas e substituídas por um número menor de unidades maiores e melhor equipadas, com melhores condições de trabalho.

O planejamento integrado permitia que se superassem contradições que surgiriam caso não houvesse uma integração entre as diferentes unidades produtivas. No setor de espetáculos e artes, por exemplo, atividades deficitárias, porém com teor social, como as

peças de teatro e os músicos populares, puderam ser mantidas a partir de atividades superavitárias, como os canódromos e os cinemas, porém com um salário unificado no setor. No entanto, quando havia dependência do mercado mundial, como nas minas de potássio de Sallent, esse planejamento já se mostrava impossível devido ao boicote do mercado internacional, para onde noventa por cento da sua produção era direcionada.

Nas experiências agrárias da região do Aragão, os trabalhadores eram, em sua maioria, pequenos proprietários, e as coletividades se federaram, havendo uma coordenação da produção. Houve experimentos de abolição do dinheiro (Vila de Alcorisas e Mas de las Matas), que enfrentaram resistência dos camponeses, e experimentos mais bem aceitos de utilização de cartões ou vales emitidos pelas próprias coletividades (como em Monzón) (Alba, 2001).

Seja porque os trabalhadores assumiram o comportamento de capitalistas coletivos (enfocando apenas o aumento de sua própria remuneração), seja porque os mecanismos de articulação entre as indústrias se distanciaram das bases (prescindindo de mecanismos de controle democrático e dependendo de relações pessoais), é interessante perceber que, conforme propôs Lefort[9] (1987), na medida em que os sindicatos assumiram o papel de organizadores e planejadores da economia, foi sentida a necessidade de uma nova instância que defendesse os interesses dos trabalhadores locais frente ao comitê econômico dos sindicatos (Alba, 2001 e Mintz, 2006). Mintz (2006) ressalta que, em muitos casos, os trabalhadores chegaram a organizar greves contra os sindicatos, demonstrando que nem mesmo em um movimento revolucionário levado a cabo em uma perspectiva anarquista os movimentos autônomos dos trabalhadores escapam do risco da cooptação e institucionalização.

1.3.2. O socialismo de mercado iugoslavo

A próxima experiência abordada retrata o momento em que a autogestão começou a ser discutida nos marcos de uma sociedade socialista que buscava uma diferenciação frente às deformações da União Soviética, mas não deixou ter uma característica totalitária. Como antecedentes, Nascimento (2006) menciona o fato da guerra de libertação dos nazistas ter criado formas diferenciadas de poder (por ter sido organizada na forma de guerrilha composta pelos próprios iugoslavos), tendo havido experiências de autogestão de fábricas já em 1941. Alba (2001) ressalta também a importância da

9 Ao analisar as propostas de organização social presentes na insurreição húngara.

experiência adquirida pelos Iugoslavos que lutaram nas brigadas internacionais durante a Guerra Civil Espanhola e tiveram oportunidade de entrar em contato com as coletivizações.

Já Guillerm e Bourdet (1976), apesar de enfatizarem a pressão legítima de alguns setores da base sobre os quadros do partido, enfatiza que a libertação ocorrida em 1945 deu origem a um estado do tipo stalinista, mas com uma burocracia respaldada pela população por garantir a reorganização da economia e a independência do país, colocada em risco sob a ameaça de invasão russa, a partir de 1948. Eles afirmam que a única forma de Tito resistir seria contar com o “apoio ativo e entusiasta das massas”, daí a necessidade de conciliar as massas e a classe operária com a classe dirigente.

Seja qual for a composição exata dos fatores que originaram a experiência de autogestão Iugoslava, a justificativa oficial para sua aplicação era basear-se em uma interpretação mais correta das teorias de Marx. Desta forma, na Iugoslávia estar-se-ia construindo o verdadeiro socialismo, com a emancipação do trabalhador via autogestão no trabalho como elemento principal.

Na prática, houve diversas limitações à implementação da autogestão, e o modelo Iugoslavo de socialismo, personificado em um comandante do exército, não resistiu à morte de seu líder, tendo resultado, ao final de trinta anos de experiência, em fragmentação territorial e guerras étnicas.

A questão do poder na sociedade

Para Guillerm e Bourdet (1976), a Iugoslávia constituía-se em um regime de duplo poder, com a classe burocrática de um lado e, de outro, o proletariado organizado parcialmente em um setor autogerido, situação essa que teria se eternizado por mais de vinte anos, refletindo-se nas oscilações da legislação e das práticas sociais relatadas na seção anterior.

A doutrina da classe dirigente era uma leitura própria do conceito marxista de “definhamento do Estado” em que se propunha um alargamento gradual do espaço da liberdade. De acordo com os mesmos autores, de 1950 a 1965, o Estado iugoslavo pareceu realmente caminhar no sentido de uma maior autonomia das comunas e dos poderes locais, com simbiose entre os conselhos comunais e os conselhos operários, mas na prática havia uma tendência à ocupação dos espaços pelos dirigentes locais da Liga, o partido único Iugoslavo, que formavam uma “pequena burocracia”. De qualquer forma, é difícil acreditar que a liberdade pudesse ser gradualmente cedida pelo estado,

contra os seus próprios interesses.

Para Nascimento (2006), houve uma nova tentativa de democratização a partir de 1974, com a estruturação de um novo sistema político, baseado na eleição de trabalhadores delegados em suas organizações e comunidades para a “assembleia da comunidade sociopolítica”, formada por: organização de base do trabalho associado, coletividade de trabalho (empresas de autogestão); cooperativas camponesas; coletividade de trabalho dos órgãos estatais; comunidade de moradia; organização sociopolítica. Essa assembleia seria o órgão máximo de poder no território correspondente, e elegeria delegados na assembleia das comunas, que, por sua vez, remeteria à assembleia das regiões autônomas, que remeteria à assembleia da República e, por fim, à Assembleia da Republica Socialista da Federação Iugoslava. Todas essas assembleias, menos a geral, eram compostas por três conselhos, o conselho de trabalho associado, o conselho sociopolítico e o conselho da comunidade de moradia.

A delegação se diferenciava da representação na medida em que os deputados eleitos mantinham seus postos de trabalho e eram controlados pelos próprios eleitores. Já a descentralização ocorria na forma de um Estado federativo, composto, pelo alto por seis Repúblicas e duas províncias autônomas, todas com grande autonomia e, pela base, formado pela subdivisão dessas regiões em quinhentas comunas. Apesar da existência de toda a estrutura que formalmente remete a uma grande democratização, havia uma grande contradição entre o poder das unidades descentralizadas e o poder do partido único “Liga Comunista”, muito próximo ao modelo leninista clássico, com grande ingerência na estruturas das comunas.

Para Singer (2001), a falência da experiência iugoslava demonstraria a necessidade de que a autogestão ocorra em um processo de livre aprendizado em que cada trabalhador possa optar entre diferentes modos de produção, e contribui para a elaboração da hipótese de que a autogestão deve ser implantada começando-se por comunidades isoladas. Esta hipótese não parece se confirmar no caso espanhol.

A desalienação em relação ao processo de trabalho – organização interna

Voltando-nos para o plano interno da empresa, de acordo com Nascimento (2006), as instâncias de autogestão eram: primeiramente, o coletivo operário, composto por todos os membros da empresa, que tinha como atribuição a eleição do conselho operário, formado por quinze a vinte membros da empresa (geralmente também membros da Liga dos Comunistas). Esse conselho operário elege, por sua vez, um conselho de gestão, que

inclui de três a onze membros, ao qual é delegado parte do poder executivo. Esse conselho de gestão nomeia então um diretor, funcionário concursado e externo à empresa, que a governa com uma equipe dirigente própria. Esse sistema, na prática, caracterizou-se por uma grande burocratização, mesmo com a instituição da necessidade de reeleição quadrienal do diretor.

Como tentativa de resistência a esse sistema, foram criadas instâncias alternativas de poder na fábrica, como as unidades de trabalho, encarregadas de organizar a produção na oficina, podendo reunir-se a qualquer momento e eliminando a figura do contramestre. A partir de 1960, prevê-se a realização de uma conferência das unidades de trabalho de toda a empresa, com poder de controle sobre a direção, o que teria se revelado uma arma eficaz no combate à burocratização no interior da empresa. Neste sentido, Schaffer (1997) relata que os conselhos de trabalhadores tiveram uma autoridade substancial dentro das empresas, mas restrita à discussão salarial e de emprego, mantendo-se uma hierarquia gerencial que controlava as atividades de planejamento da empresa. Conclusão semelhante à de Venosa (1987), que constata o monopólio da direção nos debates envolvendo diretrizes administrativas e relações com o mercado e tendências de queda da participação dos trabalhadores nos conselhos operários e não percepção do Conselho como órgão legítimo de representação. Interessante perceber que estas duas constatações são muito semelhantes àquelas identificadas por Novaes (2011) e Ruggeri (2010) ao estudar as fábricas recuperadas contemporâneas na América Latina.

Um símbolo da existência de movimentos autônomos e de um autêntico desejo dos trabalhadores por controle sobre o seu processo de trabalho é o registro (entre 1958 e 1969) de 67 greves ocasionadas pelo subdesenvolvimento da autogestão (Nascimento, 2006), enquanto o registro de 164 greves por diferenças abusivas de renda e 202 greves por condições ruins da atividade econômica e reclamações em relação à empresa no mercado demonstram a insatisfação com o funcionamento do mecanismo de mercado. Somados esses números, apesar de demonstrarem o distanciamento dos trabalhadores em relação aos gestores, demonstram também a existência de uma relativa abertura do regime totalitário de Tito.

De acordo com Meister APUD Bourdet (1976), na prática, a autogestão não chegou a se constituir como poder operário, mas, na verdade, o único grupo social de defesa dos trabalhadores, o seu mecanismo de defesa em uma sociedade totalitária.

A desalienação em relação ao produto – organização da economia

Vejamos então as razões para essa insatisfação em relação aos mecanismos de mercado a partir das mudanças realizadas no sistema iugoslavo a partir de 1966. Essas mudanças são retratadas por Nascimento como uma tentativa de implementação de “uma grande mudança em todo o sistema socioeconômico e político”, visando desestatizar o capital financeiro. Para Guillerm e Bourdet (1976), essas medidas acabaram aprofundando o caráter de mercado do socialismo Iugoslavo, gerando “centros independentes e com grande poder econômico, um tipo de ‘capital financeiro’”, sem controle social e autogerido.

Conforme o próprio Nascimento (2006) afirma, esse poder arbitrário, somado ao grau de subdesenvolvimento econômico de algumas regiões do país, ocasionou diversos conflitos de interesses. No campo do trabalho, a tecnoestrutura e os grupos empresariais profissionais saíram fortalecidos.

Ao que parece, a implementação do “socialismo de mercado” com o intuito de desestatizar acabou por criar poderes privados, no que Venosa (1987) caracterizou como passagem do controle ideológico repressivo para a hegemonia do saber técnico. Schaffer (1997) aponta problemas em combinar a autogestão ao mercado: alta inflação (devido aos interesses de aumento dos salários), alto desemprego (mais trabalhadores na empresa significariam uma redução dos salários) e alta diferenciação de salários entre trabalhadores da mesma empresa e mesmo ramo de atividade.

É difícil avaliar, nesse caso, se alguma forma de controle democrático sobre a política de uma forma geral e sobre as empresas poderia ter controlado/adaptado o mercado, como propõe Singer, mas é fato que as oscilações e a desigualdade geradas pelo mecanismo de mercado agravaram as contradições que já eram inerentes ao modelo de “autogestão” limitada a uma democracia que, dentro do ambiente restrito da empresa, é, ela mesma, restrita.

1.3.3. A revolução dos Cravos

Posteriormente, a utilização do termo autogestão seria popularizada a partir dos acontecimentos de maio de 1968 na França, que teriam caracterizado a passagem por um ciclo de lutas com alto grau de autonomia da classe trabalhadora, onde frequentemente as reivindicações dos partidos, sindicatos e das instituições tradicionais foram ultrapassadas pelas ações dos trabalhadores auto-organizados a partir das comissões

organizadas no local de trabalho e nos bairros. A revolução dos Cravos, em Portugal, destaca-se como etapa importante deste ciclo, principalmente no período que vai de 25 de abril de 1974 a 25 de novembro de 1975, em que, após quarenta e oito anos de uma ditadura extremamente conservadora, um golpe militar derruba o salazarismo e dá início ao que se chamou de uma febre de coalizão dentro de Portugal. Lucena (*apud* Faria, 2005) utiliza a metáfora da panela de pressão para descrever o ocorrido na sociedade portuguesa – é como se a panela tivesse sido aberta, permitindo o desenvolvimento de várias lutas que vinham sido reprimidas há décadas.

A questão do poder na sociedade

O exército assumiu o poder político logo após o golpe, através do programa do MFA (Movimento das Forças Armadas) e da constituição de seis governos provisórios (com a participação dos maiores partidos políticos) que tomaram medidas liberalizantes ultrapassadas pelas ações práticas levadas a cabo pelos trabalhadores. Com o passar dos primeiros momentos, consolidaram-se três grandes forças políticas que disputaram a aliança com o exército na composição desses governos: o partido socialista (PS), o partido comunista (PC) e as agremiações de extrema esquerda; todas interagiam com os movimentos autônomos populares nas fábricas e nos bairros, oscilando entre a repressão e o aparelhamento.

O movimento das forças armadas incluía representantes de todas essas agremiações políticas, tendo tido originalmente uma forte aliança com o PC, que aos poucos foi enfraquecida pela ação coordenada do PS. Foi após a intentona de março de 1975 que os setores de base das forças armadas mostraram maior capacidade de organização, com a formação de diversas frentes de luta com o destaque dos SUV (Soldados Unidos Venceremos), que lutavam pela instituição da democracia e horizontalidade no exército.

As forças sindicais, por outro lado, também foram, de início, completamente dominadas pelo PC, que, através do aparelho previamente construído da Intersindical, passou a atuar como o principal repressor das lutas autônomas das comissões de fábrica auto-organizadas. O PS entrou na disputa pelo controle sindical reivindicando a pluralidade de representação, enquanto o PC defendia o sindicato único, aparelho do Estado. Enquanto isso, as comissões de fábrica organizadas de forma autônoma direcionavam lutas e greves radicais, envolvendo greves de solidariedade entre diferentes empresas, expulsão dos encarregados e ocupação das instalações.

O partido comunista foi a força dominante nos governos provisórios, com um projeto de transição ao socialismo nos moldes soviéticos, com substituição do capital privado monopolista pelo capitalismo de Estado. Essa situação se manteve até a dominação do PS sobre o Sexto Governo Provisório, prelúdio ao golpe de novembro de 1975.

O PS, liderado por Mário Soares, propunha o pluralismo político com a institucionalidade da democracia ocidental, tarefa na qual era acompanhado e ajudado pelos partidos socialistas e social-democratas europeus. Em todo este contexto, os grupos de extrema esquerda chegaram a fazer parte do governo estabelecido apenas no V Governo Provisório, dado que o PC, sem apoio do PS, precisava ampliar a sua base social. A participação destes grupos é contraditória, ao mesmo tempo em que impulsionaram diversas formas avançadas de lutas sociais (como os tribunais populares, as atividades mutualistas nos bairros, a ocupação das habitações vacantes, o sequestro de ônibus para a mudança de rotas ou para a imposição de novos pontos de parada, a definição dos valores máximos dos aluguéis pelos moradores de determinadas zona etc. e a ocupação de propriedades), foram responsáveis também pelo enquadramento de muitas das lutas autônomas dos trabalhadores, sendo incapazes de articulá-las.

As lutas teriam atingido seu mais alto nível de organização autônoma no Ato de fevereiro de 1975 (em que as bandeiras de partidos foram proibidas), organizado através de reuniões de comissões de trabalhadores interempresas, e que contou com a participação de trinta mil trabalhadores. Após o Ato, essa organização gradativamente perdeu autonomia e passou a ser aparelhada pelos partidos de extrema esquerda, que passaram a pautar suas reivindicações. No final do processo, as lutas autônomas nas fábricas e bairros não conseguiram escapar às diversas formas de sufocamento praticadas pelos governos e partidos políticos.

Exemplos de repressão do Estado a processos de reorganização dos locais de trabalho são o Jornal do Comércio, que teve suas instalações fechadas depois de uma tentativa de saneamento dos patrões, o caso da Rádio Renascença, que, ao ser ocupada pelos trabalhadores na tentativa de formação de uma cooperativa popular de informação, sofreu diversos tipos de boicote e, posteriormente, ocupação militar; e, por fim o caso do Jornal República, que conseguiu escapar ao processo de estatização definindo-se como “apartidário”, porém acabou sendo lacrado pelo governo.

Desalienação do processo de trabalho – organização interna

Com a queda do Salazarismo e o estabelecimento de um salário mínimo, a situação já precária de grande parte das empresas portuguesas tornou-se evidente, originando uma grave crise econômica com ameaças de falência de várias empresas, para o que contribuía, em diversos casos, a sabotagem patronal. Bruno (1983) cita que, em agosto de 1975, havia cerca de trezentas e oitenta empresas em autogestão, em geral, pequenas e médias.

Mais uma vez, aparece a fuga dos patrões como principal contexto no qual os trabalhadores assumem as empresas, mas há também processos de saneamento (expulsão dos patrões), geralmente iniciados com greves com ocupação das instalações e posterior organização autônoma da produção. Faria (2005) cita o caso de duas empresas do ramo têxtil, a Texmalhas, onde, a partir da expulsão de um chefe “carrasco”, passou-se à autogestão, e a fábrica Charminha, em que a autogestão se originou das lutas contra a demissão das trabalhadoras.

Em outros casos, predominou uma situação de dualidade de poder, em que foram organizadas comissões de trabalhadores que impuseram um forte controle às atividades patronais, o que ocorreu em muitas grandes empresas. No caso da TLP, empresa pública de telefonia, o desalojamento da direção foi organizado por grupos de base dos trabalhadores que se anteciparam à iniciativa da direção sindical. Em geral, essa “dualidade de poder” entre patrões e empregados caminhava ou para o controle efetivo pelos trabalhadores ou para a derrota e instrumentalização da comissão.

No campo, de acordo com Bruno (1983), após um primeiro momento de luta por igualdade salarial, a situação caminhou para a ocupação coletiva das terras pelos proletários, enquanto os delegados sindicais e o governo tentavam negociar as condições de contratação com os latifundiários. Procede-se assim à organização de cooperativas e unidades coletivas de produção, a partir da reforma agrária com ocupação de grandes latifúndios. Houve um salto de 22.600 para 64.200 trabalhadores ocupados nas áreas transformadas, em um total de 449 unidades coletivas de produção e cooperativas.

Sobre a autogestão interna das empresas, Bruno (1983) cita relatos de eleições de coordenadores e diretores, com mandatos revogáveis e acúmulo das funções de produção, além da apropriação do processo de trabalho por parte dos trabalhadores. Faria (2005) relata em detalhes alguns casos de lutas pela autogestão que se destacaram pela inventividade ou pela importância social. No caso da Companhia Nacional de Navegação, por exemplo, trabalhadores embarcados emitiam seus votos via telégrafo para a eleição da comissão de trabalhadores. Na rádio Renascença, os trabalhadores

realizaram uma assembleia conjunta do Porto e de Lisboa, por telefone, e na Lisnave, estaleiro naval, o sistema de som dos refeitórios era utilizado para divulgar as informações dos diversos setores da empresa, organizada por uma comissão específica.

No entanto, com o esgotamento das possibilidades de reivindicação no interior das empresas e a necessidade de competitividade e rentabilidade de acordo os índices de produtividade capitalistas, a tendência foi a degenerescência das comissões de trabalhadores. Além dos casos já citados de boicote e intervenção direta estatal, Bruno (1983) aponta que as formas de cooptação e controle se deram através da imposição da formação de cooperativas que utilizavam a experiência autogestionária como mecanismo para mitigar os efeitos da crise econômica, com reprodução da lógica de produção e distribuição capitalistas e o enquadramento ao governo através do fornecimento de capital de giro, caso da metalúrgica Eduardo Pereira Pinto.

Bruno (1983) relata que, no caso dos trabalhadores do campo, houve tentativas de resistência que se apropriavam dos instrumentos de enquadramento para garantir a viabilidade do espaço em que se desenvolviam as novas relações sociais, com democracia direta em nível local e conquista de benefícios básicos como férias.

Desalienação em relação ao produto – relação com o mercado

Bruno (1983, p. 83 e 84) relata a posição do Jornal Combate sobre a relação entre autogestão e processo revolucionário, muito similar à abordagem de João Bernardo (que era do corpo editorial do jornal) previamente mencionada. Sendo a autogestão “um momento mais avançado do processo social de luta” que coexiste em contradição e oposição constante com as relações sociais capitalistas, pautadas na disciplina fabril, “se o processo revolucionário não se expande, o mercado mundial impõe, através das leis de concorrência, o tipo capitalista de gestão, destruindo mais ou menos rapidamente as práticas autogestionárias, com degeneração da autogestão”. Bruno (1983) explica que, mediante o pagamento de impostos pelas empresas autogestionárias, estas financiam a criação das Condições Gerais de Produção, que são plenamente utilizadas apenas pelas empresas monopolistas. Assim os trabalhadores de empresas em autogestão são obrigados a praticar preços que permitam esta apropriação de mais-valia, e além disso são dependentes dessas condições para conseguir clientes e/ou fornecedores.

Faria (2005) cita a Setenave como exemplo da dificuldade dos trabalhadores das grandes empresas em avançar em direção ao controle total, visto que sofriam boicote dos grandes armadores, que não lhes enviavam seus navios para reparos e cancelavam

contratos prévios. Apesar de não ter sido diretamente boicotada, a empresa Eduardo Pereira Pinto (*Combate, n.*8) não conseguia vender seus produtos porque, apesar de possuírem maior qualidade, eram mais caros que os da concorrente TOPIN, que se manteve no regime capitalista de produção.

Através desses exemplos, podemos entender o processo de degeneração descrito por Bernardo (1994, s/p):

> era o mercado mundial que impunha rigorosamente os critérios capitalistas de produtividade e de organização. Quanto mais directa fosse a dependência de uma empresa relativamente ao mercado mundial, tanto menos podia converter as suas relações de luta em formas novas de organização do trabalho. Neste tipo de empresas, as comissões de trabalhadores eram absolutamente democráticas quanto à forma de eleição, mas os seus membros agiam como gestores capitalistas a partir do momento em que tinham necessidade de organizar o trabalho. Por isso, surgiam sistematicamente conflitos entre a base e as comissões, que levavam à demissão de membros e a novas eleições. A repetição destes insucessos motivava o desânimo, o recuo da base e a crescente apatia da massa trabalhadora, o isolamento da comissão e, finalmente, a sua transformação definitiva em órgão inserido na gestão capitalista. Foi este mecanismo profundo que quebrou o ímpeto do processo revolucionário e permitiu a normalização capitalista da sociedade portuguesa.

Para Bruno (1983), foi a incapacidade de fazer avançar a autonomia no interior da empresa para a autonomia na unificação dos processos produtivos que impediu o avanço dos processos autogestionários em Portugal. Não que não tenha havido tentativas pontuais – um exemplo é a compra, por parte da TAP (empresa de aviação), de uniformes da Sogantal, empresa de costura (Combate n.6). Já na edição n.8 do jornal *Combate*, em conversa de trabalhadoras das empresas Charminha e Sogantal, as últimas relatam uma maior facilidade de vendas através de seus contatos e inserção política, enquanto as trabalhadoras da Charminha relatam que, sem contatos, vendem principalmente nos hospitais, ministérios e praças. Além da venda direta em feiras e bairros populares, de acordo com Faria (2005), em alguns casos, “os trabalhadores de outras fábricas montavam postos de vendas nas respectivas unidades de produção”. Essas práticas, denominadas “mercados de solidariedade”, garantiram a manutenção de algumas empresas em autogestão por bastante tempo, especialmente as produtoras de bens de consumo, como afirma Bernardo (1994, s/p):

> Pelo contrário, aquelas empresas que, pelo tipo de bens produzidos e de matéria-prima empregue, mais afastadas estavam do mercado mundial, puderam em muitos casos se beneficiar do apoio activo dos restantes trabalhadores. Quando se criava assim o que, à falta de melhor nome, denomino "mercado de solidariedade", podia perdurar durante muito tempo a tendência a uma organização colectiva do trabalho. Creio que os trabalhadores da Sousa Abreu bateram todos os recordes, vendendo ao longo de anos as toalhas que produziam,

> em feiras e bairros populares. Mas precisamente porque ocupavam na estrutura econômica uma posição meramente periférica, o impacto deste gênero de empresas nas transformações sociais não ia além do seu valor didáctico.

1.3.4. Síntese

Sintetizamos agora alguns ensinamentos e questões que podem ser apreendidas dos momentos históricos analisados:

1 – A questão do poder na sociedade: no caso da Espanha, havia condições reais de suplantação do poder político pelo econômico, não houve acordo em como proceder nessa situação, deixando um vácuo de organização política que foi posteriormente ocupado e utilizado para desmontar a autogestão. No caso português também houve dificuldades em construir um poder fundado na articulação de unidades autônomas, de forma que estas foram suprimidas violentamente ou por mecanismos indiretos através do poder central que estava nas mãos dos partidos. Na Iugoslávia, o poder político propunha impulsionar a autogestão como política de desmonte a longo prazo do seu próprio aparato estatal, o que nunca efetivou-se na prática. Em qualquer um dos casos, fez-se nítida a dependência do econômico em relação ao político, desta forma comprovando-se a necessidade de que à democratização da economia corresponda uma democratização real da política, com o estabelecimento de mecanismos de democracia direta.

2 – Autogestão efetiva e organização do trabalho: nos três casos, e especialmente na Espanha e em Portugal, onde a autogestão no interior das empresas foi mais longe, registraram-se melhorias palpáveis nos resultados das empresas controladas de forma autogestionária, com o aumento da produção e do número de empregados nas indústrias espanholas e, no caso português, com resultados mensuráveis especialmente nas áreas rurais, com forte aumento dos empregos e obtenção de direitos como férias. Especialmente nos casos da Espanha e da Iugoslávia, há registros de deturpações do processo autogestionário, mas os registros também dão conta da resistência interna que impunham os trabalhadores, seja por meio da deposição de diretorias, no caso Espanhol, seja por meio de greves pela autogestão, no caso iugoslavo. No caso da Espanha, a existência prévia de cooperativas propiciou uma experiência importante para a organização da produção no período revolucionário; no caso de Portugal, o caminho aparentemente foi o inverso, sendo as cooperativas formas degeneradas da prévia

experiência autogestionária.

3 – A relação da autogestão com os mecanismos gerais de organização da economia: Na questão do escoamento de seus produtos pôde-se perceber que a situação se agrava com o processo de globalização da economia. Se, em 1936, registram-se poucos casos, como o da mina de potássio, em que a autogestão não se efetiva por boicote internacional, em 1974, essa é a regra para todas as grandes empresas portuguesas. Desde a primeira experiência da bolsa de trabalho das cooperativas operárias inglesas até os mercados de solidariedade portugueses, a construção de mercados entre as empresas de trabalhadores esboçou-se como forma de superação do valor de troca e da alienação do produto, mas foi incapaz de se constituir como alternativa à pressão imposta pela dependência do mercado convencional. No caso iugoslavo, com todas as empresas sendo autogestionárias, percebe-se que há ameaças tanto pela competição no mercado quanto pelo planejamento burocratizado. A tendência do planejamento à burocratização apareceu também no relato espanhol, em que as origens libertárias e o controle de grande parte da economia não foram suficientes para garantir que o planejamento federado da economia pudesse ser realmente participativo, demonstrando o tamanho do desafio apresentado.

Sem uma resposta definitiva sobre a possibilidade de construção de uma alternativa global ao mercado, mas cientes das limitações reais de algumas das experiências históricas de autogestão, tanto no que tange à possibilidade de efetivação de um planejamento participativo da economia quanto à possibilidade de combinação de autogestão geral das empresas e mercado, podemos elaborar com um olhar mais apurado as questões enfrentadas por formas democráticas de organização da produção nos dias atuais.

Capítulo 2 – Empreendimentos solidários na economia capitalista contemporânea

Neste capítulo, estudaremos as características e as dificuldades de sobrevivência de empreendimentos de economia solidária na sociedade capitalista contemporânea. Começaremos com o esforço de delimitar os elementos que caracterizam, definem e diferenciam os empreendimentos econômicos solidários, abordando, nessa perspectiva, a sua relação com outras formas não assalariadas de produzir nas sociedades capitalistas.

Definidas essas características, buscaremos estudar como influem na capacidade de sobrevivência dos empreendimentos de economia solidária em mercados capitalistas caracterizados pela concorrência, com especial ênfase na possibilidade de que o caráter democrático de tais empreendimentos seja um fator de competitividade, se comparadas as práticas "participacionistas" de introdução de práticas igualitárias nas firmas. Por fim, analisamos a questão da interação existente entre empresas e mercados, apontando a efetivação de transformações nos critérios de mercado, agregando elementos de justiça para além do custo-benefício econômico, como elemento potencialmente alavancador dos empreendimentos de economia solidária.

2.1 - Características dos empreendimentos de economia solidária

Para que, em nossa pesquisa empírica, possamos avaliar a realização prática de características solidárias em empreendimentos econômicos, neste momento, revisitaremos o debate a respeito do tema, o que nos ajudará a delimitar quais seriam as características a serem esperadas, de acordo com a literatura a respeito do tema.

De acordo com definição da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Brasil, os empreendimentos de economia solidária são organizações caracterizadas por serem coletivas e suprafamiliares – com seus trabalhadores exercendo coletivamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados –, permanentes e por realizar atividades econômicas. Ademais, são organizações que se baseiam nas características de cooperação, solidariedade, autogestão. Na Argentina, em pesquisa semelhante ao mapeamento brasileiro (ainda que sem a mesma representatividade e institucionalidade), Coraggio e Sabaté (2010, p. 35) propõem uma definição muito semelhante para a expressão *Empreendimientos Asociativos Mercantiles* (EAM):

> Los Empreendimientos Asociativos Mercantiles agrupan trabajadores pertenecientes a distintas unidades domésticas que desarrollan conjuntamente

> actividades de producción y/o venta de bienes y servicios en el mercado. Sus actividades están dirigidas a generar ingresos monetarios, pero sus fines no son los de acumulación privada de capital. Los ingresos obtenidos se destinan a cubrir los costos de produción, para cumularlos em fondos de reserva (ej. para la adquisición de bienes de uso durable), a distribuir entre los trabajadores para atender necesidades mediante el consumo, o para sostener otros emprendimientos sociales o actividades comunitarias.

Estas são definições abrangentes e oficiais que buscam apresentar critérios concretos a partir dos quais se possa estabelecer um recorte para a realização de um mapeamento e uma pesquisa empírica. Além dessas definições oficiais, a literatura sobre a economia solidária também discute uma série de características em um plano mais subjetivo, que distinguem (ou deveriam distinguir) os empreendimentos de economia solidária das empresas convencionais. Nosso objetivo nesta seção é abordar algumas questões polêmicas a respeito dessas distinções, e para tanto abordaremos três grandes debates. O primeiro deles é o debate a respeito da forma de produzir própria dos empreendimentos de economia solidária como uma forma distinta da capitalista, ainda que dentro do capitalismo; o segundo é o debate a respeito dos empreendimentos de economia solidária como contentores de princípios de reciprocidade dentro de uma sociedade regida pelos princípios da troca de mercado; e, por fim, o debate sobre a concretude do caráter democrático do empreendimento de economia solidária.

Economia Solidária e formas não assalariadas de produzir

Desde começos do século XX já é travado um debate a respeito da existência, dentro da sociedade capitalista, de formas não-capitalistas de organizar a produção. Esse debate, a princípio, se referia principalmente aos camponeses, passando depois a ser aplicado aos “marginalizados” urbanos, chegando por fim à questão da economia solidária. Chayanov (1981) foi um dos pioneiros, no começo do século XX, a identificar que vastas áreas da vida econômica se baseiam em formas não-capitalistas de produção, para as quais não podem ser aplicadas diretamente as categorias capitalistas. É o caso da lógica de reprodução camponesa, cuja utilização das características da vida social rural pode, ocasionalmente, proporcionar vantagens competitivas sobre formas capitalistas de produção mesmo em um sistema econômico predominantemente capitalista (Shanin, 1986).

Chayanov criou um modelo para estudar a lógica da unidade econômica familiar não-assalariada, na qual, por não haver salário, não há a possibilidade de aplicação dos conceitos de lucro, renda ou juros do capital. Sua ênfase é a família camponesa, mas o

autor faz questão de indicar que seu raciocínio se aplica também à produção familiar artesanal. Desta forma, na exploração agrícola familiar, e também no artesanato, a família conta com os meios de produção e a sua própria força de trabalho para realizar a produção anual de certa quantidade de bens, representando o produto bruto da atividade econômica, que é trocada no mercado. Retirando-se deste produto o dispêndio material necessário no decorrer do ano, resta o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho, ou seja, o produto do seu trabalho (Chayanov, 1981).

Atualizando esse debate, encontramos alguns atores que aplicam, para os dias de hoje, uma concepção de campesinato muito similar à de Chayanov. Oliveira (1991) constrói sua definição do campesinato a partir da ideia de que o próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção estabelece tanto relações de produção capitalistas como não-capitalistas no campo (de forma semelhante, podemos acrescentar, ao fenômeno dos *ejidos* coletivos, no México). Aqui, Oliveira faz questão de ressaltar que, a despeito das similaridades com a teoria de Chayanov, esta interpretação guarda uma distinção importante: Chayanov se referia a camponeses enraizados, que queriam permanecer alheios ao capitalismo na Rússia do século XX, enquanto no processo brasileiro “a apropriação camponesa da terra é fruto das contradições e da lógica do capital” (Oliveira, 1991, p. 49), como consequência do fim do trabalho escravo, mas também dos impactos contemporâneos ao autor (início dos anos 1990) da lógica do capital.

Já Shanin[10] (1976) se refere a um enfoque na delimitação da “economia camponesa” que dá maior importância às características econômicas de produção e troca. Shanin discorda dos autores da antropologia econômica que ressaltam a questão da troca, apontando um dualismo entre economia comercial e não-comercial (arraigado no dualismo conceitual entre sociedade primitiva e moderna). O autor prefere a definição de economia camponesa como um tipo específico de produção, mas em discordância com os seguidores ortodoxos de Marx (como Lenin), que consideram o camponês contemporâneo um proletário e capitalista unido na mesma pessoa. Shanin se identifica mais com a corrente representada por Rosa Luxemburgo e Chayanov, que enfatizam a unidade específica e indivisível da família-empresa camponesa, que lhe permite existir dentro de distintos sistemas ou formações sociais. Para Shanin (1976), Chayanov considera, inclusive, a economia camponesa como um modo de produção específico,

10 Teodor Shanin é um estudioso do campesinato que estudou o seu papel na revolução russa e se destacou por aplicar suas análises à realidade dos países do terceiro mundo. Atualmente, é reitor de uma universidade na Rússia.

assim como o capitalismo ou o feudalismo; veremos adiante que essa questão se tornará foco de uma importante polêmica.

É interessante notar que, já em Chayanov (1991), colocava-se o debate da transformação da produção camponesa em formação cooperativa. Para ele, dentro do capitalismo, elementos cooperativos só podem aparecer quando o capital local é relativamente fraco (às vezes a cooperativa é financiada pelo Estado ou pelo capital financeiro ou industrial internacional). No exemplo das cooperativas de fabricação de laticínios da Sibéria[11], os camponeses que haviam sido integrados pelo capital industrial viram-se na posição de controlá-lo na sua forma tradicional de parceria (*artel*) quando as fábricas faliram, de forma a conseguir manter o escoamento de sua produção[12].

Segundo Chayanov (1991), as cooperativas normalmente evoluem removendo setores relevantes da atividade de dentro da casa camponesa e industrializando-os, de modo que as aldeias ganham controle das posições de comando na economia rural. Essa concentração e organização da produção em novas e maiores formas obrigam o camponês a reorganizar sua produção de acordo com as demandas de comercialização e reprocessamento da cooperativa, melhorando a tecnologia e as técnicas de cultivo para garantir a padronização. A cooperação evolui, então, da comercialização e do processamento para a produção propriamente dita (uso de máquina, tratamento do gado etc.).

Para Chayanov (1991), em um contexto capitalista, essas formas de cooperação agrária são uma adaptação dos produtores de pequena escala às condições da sociedade capitalista, uma arma na luta pela sobrevivência. Singer (2003), sem se referir a ele, desenvolve uma teoria em que generaliza o argumento de Chayanov e lhe dá uma caracterização mais evolutiva, de forma de sobrevivência; ele identifica uma evolução ao buscar explicar a transformação do modo de produção simples de mercadorias em modo de produção solidário. É importante notar que o próprio Marx já havia indicado as fábricas cooperativas como sinais de um novo modo de produção:

> Elas [as fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores] mostram como, num determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e toma forma, a partir

11 A Sibéria é uma região de acesso difícil, que faz parte da Rússia desde o século XVI. Com a construção da rodovia trans-siberiana, em fins do século XIX, foi desenvolvida uma indústria de laticínios, devido à disponibilidade de terra para forragem. Com a crise econômica que atingiu essa indústria em começos do século XX (antes da revolução), desenvolveram-se cooperativas camponesas.

12 Chayanov refere-se aí à forma tradicional de cooperação que já havia sido estudada por Kropotkin (1986) e que teria sido um dos principais motores da mudança de opinião de Marx quanto ao potencial revolucionário dos camponeses (Shanin, 1983).

> de um modo de produção, um novo modo de produção. Sem o sistema fabril originado do modo de produção capitalista, a fábrica cooperativa não poderia se desenvolver e tampouco sem o sistema de crédito originado no mesmo modo de produção. Este sistema, que forma a principal base para a transformação paulatina das empresas privadas capitalistas em sociedades anônimas capitalistas, oferece igualmente os meios para a paulatina expansão das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. (Marx, 1986, vol. III, p. 481-482)

Para Singer (1998, p. 61), “um modo de produção é uma forma específica de organizar a atividade produtiva e de repartir o resultado entre os participantes”. Para ele, vários modos de produção, inclusive o capitalista, coexistem dentro de uma mesma formação social capitalista, onde o modo de produção capitalista é o hegemônico há cerca de duzentos anos. Além do modo de produção capitalista, caracterizado pelo assalariamento, pela propriedade privada e pela maximização dos lucros, coexistem a produção simples de mercadorias, a produção pública, a produção doméstica (para autoconsumo) e a produção cooperativa “constituída por empresas de propriedade de seus trabalhadores. Ela produz ou distribui mercadorias, como a produção simples, mas difere desta porque abrange empresas não só pequenas mas de porte médio e grande”. Assim, três destes modos produzem mercadorias: a produção simples, a produção cooperativa e a produção capitalista.

Para este autor, é face à realidade de precarização dos membros do modo de produção simples de mercadorias, pelo aumento do exército de reserva de mão de obra, que surge o “modo solidário de produção e distribuição”, criado e recriado periodicamente (sempre que o processo de exclusão se repete) pelos marginalizados do mercado de trabalho. Abordaremos, mais à frente, o contexto econômico latino-americano em que vastas camadas dos pobres urbanos também irão buscar a reprodução de sua vida através de relações de produção não-capitalistas, neste momento nos atemos ao debate mais geral sobre o assunto. Singer (2003) caracteriza o modo de produção solidário como casando o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (do modo de produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (trabalho coletivo em sistemas que só podem ser operados por um grande número de pessoas, próprio do modo de produção capitalista).

O modo solidário de produção e distribuição seria uma síntese desses modos de produção, capaz de superar ambos, com princípios organizativos como:

> posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e

> negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado "sobras") também por critérios acertados entre todos os cooperadores. (SINGER, 2003, p. 13)

Gaiger (2003), abordando a forma como Singer (2003) caracteriza a economia solidária como modo de produção, reconstrói o debate feito por Shanin a esse respeito, tomando em conta a economia camponesa. Desse modo, ele propõe que “o conceito de modo de produção diz respeito à totalidade histórica, dada pelo conjunto de relações que vinculam os indivíduos e grupos ao processo de produção, no sentido amplo de suas condições materiais de existência, compreendendo igualmente a circulação e a troca dos bens materiais”. Já para designar as formas alternativas de organização do trabalho, desprovidas de uma estrutura de reprodução relativamente autossuficiente, Gaiger propõe que seja utilizado o termo “formas de produção”. A relevância deste debate reside na busca de entender “como tais formas, a partir de seu lugar subalterno ou periférico, podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital” (Gaiger, 2003, p. 189), que é o que se propõe com a economia solidária.

Neste sentido, Gaiger compreende a economia solidária como uma forma social de produção (correspondendo efetivamente a relações sociais de produção) que, como a camponesa, é atípica ao capitalismo, mas que, além disso, guarda a especificidade de ser contraposta ao capitalismo no que diz respeito à organização interna da produção (“nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital”), ainda que conviva com ele na esfera da circulação. Percebe-se que o conceito de modo de produção utilizado por Gaiger assemelha-se ao conceito de formação social utilizado por Singer e, por sua vez, o conceito de forma social de produção é utilizado pelo primeiro de maneira muito semelhante à maneira como o conceito de modo de produção é utilizado pelo segundo.

Este debate a respeito da caracterização dos modos de produção é bastante antigo no marxismo, tendo atingido seu auge nas discussões a respeito do modo de produção camponês. Tendo a discussão se originado em um trecho do prefácio escrito por Marx para a *Contribuição à Crítica da Economia Política*, é difícil concluir, com base apenas na leitura do trecho, pela validade de uma das diferentes formas a partir da maneira como a expressão “modo de produção” é usada. Cleaver (1976, p. 6), ao traçar historicamente a gênese e a utilização de cada um dos conceitos utilizados, ajuda a entender a relevância que teve esse debate. Ele apresenta o conceito utilizado por Gaiger como o mais antigo,

proveniente de uma elaboração feita por Engels e posteriormente simplificada por Stalin, a partir da passagem supracitada do prefácio.

Essa visão pode ser bastante criticada pelas óbvias consequências de sua aplicação na União Soviética. Ela embasa toda a formulação do que João Bernardo (2009, p. 409) denomina “marxismo das forças produtivas”, que resumidamente postula que “o sistema de organização das empresas, as técnicas de gestão, a disciplina da força de trabalho, a maquinaria, embora nascidos e criados no capitalismo, fundamentariam a sua ultrapassagem e conteriam em germe as características do futuro modo de produção”.

A maior parte dos autores que assume essa posição não é tão simpática à economia solidária quanto Gaiger. Carleial e Paulista (2008, p. 17), por exemplo, chegam à conclusão de que, por ser na firma-rede “que se consubstancia o mais pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas”, é nela “que se expressam a agudização das contradições dessa fase do capitalismo e os meios mais adequados para a sua desfetichização”. Essa é uma conclusão natural para aqueles que sustentam “o argumento de que o socialismo se produzirá pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, ou seja, pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas do capital ”. Nesse sentido, a economia solidária, por ser “o lado mais frágil da produção sob o capital”, pouco poderia dizer sobre uma possível transição para o socialismo.

De maneira semelhante, Germer (2005, p. 3), também parte da visão de que o “modo de produção constitui uma totalidade complexa, cujo desenvolvimento é movido por um impulso endógeno originado das suas contradições internas ”cuja mudança endógena tem seu núcleo gerador central em transformações que se processam nas forças produtivas, isto é, na massa dos meios de produção essenciais e do conhecimento científico correspondente, que são, no capitalismo, como em todas as sociedades divididas em classes, monopolizadas por uma classe minoritária”. Partindo dessas premissas tampouco é surpreendente que Germer chegue à conclusão de que “é a natureza do poder de Estado que é decisiva e necessita ser alterada como precondição da instituição do novo modo de produção”, afinal, ele travaria o livre desenvolvimento das forças produtivas capitalistas que culminaria no socialismo.

Os defensores dessa visão a respeito dos modos de produção também podem recorrer a uma passagem redigida por Marx, na mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, na qual ele louva enfaticamente o movimento cooperativo:

> Mas, estava reservada uma vitória ainda maior da economia política do trabalho sobre a economia política da propriedade. Falamos do movimento cooperativo, especialmente, das fábricas cooperativas erguidas pelos esforços, sem apoio, de algumas "mãos" ousadas. O valor destas grandes experiências sociais não pode ser exagerado. Mostraram com factos, em vez de argumentos, que a produção em larga escala e de acordo com os requisitos da ciência moderna [...] que, tal como o trabalho escravo, tal como o trabalho servo, o trabalho assalariado não é senão uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer ante o trabalho associado [...] Ao mesmo tempo, a experiência do período de 1848 a 1864 provou fora de qualquer dúvida que o trabalho cooperativo – por mais excelente que em princípio [seja] e por mais útil que na prática [seja] –, se mantido no círculo estreito dos esforços casuais de operários privados, nunca será capaz de parar o crescimento em progressão geométrica do monopólio, de libertar as massas, nem sequer de aliviar perceptivelmente a carga das suas misérias. [...] Para salvar as massas industriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido a dimensões nacionais e, consequentemente, ser alimentado por meios nacionais. [...] Conquistar poder político tornou-se, portanto, o grande dever das classes operárias. (Marx, 1864, s/n)

No entanto, em outra passagem, redigida obviamente sob um contexto bem diverso, Marx faz uma crítica feroz ao programa de Gotha, que demandava que fossem "criadas cooperativas de produção, com a ajuda do Estado e sob controle democrático do povo trabalhador". Em contraposição, Marx propõe que: "E, no que se refere às sociedades cooperativas atuais, estas só têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses" (Marx, *apud* Haddad, 2003, p. 38). Apesar de citar essas duas passagens, Haddad (2003, p. 37-39) não aborda diretamente a contradição aparente, mas busca resolvê-la afirmando que o poder político não é "mais uma reivindicação dos trabalhadores perante o Estado burguês".

Mas, aqui, trata-se de duas concepções completamente diferentes a respeito do caminho de transição do cooperativismo como modo de produção, o que poderia ser explicado pelo fato do segundo texto ter sido escrito após a Comuna de Paris, evento que teria levado Marx a assumir definitivamente uma posição autogestionária (Viana, 2011) ou estimulado seu entendimento da autonomia operária (Cleaver, 1981). Independente do impacto ou não desse evento específico, talvez seja o momento de afirmar que, nesta dissertação, assim como propõe Bernardo (2009, p. 414), não desejamos fazer vingar em nosso benefício "uma tão desejada quanto impossível coerência doutrinária do mestre", reconhecendo que pode haver uma "pluralidade de teses de Marx sobre os mesmos assuntos e a frequente contraditoriedade entre elas", ou seja, não é o objetivo aqui provar que a visão construída ao longo da dissertação seria a mesma de Marx, mas sim aproveitar as suas reflexões.

Gaiger (2003, p. 200), nesse sentido, para considerar a existência de um papel

positivo para a economia solidária dentro desta visão de mundo, questiona alguns dos pressupostos da tese ortodoxa dos modos de produção ao fazer uma releitura do conceito de forças produtivas, afirmando que ele “compreende igualmente os recursos e faculdades intelectuais, o estado geral de conhecimento, sua difusão na população, a adoção e manuseio das técnicas, a capacidade de organização do processo produtivo”. Desse modo, a economia solidária incidiria na construção de “forças produtivas intelectuais”, pois o trabalho associado em si se equipararia a uma força produtiva. Ademais, Gaiger rejeita a visão mecanicista da história proposta pelos adeptos dessa corrente, destacando que: “a introdução de novas forças produtivas, em antítese às que sustentam o modo material de produção dominante, é um processo eminentemente social, sujeito a descontinuidades e a reveses, não um fruto instantâneo da materialidade”. Assim, na prática, o autor rejeita um domínio das forças produtivas sobre as relações sociais de produção.

Frente às limitações apresentadas pela utilização dogmática dessa concepção de modo de produção – especialmente ao fato de que ela permitiu o surgimento da concepção de que o desenvolvimento das forças produtivas, aliado ao poder político centralizado pelo partido, bastaria para estabelecer relações de classe socialistas –, emergiria a necessidade de uma nova formulação para a questão dos modos de produção, que seria realizada por Althusser e Balibar. Para Cleaver (1976, p. 7; tradução nossa) nela “a existência de relações que não se adequam ao modelo teórico é resolvida pelo reconhecimento da possível coexistência de diferentes modos de produção internamente a qualquer formação social concretas”

Essa nova definição realizada por Althusser, sintetizada por Martuscelli (2008, p. 39) a partir do conceito de formação social “compreendido, de um modo geral, como coexistência complexa de modos de produção”, é fundamentalmente a mesma utilizada por Singer. Destaca-se que, para Martuscelli (2008, p. 39), essa concepção poderia ajudar a escapar do mecanicismo encontrado na concepção que prevê apenas um modo de produção dominante:

> A propósito, o conceito de modo de produção apreendido apenas de modo "puro" abriria brechas para se pensar a transição em termos de desenvolvimento das forças produtivas. Ao contrário, o conceito de modo de produção concebido em estado articulado, isto é, concebido a partir do conceito de formação social, faz realçar o papel determinante das lutas de classes na história, bem como seu desenvolvimento desigual em cada formação social. Tal operação conduz a análise althusseriana a rechaçar a interpretação teleológica da história, pois realiza a crítica sistemática ao modelo explicativo monocausal, enraizado na concepção de modo de produção puro; no sistema binário de classes sociais.

> Quando se coloca o conceito de formação social no posto de comando, toma o lugar dominante a explicação pluricausal, enraizada na concepção de coexistência de modos de produção, na coexistência de mais de duas classes sociais.

Mas vemos que essa questão não é tão bem resolvida na forma como Singer aplica esse conceito de modo de produção[13], pois a evolução das forças produtivas ainda é identificada como fator fundamental da revolução social capitalista, ainda que o autor rejeite categoricamente a repetição desse modelo na realização da revolução social socialista, aproximando-se, nesse caso, da vertente denominada por Bernardo (2010) "marxismo das relações sociais de produção":

> De acordo com esta teoria, a revolução social é a transformação supraestrutural, condicionada e exigida pela evolução das forças produtivas. Como veremos adiante, a teoria revela com extraordinária perspicácia a dinâmica da revolução capitalista. No que se refere à revolução socialista, a transformação supraestrutural é muito clara − desde a legalização dos sindicatos, a regulamentação das cooperativas, a instituição de uma previdência pública, até a conquista do sufrágio universal. Mas, ela não foi condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Esta questão será esmiuçada adiante. Basta adiantar aqui que a revolução socialista resulta basicamente de lutas reativas do movimento operário e aliados contra os prejuízos econômicos acarretados pela dinâmica cega da acumulação. A hipótese sugerida pelos dados históricos é que a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças supraestruturais na revolução socialista é bem diferente da que se verifica na capitalista. (Singer, 1998, p. 8)

Por conseguinte, fica claro que mesmo a aplicação do conceito de Althusser à categoria de modo de produção solidário ainda não esclarece totalmente a questão, pois necessita recorrer a uma distinção entre a transição do feudalismo para o capitalismo e deste para o socialismo, perdendo a generalidade da teoria.

Cleaver (1976, p. 17) acaba por também rejeitar esse conceito de modo de produção, argumentando que esses esforços para categorizar diferentes seções da classe trabalhadora frente às tentativas do planejamento capitalista de perdem o essencial. Para ele, um projeto mais relevante é entender a composição da classe trabalhadora, não a partir do enquadramento em modos de produção, para realizar não uma taxonomia, mas um estudo do

> equilíbrio variável de poder entre a classe trabalhadora e o capital, e no interior da própria classe trabalhadora. Sabemos que todas essas divisões da classe estão sendo exploradas pelo capital de um modo ou de outro – a verdadeira questão é a condição de poder da classe trabalhadora para rejeitar essa exploração. Para avaliar isso, temos de examinar suas lutas, suas formas de organização (sindicatos, partidos, grupos do campesinato, alianças informais etc.) e a relação dessas lutas e organizações com o planejamento e a estratégia capitalistas. (Tradução nossa).

13 Vale destacar que em uma entrevista concedida em 2009, Singer atribui a Rosa Luxemburgo a origem da sua interpretação do conceito de modo de produção.

Assim, Cleaver propõe que os não-assalariados sejam também considerados como trabalhadores que, no fim das contas, trabalham para o capital em uma variedade de formas ”tanto na produção de mais-valia como na própria produção da classe”, entendendo que a divisão da classe entre trabalhadores e não-trabalhadores é uma estratégia para enfraquecer ambos os lados. Cleaver se posiciona ao lado de quem identifica os camponeses, por exemplo, como parte da classe trabalhadora:

> No son estos pequenos burgueses productores que quedan fuera de la clase trabajadora? La respuesta es que siguen siendo integrantes de la clase trabajadora en gran medida, si el resultado de su trabajo es solo la autorreproducción. Ni siquiera importa que contraten mano de obra asalariada si unicamente están ganando su subsistencia. En esencia, estos campesinos son trabajadores a destajo para el capital, y el precio por unidad que obtienen por sus productos agrícolas es su tarifa. Para entender esto tenemos solo que subordinar el analisis de la forma al del contenido. Si los campesinos se ven obligados a trabajar, y si es el capital, no ellos, quien gana un excedente en su producción por encima del nivel de subsistencia, el hecho de que el excedente se extraiga por la via del mercado y no mediante un salario directo a destajo es secundario. En el caso de los salarios a destajo el intercambio ocurre dentro de la fabrica; en el caso de las tarifas del mercado, el intercambio se da fuera de ella. (Cleaver, 1985, p. 47)

É importante mencionar que a tradição do marxismo autonomista normalmente focou seus estudos empíricos e, partindo destes, conceituou sua teorização tendo como principal referência os operários fabris, tanto na tendência Johnson-Forest quanto no grupo Socialismo ou Barbárie, desembocando no grupo italiano que, não por acaso, era denominado “operaísta”, por dedicar-se quase inteiramente ao estudo das lutas dos operários industriais. Uma mudança importante foi realizada a partir de meados dos anos 1960, quando Mario Tronti formulou o conceito de fábrica social, como parte do processo de ampliação do olhar das lutas para além do âmbito da fábrica, para o âmbito da fábrica social, onde também são produzidas e reproduzidas a força de trabalho, afirmando que “a reprodução da classe trabalhadora envolve não só o trabalho na fábrica, mas também o trabalho no lar e na comunidade de lares [...] A fábrica onde a classe operária trabalhava era a fábrica como um todo, uma fábrica social” (Cleaver, 1981 p. 73).

Essa conceituação foi aplicada na Europa e nos Estados Unidos, principalmente para classificar as lutas dos estudantes e das mulheres. Foram os grupos formados por estas últimas que estavam dentre os primeiros a associar o conceito de fábrica social com o papel dos trabalhadores não-assalariados na luta, considerando a reprodução da força de trabalho como parte do planejamento capitalista. No entanto, a apreensão da grande variedade de formas de trabalho não-assalariado só poderia ser realizada em contextos como o latino-americano, onde o desenvolvimento do pensamento marxista tendeu “a

dejar sin explicación la condicion social de existencia de las mayorías latinoamericanas [...] [que] estuvieron constituídas predominantemente por campesinos durante la primera mitad del siglo. En la segunda, campesinos y 'marginales' urbanos" (Esteva, 1985, p. 12). Não por acaso é um autor mexicano quem aplicará o conceito de fábrica social à realidade dos marginais e camponeses – Gustavo Esteva (1983) alcunhará a categoria "tradifas" para designar os "trabalhadores diretos da fábrica social".[14]

Para Esteva (1985, p. 18), a existência dos *tradifas* é uma decorrência lógica da existência da fábrica social:

> Una consecuencia: la existencia de la fábrica social. Por ende: la existencia de relaciones sociales de producción capitalistas fuera de la fábrica (privada), en la fábrica social. Por ende: la existencia de sectores de la clase trabajadora fuera de la fábrica (privada), en la fábrica social, que comprende a trabajadores no asalariados al servicio del capital.

Esses são os trabalhadores que produzem sem a intermediação do capital, pois não recebem salários oferecidos pelos capitalistas para a sua produção, vendendo-a diretamente como mercadorias ou então consumindo-a para a reprodução de sua própria vida, e que pode depois se transformar na mercadoria força de trabalho, construindo assim "un sistema de reproducción y un camino para la autovalorización de su fuerza de trabajo" (Esteva, 1983, p. 751).

O que hoje se denomina economia solidária é apresentado por Esteva (1983, p. 763) como um formato de "organização tradifa":

> Una empresa formada con medios de producción de propiedad colectiva, cuyos excedentes se aplican a la reproducción de la unidad o se distribuyen equitativamente entre los miembros del grupo. En ella el "salario" funciona simplemente como una unidad de cuenta de la participación laboral de los miembros del grupo y ha de analizarse en los términos de la economía cooperativa y no de la producción capitalista.

No entanto, diferentemente de Singer e Gaiger, por exemplo, Esteva não enxerga grande potencialidade na criação de vínculos econômicos que permitissem que as organizações tradifas se tornassem mais interdependentes, pois continuariam vinculadas à produção capitalista "através de sua ingerência da formação do valor da força de trabalho e da taxa de lucro" (tradução nossa). Como consequência, Esteva (1983, p. 764) recusa as potencialidades encontradas tanto por Singer quanto como por Gaiger de que a produção tradifa venha a se colocar como opção global:

> Por ello mismo, por el contexto em que inevitablemente operaría la producción

14 Alguns anos depois, a Central de Trabajadores de la Argentina, então uma central de oposição, será criada com a sugestiva insigna "La nueva fábrica es el barrio"

> tradifa, no ofrece mayor interés plantearla como opción productiva global, o sea, como una forma de desarrollo de las fuerzas productivas y de acumulación que "compitieran" con la capitalista y la venciera a partir de la ampliación de un mercado "paralelo" que asfixiaría al capitalista. No hay base alguna para hacerse ilusiones al respecto.

Isso não significa que o autor descarte qualquer potencialidade transformadora advinda dos trabalhadores tradifas (o que na prática significaria um retorno à ortodoxia do operariado) a partir de um estudo de sua realidade concreta; o autor visa entender suas fragilidades e potenciais. Isso mesmo no campo da disputa imediata, em que o autor reconhece a fragilidade das condições da produção *tradifa,* devido à incerteza frente a um mercado que não controla, mas também a sua força no potencial de melhorar os termos da negociação e"revalorizar sua força de trabalho, elevando-a inclusive a níveis superiores ao seu preço", Assim, "embora a produção tradifa signifique, como fato geral, uma subordinação do trabalho ao capital que permite desvalorizar a força de trabalho, encerra também a potencialidade contrária" (Esteva, 1983, p. 762, tradução nossa).

Mas não apenas isso, em outra passagem, em que Esteva (1985, p. 27) discute a questão do exército industrial de reserva, propõe uma inversão nas proposições ortodoxas do proletariado como classe revolucionária, utilizando a metáfora de que seria a vez do exército de reserva ser ativado, frente à inoperância do exército ativo:

> Y este es el tiempo de los tradifas. Su entrada en liza, que ha tenido de vigor y entereza lo que le ha faltado de gallardia, llega en buen momento cuando los cuerpos "principales" parecen cansados, debilitados; los heroes en servicio activo están fatigados. Y no tanto por la lucha misma, que ha sido larga, tensa y dura, como por sus propias conquistas, que los han comprometido vitalmente con los enemigos de clase. Por haber obtenido garantías solidas de reproducción a un nivel histórico abrumadormente superior al de las mayorías que los rodean, no siempre pueden asumir como propia una contradicción que en aparencia no los afecta. Si a esto se agrega que las propias condiciones de funcionamiento de la sociedad capitalista han tendido a llevarlos a adoptar como propia, en cambio, la ideología de las estructuras de dominación, y a percibir como peligro y amenaza externas a ellos los que plantean esas mayorías en expansión, podrá verse la medida en que esos cuerpos principales tienden a dejar de serlo: están en activo para el capital, lo están en cierta medida para si mismos, pero no siempre lo están para la clase trabajadora, para las mayorías que han tornado parte decisiva en esa lucha.

Por fim, uma última característica levantada por Esteva (1983, p. 756) para caracterizar os tradifas abre uma questão bastante presente no debate atual a respeito da economia solidária, a questão da reciprocidade:

> además, la estrategia de ocuparse de sí mismos: ejercer una autonomía relativa que haga depender de sus propios recursos la reproducción y desarrollo de la vida individual y social. (No es un acto voluntarista o una ocurrencia, desde luego, sino una respuesta colectiva a un hecho social.) Tal estrategia se sustenta en los recursos sociales de los tradifas, que se relacionan entre sí con base en la

> solidaridad, la cual se arma sobre la confianza que sustenta el intercambio recíproco. Este último mecanismo obedece a una racionalidad social específica, distinta de la capitalista, y tiene leyes de funcionamiento diferentes de las que prevalecen en la economía global: "A diferencia del intercambio de mercado, la reciprocidad es una relación económica no explícita y no específica, que se realiza en un plazo diferido indeterminado, y que siempre se inserta en una relación social".

Economia solidária como economia em que prevalece o princípio da reciprocidade sobre o princípio do mercado

Utilizando os termos de Quijano (1998) para explicar o mesmo argumento, poderíamos dizer que a reciprocidade surge como estratégia de resistência frente à tendência de transformação da pequena produção mercantil em polo marginal. Nesse sentido, abre-se uma discussão a respeito das iniciativas de geração de renda baseada em termos de reciprocidade.

Talvez a vertente mais importante dentre esses autores seja aquela inspirada em Polanyi (2000), que enfatiza o processo de construção histórica da sociedade de "mercado total" a partir da subordinação à lógica mercantil de outras formas de institucionalização do econômico como a redistribuição (calcada na centralização), a reciprocidade (facilitada pela simetria) e a domesticidade (baseada na autarquia). Dessa forma, em vez de a economia estar imersa nas relações sociais, são as relações sociais que estão imersas no sistema econômico. Os autores que se baseiam em Polanyi costumam diferenciar os empreendimentos de economia solidária pelo seu elemento de reciprocidade (caracterizado por gestão e venda comunal do trabalho). A reciprocidade seria um elemento maior, que conteria o aspecto autogestionário.

Para Zamagni e Zamagni (2010), a diferença das cooperativas em relação às empresas convencionais é a característica de ser um agente econômico que combina associacionismo (pessoas se unem com uma motivação social e necessidades diferentes, aspecto geralmente ligado a sociedades de ajuda mútua) e empreendedorismo (formam uma organização estável da atividade produtiva dirigida ao mercado, aspecto geralmente ligado a empresas capitalistas). Dessa forma, a mutualidade é uma interpretação específica do princípio da reciprocidade, praticado pelo membro da cooperativa.

Coraggio (2007a), por exemplo, partindo da observação da realidade da economia dos setores populares, analisa as formas de institucionalização do econômico propostas por Polanyi e elabora propostas de como a economia social e solidária podem contribuir para a reinstitucionalização da economia em cada um desses princípios.

França-Filho (2007) resgata especialmente a interpretação que Laville faz dos diferentes princípios do comportamento econômico, que, rearranjados na modernidade, tornam-se: a) economia mercantil fundada no princípio do mercado autorregulado marcada pela impessoalidade e comportamento utilitário; b) economia não-mercantil fundada no princípio da redistribuição marcada pela verticalidade da relação de troca e caráter obrigatório; c) economia não-monetária fundada no princípio da reciprocidade, com uma relação de troca orientada pela lógica da dádiva. A partir desse contexto, a economia solidária pode ser pensada como: a) uma projeção no nível micro ou meso-social da economia plural; b) uma articulação inédita entre as três formas de economia, inventando-se outra forma de definir o econômico; c) modos de gestão de diferentes lógicas em tensão nas dinâmicas organizativas.

Sendo Polanyi um autor referencial para toda uma corrente de teóricos da economia solidária (Lisboa, 2008), é fundamental refletir sobre a crítica feita por Granovetter (1985), segundo a qual o nível de imersão da economia nas sociedades tradicionais é menor do que o proposto por Polanyi, e não mudou tanto até hoje. Mais imersa ou seja, a economia continua sendo imersa na sociedade e não funciona como um campo autônomo.

A questão que emerge é muito bem formulada por Lévesque (2007, p. 57): “Então, se a economia é social de ponta a ponta, onde se situa o problema? Por que alguns falam de economia social e solidária?”. A sua resposta está na constatação de que a imersão social da economia contemporânea “é instrumentalizada a favor de uma economia totalmente capitalista e submetida ao curto prazo” (Lévesque, 2007, p. 58).

Lisboa (2008, p. 10), ao afirmar que “para K. Polanyi a verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato de se basear na economia, mas de sua economia se fundar no autointeresse”, e Coraggio (2007a), que, por sua vez, percebeu que na segunda edição do duplo movimento proposto por Polanyi[15], a que estaria por ocorrer agora, a reabsorção da economia na sociedade só faz sentido com a transformação desta última, parecem convergir com Lévesque ao deslocar o foco da questão da autonomização da esfera da economia para o conteúdo intrínseco dessa esfera e da sociedade acom qual está relacionada.

Outra possível resposta, que abre um outro campo teórico, é a de Bruni e Zamagni (2010). Estes autores buscam se diferenciar do pensamento de Polanyi, rejeitando que os

15 O primeiro duplo movimento teria sido a reação socialdemocrata e do socialismo estatista ao *laissez faire*, que foi encerrado com a nova onda de globalização, que, por sua vez, demanda uma segunda edição desse duplo movimento.

mercados sejam, por natureza, a causa de graves injustiças, e concebem a experiência da sociabilidade humana e da reciprocidade no interior da vida econômica normal através da perspectiva da economia civil, uma economia preexistente à formulação do utilitarismo e do tuísmo (desconsideração das intenções dos agentes). Ela remonta aos autores italianos da época da Renascença, mas também se encontra nas raízes da própria economia política inglesa, especialmente em Smith e seu princípio da simpatia.

Assim, Bruni e Zamagni (2010) constroem outro entendimento a respeito dos princípios da troca de equivalentes, da redistribuição e da reciprocidade em que a peculiaridade é considerar os dois primeiros não como formas alternativas de regulação das relações humanas, mas expressões diferentes do princípio da reciprocidade que é o fundamento da convivência civil.

O desafio é, então, o de permitir a coexistência desses três princípios reguladores dentro do mesmo sistema social. Isto porque, para Bruni e Zamagni (2010, p. 156), a reciprocidade está no fundamento de todas as atividades duradouras (que não poderiam ser o resultado de uma soma de interesses), como o são as empresas. Por isso, a questão não deve ser problematizada em termos de escolha de um princípio ou de outro, já que uma economia humanizante precisa de ambos.

Dessa forma, para sua afirmação, a reciprocidade seria também dependente da abertura de espaço para outros tipos de empresas no mercado, para que possa se efetivar um mercado plural em que coexistam práticas da sociabilidade e da relacionalidade. Esses outros tipos seriam especialmente dois: as empresas sociais (das quais a cooperativa é a tipificação mais comum) e as empresas civis (representadas na prática pelas cooperativas sociais). Para Bruni e Zamagni (2010, p. 168), a diferença é que, “enquanto as empresas sociais agem, por assim dizer, do lado da oferta, atuando de modo a “humanizar” a produção (demonstrando-se capazes não só de organizar de modo democrático o processo produtivo, mas também de garantir que nisso sejam respeitados os parâmetros de equidade), as empresas civis atuam também do lado da demanda, permitindo que esta se estruture e organize para dialogar de modo autônomo com os sujeitos do lado da oferta”.

O caráter democrático dos empreendimentos de economia solidária

Todas as concepções apresentadas para definir a economia solidária, convergem em um aspecto básico, a existência de algum grau de democracia interna ao empreendimento, o que serviria como diferenciação entre o que seriam as “cooperativas

autênticas” e as cooperativas fraudulentas, criadas para não pagar direitos dos trabalhadores. Como bem coloca Ruggeri (2009, p. 62-63):

> Si hay un aspecto que suele ser apuntado como distintivo de la autogestión, la cooperación y el trabajo asociado [...] es la democratización de la toma de decisiones [...] Pero ¿es realmente así? Y cuales son los alcances de esta democratización de la toma de decisiones, hasta dónde llega la capacidad asamblearia para modificar lo profundo de las formas del trabajo y la gestión?

Em outro texto, Ruggeri (2011, p. 73), cita quais são os dois extremos normalmente colocados para apresentar a questão da democracia interna:

> hay dos visiones opuestas com respecto a esta relación. En una de éstas, que tiende a idealizar el proceso, todo se decide por asamblea, la ERT aparece como una especie de soviet permanente. En la otra, se da por sobreentendido que esa es una imagen irreal o incluso falsa porque no se puede gestionar en estado deliberativo y, de ser así, ese estado es la causa del grueso de las dificultades de gestión. [...] En ambas visiones, la realidad concreta de las empresas recuperadas pareciera no ser el factor de análisis fundamental.

Entre essas visões extremas, Tauille (*et alii*, 2005) criou uma tipologia para tentar classificar a forma como as empresas recuperadas pelos trabalhadores são geridas, partindo dos tipos socialmente indesejáveis da heterogestão e da heterogestão camuflada (na qual as assembléias são meramente figurativas e todos os elementos da gestão hierárquica são mantidos), passando pela cogestão (situação de instabilidade onde há dualidade de poderes entre proprietários ou um quadro gerencial profissional e os trabalhadores), pela administração participativa ou representativa (seria o tipo mais comum, onde são eleitos representantes dos trabalhadores, mas há um distanciamento dos quadros técnicos para os associados do chão-de-fábrica), chegando à gestão democrática (tipo mais avançado a se encontrar na realidade, em que a democracia não se limitaria à representação política, os níveis de remuneração seriam aproximados, os membros eleitos para os conselhos manteriam suas funções na fábrica, todas as decisões estratégicas seriam tomadas coletivamente). Já a autogestão aparece como o tipo ideal desejado, que significaria o fim da alienação, a rotatividades dos trabalhadores nos postos de trabalho, todas as disciplinas e normas são discutidas coletivamente, todos decidem o que, quanto e como será produzido determinado produto, a empresa seria aberta e atuante nas demais lutas dos trabalhadores.

Em geral, cria-se muita expectativa na execução concreta ao menos do tipo denominado por Tauille *et alii* como gestão democrática, para não falar da autogestão. Por outro lado, Novaes (2007) costuma apontar os limites inerentes à “democracia parlamentarista” no interior de uma unidade produtiva, recorrendo a Braverman:

> O conceito de uma democracia na fábrica baseada simplesmente na imposição de uma estrutura formal de parlamentarismo – eleição de diretores, votação sobre decisões referentes à produção de acordo com a organização existente – é decepcionante. Sem o retorno do requisito de conhecimento técnico pela massa dos trabalhadores e reformulação da organização do trabalho – sem, em uma palavra – um novo e verdadeiramente coletivo modo de produção – a votação nas fábricas e escritórios não altera o fato de que trabalhadores continuem dependendo tanto quanto antes dos "peritos" e que só possam escolher entre eles ou votar nas alternativas apresentadas por eles. (Braverman, 1987, *apud* Novaes, 2007, p. 326)

Aplicando estas constatações à realidade das fábricas recuperadas brasileiras, Novaes (2007, p. 323) aponta a limitação das decisões tomadas no interior das assembléias[16]:

> Quanto à nossa visão sobre as assembléias, principalmente na Cones, mas também em menor medida na Textilcooper, ficamos com a impressão que os presidentes e os conselhos veem somente os deveres dos cooperados, enquanto os trabalhadores do chão de fábrica veem a assembléia como direitos, principalmente de aumento das retiradas. Apesar de percebermos que há nas cooperativas maiores possibilidades de participação dos trabalhadores no processo decisório, por um lado, estes não detêm o conhecimento técnico necessário para sugerir mudanças nos rumos das cooperativas, e, por outro, há controle da informação. Tal como nos mostra Holzmann (2001), os trabalhadores da Wallig não perceberam as possibilidades privilegiadas de intervenção no espaço de trabalho. Para os trabalhadores que estão no comando da Uniforja (cooperativa de Diadema, Estado de São Paulo), a participação dos sócios-trabalhadores na organização da produção e do trabalho deve ser dirigida para o alcance da melhoria no desempenho das cooperativas, mas as questões como segurança no trabalho, ritmo e intensidade do trabalho, qualificação profissional, dentre outras, que dizem respeito às condições de trabalho, não foram abordadas por eles. Por outro lado, os sócios-trabalhadores, apesar das possibilidades irrestritas de intervenção no processo de trabalho, não sugeriram temas que influenciariam o cotidiano das cooperativas, em termos da organização da produção e do trabalho. (Oda, 2001)

De modo muito semelhante, Ruggeri (2009, p. 64-65) aponta que as decisões tomadas em assembléia não costumam se referir a um planejamento estratégico de médio a longo prazo sobre a cooperativa nem sobre mudanças que possam contribuir para a efetivação de relações diferenciadas de trabalho ou práticas formativas. Os assuntos por ele elencados são muito similares aos colocados por Novaes, como valores de retiradas, investimentos urgentes a serem feitos na fábrica ou conflitos entre os associados, o que o leva à conclusão de que:

> En otras palabras, la abundancia de mecanismos formales e informales de debate y decisión no siempre asegura la calidad de los mismos ni su existencia garantiza a la ERT una conducción de los trabjadores por sobre todos los aspectos de la dinámica empresarial.

16 Cabe destacar que a questão das assembléias é muito mais presente nas fábricas recuperadas do que em empreendimentos de economia solidária de base comunitária, haja vista que normalmente a pequena quantidade de sócios faz com que os espaços separados de discussão das questões relativas ao grupo percam importância frente ao constante encontro entre todos os membros no próprio processo de trabalho.

Já Esteves (2004, p. 112), analisando um caso específico, mas que seguramente tem elementos comuns a diversos empreendimentos solidários brasileiros, aponta questões referentes não tanto ao conteúdo das discussões das assembléias, mas principalmente à forma como estas são organizadas:

> Como os assuntos foram previamente tratados, somente chegam à assembléia propostas em condições de aprovação, apresentadas de forma que não cause demasiada discordância. Entretanto, os conselheiros se ressentem da falta de participação dos cooperados durante as assembléias e das críticas às decisões da assembléia serem feitas fora da assembléia.

Frente às limitações identificadas (no conteúdo ou na forma) para a efetivação da democracia através de assembléias, alguns autores apontam que o contraponto à baixa participação nos espaços formais de tomada de decisão é a democracia que ocorre através de canais informais de negociação (apesar destes serem vistos com maus olhos por consultores externos; Ruggeri, 2009), afinal, é no espaço do cotidiano que as deliberações são implementadas (Andrada, 2006) através da permanente negociação micropolítica dos interesses e das possibilidades. Como coloca Esteves (2004, p. 105):

> Entretanto, é nesta política do cotidiano que através da palavra e do gesto (e, às vezes, da força) são negociados a maioria dos interesses dos cooperados, visto que apenas alguns poucos, entre muitos dos interesses negociados informalmente todos os dias, resultam em votações em assembléia [...] o processo de negociações entre os cooperados em uma cooperativa autogestionária, como a UNIWIDIA se intitula, é fundamentalmente micropolítico e ocorre através de processos discursivos em que argumentos e contra-argumentos são apresentados e negociados.

No entanto, é importante destacar que as práticas de negociação no cotidiano não são exclusividade das empresas solidárias, estando presentes também nas empresas capitalistas. Destacamos aqui a semelhança entre a ênfase na ação dos trabalhadores (e não de suas organizações formais) por parte dos marxistas autonomistas e as conclusões alcançadas por Sato (2002, p. 1151) por meio do estudo da produção em uma fábrica de alimentos, recusando que a negociação só seja possível através de representantes dos trabalhadores:

> São micronegociações, praticamente invisíveis ao visitante esporádico ou menos atento. São práticas que visam o alcance de acordos – apesar da reconhecida assimetria de poder e controle – e que constroem outros modos de se realizar o trabalho, configurando-se como processos de replanejamento negociados. Elas ocorrem independente da ação política coletiva que pressuponha uma estratégia articulada, e da existência de sindicatos combativos ou de OLTs e CIPAs também combativas. São conduzidas por pessoas comuns.

A partir dessas constatações, Sato (2002, p. 1149) chega à conclusão de que os

trabalhadores “denunciam, com essas práticas, que a divisão entre planejadores e executores é, de fato, uma ideologia”. Mas então qual seria a diferença da negociação em cada um destes âmbitos? Encontramos uma resposta ainda vaga em Sato, Bernardo e Oliveira (2008), que reafirma a diferença entre uma “ordem cotidiana negociada” que seja “atravessada pelas estruturas hierárquicas e “processos de negociação marcados pela horizontalidade das relações de poder e pelos conflitos próprios desses arranjos”. Em outro momento, Fábio Oliveira (2007, s/p) descreve que:

> Nas cooperativas populares e na cooperativa industrial [...] as negociações ocorriam no plano das relações horizontais, as relações diretas entre os sócios. Por sua vez, na cooperativa de mão-de-obra, os conflitos e as negociações descritas pelos entrevistados aconteciam no confronto com uma instância exterior de poder.

Fica sugerida, portanto, uma diferença entre a negociação entre iguais e a negociação contra uma instância exterior de poder. Uma questão interessante sugerida pelo termo “conflitos próprios desses arranjos” diz respeito ao fato de que, ao contrário do que poderia intuir o senso comum, as negociações nos empreendimentos solidários tendem a ser mais conflituosas do que nas empresas convencionais, o que é uma demonstração de vigor democrático, já que os conflitos podem ser explicitados.

Essa situação é oposta à do ambiente heterogestionário, onde o conflito sempre tende a ser suprimido:

> Ao se pensar em negociações em contextos de poder e controle assimétricos – tanto material como simbólico –, veremos que muitas vezes opera-se de modo a não explicitar o conflito, pois o poder do outro pode implicar na exclusão daquele que detém menor poder e controle. Isso pode nos explicar comportamentos de evitação, onde o silêncio, por vezes interpretado como consentimento, revela justamente o oposto e onde papéis sociais já desempenhados anteriormente – de empregado, de subordinado e de chefe – acabam por dificultar a construção e o exercício da comunicação. (Sato, 1999, p.17)

Como já identificado por James, Lee e Castoriadis (1974), com a supressão do conflito pela perspectiva sempre presente da demissão, os trabalhadores são levados a se utilizar da astúcia e da tática, as armas dos fracos (Certeau, 1994), para conseguir escapar do controle imposto pela gerência e pelos patrões e estabelecer um certo nível de controle sobre o seu próprio trabalho, sem o qual provavelmente não conseguiriam aguentar a vida produtiva. Essa conclusão também é alcançada por Silva (2008, p. 122), que, a partir de estudo feito em cinco metalúrgicas da grande São Paulo, conclui que:

> A prática reinventiva operária envolve a recusa por seu distanciamento da elaboração das normas fabris. Em seu ato de trabalho, o operário sempre busca conformar o meio a si mesmo, recentrando-o em torno de suas escolhas

> possíveis. Uma das formas visíveis do recentramento é a manipulação e apropriação dos objetos, adequando-os às suas necessidades funcionais e estéticas, seja uma engenhoca, um dispositivo ou a inscrição de um verso sobre uma peça. A reinvenção operária de sua atividade não significa apenas mudanças práticas, pontuais e objetivas que imprimem sobre os objetos e instrumentos de sua lida diária. Reinventando suas formas de trabalhar, o operário reinventa a si mesmo. Trabalhar requer o confronto contínuo dos operários com as normas alheias, indigestas às suas práticas, seus valores e sua subjetividade. Trabalhar, ainda, remete a gerir situações fortuitas por intermédio da recriação de ferramentas, de técnicas, do espaço, do tempo e de si mesmos. Trabalhar, portanto, implica produzir objetos físicos ou conceituais, mas, ao mesmo tempo, inventar formas de trabalhar, modos de vida, jeitos de ser.

E, como demonstram os relatos, esse controle não é apenas individualizado, mas exercido também de maneira coletiva, e podemos dizer até que contém um aspecto de solidariedade de classe (Silva, 2008, p. 121):

> Mesmo se empenhando em re-normalizar sua atividade para melhorar seu cotidiano fabril, seja técnica ou esteticamente, os operários estabelecem certos limites éticos: não viabilizar para si melhora diminuta quando esta implica ameaça à existência de sua categoria ou, simplesmente, acréscimo aos cofres fabris sem render contrapartidas, especialmente qualitativas, como a solidariedade pela manutenção do posto de trabalho de outrem. Donde a gestão do próprio trabalho, feita pelos operários que os direciona, na medida do possível, de forma a não negar suas próprias escolhas, enuncia a gestão de si.

Confirmamos com base nestes relatos que existem dentro das empresas capitalistas formas de controle pelos trabalhadores em que estes, dentro de um contexto extremamente hostil, conseguem escapar da subordinação total e exercer sua subjetividade e autonomia. Tudo isso nos leva a perguntar sobre as diferenças qualitativas entre essa forma de controle exercida contra o autoritarismo da fábrica e as formas de controle que são exercidas diretamente contra as imposições do mercado, que são aquelas levadas a cabo pelas empresas cooperativas. Se na empresa capitalista acontecem “outros modos de conceber e fazer o trabalho nos limites dados pela tecnologia empregada e pela divisão de poderes no local de trabalho”, cabe analisar as possibilidades abertas pelo alargamento dos limites, pelo menos no que se refere à divisão de poder nos locais de trabalho, que ocorre nos empreendimentos solidários.

2.2 – A capacidade de sobrevivência dos empreendimentos solidários no mercado

Nesta seção, abordaremos o que vem sendo caracterizado como um dos principais limites para o exercício da autonomia e do exercício de “outros modos de conceber e fazer o trabalho” no EES, a necessidade de sobreviver em mercados competitivos. Bruni e Zamagni colocam a questão da seguinte mneira (2010, p. 174): “em economias de

mercado como as que conhecemos hoje, é possível que organizações cujo *modus operandi* se baseie no princípio da reciprocidade consigam não apenas nascer, mas também durar no tempo?”

Para citar dados atuais, podemos mencionar que, de acordo com o mapeamento nacional feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)[17], setenta por cento dos EESs mapeados têm dificuldades com a comercialização. De modo similar, sobre a realidade argentina, Coraggio e Sabaté (2010, p. 86) propõem que “la necesidad y el mercantilismo imperante han puesto el problema de la comercialización en el aparentemente inamovible primer puesto de la agenda de los emprendedores”. Sobre a pressão da necessidade de sobrevivência, Roitter (2009) afirma que, na realidade argentina, as demandas de competitividade advindas do mercado estariam redundando na necessidade de uma administração técnica especializada, colocando em risco a dimensão política das experiências. Em outros trabalhos podem ser encontrados depoimentos reveladores, como o do presidente de uma cooperativa, que afirmou que:

> eu estou concorrendo com outra, eu não estou concorrendo com cooperativas, estou concorrendo com o mercado, e o mercado aí fora tem faixas salariais [...] Ele prepara a fábrica dele pra ter um custo que lhe permita vender o produto pra ele continuar sobrevivendo, renovar seu parque industrial, máquinas, etc. **Então eu tenho que trabalhar mais ou menos igual ao que os nossos concorrentes trabalham. Se não ninguém vai comprar de mim porque eu chamo Cooperativa Nova Esperança**. (Novaes, 2007, p. 281-282; grifo nosso)

Ademais, a descrição detalhada realizada por Bernardo do processo de burocratização das cooperativas no período da Revolução dos Cravos parece estar em concordância com o que já colocava Luxemburgo, em 1900:

> As cooperativas, e sobretudo as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: **constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista**. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força do trabalho, quer dizer. a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. Praticamente, isso traduz-se numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar ou dispensar a força do trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos, que permitam a uma empresa capitalista sustentar a concorrência das outras empresas. Daí uma cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de se governar a si própria com toda a autoridade absoluta necessária e de os seus elementos desempenharem entre si o papel de empresários capitalistas. **Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista ou, no caso em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve.** Estes são os factos (grifo nosso).

17 Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>.

A resposta de Singer (2000, p. 47) dedica-se a questionar dois dos pontos colocados por Luxemburgo. Em primeiro lugar, ele contraria a existência do absolutismo do capital na organização da produção, dadas as resistências dos trabalhadores; neste ponto, segue toda a linha de teóricos abordados até aqui que enfatizam a existência de graus de autonomia dos trabalhadores mesmo em contextos de produção capitalista. O outro ponto, mais central para o seu argumento, é o de que:

> Se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se auto-explorar menos; além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção.

Quanto à primeira condição que tornaria o trabalho menos duro, refere-se ao que na Argentina costuma-se chamar “custo patronal”, que diz respeito não “somente à grande fatia que os patrões levam, mas também a toda a série de gastos que devem abater da produção” (Lavaca, 2011). A segunda questão refere-se aos benefícios para os cooperados em termos de maior controle sobre o seu processo de trabalho, ainda que reconhecendo que este controle não seja total. Mais à frente, Singer expõe uma proposição que acaba por resumir o sentido desses dois argumentos: “a economia solidária melhora para o cooperador as condições de trabalho, mesmo quando estas continuam deixando muito a desejar”.

Ou seja, o que fica claro aí é que a ausência do custo patronal e a possibilidade de democracia permite que as condições vigentes nos empreendimentos de economia solidária permitem ao menos uma situação de trabalho melhor que nas empresas convencionais (além dos outros benefícios que possam vir a trazer). Nesta situação, não faz sentido esperar que os trabalhadores dissolvam a sua cooperativa, pois aos trabalhadores restaria a alternativa de serem explorados em condições piores que aquelas que podem conseguir trabalhando em sua própria empresa. Ademais, se os próprios trabalhadores “conhecem as condições de trabalho que a competição no mercado impõe”, então “não é crível que passem a considerá-las insuportáveis quando se tornam os donos de seus meios de produção”.

Aponta-se aí uma primeira posição que defenderia que as cooperativas podem ser marginalmente melhores para os trabalhadores do que as empresas privadas com as quais convivem no mercado. Mas, para aprofundar a análise, é preciso identificar quais são as condições que determinam ou não a sobrevivência de uma empresa no mercado.

De acordo com Marx, as condições de produção são reguladas pelo fato de que, em qualquer momento determinado, está vigente um tempo de trabalho socialmente necessário: “é tempo de trabalho requerido para produzir qualquer valor de uso nas condições de produção dadas, socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e intensidade do trabalho”.

Para sobreviver no mercado, qualquer cooperativa teria portanto de ser capaz de produzir valor a partir de condições de produção socialmente normais, o que quase sempre não ocorre, dado que as cooperativas normalmente emergem de iniciativas populares sub-capitalizadas ou de empresas falidas e, portanto, em uma situação na qual “seu padrão de produção esteja bem abaixo do que seria socialmente necessário, no sentido clássico da expressão, isto é, que permitisse sustentar a concorrência nos mercados-alvo de seus produtos” (Tauille *et alii*, 2005, p. 157).

Ademais, a organização da produção tem de se adaptar para alcançar o grau médio de intensidade do trabalho vigente em dado mercado. Neste sentido, quanto mais competitivo o mercado em que a cooperativa está inserido, mais ele “impõe forçosamente seus critérios de eficácia e exige das empresas em recuperação uma produção ininterrupta e em escala cada vez mais alargada para adequar o processo produtivo ao ‘tempo socialmente necessário’ vigente nas demais empresas”. De outro lado, quanto mais estável o mercado em que o empreendimento estiver inserido (detendo um percentual dele), menos pressionado o empreendimento estaria a aplicar os critérios de racionalidade das demais empresas e maior o grau de autonomia na organização do processo de trabalho (Tauille *et alii*, 2005, p. 84). Ou seja, as condições da existência de novas relações sociais de produção em uma cooperativa são determinadas pela intensidade da exploração a que são submetidos os seus companheiros trabalhadores no mesmo ramo de atividade. Como afirma Marx, o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma determinada mercadoria, em um determinado ramo,

> depende de circunstâncias diversas: entre outras, da habilidade média dos trabalhadores, do desenvolvimento da ciência e do grau da sua aplicação tecnológica, das combinações sociais da produção, da extensão e eficácia dos meios de produção e de condições puramente naturais.

Identificada a resposta de Marx para a questão das condições de sobrevivência de uma empresa no mercado, o que percebemos é que as cooperativas não podem se distanciar da intensidade e da habilidade no trabalho que têm as empresas comuns, se quiserem sobreviver. Um estudo a respeito das outras respostas dadas pelos economistas

para a sobrevivência das empresas no mercado pode ajudar a detalhar essa análise para o contexto do capitalismo contemporâneo.

A resposta mais simples e idealizada é a da economia neoclássica, que se baseia na eficiência através da maximização do lucro. Nela, assim como os indivíduos são reduzidos a átomos maximizadores de sua própria utilidade, a firma é reduzida a uma função de produção em que se maximiza a produtividade marginal dos insumos capital e trabalho e que compete com outras em um mercado composto por indivíduos que manifestam a sua escolha e preferência (autointeressadas).

Desse modo, as cooperativas se diferenciariam porque sua função de produção teria como objetivo final a maximização da renda por unidade de trabalho (em vez do lucro) (Ward, *apud* Zamagni e Zamagni, 2010), o que as levaria a algumas respostas contraditórias a mudanças externas nos preços dos produtos e dos insumos (ocasionadas por disfunções nas curvas de oferta da cooperativa) e a problemas de sub-investimento e subcapitalização. Zamagni e Zamagni rebatem essas críticas propondo que, para que a comparação seja feita de forma equitativa, assumam-se também mercados completos e perfeitos para as cooperativas, o que implica assumir a existência de um mercado para direitos de filiação nas cooperativas.

Uma outra resposta dada ainda no campo da economia que podemos denominar de "*mainstream*" é a de Williamson[18] (1985), para quem a teoria neoclássica, pelo fato de tratar as firmas e os mercados como caixas-pretas, não é adequada para elaborar uma comparação entre diferentes formas de produzir. Para Williamson (1985), a criação de hierarquias (onde há possibilidade do exercício da autoridade) como fator de eficiência (formando firmas) contrapõe-se à alternativa possível de organização ou governança das transações econômicas pelo mercado. A razão da sobrevivência de uma dessas formas seria a sua eficiência na capacidade de economizar custos de transação (Williamson, 1985, p. 42).

Para comprovar a necessidade da hierarquia na firma, Williamson (1985) busca comparar seis formas de produzir tomando como um de seus pressupostos o de que os trabalhadores com propensão a diferentes formas de produzir estariam distribuídos aleatoriamente entre unidades produtivas. Em discordância, Zamagni e Zamagni (2010) propõem que, para uma análise mais adequada da performance da cooperativa, é importante saber a estrutura motivacional das pessoas que a compõem. Assim, a função

18 Olivier Williamson foi ganhador do prêmio Nobel de economia pelos seus estudos sobre firmas e mercados e é um dos fundadores da chamada economia institucional.

de utilidade do sócio cooperado deveria incluir um parâmetro que medisse o peso atribuído à independência pessoal, contemplando a gratificação proporcionada por trabalhar em uma empresa que você mesmo controla. Então seria possível contrabalançar problemas como o da atitude de “caronista”, segundo a qual faltam incentivos para que o sócio cooperado dê sua contribuição individual para o volume do produto, e o problema da tirania da maioria, que é maior nas cooperativas por haver muito mais custos em um trabalhador que faça parte de uma minoria tiranizada sair de uma cooperativa do que há em um acionista sair de uma firma (Zamagni e Zamagni, 2010).

Mas a realidade dos empreendimentos de economia solidária latino-americanos talvez seja a de que maioria dos seus integrantes veem neles estratégias para escapar da realidade de desemprego e trabalho precário (abordaremos essa questão no capítulo seguinte), o que sugere que talvez a realidade esteja mais próxima do pressuposto de Williamson (1985), de modo que prosseguiremos a análise assumindo esse pressuposto. Dentre as seis formas de produzir categorizadas pelo autor, duas apresentam características de empreendimentos de economia solidária: o “cada um por si coletivo”, onde os trabalhadores utilizam o mesmo local de trabalho, mas cada um é responsável pela venda da sua produção (caso próximo ao de empreendimentos formados por artesãos associados, cooperativas de agricultores familiares e de catadores de materiais recicláveis) e os grupos de pares, onde a propriedade é coletiva e a remuneração é feita de acordo com a produção média do grupo e as decisões são tomadas de forma democrática (corresponde aos casos de cooperativas de produção como fábricas recuperadas pelos trabalhadores, assentamentos rurais em que a produção é coletiva, entre outros).

O autor analisa todas as formas através de uma série de critérios que dizem respeito à eficiência na economia de custos de transação, através dos quais chega-se à seguinte avaliação, por ordem crescente de eficiência: “*cada um por si coletivo” < putting-out = produção federada < contratação interna < grupo de pares < relação de autoridade*”. Se prosseguirmos comparando os dois modos mais eficientes (sem discordar das notas atribuídas por Williamson), percebemos que o grupo de pares só perde para a firma convencional nos quesitos atribuição de tarefas e atribuição de lideranças, mas ganha no quesito de inovação local, de forma que é mais eficiente nos ramos em que a eficiência na inovação for mais importante do que a eficiência na atribuição.

No caso da produção de software livre, por exemplo, podemos inferir que, quando um grupo de pessoas desejar assumi-la com objetivos econômicos, a produção

cooperativa seria mais eficiente por depender fortemente da inovação local (do papel criativo de cada programador) e não haver grande necessidade de atribuição coordenada de tarefas, como evidencia o sucesso da produção colaborativa não dirigida ao mercado (Benkler, 2006). Nesses casos, combinam-se o princípio do associacionismo ou da reciprocidade exercidos da forma inovadora descrita por Benkler para a produção não mercantil (2006) às formas de empreendedorismo com motivação idealista (Bruni e Zamagni, 2010). Efetivamente, existe hoje no Brasil uma rede de cooperativas de software livre composta por quatro cooperativas de três regiões do país[19].

Dando seguimento à análise de Williamson, podemos questionar ainda a atribuição às cooperativas e firmas convencionais de um desempenho igualmente ruim no que se refere a incentivos. Pois é o próprio autor que defende que, nos casos em que os trabalhadores sejam "ativos humanos com alto grau de especificidade" e seu "desempenho no trabalho não puder ser medido separadamente", a firma se dedicará a que os empregados encampem seus propósitos. Para isso, será importante a sensação de que a gerência e os trabalhadores estão no mesmo barco, e para isto contribuem práticas igualitaristas (Williamson, 1985, p 257).

Pelo menos nestes casos específicos, fica óbvia a vantagem natural das cooperativas em termos de incentivos, relativizando-se o papel absoluto da hierarquia como gerador de eficiência. Granovetter (1985) expande essa desvalorização do papel da hierarquia para as empresas em geral, a partir da crítica à concepção de Williamson do mercado como estado de natureza subsocializado e da firma como Estado absoluto supersocializado. Granovetter (2005) aponta conexões entre a qualidade das relações sociais entre os trabalhadores e produtividade da firma e a possibilidade de implementação de outros sistemas de controle que não a vigilância ou o pagamento de recompensas / incentivos.

Aí aparecem os sistemas de lealdade e de identificação com a firma e a importância da legitimidade (maior que a dos incentivos) para que os funcionários obedeçam às ordens dadas. Uma das formas de conseguir essa legitimidade e o consentimento dos subordinados seria justamente sua participação no planejamento e na formulação das políticas da empresa, mesmo que não seja sua responsabilidade. Dessa maneira, a firma aparece como uma comunidade social onde a governança é um processo político. Seja para economizar custos de transação em casos em que os trabalhadores sejam ativos altamente específicos, seja como implementação de um

19 <http://wiki.softwarelivre.org/Cooperativas/>

sistema de controle baseado na legitimidade e no consentimento, as estratégias de permitir um maior controle operacional dos trabalhadores sobre o processo de trabalho aparecem como forma de elevar os níveis de produtividade dos trabalhadores e, por conseguinte, da empresa. Ao nos depararmos com essa afirmação, algumas questões se sobressaem: qual o impacto dessas práticas sobre os trabalhadores? Qual sua relação com as práticas da economia solidária?

Competitividade, toyotismo e autogestão

DiMaggio (2003) aponta que, de um lado, os críticos podem ter razão ao caracterizar essas práticas como um hiper-fordismo obscurecido pela linguagem participativa, resultando em um trabalho mais intensivo e estressante pelo acúmulo de funções (supervisão, responsabilidade, disciplina) sem um aumento paralelo na compensação ou na segurança. Por outro lado, os críticos não perceberiam o grau de autonomia relativa existente no grupo de trabalho dado que os times podem escolher, dentre parâmetros amplos, as ferramentas, os serviços e os insumos necessários para executar uma tarefa. O autor não toma uma posição a respeito da nova flexibilidade ser liberadora ou aprisionadora, dado que o aspecto que prevalecerá dependerá das condições políticas e sociais específicas do local de trabalho. Novaes e Dagnino (2010), a partir de uma perspectiva marxista, também apontam que é difícil acessar os limites de cada proposta de participação, dado que as relações são conformadas pela luta entre capital e trabalho em cada local.

No entanto, eles buscam demarcar claramente a diferença, em relação a objetivos e apropriação dos resultados, entre o "participacionismo" e a autogestão (entendida dentro do sistema capitalista como busca pela autogestão, que só seria efetivada plenamente no nível social). Sua argumentação, não incoerente com a visão de Williamson e de Granovetter, é de que no "participacionismo" a fábrica se apropria do saber tácito e da subjetividade humana para aumentar as possibilidades de reprodução do capital, de modo consistiria em um ataque aos sintomas da alienação, mas não às suas causas. Ocorrendo apenas no nível operacional, a participação adquiriria a forma de pseudo-participação, dado que, no nível estratégico, o controle da produção está nas mãos do capital financeiro. Trata-se, portanto, de uma estratégia gerencial consciente de prevenção contra a resistência operária.

A abordagem de Bernardo (2009) permite aprofundar essa análise. Ele propõe a existência de ciclos longos de mais-valia relativa formados por ciclos de lutas de

trabalhadores (fase de recessão do ciclo de Kondratiev) que, após derrotados, têm suas instituições assimiladas pelo capital (momentos de prosperidade nos ciclos de Kondratiev) através de uma remodelação nas condições gerais de produção que permite o aumento da produtividade e da extração da mais-valia relativa. Dessa forma, é como resultado da assimilação do último ciclo de lutas (representado pela ocupação e tomada de controle de várias empresas, começando em 1967 na França, passando por experiências na Itália e em Portugal e culminando na Polônia, em 1980 e 1982, em que os trabalhadores teriam revelado aptidão para deliberar, decidir e controlar seus próprios passos) que "a capacidade que haviam inicialmente revelado é aproveitada pelos capitalistas e lhes serve para fundamentar um novo tipo de disciplina empresarial" (Bernardo, 2009, p. 480).

Nesse sentido, Bernardo segue uma tradição do pensamento autonomista. Por um lado, Cleaver (1981) descreve como Panzieri foi o primeiro que, além de indicar a classe operária como sujeito ativo na luta contra o capital, "pôde formular a evolução tecnológica do capital em termos de reação capitalista à luta da classe operária", concepção a partir da qual foram feitas análises aplicadas a setores industriais que "integram a tecnologia da fábrica, a estratégia do capital e a autonomia da classe operária num verdadeiro entendimento dialético, a partir da perspectiva das necessidades estratégicas da classe operária". Por outro lado, Cleaver (1981, p. 70) cita os estudos de Mario Tronti e Sergio Bologna que acompanharam a relação entre composição de classe e a organização das lutas da classe operária, propondo que:

> As lutas da classe operária conseguem apenas a recomposição de uma certa divisão do trabalho (por exemplo, a mão-de-obra qualificada, ou o trabalhador de linha de montagem) através de formas organizacionais adequadas (por exemplo, os conselhos de trabalhadores ou sindicatos industriais). Em outras palavras, a cada etapa da composição de classe, a forma adequada de organização se modifica.

De certa forma, a construção de Bernardo aglutina essas duas formulações em uma teoria única que aponta que, após cada ciclo de lutas, são "as próprias instituições da luta autônoma a serem assimiladas, após o seu colapso lhes ter alterado profundamente a natureza social. [...] É a própria degenerescência das lutas autônomas que fornece o quadro de reorganização capitalista da disciplina de empresa e da disciplina social genérica, incluindo, portanto, o novo quadro de formação da força de trabalho" (Bernardo, 2009, p. 461). Assim, para Bernardo (2009, p. 467-468), "cada estágio de organização do processo de trabalho não é senão o resultado da assimilação de instituições surgidas originariamente com as lutas autônomas e cuja degenerescência,

mediante a sua recuperação, constitui o próprio fundamento da remodelação do capital".

Ou seja, a forma de organização da classe em um ciclo de lutas é apropriada pelo capital no novo ciclo de extração de mais-valia relativa que se segue e fundamenta os avanços tecnológicos que permitem a elevação da produtividade.

Como exemplos desse processo, podemos citar a visita da Polaroid à experiência da Corporação Cooperativa de Mondragón (Kasmir, 2007), ou a declaração do empresário Michael Haradom (Carvalho, 2010, p. 5), que, referindo-se a uma fase difícil de sua empresa, afirmou que, "quando você tem gente na empresa que vem de movimentos sociais, por exemplo, nos quais se aprende que o interesse coletivo está acima dos individuais, não existe a chance de serem criados feudos como o que se criou aqui". Na mesma matéria, encontrada em uma revista sobre gestão corporativa, reconhece-se a autogestão das fábricas no socialismo de mercado Iugoslavo como exemplo de organização do trabalho.

Os autores que descrevem mais detalhadamente o processo de apropriação das lutas por autogestão dos anos 1960 são Boltansky e Chiapello (2009), que estudam em detalhes o contexto francês, a partir de diversas publicações e relatórios produzidos pelas maiores associações de classe dos empresários franceses. Os autores enquadram o caso francês dentro de uma teoria própria que demonstra o papel da crítica (social e estética) para o desenvolvimento do capitalismo, que tem a capacidade de cooptar aqueles que eram seus inimigos na fase anterior.

Nesse contexto, os autores se referem à crítica estética ao capitalismo que foi desenvolvida no plano teórico a partir dos anos 1950 pelo grupo *Socialismo ou Barbárie* e na *Internacional Situacionista*, e que encontrou um momento de explosão na revolta de 1968, com um alcance e uma difusão impensáveis nos momentos dos primeiros escritos. O que caracteriza esses movimentos são a crítica da alienação, da separação entre concepção e execução e do autoritarismo, todos apresentando, como contraponto positivo, as exigências de autonomia e autogestão. Por outro lado, as ações concretas dos trabalhadores, principalmente no período posterior a 1968, envolviam o confronto através das greves em empresas nas quais trabalhadores cometeram "graves ilegalidades", como sequestro de patrões e ocupação do local de trabalho, e através de ações cotidianas de recusa ao trabalho com diversas estratégias como sabotagens e operações tartarugas em que "os jovens operários tornaram certas fábricas incontroláveis pelos supervisores". Os próprios relatórios patronais falavam em desorganização da produção e recusa à hierarquia, com estimativas de que os custos de produção eram

aumentados ao ponto de triplicar o custo dos salários.

Frente a esse contexto, houve uma primeira tentativa de resposta através do mecanismo tradicional de garantia de melhores salários e maior estabilidade na empresa, já que “o patronato temia menos a prova de força com os sindicatos em nível nacional em torno da questão salarial do que a desorganização da produção e a perda progressiva do controle dentro da fábrica e da empresa” (Boltansky e Chiapello, 2009, p. 216). No entanto,

> A “grande política contratual”, apesar de seu custo, não tinha dado os resultados esperados. Não tinha devolvido a paz social nem interrompido o processo de desorganização da produção. [...] na prática, as greves espontâneas, cujo controle o sindicato não conseguiu obter, proliferavam a tal ponto que [...] pode-se falar de um novo tipo de conflito, que se caracteriza principalmente por ser inopinado, desconcertante durante todo o seu desenvolvimento, portanto imprevisível.

Com esse descontrole sobre os trabalhadores, as reivindicações por autonomia começam a ser ressignificadas pelos patrões. A retomada de controle será obtida “graças a uma ruptura com os modos de controle anteriores à endogeneização das reivindicações de autonomia e de responsabilidade até então consideradas subversivas”. É bastante ilustrativa a evolução do pensamento patronal frente às declarações iniciais da CNPF (Conselho Nacional do Patronato Francês). Em 1965, eles afirmavam que

> em matéria de administração das empresas, a autoridade não pode ser compartilhada [...] É a presença de uma pessoa responsável à testa da empresa que possibilita exercer a autoridade de modo mais humano e garantir o diálogo necessário com os assalariados. (Boltansky e Chiapello, 2009, p. 217)

Já em 1970-1971, a literatura patronal passa a entender a relação existente entre satisfação no trabalho e realização de tarefas mais complexas executadas de modo mais autônomo. Em 1971, os patrões chegam à conclusão de que “não é descabido prever que em alguns anos haja trabalhos para os quais já não se encontrará ninguém” (p. 221). O relatório da CNPF de 1971 apontava que “é preciso criar uma situação na qual o trabalhador seja intrinsecamente motivado pelo trabalho que realiza”, e já nessa época o caminho apontado para tal era a sobreposição, além das tarefas de execução, das “funções de ajuste, controle e manutenção do material, bem como aperfeiçoamento dos métodos” (p. 227). A mudança de perspectiva culminaria em 1978, com a definição da nova política social da CNPF, definida como gestão concorrencial do progresso social, em referência a uma concorrência das direções das empresas com os sindicatos para recuperar a iniciativa social.

Contribuiu para transformação da perspectiva patronal a apropriação dos

“trabalhos de sociólogos ligados ao movimento de autogestão e das experiências esquerdistas de representação direta dirigidas ao mesmo tempo contra o patronato e os sindicatos instituídos” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 224). Destaca-se, neste sentido, um estudo que abordou desde as cooperativas operárias de produção no nascimento do capitalismo, até outras experiências contemporâneas, e que culminou em um relatório cujo terceiro volume dedica-se a investigar “o modo como essas experiências podem contribuir para a administração das grandes empresas em seu esforço de criatividade e imaginação, com o intuito de enfrentar uma nova ‘sede de coletividade’ na empresa moderna” (Boltansky e Chiapello, 2009, p. 586-587).

Com a conclusão desse processo “por uma inversão política, as garantias foram de algum modo trocadas pela autonomia”, de forma que “no início dos anos 80, as expectativas na autogestão puderam, pelo menos em parte, ser voltadas para a flexibilidade, a descentralização das relações industriais, as novas formas de gestão empresarial (Boltanski e Chiapello, p. 232). Essa apropriação do ciclo de lutas guarda uma “terrível contradição”, bem retratada por Bernardo (2009, p. 482):

> Por um lado, as relações sociais-coletivistas e igualitárias, o próprio fundamento presente de um comunismo possível, conseguem um desenvolvimento sem precedentes e tendem a aprofundar-se no sentido da remodelação das relações de produção. Por outro lado, porém, o colapso de cada um dos repetidos processos autonômicos e a recuperação dos restos degenerados das instituições deles resultantes têm dado ao capitalismo um novo fôlego, permitindo a intensificação da exploração. A enorme capacidade expansional que as formas de luta autônoma demonstraram neste quarto ciclo longo parece encontrar o seu recíproco na não menor capacidade de desenvolvimento experimentada pelas instituições resultantes da assimilação capitalista das derrotas dos trabalhadores.

A formação de um campo de práticas denominadas ‘economia solidária’ se insere diretamente nesse contexto de transformação da autogestão em participacionismo, com o que retomamos a questão da cooptação apresentada no início do presente trabalho como elemento-chave para a diferenciação entre a proposta da economia solidária e a do marxismo autonomista.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a posição autonomista não deixa de valorizar as lutas pela autogestão, mesmo levando em conta que “as lutas operárias contribuem para o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que ou acelera o processo de extorsão da mais-valia relativa ou leva o capital a entrar em crise e a inaugurar novo estágio nessa extorsão da mais-valia relativa”. Mas, se de um lado temos a construção de relações sociais coletivas e igualitárias e, de outro, a sua apropriação que permite um novo fôlego para o capitalismo, a pergunta é: de qual dos dois lados

estaria a economia solidária? Só poderemos responder a essa pergunta a partir de um ponto de vista histórico no próximo capítulo, mas apresentamos agora o ponto de vista de cada uma dessas vertentes na medida em que dialogam com a questão da capacidade dos empreendimentos de economia solidária sobreviverem no capitalismo.

Grosso modo, poderíamos identificar uma visão da economia solidária como prática instrumentalizada em função do capital, na esteira das apropriações das lutas autogestionárias, tanto quanto o participacionismo o foi, pode-se falar inclusive em hiper-participacionismo, em que o controle dos trabalhadores sobre as questões operacionais é levado ao extremo da construção do próprio empreendimento, enquanto o controle das decisões estratégicas da economia retém-se no capital financeiro (Pinto, 2006, p. 54-57, registra esse tipo de crítica). Kasmir (2007, p. 86) segue claramente essa linha ao afirmar que "as estratégias gerenciais cooperativas são parte de um regime de acumulação flexível" e que "o capitalismo global incorporou a democracia e o trabalhador-proprietário ao regime flexível de acumulação do capital que usou as relações cooperativas entre trabalho-gerenciamento para desacreditar os sindicatos e o ativismo de base de classe".

Lima (2007), de forma um pouco mais matizada, pondera o caráter paradoxal das cooperativas ao

> integrar, por um lado, a ideologia participativa de gestão empresarial, uma vez que esta atende aos ditames da flexibilidade – no uso do tempo, formas de pagamento, ausência de contrato, multifuncionalidade. Por outro lado, pode responder a anseios dos trabalhadores, possibilitando maior participação e autonomia, embora restrita às regras de mercado. (p. 164)

O autor delineia algumas diferenças pontuais entre o participacionismo e a autogestão, quando afirma, por exemplo, que "isso não significa inexistência de melhorias para os trabalhadores, mas que estas devem ser efetivamente dimensionadas" (Lima, 2007, p. 141), quando afirma que "as cooperativas radicalizariam alguns ideais participacionistas presentes no toyotismo" (Lima, 2010, p. 179). No entanto, ele afirma que há uma "indiferenciação dos processos produtivos entre empresas cooperativas e/ou autogestionárias e as empresas capitalistas regulares" (Lima, 2007, p. 141). Assim, considera que as características presentes – como a "maior responsabilização do trabalhador no processo de trabalho" ou o fato de que "ambas são flexíveis, podem ser positivas para grupos de trabalhadores e negativas para outros" (Lima, 2007, p. 165) – são basicamente as mesmas nos dois modelos, inclusive independendo do fato da cooperativa ser realmente gerida pelos trabalhadores ou apenas um simulacro de autogestão (ainda que as primeiras estejam mais próximas do que seria o ideal do

toyotismo). Talvez o autor tenha chegado a essas conclusões por ter realizado estudos de caso com cooperativas organizadas principalmente em uma perspectiva de terceirização de atividades de empresas convencionais:

> As situações apresentadas apontam para o trabalho associado como flexível, em redes empresariais, nas quais as cooperativas atuam como terceirizadas para reduzir custos com força de trabalho. A autogestão contribui na desoneração das empresas dos custos e das implicações da gestão da força de trabalho. As empresas utilizam apenas o trabalho necessário e enquanto necessário. [...] possibilitam a substituição dos custos fixos por variáveis, o que na indústria do vestuário é particularmente importante. Possibilita ainda um maior controle da produção e maior produtividade dos trabalhadores, uma vez que existe uma relação direta produtividade-retiradas. (Lima, 2007, p. 158)

No entanto, Lima (2010, p. 179) defende que “a autonomia no processo de trabalho, num contexto de capitalismo reticular, cria novas formas de subordinação no mercado, independente de a cooperativa estar em redes de subcontratação com empresas, ou possuir produtos próprios”. O autor aventa a hipótese de que o cooperativismo tenha outro significado, o de resistência, mas o rejeita declarando que este fim é mais anunciado do que efetivo, já que os “valores do auto empreendimento e da autogestão” não teriam sido incorporados pelos trabalhadores frente à cultura do assalariamento (Lima, 2010, p. 193). Concluindo pela proximidade entre os dois modelos, é natural que Lima conclua que essas experiências cooperativas sejam pouco mais do que uma apropriação do conceito de autogestão pelo capitalismo:

> Da mesma forma que a informalização responde ao quadro de flexibilização da atual fase do capitalismo, a autogestão vai sendo apropriada nessa mesma direção. Possibilita às empresas a desoneração dos custos de gestão da força de trabalho, transferindo aos trabalhadores o ônus da gestão e de seus custos. (Lima, 2007, p. 137)

Na outra ponta, Singer (1998) destaca o potencial positivo da democratização das firmas (entendida como consequência de transformações tecnológicas) para uma possível transformação social:

> E provável que a firma-rede, formada por empresas aliadas, sócios franqueados e fornecedores e distribuidores subcontratados, seja mais democrática do que a firma una, colocada sob o poder indiviso de quem representa a propriedade de todo o capital [...] Obviamente, se tendências como estas se impuserem, estaremos diante de uma nova etapa do capitalismo ou, quem sabe, na primeira etapa da transição para além do capitalismo.

Dessa maneira, o acúmulo crescente de competências por parte dos trabalhadores, sejam elas apropriadas pelo capital no participacionismo, sejam canalizadas em formas de organização dos próprios trabalhadores na economia solidária

(que aqui difere qualitativamente do participacionismo), poderia se reforçar. Tauille (2002), em raciocínio semelhante ao que desenvolvemos a partir da crítica a Williamson, propõe que, se o denominado por ele “modelo japonês” apresenta vantagens competitivas, as cooperativas, radicalizando o aspecto da participação, poderiam ter mais vantagens, de modo que “é válido usar essa experiência como contraponto para se pensar nos caminhos viáveis para a experiência brasileira da economia solidária”.

Cruz (2006) não faz uma comparação direta com o toyotismo, mas aponta, dentre as vantagens comparativas dos empreendimentos solidários em relação a outras pequenas empresas, algumas das características normalmente atribuídas à produção flexível, como maior grau de compromisso e esforço, e utilização da folha de pagamento enquanto custo variável (flexibilidade de salários e de jornadas de trabalho). Quanto a este último argumento, é bastante óbvio considerar que ele é uma vantagem apenas se consideramos que a sobrevivência da cooperativa está acima do bem-estar dos trabalhadores que dela fazem parte, pois grandes oscilações que impactam diretamente na remuneração e, portanto, na vida dos trabalhadores não podem ser consideradas uma estratégia competitiva de longo prazo frente à realidade de uma remuneração que, em período normal, já costuma ser bastante insatisfatória.

Fica então a questão do maior comprometimento e esforço, que faria com que a cooperativa pudesse funcionar como um aprofundamento do “modelo japonês” ou, para usar os termos de Lima (2010), uma radicalização do toyotismo. Talvez os autores que mais desenvolveram e aprofundaram essa perspectiva tenham sido Bruni e Zamagni (2010, p. 178-180). Eles argumentam (como Granovetter) que, sob “os fenômenos crescentes e generalizados da assimetria de informação e contrato incompleto”, e também devido à “natureza idiossincrática” do trabalho[20], nem o mecanismo da coerção nem o mecanismo de incentivo trariam bons resultados para a empresa, mas o mecanismo de persuasão (correspondente à troca social). O mecanismo da persuasão funcionaria pelo prevalecimento da norma de equidade na empresa (o que então afeta cognitivamente o indivíduo e transforma suas disposições), e seria fundamental pela importância de motivar os trabalhadores a disponibilizarem o seu conhecimento tácito (Zamagni e Zamagni, 2010).

Zamagni e Zamagni (2010), no entanto, reconhecem que nem sempre as vantagens motivacionais são aproveitadas, tendo em vista que muitas vezes os gerentes

20 Note-se a similaridade com as condições especiais para justitificar uma gestão mais participativa, que, em Williamson, aparecem como dificuldade de medir o desempenho no trabalho e especificidade de ativos humanos.

de cooperativas tentam imitar a organização da corporação capitalista. Casos nos quais aparece a importância dos membros intrinsecamente motivados, “os primeiros a desempenharem a função de ‘sentinelas’ da identidade e da qualidade ideal da organização, protestando quando ela entra em crise” (Bruni e Zamagni, 2010, p. 183). Dessa forma as cooperativas aproveitam a boa disposição do grupo inicialmente motivado de trabalhadores, que podem influenciar cognitivamente os demais (que, ao perceberem que ações virtuosas lhes proporcionam benefícios, podem incorporar essa característica na sua disposição).

Com a prevalência da norma da equidade nas firmas contaminando, com esses valores positivos, o mercado em que estão inseridas, o estudo de Bruni e Zamagni, em confluência com alguns dos principais economistas teóricos do capitalismo, como Williamson e Granovetter, estaria comprovando uma tendência global a que organizações com maiores níveis de democracia apresentem melhores condições de sobrevivência no mercado. Aparecendo a equidade como norma capaz de gerar eficiência no local de trabalho, “o agente virtuoso que atua num mercado que se apoia apenas no princípio da troca de equivalentes “prospera” porque faz aquilo que o mercado premia e valoriza, ainda que o motivo pelo qual o faça não seja a obtenção do prêmio” (Bruni e Zamagni, 2010, p. 176). Assim, os autores invertem o dilema colocado primeiramente por Luxemburgo, propondo que, ao invés da troca capitalista dominar a produção socializada, a produção baseada na equidade contaminaria a troca de equivalentes no mercado.

Dessa maneira estão explicitados dois pontos de vista no debate sobre a produção flexível e sua relação com a economia solidária. No primeiro, são enfatizados os aspectos negativos da produção flexível, argumentando-se, em seguida, que são praticamente iguais aos das cooperativas. Apesar de Cleaver seguir essa linha, podemos criticá-la por ser uma análise unicamente do ponto de vista do capital, que vê os trabalhadores das cooperativas como pouco mais que vítimas de um processo de flexibilização.

No segundo ponto de vista, são enfatizados os aspectos positivos do “modelo japonês” e, ainda que se faça um esforço para diferenciar o cooperativismo das empresas que utilizam a participação, esta diferenciação é tratada mais como uma espécie de aprofundamento do modelo do que uma prática realmente oposta a essas estratégias. Dos dois modos, o trabalho associado e o participacionismo são praticamente igualados, seja em sua negatividade como precarização a serviço do capital, seja em sua positividade como formas mais democráticas e mais capazes de competir no mercado frente às novas configurações tecnológicas que condicionam a organização do trabalho.

O trabalho de Antunes Lima (1996) permite discordar dessas duas hipóteses a partir de uma pesquisa empírica em que a autora compara uma cooperativa com uma denominada “empresa estratégica”[21]. A sua motivação veio justamente do fato de que “tanto os ideólogos dessas novas formas de gerenciamento quanto os dirigentes de empresas que as praticam tentam nos convencer de que estas empresas funcionam segundo o modelo das cooperativas” (Antunes Lima, 1996, p. 50). O que a pesquisa empírica demonstrou é que, na empresa, “por trás do seu discurso que fala de comunicação, solidariedade, participação, coletivismo etc., o que existe verdadeiramente é uma prática que incita a competição e o individualismo aos níveis mais extremos” (Antunes Lima, 1996, p. 59). Já a cooperativa, ainda que tenha muitas “disfunções”, como a dificuldade dos operários em participar nas tomadas de decisões e a falta de interesse na direção da cooperativa para que isso ocorra, apresenta-se como uma estrutura qualitativamente diferente, pois “o cotidiano de uma estrutura coletiva representa por si só uma experiência suficientemente estimulante para permitir uma certa reflexão e o acesso a uma melhor compreensão sobre o sentido de uma estrutura alternativa de trabalho” (Antunes Lima, 1996, p. 263).

Baseados em Antunes Lima (1996), construímos a seguinte tabela que apresenta em detalhes essa diferenciação:

Tabela 1 – Quadro comparativo entre cooperativas e empresas estratégicas

	Cooperativa	**Empresa estratégica**
Pressões psicológicas	São até maiores, mas há espaço para conflito e negociação	Sem espaço para externalização
Exigências	É vista como um lugar tranquilo	Muito maiores
Objetivo	Conquistar um espaço “que lhe permita sobreviver e proteger economicamente seus participantes”	Dominar o mercado e excluir os concorrentes
Conflitos	São presentes e abertos	Tendem a ser negados e anulados
Sublimação	“condições nitidamente mais favoráveis à reflexão e à busca	Tendência à negação e à idealização

21 A empresa foi escolhida por utilizar o que denominou novas políticas de RH, também chamadas de pós-fordismo ou gerenciamento estratégico participativo, com características dentre as quais destacamos a “adoção de medidas para assegurar a participação do pessoal nas decisoẽs através de um sistema sutil de autonomia controlada” e baseada na pressão dos pares “como uma fonte de motivação mais eficaz que a autoridade do patrão” (1996, p. 25), pela conciliação de interesses, pela persuasão e pelo consentimento (1996, p. 27), pela tentativa de criar uma relação de confiança com a diminuição da utilização dos dispositivos tradicionais de controle (1996, p. 38) e que tentam normalizar os comportamentos, com uma espécie de taylorismo para além do corpo (1996, p. 42).

	de uma melhor compreensão da realidade", "quase ausência de idealização", "apesar de suas fragilidades, apresenta condições nitidamente mais favoráveis à sublimação"	
Qualidades percebidas como importantes	Relacionadas à participação no coletivo	Individuais (apesar do discurso dominante)
Eixo da relação com a empresa	Incerteza, liberdade e autonomia	Segurança, porém medo da demissão
"Estilo da gerência"	Participativo como "o resultado de uma transformação fundamental na correlação de forças internas à empresa" (p. 298-299)	Participativo como "resposta às políticas ditadas pela empresa"
Relação entre pares	Relação de qualidade, com uma negação ativa da lógica da concorrência	Deturpada pela lógica do "sucesso baseado no esforço pessoal" e pela concorrência interna
Adesão e apropriação	"sentimento e propriedade de um espaço comum e de adesão aos mesmos objetivos" (sobrevivência) (p. 325)	Inexistente, apesar do enorme esforço empreendido pela empresa
Conteúdo do trabalho	Ainda empobrecido porém qualitativamente mais rico	Empobrecido

No quadro acima podemos perceber que, mesmo com todas as dificuldades de efetivação da democracia, as diferenças em relação a sublimação, relação entre pares, conflitos, pressão, exigências, adesão e apropriação remetem à questão da alienação do trabalho, como propõe Antunes Lima (1996, p. 335). Apesar das disfunções, a estrutura da cooperativa, ao instaurar uma nova correlação de forças que protege os associados das decisões arbitrárias:

> é superior à estrutura estratégica na medida em que oferece condições muito mais favoráveis à redução dessa alienação. [...] Nossos dados sugerem que na estrutura estratégica as condições de resistência à alienação são muito mais desfavoráveis do que aquelas encontradas numa estrutura cooperativa ou talvez até mesmo numa empresa tradicional.

Essas diferenciações nos permitem rejeitar a proposta de existência da cooperativa como apenas mais uma forma de precarização dentro do paradigma da especialização flexível ou, no mínimo, afirmá-la como uma forma qualitativamente diferente. Esse trabalho dá margem à construção de uma hipótese na qual os empreendimentos de economia solidária podem ser considerados uma reapropriação parcial daquilo que o capital lhes havia subtraído quando da construção da empresa participativa. Eles

simbolizariam a construção de uma saída, contraditória porém não totalmente apropriada pelo capital, para a efetivação da demanda por autonomia que havia sido apropriada no participacionismo.

Prosseguiremos com o debate dessa hipótese ao longo deste trabalho, mas é preciso retomar nosso questionamento inicial a respeito da capacidade de sobrevivência das cooperativas no mercado, cujas respostas ainda não estão claras. Para respondê-lo, seria necessário aprofundar uma afirmação feita de passagem por Antunes Lima (1996): “ainda que a WL esteja também submetida às leis do mercado, isto não repercute da mesma forma no seu espaço interno (p. 261)”. Podemos colher algumas pistas na afirmação de que a pressão sobre os trabalhadores é menor na cooperativa e que, além disso, os objetivos das duas empresas são qualitativamente diferentes, o que permite uma inferência de que talvez na cooperativa as qualidades ressaltadas por Zamagni e por Cruz não sejam normalmente ou preferencialmente utilizadas em prol de uma maior competitividade no mercado, mas em prol do bem-estar dos trabalhadores.

Uma outra questão ainda não abordada diretamente, mas relacionada à sobrevivência dos empreendimentos no mercado, diz respeito à questão da interação entre o mercado e as firmas. Como vimos, Luxemburgo (1900) foi bem direta nesse ponto, propondo que a troca capitalista dominaria e perverteria as relações socializadas na cooperativa. Por outro lado, Bruni e Zamagni (2010) defendem exatamente o inverso, que o comportamento virtuoso das firmas seria capaz de transformar os mercados, utilizando principalmente o argumento de que é nas firmas que os atores passam a maior parte do seu tempo e que nelas prevaleceriam as relações de equidade. Já questionamos a segunda parte do argumento ao considerar que, para a firma participacionista, a sensação de equidade pode ser pouco mais que uma estratégia de cooptação dos trabalhadores que não corresponde à realidade, mas se nos referirmos ao impacto das cooperativas sobre o mercado, é importante examinarmos o argumento com mais detalhes.

March (1962) contribuiu para essa discussão ao formular o conceito de empresa como coalizão política. O autor aponta, do ponto de vista da ciência política, o problema da definição de sistemas de conflito e unidades elementares que compõem esse sistema. A questão é que, em muitos casos, essas unidades elementares são, em si mesmas, sistemas de conflito com outras unidades elementares, e não se dá muita relevância à relação da resolução de conflitos dentro de um subsistema com a resolução dos conflitos dentro do sistema maior. É esse exatamente o caso das firmas, geralmente tratadas como

unidades básicas de um sistema de conflitos maior (o mercado). A elas se atribui um objetivo superordenado de maximizar lucros no longo prazo, sem considerar que a firma também é formada por unidades básicas: os indivíduos ou grupos de interesses. Vimos que Zamagni propõe que é a forma como os conflitos são resolvidos dentro da firma que seria capaz de determinar os tipos de relações predominantes em seu ambiente externo, o mercado, enquanto Luxemburgo, ao contrário, propõe que são as relações travadas no ambiente externo que determinarão as relações internas da firma.

Fligstein (2001), um dos autores de referência no campo da chamada nova sociologia econômica, considera que esta questão (entender as implicações das dinâmicas de mercado para a estruturação interna das firmas) é uma das cinco questões teóricas fundamentais para definir o terreno da sociologia dos mercados na sociedade moderna. Ele, assim como Bourdieu (2005), consideram que a firma é um campo e um espaço de conflitos cuja caracterização, apesar da relativa autonomia, apresenta bastante correlação com a posição no campo em que está imersa, o do mercado. Para Fligstein (2001), essa correlação aparece na medida em que, sendo o objetivo da firma a sobrevivência a partir da produção de um mundo estável, fazem-se necessários dois projetos de controle: a luta por poder, a respeito de quem controla e como é organizada a firma; e a criação de um mercado em que incumbentes (líderes) e desafiantes reconheçam os efeitos positivos de estabilização social das relações correntes entre as firmas, ou seja, a definição de uma situação estável na disputa de poder dentro da firma e na disputa de poder entre ela e outras firmas pelo mercado.

Para o autor, o segundo projeto de controle condiciona o primeiro (ou seja, a sobrevivência no mercado condiciona a disputa de poder na firma) na medida em que aqueles atores que podem se afirmar como capazes de estabilizar as relações da firma com seus principais competidores argumentam que sua versão de como a firma deveria funcionar internamente é a causa do seu sucesso. Desse modo, a concepção de controle que domina o mercado define como os líderes de firmas operam para estruturar a sua cultura corporativa (Fligstein, 2001). Assim, para as grandes corporações americanas, uma concepção de controle dos mercados que funcionou através da reorganização financeira (fusões, desinvestimentos, compra de ações) levou a uma concepção interna de controle da firma que enfatiza o preço das ações como medida de eficiência, sendo que o condicionante para a realização dessas medidas não foram os fatos financeiros básicos, mas a construção cultural de uma percepção do que seja a firma.

Por mais que uma nova crise de lucratividade possa dar lugar a uma nova

concepção de controle (Fligstein, 2001, p. 169), ainda fica difícil enxergar nessa descrição de mundo o papel dos empreendimentos de economia solidária e a tendência proposta por Zamagni de que as instituições virtuosas construídas possam significar uma tendência de que a firma seja mais equânime, com capacidade de transformar os indivíduos e o funcionamento dos mercados. Levando em conta que os empreendimentos de economia solidária em teoria não são obrigatoriamente pequenas empresas, mas, na prática, o são em sua quase totalidade[22], a visão de mundo proposta por Fligstein acaba por remeter a uma advertência feita por Baran e Sweezy (1974, p. 60) segundo a qual: “a pequena empresa se localiza na extremidade receptora, reagindo às pressões das grandes empresas e, em certa medida, modelando-as e canalizando-as, mas sem o poder efetivo de contrabalançá-las e, ainda menos, de exercer uma iniciativa independente própria”. Ou seja, também por esse motivo seria difícil esperar que os empreendimentos de economia solidária possam ocasionar transformações nas formas de funcionamento do mercado.

Voltamos assim ao dilema de Luxemburgo, atenuado pelos possíveis diferenciais das cooperativas na concorrência vistos até o momento: a ausência do custo patronal, a maior motivação no trabalho, a capacidade de precarizar o próprio trabalho.

2.3 EESs e transformações no mercado

Mas, se parece difícil esperar que os empreendimentos solidários sejam capazes de impactar na concepção de controle dos mercados vigentes, isso não significa que outros atores sociais não possam fazê-lo. É nesse sentido que Hoffman (2001a) faz uma expansão do conceito de firma proposto por Fligstein. Ele parte da mesma definição de firma como organização baseada socialmente que busca objetivos subjetivos de sobrevivência e legitimidade, mas propõe uma especificidade que é reconhecer efetivamente a importância da interação das firmas com a sociedade. Hoffman (2001b, p. 149) critica Fligstein por apresentar uma abordagem monolítica dos campos, propondo que os campos sejam vistos como um coletivo de atores altamente diversificado, com influência variada e complexa no comportamento da corporação. Desse modo, inclui na análise organizações da sociedade civil e movimentos sociais como atores que fazem parte da configuração dos mercados e das próprias firmas.

De modo semelhante, Bartley (2007, p. 340) afirma que a análise de Fligstein pode

22 Talvez exista apenas um empreendimento solidário no mundo que possa ser equiparado às grandes corporações, a Corporación Cooperativa de Mondragón, no País Basco. Na América Latina, algumas fábricas recuperadas são atores importantes no mercado em que atuam, mas nada que se equipare às grandes corporações multinacionais.

ser apropriada para firmas imersas em domínios econômicos onde outros grupos são desorganizados, mas quando há conflitos sobre o impacto social ou ambiental dos negócios, as firmas dificilmente são os únicos atores relevantes. Para Abramovay *et alii* (2010), uma demonstração importante dessa capacidade das organizações da sociedade civil incidirem na forma como mercados contemporâneos se organizam são mesas redondas de negociação onde se disputam as requisições ambientais que estão sendo incorporadas ao mercado.

Nesse sentido, Bartley (2007) estudou propostas de construção de sistemas de regulação do mercado e identificou duas explicações possíveis. Segundo uma delas, tratar-se-ia de tentativas das firmas, colaborativamente, de enfrentar questões ligadas à reputação, à informação e à competição (a partir da demanda do consumidor). Por essa linha, a interpretação é de que as empresas se aproveitam de outros atores para resolver problemas de imperfeição do mercado. No entanto, o autor rejeita essa explicação ao demonstrar que em geral a certificação não é imposta por exigência de consumidores bem informados. Bartley reforça, portanto o papel ativo de atores da sociedade civil que, através de conflitos e de “incidência política” (Conroy, 2001), constroem acordos com as empresas no que se caracteriza como uma construção política de instituições de mercado.

De acordo com Bartley (2007), na prática, o mercado da madeira certificada foi construído, de um lado, por ONGs e fundações com uma atuação mais institucional na organização dos grupos e empresas revendedoras de madeira, e, de outro lado, em cooperação tácita, pela ação de grupos ambientalistas informais que pressionam os revendedores através de ações de protesto que visam prejudicar a sua reputação. Esse é, em geral, o processo de difusão de um mecanismo de certificação, que normalmente se beneficia da criação de atores pioneiros antes de adquirir a massificação e difusão; no caso da madeira, foram pequenas firmas especializadas em trabalho com madeira. Howard-Grenville *et alii* (2007) descrevem esses pioneiros como criadores de um campo novo, que encaram o desafio de construir com credibilidade lógicas novas.

Se, quando nos referimos à criação de campos novos em geral, estamos nos referindo a empreendimentos menores, cuja reputação pode ser construída gradualmente, e que têm como um de seus principais fatores de sucesso a existência de fortes relações sociais, essa constatação nos permite uma abordagem mais otimista em relação aos EES. Nesse contexto, nossa análise já não se restringe à análise da sobrevivência dos empreendimentos solidários nos mercados como eles *são* hoje, mas se amplia para uma

análise da sobrevivência dos empreendimentos solidários nos mercados como eles *estão sendo transformados* hoje.

Até agora, tratamos de estudos de autores reconhecidos no campo da nova sociologia econômica sobre mercados compostos por empresas hierárquicas e de casos em que articulações e mobilizações de setores sociais deram origem a práticas de certificação, impondo critérios mínimos a serem reconhecidos por essas empresas. Podemos dizer que o que ocorreu na prática foram formas de imposição de critérios sociais (ou ambientais, porém impostos socialmente) sobre os critérios de eficiência econômica dos mercados. Nos casos em que isso ocorre, os movimentos em questão conseguem impor o compartilhamento de mecanismos de estabelecimento das normas com as empresas atuantes no setor, escapando de uma apropriação total da empresa sobre a definição dos parâmetros corretos de produção e comercialização.

Zamagni e Zamagni (2010, 93), apesar de procurarem provar a possibilidade de sobrevivência das cooperativas em competição em mercados baseados em critérios puramente econômicos, já indicavam que uma das condições para que um fenômeno como o das empresas cooperativas possa se tornar um componente permanente e equilibrador do mercado é a tendência para uma inversão da dependência do consumo sob a produção. Apresentam assim a possibilidade de que o consumidor guie a produção como parte de condições históricas em que os consumidores estão dando crescentemente mais valor à forma como os bens são produzidos, e não só às suas características técnicas (Zamagni e Zamagni, 2010, p. 95).

Ao direcionar essa discussão para a realidade dos EESs, é importante entendermos o movimento de comércio justo, que, historicamente, visa ampliar e melhorar as condições de acesso ao mercado para os pequenos produtores, que, muitas vezes, são organizados de forma coletiva em associações e/ou cooperativas. Mais recentemente, pela sua integração na América Latina com o movimento de economia solidária, tem-se destacado a referência ao caráter de organização democrática destas unidades produtivas (Torres e Gomes, 2008): “Además, el sistema de gobernanza debe estar sostenido en los principios de democracia participativa (autogestión) y en la centralidad de las relaciones de cooperación, con respecto al trabajo y al capital”.

Wilkinson (2010) apresenta o comércio justo através da análise das condições de sobrevivência da produção artesanal de pequena escala. Ele defende que os mercados em que estão tradicionalmente inseridas as atividades agroalimentares artesanais são os circuitos de produção, circulação e consumo local e artesanal de comida são extensões

das relações familiares e de vizinhança. A produção se desenvolve de acordo com a demanda e os mercados são, então, tão sólidos quando as redes sociais que os alimentam. Notamos que os dados do SIES (MTE, 2007) permitem expandir essa noção aos empreendimentos de economia solidária brasileiros em geral, dado que 80,7% dos EES têm uma abrangência comercial comunitária ou, no máximo, municipal. No caso da Argentina, a pesquisa de Coraggio e Sabaté (2010, p. 92) sobre os *empreendimentos associativos mercantis* os leva à conclusão, bastante semelhante, de que há: "dependencia de relaciones de conocimiento previo y vecindad en lo que hace la constitución de sus mercados", de modo que estes EAM "se mantienem apegados a las unidades domésticas y comunidades territoriales, tanto por su ubicación [...] y su predominante alcance local".

No entanto, de acordo com Wilkinson (2010), atualmente os mercados informais locais são ameaçados pela inserção de competidores do mercado formal e pelas pressões pela adaptação às regulações de higiene e qualidade. Podemos apontar isto como a possível explicação para as dificuldades que os empreendimentos solidários inseridos nesses mercados locais encontram em gerar uma renda adequada para a sua sobrevivência. Frente a essas dificuldades, os produtores artesanais sentem a necessidade de expandir as suas relações de mercado, o que depende da mobilização de outras redes sociais e do desenvolvimento e fortalecimento de laços com atores externos à localidade.

Para Wilkinson (2010), é nesse contexto que emergem movimentos sociais mobilizados pela defesa de produtores artesanais e sistemas de produção local, que conseguem consolidar circuitos de longa distância formados por redes alternativas de comercialização. No entanto, para consolidar a presença de mercado para além dos limites das redes sociais específicas, acabam por se fazer necessários sistemas de reconhecimento de qualidade, que trazem consigo o perigo da domesticação e incorporação pelas grandes redes varejistas. Dessa forma configuram-se claramente duas estratégias diferentes de construção da proposta do comércio justo: uma vertente alternativa que propõe a formação de um circuito de comercialização alternativo (que são reforçadas pelo desenvolvimento de uma perspectiva latino-americana de comércio justo), e a vertente que busca inserção nos circuitos comerciais tradicionais e está ligada a ações de responsabilidade social corporativa (Wilkinson, 2007).

Torres e Gomes (2008) apresentam historicamente o processo de construção dessas duas vertentes, atribuindo os inícios do comércio justo a práticas desenvolvidas

por membros de igrejas evangélicas nos anos 1950 e que, no anos 1960, seriam sistematizadas por diferentes movimentos de solidariedade internacional com o objetivo de propor um novo sistema comercial que permitisse aos pequenos produtores melhorar as condições de vida e que substituísse as propostas de ajuda humanitária. Desse período em diante, expande-se o modelo das *world shops,* lojas especializadas em vender produtos do comércio justo. De acordo com Torres e Gomes (2008), os valores predominantes nesse período eram o humanismo-cristão e "el tercermundismo, de clara influencia marxista, [...] representado por las organizaciones de apoyo a los movimientos de liberación nacional".

A delimitação de vertentes separadas se daria a partir dos anos 1990 com a criação de um selo que identificasse os produtores que respeitassem padrões definidos por organizações européias:

> El objetivo es vender los productos alimentarios del CJ-NS en los grandes supermercados, aumentado así la cantidad de productos vendidos. De ahí hacia delante, el Comercio Justo Norte-Sur no será más un asunto de militantes asociados, sino un negocio con múltiples actores involucrados en el desarrollo de un nuevo nicho comercial en los mercados del consumo de masas. A partir del año 2000, la fisonomía y la dinámica del CJ-NS cambian radicalmente. Su actividad se realiza principalmente en las grandes redes de supermercados de Europa; su cifra de negocios y el volumen de artículos vendidos aumentan de manera espectacular. Paralelamente, la actividad abandona su marginalidad. (Torres e Gomes, 2008)

Jacquiau (2007) retrata de forma bastante crítica a transformação da origem caritativa, reforçada com uma perspectiva terceiro-mundista e anti-capitalista, em uma prática despolitizada ligada principalmente a Max Havellar, hoje consolidada mundialmente através do selo FLO (Fairtrade Labeling Organizations). Para ele, em nome do aumento dos volumes comercializados, "a sua dimensão política foi sendo atenuada e acabou por ser eliminada". As críticas apresentadas por ele são diversas, desde a questão do verdadeiro impacto desse comércio sobre os produtores, passando pela ausência de transparência nos demais elos da cadeia produtiva, até a venda de produtos certificados em que apenas uma pequena parte da matéria-prima foi produzida de acordo com os princípios do comércio justo, até a comercialização desses produtos em grandes redes de supermercados e cadeias de *fast-food* reconhecidas pelas práticas de exploração da mão-de-obra. Nesse contexto, consumidores e produtores são usados em prol de um negócio lucrativo para as estruturas de auditoria:

> Os grandes beneficiários da presente engenharia são acima de tudo as estruturas de auditoria e os intermediários da certificação, juntamente com as transnacionais

> do agro-alimentar, da torrefacção e da distribuição. A estas últimas o comércio equitativo não custa nada, visto limitarem-se a pagar um pouco mais caro por uma quantidade ínfima de matérias-primas, com fama de equitativas, que de imediato sobrefacturam a consumidores em busca de equidade.

Ainda assim, Jacquiau (2007) não rejeita a possibilidade de realização de práticas de comércio realmente equitativas:

> Nesta paisagem agitada, afrontam-se duas lógicas. A da marca Max Havelaar e dos seus parceiros comerciais, que se caracteriza pelo tratamento de quantidades importantes de produtos de nicho e de exportação (café, chá, cacau etc.), por vezes em detrimento das culturas agrícolas da soberania alimentar das populações locais. E a de redes como a Nature & Progrès, Artisans du Monde ou Minga, acompanhadas por milhares de simpatizantes ou militantes, que se posicionam resolutamente numa abordagem das actividades, [...]da sua relocalização e da generalização de trocas verdadeiramente equitativas, tanto no Norte como no Sul.

Para Torres e Gomes (2008) o movimento latino-americano pelo comércio justo deseja resgatar os “valores humanistas y de solidaridad que lo identifican con una economía distinta a la economía dominante”, chegando inclusive à proposição de um novo termo para a diferenciação do comércio justo norte-sul, o de comércio justo e solidário:

> En este nuevo proceso, los actores latinoamericanos divergen de las prácticas actuales del CJ-NS que se caracterizan por el abandono de algunos de estos principios básicos, como por ejemplo, la eliminación de los innumerables intermediarios, la democracia participativa, la transparencia en los intercambios comerciales.

Por fim, também eles identificam a existência de dois modelos de comércio justo, o modelo de integração ao mercado e o modelo de economia solidária. Como vimos, os quatro autores citados identificam a existência de dois tipos de práticas de comércio justo; com base neles, apresentamos abaixo um quadro que visa demarcar a diferenciação entre as vertentes:

Tabela 2 – Vertentes do Comércio Justo

	Alternativa ou comércio justo e solidário	**Circuitos convencionais ou integração ao mercado**
Produtores	Maior ênfase na organização coletiva e democrática dos produtores.	Maior ênfase dada a pequenos produtores.
Vendedores	Redes de lojas especializadas em produtos do comércio justo na Europa e feiras de economia solidária na América Latina.	Grandes varejistas que passam a vender linhas de produtos do comércio justo.
Consumidores	Ativista ou relacionado às redes	Camada mais ampla de consumidores

	sociais em que as organizações de comércio alternativo operam. Há também esforços de incidência nas compras públicas.	políticos, cujas compras rotineiras são influenciadas por considerações éticas ou políticas (há evidências de indução da demanda pelos grandes varejistas).
Objetivo	Transformação dos processos de produção, intercâmbio e comercialização, desde o nível local até o internacional, para introduzir nas práticas comerciais normas prioritárias inspiradas nos direitos humanos e na proteção do meio ambiente (Torres e Gomes, 2008).	O objetivo é simples e banal: vender cada vez mais. Para isto, é preciso aumentar e diversificar constantemente a oferta)escala de produção) e buscar novos canais de distribuição (supermercados, grandes cadeias de lojas, restaurantes, hotéis etc.) (Torres e Gomes, 2008).
Relação Norte-sul	Uma tendência mais crítica dessa vertente propõe a formação de redes de mercados alternativos domésticos, envolvendo produtores e consumidores do Norte e do Sul.	Perspectiva de um mercado consumidor do sul a partir do fortalecimento da classe média nesses países.
Sistema de garantia	– Historicamente baseada na confiança; – Desenvolvimento de um sistema de certificação para produtores e organizações; – No Brasil existem sistemas participativos de garantia mútua que ligados ao movimento da agroecologia, dialogam com o comércio justo: Rede Ecovida (na região Sul), Rede Xique-Xique no Rio Grande do Norte e ACS Amazônia, no Acre.	– Certificação de terceira parte dos produtos e não das organizações. – A Nestle e marcas próprias de supermercado, por exemplo, tiveram produtos certificados.
Relação com o Estado	Construção de políticas de apoio, regulamentação e fomento em relação com governos (casos de Brasil, Peru, Uruguai e México), em geral ligados a ministérios de desenvolvimento agrário, desenvolvimento social e/ou economia solidária.	Defesa da independência dos mecanismos de mercado em relação à regulamentação estatal, porém em geral recebem apoio dos ministérios de negócios estrangeiros de países europeus.
Volume de operações e tendência de crescimento	Apresenta tendência de crescimento, mas relativamente menor.	É a que mais cresce em número e valor de vendas.
Localização	Dominante na América Latina e na	Dominante no norte da Europa e nos

geográfica	Europa Latina.	EUA.
Contradições internas	– Profissionalização e orientação para o mercado. – Apelo ao poder público como regulador legítimo do comércio justo.	– Estabelecer critérios para determinar o funcionamento do mecanismo de preços. – Desafio de incorporar os valores de sustentabilidade e salubridade a partir de certificação conjunta, com orgânicos. – Tendência ao exclusivismo afasta os produtores que mais precisam.
Críticas externas	– Baixo impacto comercial e para os produtores.	– Permissividade e flexibilização dos critérios. – Licenciamento, para revenda, de grandes negócios. – Quebra da rede produtor-consumidor. – Apropriação do diferencial pago pelas certificadoras e distribuidoras.
Capital mais importante	Capital social para mobilizar redes de relações em prol da compra dos produtos e realizar incidência política (capital político).	Capital cultural: reputação e legitimidade das certificadoras.

Jaquiau, mais claramente, mas também Torres e Gomes, posicionam-se em defesa do modelo de comércio justo pela vertente que os chamam de economia solidária. Já Wilkinson (2007) propõe que a tensão existente entre as duas vertentes não precisa ser resolvida, havendo espaço para a ação separada de cada uma delas. Mais do que isso, ele aponta complementaridade, já que as campanhas feitas pela organizações alternativas beneficiam também os circuitos convencionais de venda, que, por sua vez, através da entrada dos grandes varejistas, expandem exponencialmente o conhecimento público dos produtos e princípios do comércio justo. A rede de militantes da vertente alternativa também ajuda a evitar o risco de que varejistas criem selos próprios, impedindo que eles se apropriem da proposta.

Antes de analisarmos mais detalhadamente essa posição de Wilkinson, analisemos a proposição de Torres e Gomes (2008) a respeito da integração do comércio justo e da economia solidária na América Latina. No próximo capítulo, nos deteremos nas características do movimento social de economia solidária; aqui, destacamos como alguns atores que estudam a economia solidária, principalmente aqueles baseados em Polanyi, propõem, normalmente do ponto de vista dos empreendimentos, uma necessidade de transformação dos mercados bastante próxima à proposta do “comércio

justo e solidário” ou do “comércio justo alternativo”. Eles propõem, como França-Filho, um circuito integrado sócio-político-economicamente, no qual prevaleçam critérios diferenciados de reconhecimento social do trabalho.

Coraggio (2007b) explora este sentido ao colocar o problema da capacidade de sobrevivência do empreendimento nos critérios utilizados pela sociedade para reconhecimento do trabalho realizado. Por isso, Coraggio (2007c) advoga a superação da relação custo-qualidade, de forma que se passe a enxergar como variáveis relevantes as condições de trabalho dos produtores e as preocupações ambientais. No mesmo sentido, Santos (2005) inclui dentre as teses sobre as alternativas não capitalistas de produção uma que diz respeito à necessária imersão social destas às demais organizações e movimentos por lutas mais amplas, do que dependeria inclusive o seu sucesso econômico. Interessante notar que os argumentos dos dois autores são bastante assemelhados à descrição de Wilkinson (2007) da organização de redes de comércio justo, e também se aplicam bem ao já citado caso das trabalhadoras da Sogantal, que, durante a Revolução dos Cravos, encontravam mais facilidade de venda do que trabalhadoras de fábricas similares através de seus contatos e inserção política.

Lisboa (2002) explora questões semelhantes, porém do ponto de vista da estratégia de inserção dos empreendimentos em nichos de mercado segmentados e com potencial de expansão, compostos por produtos com referência culturais e ecológicos, para além dos nichos próprios formados pelas redes e mercados solidários. Gardin (2006), a partir da realidade européia, dá um passo nesse sentido ao estudar a relação entre motivação sociopolítica no consumo e os tipos de consumidores que o efetuam, chegando à conclusão de que esta motivação é muito mais forte nas compras do setor público e do terceiro setor do que nos consumidores domésticos e do setor privado.

Outra linha de proposta dentro da economia solidária é a de que podemos chamar de fortalecimento dos vínculos locais que Wilkinson (2007) retrata como desarticulados pelo avanço dos mercados formais. Coraggio (2007b), por exemplo, propõe a execução de planos de viabilidade inseridos no contexto de planejamento de uma comunidade local, o que reduz as incertezas, pois não se planeja em função de um mundo desconhecido, pelo contrário, se planeja em função das necessidades identificadas da comunidade (Coraggio, 2007b).

Uma forma específica de imersão territorial encontramos em França-Filho (2007), que também propõe a construção de estratégias territoriais de desenvolvimento para o fomento de outra dinâmica econômica, fortalecendo circuitos sócio-produtivos locais

integrados a outras relações com as demais esferas da vida, articulando formas solidárias de produção com outras iniciativas da sociedade civil. Sugere, portanto, uma dupla inscrição dos empreendimentos: econômica e política, ao invés de manter como horizonte a inserção dos grupos na lógica mercantil convencional. O autor propõe a construção conjunta de oferta e demanda através de debates públicos no espaço associativo, em um exercício de democracia local em que os próprios moradores planejam e decidem sobre a oferta de produtos e/ou serviços, de forma que "a elaboração das atividades sócio-produtivas conjuga-se a uma forma de ação pública" (França-FIlho, 2007, p. 161). Como principal exemplo e referência dessa aproximação de oferta e demanda no Brasil, aparecem os bancos comunitários de desenvolvimento, cerca de cinquenta no Brasil.

A ênfase na aproximação de oferta e demanda é muito próxima àquela concepção que Bruni e Zamagni denominam 'empresa civil'. Ademais, os autores também reforçam as diversas experiências de consumo crítico como portadoras de um sentido de uma "nova convergência entre trabalho e consumo, em que o consumidor encontra na sociedade civil o lugar ideal para a tutela de seus interesses" (Zamagni e Bruni, 2010, p. 207). Assim, o consumidor-cidadão que presta atenção na maneira como os bens são escolhidos é um dos componentes que devem existir em um mercado pensado não como simples mecanismo de alocação de recursos. Aparece ao mesmo tempo como objetivo e como condição da transformação desse mercado a possibilidade de se afirmar dentro do mercado, um espaço econômico composto por sujeitos cuja ação econômica é motivada pela referência a valores (Zamagni e Bruni, 2010, p. 153).

Podemos agora traçar alguns paralelos entre a discussão a respeito das práticas de intervenção no mercado e a discussão anterior a respeito da relação entre economia solidária, participacionismo e autogestão. A posição de Wilkinson, que aponta complementariedade entre as vertentes alternativas e convencionais parece similar à de Zamagni e Singer no momento em que apontam similaridades entre economia solidária e participacionismo. Isso porque a vertente convencional do comércio justo parece se caracterizar como uma apropriação quase completa, pelo capital, da proposta original do consumo com critérios politícos, caracterizando-se por consumidores de alto poder aquisitivo realizando compras com o objetivo de aplacar a sua consciência em um processo que acaba por beneficiar empresas certificadoras e em que os critérios para a definição dos produtores são cada vez mais relativizados com o objetivo de aumentar a oferta, ao ponto em que estão sendo certificadas grandes fazendas tendo como referência o fato de cumprirem a legislação trabalhista.

Mas, se estamos falando de uma apropriação do capital, é necessário definir melhor qual a proposta original dos trabalhadores que está sendo apropriada, ou o equivalente ao que significaram as experiências de autogestão para o caso da democratização das relações de produção. Boltansky e Chiapello (2009) falam em uma constituição original do que chamam de “consumismo verde”, que incialmente incluía uma crítica ao capitalismo e à sociedade de consumo e fazia parte um processo maior de demanda por autenticidade. Para eles, com o passar do tempo, no fim dos anos 1980 e começo dos anos 1990, as empresas responderam com o desenvolvimento do marketing ecológico, porém “a mercantilização bastaria para criar dúvidas sobre a realidade e sobre o valor dos produtos ecológicos” com a perda da credibilidade junto aos consumidores. Esse processo parece similar à história do comércio justo, iniciado como uma crítica ao modelo capitalista.

Ainda assim, é difícil comparar o começo dessas críticas e da implementação do comércio justo (mesmo em sua vertente terceiro-mundista) com as lutas autogestionárias. No entanto, ainda que não haja uma linha contínua em termos de desapropriação e reapropriação no mesmo sentido da autogestão-participacionismo, é possível destacar as práticas dos mercados de solidariedade (na forma que tomaram na Revolução dos Cravos em Portugal) como equivalentes para momentos de irrupção de lutas autônomas, das propostas de comércio justo em sua vertente alternativa e de economia solidária. Em resumo, traçando uma analogia aproximada, poderíamos propor que os mercados de solidariedade estão para a autogestão como os circuitos alternativos de comercialização justa estão para economia solidária e os circuitos convencionais de comercialização justa estão para o participacionismo.

Como vimos, na Revolução dos Cravos era comum a montagem de postos de vendas diretamente nas fábricas, feiras e bairros populares, organizando-se mercados denominados “de solidariedade”, em que alguns consumidores, por afinidade política, direcionavam seu consumo para essas empresas de autogestão. Bernardo (2009, p. 457) chega a afirmar que, “relativamente a cada uma das empresas em luta, o fator principal da continuidade das formas autônomas é constituído pelos mercados de solidariedade, que resultam do relacionamento entre coletivos de trabalhadores, prosseguindo em um nível de autonomia”. Não temos informação suficiente para entender as motivações dos consumidores atuantes nesse mercado, mas, provavelmente, estes eram motivados por uma afinidade política com o projeto dessas empresas. Hoje em dia, existem diversas redes alternativas de comercialização que poderiam ser consideradas como a realização

desses mercados dentro dos limites de um momento que não é de ascenso de lutas revolucionárias, mas, ao que parece, podem constituir uma base de aprendizado e relações que poderiam ser utilizados em um momento futuro de ascenso das lutas. Desse modo, o denominado comércio justo **e** solidário, assim como a economia solidária para a autogestão e o participacionismo, pode ser interpretado também como uma reação frente à instrumentalização das iniciativas anticonsumistas dos anos 1960 e das iniciativas de mercados de solidariedade nos anos 1970 através das práticas de comércio justo norte-sul institucionalizadas.

Retomando a questão a respeito da viabilidade e possibilidade de sobrevivência de empreendimentos com características democráticas em um mercado capitalista, vimos através de diversos autores que está em curso um processo de transformação dos mercados em que movimentos sociais estão sendo crescentemente mais capazes de incidir na forma como se organizam por um leque variado de explicações (ainda que divergentes), como: a reinserção do mercado na sociedade; a construção política dos mercados e de novos campos sociais; o resgate de valores que, sendo intrínsecos ao mercado, haviam sido perdidos, e a reconstrução, em larga escala, de redes sociais locais que foram desarticuladas. Isto é um sinal de que realmente pode estar havendo tentativas iniciais de imposição de critérios sociais sobre a racionalidade econômica.

Não obstante, não há garantias de que essas tentativas efetivamente sejam apropriadas pelos EES na construção de um mercado de solidariedade que se refira a critérios não capitalistas de produtividade, o que vai depender da capacidade desses empreendimentos não de permitir que as empresas capitalistas se apropriem plenamente dessas criações e da sua articulação e capacidade de incidência sobre outros movimentos sociais. Ademais, é verdade que a participação nesses mercados hoje é praticamente restrita a bens de consumo final, limitação que já era prevista por Luxemburgo (1900):

> do que resulta deverem as cooperativas de produção contentarem-se, no melhor dos casos, com pequenos mercados locais e limitarem-se aos produtos de primeira necessidade, de preferência, produtos alimentares. Todos os sectores mais importantes da produção capitalista: a indústria têxtil, mineira, metalúrgica, petrolífera, assim com as indústrias de construção de máquinas, de locomotivas e de navios, estão antecipadamente excluídas da cooperativa de consumo e, por consequência, da cooperativa de produção.

No entanto, hoje já existem experiências de articulação de cadeias produtivas que permitem a inserção de cooperativas industriais e, na medida em que a capacidade de incidência nos mercados está ocorrendo para além da canalização das

demandas dos consumidores, pela capacidade de pressão política sobre as empresas, abre-se espaço para o desenvolvimento de mercados importantes para essas cooperativas. Esses processos ainda são bastante iniciais, mas indicam uma experimentação importante e a criação de um aprendizado na construção de formas de alocação de bens geridas pelos próprios trabalhadores. O seu desenvolvimento é um reforço importante na capacidade de sobrevivência das formas democráticas de organizar a produção.

Dentre os avanços que já estão sendo construídos nesse sentido, destacamos: a organização de diferentes grupos e redes de consumo crítico no Brasil (Kairós, 2011) e na Argentina[23], a realização, em 2008, no Uruguai, de um *Encuentro Latinoamericano de Tiendas de Economía Solidaria y Comercio Justo*, a estruturação de cadeias produtivas completas da economia solidária, como a Justa Trama no Brasil (Metello, 2007), a Cadena Textil Solidaria[24] na Argentina e a Justalana no Uruguai. Mesmo que ainda sejam experiências de escala pequena e isoladas, podem ser consideradas representativas de uma tendência à busca de integração dos empreendimentos entre si e destes com os consumidores. Essas são algumas das formas como estão sendo construídos mercados baseados em critérios como a organização democrática e o respeito ao meio-ambiente na produção, contribuindo para a viabilização econômica e manutenção das características de reciprocidade nos empreendimentos econômicos solidários.

23 <http://www.asamblearia.com.ar>
24 <http://www.cadenatextil.com>

Capítulo 3 – Economia Solidária como fenômeno latino-americano

Capítulo 3 – A economia solidária como fenômeno latino-americano

Apesar de ser um fenômeno mundial, a economia solidária encontra na América Latina algumas especificidades que a tornam um fenômeno especialmente denso e articulado e ainda que hajam muitas diferenças entre as realidades da região, desde um ponto de vista global entendemos que estas são menores que as semelhanças dado que seus países guardam similaridades econômicas e sociais. Por isso dedicamos esse capítulo do nosso trabalho a estudar algumas peculiaridades do fenômeno da economia solidária na América Latina.

Iniciamos este capítulo pela reconstrução de diferentes tentativas históricas de implementação de propostas de trabalho associado com o intuito de reconstruir experiências normalmente desprezadas na literatura brasileira sobre economia solidária. Na sequência passamos a investigar as condições sócio-econômicas que fortaleceram a emergência de iniciativas solidárias de produção nos últimos trinta anos da América Latina. Optamos por iniciar situando a experiência do Brasil e da Argentina nos marcos de uma tendência latino-americana para depois discutir e comparar as especificidades de cada país. Finalizamos esse capítulo buscando demonstrar o impacto da evolução histórica de cada país sobre as diferentes formas como o movimento de economia solidária se organiza atualmente. Com essa descrição fornecemos elementos para situar historicamente os empreendimentos que são objeto do estudo de caso.

3.1 – A pré-história da economia solidária na América Latina

Iniciamos pelo reconhecimento da necessidade da construção de uma história latino-americana da autogestão e do cooperativismo que permita preencher os vazios deixados pela literatura tradicional que normalmente faz um pulo desde a emergência do cooperativismo inglês na época da Revolução Industrial até a crise dos anos 1990 na América Latina (Novaes, 2009). Procuraremos abordar alguns casos relevantes na história da América Latina em que houve tentativas de estabelecimento de relações de trabalho pautadas na propriedade e gestão coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores, buscando relacioná-las com alguns dos grandes debates do pensamento político latino-americano que influenciam até hoje na conformação de nossas sociedades

e, portanto, envolvem questões importantes para avaliar o fenômeno da economia solidária e as especificidades que lhe são atribuídas na América Latina.

Dessa forma abordaremos a experiência da república dos guaranis, que envolveu uma aliança entre os povos originários do Cone Sul da América e setores mais "progressistas" da igreja católica, ainda no século XVI; os *ejidos* coletivos, experiência decorrente da reforma agrária Mexicana no marco da discussão do capitalismo dependente; e o regime militar populista de Velasco Alvarado no Peru, que nos permite desencadear algumas reflexões sobre a relação entre o estado latino-americano e a promoção da autogestão. Não abordaremos, embora não possamos deixar de registrar, a breve existência de uma organização autogestionária da economia no governo de Salvador Allende no Chile (Nascimento, 2006). Os momento escolhidos o foram a partir do critério da efetivação de relações democráticas de produção, de forma que ficam de fora algumas das grandes lutas autônomas dos trabalhadores latino-americanos, especialmente dos anos 1970 e 1980, que não chegaram efetivar a reorganização da produção após a ocupação das fábricas, essas lutas serão retomadas nas seções posteriores, especialmente no que tiveram de influência sobre a economia solidária.

3.1.1 – A República "comunista" dos Guaranis

Os debates sobre os indígenas

Antes de discutir essa experiência, uma primeira questão de análise diz respeito à hipótese da existência, ou não, de uma propensão prévia dos indígenas, ou de certas tribos e etnias, ao exercício do trabalho associado e de práticas de solidariedade. Neste sentido, Wachtel (1998, p. 204) refere-se aos ayllu, forma de organização social própria dos índios incas: "essa ajuda mútua era o fundamento ideológico e material de todas as relações sociais, e regia todo o processo de produção", ainda que, quando esta relação de reciprocidade estabelecia-se entre diferentes níveis de organização social, tendia a tornar-se menos simétrica e igual e mais hierárquica e desigual. Mariátegui (1996) também refere-se ao que denomina "comunismo incaico primitivo" e aos seus remanescentes (em 1929) nas sociedades do Peru, Bolívia e Equador. Quijano (2005) vai mais longe, afirmando inclusive que foram algumas das características de reciprocidade e solidariedade social dessas comunidades que, idealizadas, inspiraram as utopias europeias dos séculos XVI a XVIII.

Lugon (2010) afirma diversas vezes que a República dos Guaranis só pôde ser

constituída por serem os guaranis um povo sem nenhuma experiência prévia de propriedade privada. Uma prova do apreço dos guaranis ao trabalho coletivo foi a mensagem enviada aos espanhóis pelo conselho administrativo da redução de São Luis Gonzaga aós a expulsão dos jesuítas: “nós não somos escravos e não gostamos do costume espanhol do 'cada um por si', em lugar da ajuda mútua nos trabalhos cotidianos” (Lugon, 2010, p. 140).

Por outro lado, frente a esta realidade americana, ainda havia questionamentos entre os europeus sobre a humanidade dos povos indígenas, que eram considerados como animais irracionais por setores do clero que atendiam aos interesses da coroa espanhola como Juan Ginés de Sepúlveda. Por outro lado, já em 1511 o frade dominicano Antonio de Montesinos defendia uma posição contrária a opressão que era realizada sobre a população indígena tendo como seguidor mais celébre Bartolomé de Las Casas[25], ambos considerados antecessores das reduções jesuítas (Barnadas, 1998). Estas, estavam situadas em um contexto de uma influência milenarista e humanista na igreja católica da época, especialmente entre as ordens religiosas, em oposição ao clero secular, moral e intelectualmente decadente.

Além das reduções analisadas em mais profundidade, localizadas na região do então Paraguai, Hemming (1998) cita tentativas nas cercanias da comarca de São Paulo e experiências na Amazônia, no período entre 1652 e 1759, onde chegou-se a criar uma economia independente do estado; Lugon (2010) cita também reduções no fim do século XVII, no sudoeste e norte da Bolívia, cordilheira dos Andes e na direção da Patagônia. Para Lugon (2010), o diferencial das reduções na região do Paraguai era representar vantagens políticas e militares para o rei da Espanha Felipe III, pois estando ligadas à coroa espanhola, as comunidades guaranis formavam um “estado tampão” na fronteira com a América Portuguesa, de forma que demoraram a serem suprimidas.

Frente aos diversos enfrentamentos encarados, o território ocupado pelas missões variou ao longo de seus aproximadamente 150 anos de existência (1610 a 1768), mas de uma forma geral, pode-se afirmar que ocupou partes do que hoje é a Argentina, o Paraguai e o Rio Grande do Sul, no Brasil. De acordo com Lugon (2010, a primeira redução foi efetivamente fundada em 1610, ao norte de Iguaçu, em território hoje brasileiro, onde chegaram jesuítas que encontraram um grupo de índios previamente catequizados. Seu sucesso e crescimento populacional fez com que se desdobrasse em outras reduções próximas, originando o projeto inicial de uma república cristã que se

25 Ver relação com o Zapatismo.

contemplaria com a constituição de um outro grupo de missões, com a qual inicialmente não tinham contato, que se formou na região norte do rio Paraná onde hoje localiza-se o Paraguai, sendo que em 1628 já conformavam um total de 17 missões.

Organização do Trabalho

Quanto à organização do trabalho, havendo inspetores e auxiliares guaranis, “o controle essencial era feito de maneira espontânea pelos próprios trabalhadores, todos solidários e interessados em que cada um fizesse a sua parte” (Lugon, 2010, p. 135-136). Na agricultura, o trabalhador deveria seguir o ritmo médio de seus companheiros, nas oficinas eram exigidas quantidades mínimas. Para Lugon (2010, p. 138) o trabalho não era uma mercadoria, já que “ninguém trabalhava para capitalistas desconhecidos, nem a serviço de um patrão, nem para um governo abstrato e distante”. Nas tecelagens, por exemplo, havia a eleição de coordenadores locais. Formaram-se oficinas de diversos ofícios coletivos (tecelagem, estaleiros, olarias, etc), estabeleceram-se profissionais “autônomos” como sapateiros e relojoeiros.

Organização da economia

A estocagem e a distribuição dos produtos eram feitos por serviços comunais sem intermediários privados, não havia dinheiro. Os funcionários dos armazéns liberavam as provisões para os chefes de quarteirão e estes as entregavam para as famílias de acordo com o seu número de membros. A administração comunitária responsabilizava-se pelas cotações dos produtos, de forma a controlar os níveis de estoque. O planejamento em função das necessidades ocorria de forma que “as iniciativas não se reduziam a estreita perspectiva do lucro egoísta [...] nenhuma nova tarefa era começada se não fosse em função das necessidades e vantagens de toda a comunidade” (Lugon, p. 101 e 102).

Elementos dessa perspectiva coletiva são encontrados no regime de propriedade da terra, que era comum e indivisível, sendo as moradias cedidas aos recém-casados, conformando-se como propriedades públicas, que não eram hereditárias nem podiam ser vendidas; e também na securidade social pública e gratuita.

Organização política

Quanto à organização política, Lugon (2010) afirma que os caciques gradualmente perderam importância, tendo ascendido espécies de conselhos municipais eleitos pelo povo, em assembleia pública, a partir da indicação feita pelos antigos conselheiros e

referendada pelo padre. No entanto restou uma situação de duplo poder que só em alguns momentos é explicitada, e que parece dar a tônica da organização política. No nível da redução, os conselheiros e o corregedor guarani tomavam as decisões de administração interna em encontros com os curas; no tocante à legislação civil, penal e militar, a direção era do superior-geral dos jesuítas, sobre o conjunto das reduções confederadas. Desta forma reservava-se o monopólio da direção geral das reduções aos jesuítas, que até o fim não aceitaram a instalação de uma autoridade federal indígena (Lugon, 2010). A desculpa para esse paternalismo era o medo dos colonialistas e da intervenção espanhola. Há, no entanto, um contraste entre as autoridades políticas eleitas da redução, cujos cargos não lhes proporcionavam posses maiores nem as enriqueciam, e a existência de diversos privilégios concedidos aos padres, como o acesso exclusivo a pão fermentado e o controle do comércio exterior.

Estas contradições foram exploradas no momento do fim das reduções, quando os espanhóis prometendo igualdade aos corregedores guaranis e emancipação frente aos jesuítas, de forma que os jesuítas remanescentes foram levados sem resistência dos índios. Coube aos guaranis, liderados pelo célebre Sepé Tiarajú, a tentativa de resistência contra as tropas espanholas e portuguesas, que eventualmente saíram vencedoras, ocupando as reduções da margem esquerda do rio Uruguai.

3.1.2 – O desenvolvimento dependente e os ejidos coletivos.

Abordaremos agora a experiência mexicana dos *ejidos* coletivos, forma de trabalho associado impulsionada no México primeiramente pelo governo Cárdenas, com a expectativa de viabilizar economicamente a reforma agrária, e analisada por diversos pensadores latino-americanos na perspectiva de sua funcionalidade ao capitalismo dependente.

Os debates sobre o desenvolvimento dependente e a funcionalidade do campesinato

Pode-se dizer, de forma aproximada, que existem duas grandes linhas de análise das relações de dependência. Uma delas é representada por Cardoso (1981), que defende a aliança dos países periféricos com o capital internacional, na perspectiva de um desenvolvimento dos países da periferia associado ao países do centro, com a substituição do antigo imperialismo econômico. A outra linha, cujo principal expoente é Marini (2000), busca, pelo contrário, estabelecer as conexões entre a manutenção das taxas de lucro empresariais nos países do centro e a superexploração do trabalho nos

países periféricos, superexploração que, por sua vez, inviabiliza a formação de um mercado consumidor interno, em um processo de permanente agravamento das desigualdades.

Singelmann (1978), baseando-se fortemente em Marini, elenca os principais elementos da teoria da dependência e elabora suas consequências para o setor agrícola mexicano, consequências para as quais o fomento aos *ejidos* coletivos aparece como resposta natural. Historicamente, o papel dos países dependentes em contribuir para a formação da mais-valia relativa nas metrópoles começa no início da revolução industrial, com o fornecimento de gêneros alimentícios baratos, diminuindo os custos de reprodução da classe trabalhadora. A obtenção desses preços baratos de exportação basearam-se em um acirramento da mais-valia absoluta e superexploração de mão de obra. Quando da industrialização das economias dependentes, no século XX, operou-se a desvinculação entre a produção e a circulação de mercadorias, visto que a superexploração impedia a existência de uma demanda interna para além de bens de consumo. Desta forma, o processo de industrialização não precisou que o nível de salários acompanhasse o aumento de produção, sendo o limite mínimo salarial o de subsistência física.

Podemos encontrar em Garcia (1981) as linhas gerais do papel reservado à agricultura nesse modelo: provisão de mão de obra barata; produção de matérias primas sem valor agregado; provisão de recursos para importar tecnologia através da exportação e conservação e reprodução da mão de obra, o que de acordo com Stavenhagen (1978) permite a manutenção de baixos salários na cidade e o corte de gastos sociais, além de exercer uma função de colchão amortecedor do desemprego urbano. Singelmann acrescenta ainda a diminuição da demanda por alimentos, já que a economia camponesa opera na lógica da subsistência, o que reforça a tendência de baixa dos preços. Desta forma a produção rural diminui os custos de subsistência do setor não rural, tornando-o mais produtivo, através da transferência de seus excedentes ao passo que suas taxas de lucro são reduzidas ao mínimo através de mecanismos de mercado e do alto custo da tecnologia importada. Para Stavenhagen (1978) é esta funcionalidade, advinda da incapacidade estrutural do processo de industrialização em absorver a força de trabalho (dado o seu caráter dependente) que impede a desintegração do campesinato através da requisição da mão de obra no setor urbano e do desenvolvimento de um mercado de bens de consumo.

Histórico

Frente a este quadro do campesinato, Singelmann (1978) aponta as cooperativas rurais como tentativas implementadas em diversos países latino-americanos para solucionar a questão agrária, sendo os ejidos coletivos mexicanos o exemplo mais dramático. As vantagens da cooperativização adviriam de ganhos de escala, eliminação de intermediários parasitários e planejamento e diversificação da produção. Para Garcia (1981) no México dos anos 1910 e 1920, a revolução armada possibilitou a acumulação de forças sociais que na década de 30 (governo Cárdenas) deram forma a um projeto nacional revolucionário, com uma reforma agrária que visava a substituição do sistema latifundista por uma nova estrutura *ejidal-coperativa*. A questão, para ele, é que antes que esta estrutura pudesse ser articulada, no entanto, irrompeu a contra-reforma que deu o controle do governo à moderna oligarquia e às classes médias reformistas com a substituição das massas mobilizadas por uma clientela sem autonomia social. Nesse processo é que teria deturpado-se a proposta inicial dos *ejidos* coletivos. Já para Singelmann (1978), era de se prever que a eliminação dos proprietários tradicionais não descartava a hipótese de sua substituição por gerentes assalariados, funcionários governamentais ou oficiais dos bancos.

Organização interna

Singelmann (1978) diferencia coletivização cooperativa de coletivização controlada. Na primeira os camponeses têm controle sobre a distribuição e utilização da terra, que assim como o capital é gerada e distribuída dentro da comunidade, que tem autonomia para reivindicação política e controle da produção. Na segunda (que de acordo com o autor é predominante entre os *ejidos* coletivos), a terra pode ser propriedade dos camponeses, mas a utilização de recursos como trabalho e crédito é controlada por agências de fora da comunidade, condições nas quais os camponeses vendem sua força de trabalho para empresas que pertencem a eles apenas nominalmente.

Relação com o mercado

Singelmann (1978) apresenta o processo pelo qual na prática os camponeses tornam-se assalariados de sociedades de crédito sob a direção de empresas de financiamento. Os camponeses em tese deveriam receber uma parcela dos lucros dessas sociedades, mas na maioria dos casos não existem lucros nominais, o que os leva a alongar o seu tempo de trabalho. Ademais a coletivização subordinada os leva a realizar grandes despesas com maquinário que lhes endivida e retira o controle da produção. Um

elemento importante nesse quadro é a socialização via capital mercantil e o controle monopolístico sobre a venda, que mantém os *ejidos* como pouco mais do que uma forma de exploração capitalista com o deslocamento de alguns custos de produção direto para os camponeses, de forma muito semelhante às cooperativas de terceirização dos anos 1990. Configura-se em um mecanismo de exploração do trabalho camponês pelo setor industrial da metrópole, os lucros da agricultura transformam-se assim em lucros da indústria, onde compensam a troca desigual internacional. Ou seja, a coletivização que aparece para responder os problemas dos camponeses médios e pobres só conseguiu aumentar os custos desproporcionalmente ao aumento de produtividade; reduzir a quantidade de terra disponível para plantação de subsistência; e retirar o controle do processo dos produtores, trazendo-lhes a necessidade de pagar por trabalhos especializados e de gerência. Esses custos podem ter contribuído para aumentar a produtividade agrícola e satisfazer as necessidades nacionais por plantações comerciais, mas não com a melhoria do nível de vida dos camponeses.

São apresentados alguns casos de sucesso, mas sempre como exceções onde se conseguiram encontrar condições externas favoráveis como mercados internacionais aquecidos, tamanho ideal das áreas de terra, dentre outros.

3.1.3 - Populismo e autogestão no Peru

Por fim, apresentamos brevemente as práticas de impulso a autogestão no governo do militar Peruano Velasco Alvarado, que misturou muitos elementos populistas com um impulsionamento a participação popular em formas de democracia direta e autogestão da economia, com alguma inspiração no modelo Iugoslavo.

O debate sobre o populismo na América Latina

Para entenderemos melhor esse processo, primeiramente abordaremos a definição conceitual de populismo de Ianni (1975). Para este autor, na maioria dos estudos sobre o populismo na América Latina os autores identificam sociedade moderna com sociedade capitalista, atribuindo o populismo a uma incapacidade de seguir o modelo europeu ou norte-americano. Nesse sentido o populismo é tomado, por autores como Gino Germani, Torcuato di Tella e Jorge Graciarena, como “uma espécie de descompasso, retrocesso ou distorção no curso do processo de transição da democracia representativa”, com elementos como: estabelecimento de vínculos entre massas e líder através da demagogia e do carisma; o caráter mistificador da ideologia populista e sua subordinação ao líder, de

retórica vaga; e por fim, o efeito deslumbramento que as massas vindas do campo sofrem ao chegar da cidade, passando por uma revolução de expectativas.

Ianni (1975) defende, de outra forma, que a aliança das novas classes sociais urbanas resulta na verdade da mudança das condições sociais, políticas e econômicas; do colapso das economias organizadas com fundamento na economia primário exportadora na nova ordem econômica internacional. Ele propõe ainda que uma das peculiaridades do populismo é a combinação sui generis dos sistemas de mobilização e controle das massas com o aparelho estatal. Uma combinação singular entre Estado, partido e sistema sindical que apoia-se na aliança de classes, sob a égide da burguesia, sempre pronta a aplicar golpes quando a participação das massas conduzirem a um risco de radicalização política. Dessa forma para o autor, o caráter de classe encontra-se difuso e submerso na prática e na ideologia populista. Para ele há que se perceber a diferença entre o populismo das cúpulas (que quer instrumentalizar a classe operária) e o populismo das massas (que em momentos de contradição aguçada encaminha-se para formas revolucionárias).

Histórico e contexto

Para entender como essas condições se deram no caso peruano, vejamos algumas cifras apresentadas por Nascimento (2006) em relação a economia peruana em 1968. No campo, 831.000 das 840.000 unidades de exploração agrícola tinham menos de 5 hectares, representando 6% da superfície agrícola do pais; no outro extremo, 0,4% das explorações, menos de 34.000, tinham mais de 500 hectares e ocupavam 75% da superfície agrícola. De forma geral, cerca de 50 famílias controlavam o conjunto da atividade econômica em ligação com grandes firmas estrangeiras e seis grandes grupos de interesses controlavam 70% das vendas do setor industrial. Dessa forma, em um contexto latino-americano de emergência de ditaduras militares anticomunistas, os militares peruanos propuseram uma revolução de cima, com tropas tomando campos petrolíferos e a liquidação da grande propriedade agrária por decreto, no que foi “a mais radical reforma agrária realizada na América Latina depois da cubana” (Rénique, 2009: 119).

Organização política

Tendo Juan Velasco Alvarado como líder e figura simbólica, o projeto Velasquista começou com um punhado de oficiais do Serviço Nacional de Inteligência que então

recorreram a intelectuais de esquerda para articular sua proposta. Carlos Delgado de Oliveira foi o mais importante dos assessores civis do regime que propôs a realização das transformações estruturais da economia Peruana. Ele por um lado reivindicaca a herança de Mariatégui e de outro havia sido membro do partido Aprista[26], da onde provém o discurso do general Velasco: o tom messiânico e a pretensão de ser um processo atípico, autônomo, aberto e equidistante do capitalismo e do comunismo. A essas duas tradições, (Rénique, 2009, p. 122) “somaram-se aporte das tradições libertária, socialista e cristã para produzir uma nova conceituação político-social cuja finalidade era 'edificar uma democracia social de participação plena'” cujas características seriam o repúdio ao individualismo e a geração de ordem política em que o poder decisoão estivesse nas mãos de instituições democrática.

Com o objetivo de transferir para o povo as estruturas criadas pelo governo através de mecanismos de participação foi criado o Sistema Nacional de Mobilização Social (Sinamos), com missão de estimular o surgimento das organizações populares, em que as massas descobririam mecanismos de autogoverno, seu objetivo era catalisar a “sociedade de participação plena”. Para atingir esses objetivos, no entanto, o Velasquismo deparou-se com uma série de obstáculos (Rénique, 2009) como: a orientação conservadora dos organismos públicos; a desconfiança das organizações populares e a relação contraditória entre o aproveitamente da capacidade de mobilização desses militantes e o medo de que eles realizassem uma infiltração no governo; tudo potencializado pela contradição entre o poder militar e seus assessores civis.

Sem nunca ter sido capaz de superar essas contradições, com a queda de Velasco em pouco mais de um o regime viria a se transformar em uma ditadura militar convencional. De acordo com Rénique (2009, p. 128), para alguns a era velasquista foi a grande ruptura da vida peruana, ou o ponto final da pátria crioula, com a fragilidade de que “havia sido uma 'revolução por decreto' que, quando tentou, também por decreto, integrar as massas em suas estruturas políticas, chocou-se com sua própria natureza militar”. O SINAMOS teria funcionado como a arena de luta entre burocracias civis e suas contrapartidas militares. Daí a a imagem de um regime corporativista e até mesmo fascista. Para Touraine (1989), o regime populista de Velasco Alvarado, foi, a um só passo, uma das ditaduras mais totalitárias, por ter-se dotado de aparelhos de mobilização popular controlados pela burocracia militar e a mais capaz de realizar as transformações

26 Para Ianni (1975), a APRA Alianza Popular Revolucionaria para America, tornou o populismo parte da história peruana desde 1924.

que todo o regime populista deseja, como a reforma agrária, a nacionalização do petróleo e a destruição da oligarquia. Para Touraine (1989, p. 210)

> “o regime militar protegia uma elite fechada e recorria a métodos de controle policial e político de quase todos os setores da opinião. Somente uma fração reduzida dos operários, os organizados em comunidades de trabalho, as cooperativas agrárias com mais rentabilidade e o mundo dos funcionários aproveitaram o novo regime, formando uma nova classe média, a qual o setor popular não se aliançou.”

Nascimento (2006) apresenta uma visão radicalmente diferente (talvez enfatizando o caráter que as burocracias civis buscaram dar ao SINAMOS), ele defende que a busca de um ‘socialismo peruano’, como alternativa ao capitalismo e ao ‘socialismo estatal burocrático, caracterizou a revolução peruana, com raízes no pensamento marxista libertário de Mariátegui. Se, como Ianni (1975), enfatizamos a questão da combinação entre as tendências do sistema social e as determinações da dependência econômica enxergamos na resposta Velasquista uma cisão clara com a proposta populista de coalizão de classes sob dominação burguesa. O regime teria transcendido essa proposta ao apresentar uma proposta de construção (de cima para baixo) de uma classe de trabalhadores associados (que Touraine denomina de nova classe média) subordinada a uma classe de gestores militares, sem uma aliança clara com uma classe burguesa incipiente.

Organização da Economia

Para explicar essa visão, destacamos que dentre as características propostas para a efetivação da “democracia social de participação plena” estava a construção de uma “economia fundamentalmente auto gestora”, na qual os meios de produção estavam sob o 'controle direto daqueles que geravam riqueza com seu trabalho. Para tanto, as empresas foram agrupadas em seis setores (Nascimento, 2010): a) pequena propriedade artesanal e comercial (com 63% da mão-de-obra operária); b) propriedade privada reformada pela lei da comunidade industrial de 1970 que permitira acesso de até 50% da propriedade e da gestão aos trabalhadores de empresas com mais de 5 trabalhadores e faturamento anual acima de um milhão de soles (representavam 15% da renda nacional e 5% da força de trabalho); c) setor de propriedade social (lei de maio de 1974) inspirado no modelo Iugoslavo onde estariam as cooperativas de produção e as sociedades agrícolas de interesse social; d) empresas estatais advindas da nacionalização da indústria de base; e) empresas mistas criadas em parceria com grupos estrangeiros, sem participação dos

trabalhadores na gestão; f) empresas administradas pelos trabalhadores originadas de lutas pós-processo falimentar.

Essa concepção viria a mudar em julho de 1976, quando vários ministros militares, do grupo ‘radical’, próximo a Velásquez foram demitidos e o então presidente Bermudez passa a defender o pluralismo econômico enquanto na prática multiplicava os entraves para o setor das empresas autogestionárias e das federações agrárias. Possivelmente as tentativas de Velasquez teriam alcançado maiores avanços e maior base social se (assim como a economia solidária hoje) houvera incluído esforços para promover o associativismo entre o setor da pequena propriedade artesanal e comercial, onde estavam alocados à época 63% da mão-de-obra operária.

Organização Interna

Vejamos agora algumas linhas gerais de cada um dos setores em que se impulsionou o associativismo. De acordo com Nascimento (2006), o setor de propriedade social (EPS) tinha como princípios a participação total; a propriedade do conjunto dos trabalhadores; acumulação social (os lucros das atividades produtivas eram incorporados ao patrimônio do setor); e a formação permanente para desenvolver a participação dos trabalhadores. Os órgão de autogestão previstos para as empresas foram a assembleia geral dos trabalhadores, o comitê de direção (três a seis membros eleitos pela assembleia) e outros comitês temáticos a cargo de cada empresa; sendo o gerente ou os gerentes nomeados por uma duração indefinida pelo Comitê de Direção (diga-se de passagem, um modelo bastante semelhante ao Iugoslavo). As relações com o Estado ficaram sob responsabilidade da Comissão Nacional de Propriedade Social, que tinha a função de regulamentar a criação das EPSs, a planificação do setor e o seu nível de remuneração. Em agosto de 1975 (fim do período revolucionário comandado por Alvarado), havia uma só EPS constituída e 28 em formação; em 1979, havia 44 empresas de propriedade social empregando 7.156 trabalhadores em diversas atividades econômicas, representando no conjunto 1% do PIB.

Já as empresas administradas pelos trabalhadores, chegavam a um total de 60, empregando entre 7.000 a 9.000 trabalhadores no setor industrial ou de serviços (Nascimento, 2006). Suas origens estão nas lutas dos trabalhadores para defesa de seus empregos em empresas falimentares, o que lhes diferencia de outros setores, em que a iniciativa do Governo era a motivação determinante. Em geral o processo de lutas levou a uma consciência mais desenvolvida dos trabalhadores deste setor que desembocou em

um nível superior de organização. Em 1973, foi criado um Comitê de Ajuda Mutua e, em 1978, o Comitê das Empresas Administradas pelos trabalhadores, que desenvolveu projeto buscando uma coordenação inter-empresas.

No setor agrário, de acordo com Rénique (2009) o projeto era formar uma rede de organizações democráticas, partindo das Ligas Agrárias Provinciais, passando por federações provinciais até a chegada na Confederação Nacional Agrária, com uma assembleia no prédio do congresso da república. Em Cusco o projeto concretizou-se com a formação da Federação Agrária Revolucionária Túpac Amaru, sendo que em 1975 mais de 90% da população camponesa da região estava filiada a ela. No departamento de Puno, no entanto, a realidade era diferente, Rénique (2009) relata que a divisão da terra ia parar na mão das “empresas associativas”, cujos funcionários reproduziam a conduta dos antigos fazendeiros. Estas “empresas associativas” mistas, acabavam assemelhando-se muito as antigas fazendas, gerando grande frustração nos setores rurais.

3.1.4 Síntese

Uma grande reflexão que podemos tomar, tanto da experiência da república dos guaranis quanto da experiência peruana, é a respeito da dificuldade de convivência entre uma proposta autogestionária e estruturas de fomento hierárquicas, no primeiro caso a ordem Jesuíta e no segundo caso a hierarquia militar do exército Peruano. Fica demonstrado que essas estruturas são inconciliáveis e, em que pese a longa duração da república dos guaranis, a sua queda também teve que ver, por um lado com o obedecimento dos padres jesuítas às ordens de sua hierarquia e, por outro, pela habilidade da coroa espanhola em se aproveitar da contradição interna da república (diferenças de direitos entre jesuítas e guaranis) para causar uma divisão em um momento delicado. A experiência de Alvarado, mostrou no mesmo sentido, as dificuldades de impulsionar na sociedade, um movimento de autogestão de cima para baixo, sem que essa seja uma reivindicação realmente sentida e proposta pelos trabalhadores.

Em ambos os casos, a possível solução seria uma radicalização cada vez maior da democracia, com o desmonte progressivo, a partir da pressão, dos guaranis em um caso, e do povo peruano no outro, das estruturas de poder que coexistiam com a autogestão, jesuítas e burocracia estatal. Resta a dúvida da possibilidade desses acontecimentos frente a realidade de que, apesar do incentivo a democracia interna, o controle da economia ainda estava na mãos dos que desempenhavam papel análogo ao da classe dos gestores como a define Bernardo (2010). Como aprendizado positivo entre a situação

de hoje e a do Peru, está o fato de que a economia solidária busca trazer respostas para grandes parcelas da população, exatamente àquela para qual o governo de Alvarado não atentou, os pequenos produtores artesanais.

Por outro lado, como abordaremos nas próximas seções em toda a América Latina a economia solidária ainda é vinculada a setores da igreja que distanciam-se cada vez mais dos inícios das comissões eclesiais de base e se veem obrigados a submissão a estrutura hierárquica da Igreja Católica, quando não a reproduzem em sua constituição. Ademais os empreendimentos solidários encontram-se em grande relação de dependência em relação aos estados social-democratas dos inícios do século XXI, incorporando seu projeto de sociedade e seus princípios de funcionamento.

No que diz respeito aos *ejidos* coletivos, ficam alertas grandes para a economia solidária, especialmente por tratar-se de uma experiência em convivência com o mercado capitalista: a coletivização da propriedade não significa controle dos trabalhadores, e as formas como esse controle são subtraídos ficaram claras; a tendência do capital inevitavelmente é instrumentalizar a economia solidária como forma de redução dos direitos dos trabalhadores que continuem a ele subordinados, apenas de formas menos diretas. De posses desses avisos, a economia solidária no contexto atual do capitalismo dependente deve não só se contentar em denunciar as “coopergatos” (cooperativas fraudulentas), mas como já ressaltamos a partir das reflexões de Lima (2007), atentar a todo momento para que as cooperativas verdadeiramente democráticas não sejam jogadas para a dura opção entre a falta de renda e o estabelecimento de contratos leoninos com grandes empresas privadas, processo pelo qual passaram os *ejidos*, que acabaram conformando-se como exemplos concretos da abordagem do “hiper-participacionismo”.

3.2 – Do aparecimento político dos “marginais” a formação de movimentos de economia solidária na América Latina

Nesta seção, abordaremos as condições da gênese da economia solidária na América Latina desde uma perspectiva histórica que privilegia o olhar para as tendências regionais mais do que para as especificidades encontradas em cada país, ainda que possamos recorrer a exemplos nacionais para exemplificar processos mais amplos. Para tanto, organizamos a nossa apresentação a partir de alguns blocos históricos abordados através de dois grandes eixos de análise, em que buscamos

3.2.1 – De 1950 a 1973: os marginais entram em cena

Iniciamos a discussão deste período pela apresentação do debate acadêmico a respeito das características dos “excluídos” da cidade. De acordo com Quijano, (1998, p. 63) a discussão a respeito da marginalidade e da informalidade se iniciou na América Latina nos anos 1960, quando começam a crescer os setores sociais urbanos carentes de emprego estável e de renda suficiente para satisfazer as suas necessidades, de forma que começa-se a questionar “a capacidade dos setor empresarial moderno de absorver o excedente da força de trabalho” (Tiriba, 2001, p. 100). Esteva (1983) retrata esse fenômeno como fruto da explosão demográfica e urbana dos anos 1950, que teria dado, devido a mobilização e organização de grandes grupos humanos, maior visibilidade social e política a questão da miséria e do desemprego.

Apareceriam então duas correntes de análise sobre o fenômeno da marginalidade, uma, desde uma concepção dualista e unilinear da história (Esteva, 1983), defendia a integração dos setores marginais a sociedade pelo Estado, sem o reconhecimento de qualquer impeditivo estrutural para que isso pudesse ocorrer. Outra, denominada de histórico-estrutural (Quijano, 1998), busca contrapor a percepção dualista ao conceito de uma sociedade heterogênea articulada globalmente. Sociedade esta, marcada pela tendência de predominância do trabalho morto sobre o trabalho vivo, de forma que a diminuição da demanda pelo trabalho assalariado ocasiona a existência de uma “força de trabalho sobrante”. Enquanto na primeira corrente a marginalização é vista como fruto da passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna, na outra a marginalização é vista como resultante da situação dependente da América Latina no âmbito das tendências globais do capital (Esteva, 1983).

Dentro desta segunda corrente apresenta-se ainda uma divisão quanto a interpretação da funcionalidade para o capital desta “massa marginal” (Quijano, 1998). Estão, de um lado, aqueles que a consideram sem funções ou disfuncional para o capital, o que significa, de acordo com Esteva (1983) introduzir uma diferenciação entre exército industrial de reserva (funcional) e massa marginal (disfuncional). De outro, está a interpretação que propõe a existência de um “polo marginal da economia”, entendido como conjunto de ocupações e atividades precárias que produz bens e serviços para um mercado consumidor constituído pelos próprio marginalizados. Quijano (2005, p. 483), inclui-se nesta vertente, que defende ser aquela que constatou que neste polo marginal,

“as relações entre mercado e reciprocidade eram extremamente heterogêneas e precárias, mas também exageradamente ativas”. Esteva (1983), por sua vez, considerava que mesmo esta análise ainda conferia aos marginais um caráter extremamente passivo.

Neste sentido, já em 1957 os “marginais” se apresentavam a participar em um grande movimento de massas, no que ficou conhecido no Chile como *Batalla de Santiago*, em 1957. Zibechi (2011, p. 57) descreve que: “los 'marginales' salieron de las catacumbas de las sociedades para volver a manifestarse como las clases peligrosas de siempre”. Ainda assim, as maiores lutas sociais eram travadas pelos operários industriais que, mesmo vindos de um longo período de controle estatal pelos aparelhos populistas, desenvolviam movimentos espontâneos de base que guardam semelhanças com as lutas autônomas descritas na França no capítulo anterior. Além do Cordobazo na Argentina e das greves de Osasco e Contagem no Brasil, mais abordadas na próxima seção, Zibechi (2011) retrata as lutas dos operários de Juan Lacaze no Uruguai, que ocuparam a planta têxtil por 29 dias e Calderón e Jelin (1987) citam mobilizações espontâneas no México.

Se essas lutas tinham algumas características comuns as europeias da mesma época, como a ênfase na organização nos locais de trabalho e o *desborde* das direções sindicais, a sua reapropriação será de outra natureza, haja vista que já coexistiam setores marginais urbanos e camponeses que passariam a ter um peso proporcional maior a partir do regime militar. Ou seja, a reação do capital não vai ser diretamente através do toyotismo, nesse caso ela aprofundará o processo de “marginalização” que já estava presente na sociedade.

Também neste período, possivelmente como reflexo dos movimentos dos trabalhadores, emergem algumas propostas de incentivo a autogestão desde o Estado, como é o caso já abordado do Peru e também o do governo de Allende, de 1970 a 1973 no Chile. De acordo com Quijano (1998), em ambos os casos, as propostas de empresas autogestionárias não sobreviveram a queda dos presidentes, porém no Chile, a formação de organizações econômicas populares teria tido um desenvolvimento importante como forma de resistência ao longo da ditadura de Pinochet.

Do ponto de vista das lutas sociais o golpe sobre Allende teria um impacto importante, como propõem Calderón e Jelin (1987): “A queda do presidente Allende simbolizou, talvez com maior força que outros processos políticos na região, a perda de projeção histórica dos movimentos sociais de orientação industrial totalizante”

3.2.2 - De 1973 a 1989 – aprofundamento da crise e organização de movimentos

sociais

Outro marco do ano de 1973, desta vez desde o ponto de vista econômico, é a crise do petróleo. De acordo com Quijano (2005, p. 484):

> (…) nesse período “a “marginalização” dos trabalhadores aumentou violentamente em todo o mundo e, muito especialmente, é claro, nas áreas periféricas e dependentes” de forma que “se tornou universal o conceito de “estratégias de sobrevivência” da imensa massa de trabalhadores que estava excluída do emprego assalariado e, consequentemente, engrossava a massa de população empobrecida [...] apareceram entre os economistas do capital o conceito de “desocupação estrutural” [...] os trabalhadores marginalizados converteram-se em “pobres” [...] e “conjunto dos socialmente excluídos”.

Ao invés de enfatizar a crise do petróleo, Zibechi (2011), seguindo a linha de enfatizar o papel ativo da classe trabalhadora, descreve esse período como fuga, empreendida pelas classes dominantes, do modelo nacional-desenvolvimentista integrador, em resposta aos avanços das lutas autônomas dos trabalhadores realizadas no período anterior.

Esse período dos anos 1970 e 1980 foi também o de retomada de debates intensos sobre a condição camponesa na América Latina, com este setor adquirindo uma maior visibilidade. Esteva (1983, p. 739) aponta que também neste debate haviam conceitualizações que atribuíam a “a este grupo humano el carácter de sujeto social activo y lo caracterizaba en función de sus relaciones con el capital, ya sea en términos de intercambio desigual o de relaciones sociales de producción¨. Dentre as outras vertentes que surgiram nesta época destacamos alguns aportes que posteriormente seriam incorporados na discussão a respeito da marginalidade como a hipótese da economia camponesa como produção mercantil simples, posteriormente aplicada por Singer a economia solidária.

A vertente que analisava as relações dos camponeses com o capital em termos de intercâmbio desigual nos marcos dos capitalismo dependente já teve as suas concepções bastante abordadas quando nos referimos a experiência histórica dos ejidos coletivos, no México. De uma certa forma, a aplicação dessa linha de análise para os marginalizados urbanos será realizada posteriormente por Francisco de Oliveira (2003), que o faz a partir de dois polos: a) realização de funções acessórias para o grande capital, como nos exemplos do comércio ambulante, que garantem a circulação das mercadorias produzidas de forma capitalista (o autor cita o caso de alimentos) e também dos lava rápidos, que garantem a manutenção da mercadoria produzida pelas grandes

montadoras; e b) a diminuição dos custos monetários de sobrevivência e de reprodução da classe trabalhadora, como no caso da autoconstrução, permitindo que, o salário permaneça abaixo do custo de subsistência. Em ambos os casos, assim como na análise de Stavenhagen (1978) e Singelmann (1978) não precisa haver subordinação direta do setor marginal ao setor capitalista para que esta se configure economicamente na prática, percebe-se que as formas pelas quais as funcionalidades operam são bem semelhantes.

No entanto é só algum tempo depois desse momento de debate a respeito do campesinato que estes conceitos viriam a ser aplicados a questão dos trabalhadores não-assalariados urbanos. Antes disso, o surgimento do termo informalidade, como estratégia formulada pela OIT para que os trabalhadores do Quênia melhorassem a sua renda foi o elemento mais marcante do debate realizado nos anos 1970 e 1980 (Quíjano, 1998). Essa vertente de estudos da informalidade aproxima-se muito da primeira vertente de estudos da marginalidade, destacando-se agora a formulação do problema em termos de um desequilíbrio no mercado de trabalho frente ao excesso de oferta mão-de-obra.

Para Quijano (1998), uma subdivisão desta primeira vertente complexifica a análise, definindo o setor informal como “exército industrial de reserva” ou “sub-proletariado”, que, ao passo que funciona como mão de obra encoberta para a empresa capitalista, diferencia-se por ter capacidade autônoma de gerar sua própria renda, sendo explorados através da subcontratação ou através de relações mercantis onde inserem-se como produtores simples de mercadorias. Aqui nos aproximamos dos estudos de Lima (2007 e 2010) a respeito das práticas de flexibilização e precarização na forma que tomam na América Latina a partir desse período.

Singer (2003) também utilizará o conceito de exército industrial de reserva, somando-o ao de modo de produção simples de mercadorias para aplicá-lo a este contexto histórico. De acordo com Quijano (1998) já haviam alguns autores que discutiam o setor informal como novo modo de produção ou uma economia alternativa. Estes autores como Paulo Renato Souza e Lisa Peattie enfatizavam especialmente a ausência de busca por lucro na economia informal, não desenvolvendo uma análise sobre especificidades do trabalho coletivo. Cruz (2006) e Quijano (1998) atribuem a Luis Razeto o pioneirismo nessa proposição, ainda nos anos 1980, de uma economia alternativa composta não pelo todo do setor informal, mas pelo conjunto das unidades econômicas cuja característica específica é a organização comunitária.

A análise de Singer (2003) é a de que o capitalismo, tendo evoluído historicamente a partir do modo de produção simples de mercadorias, converteu-lhe em um modo

marginal e subordinado, cuja ruína liberou mão de obra, que foi apenas parcialmente absorvida pela economia capitalista. Sendo a perpetuação de um exército industrial de reserva a característica específica do modo de produção capitalista, os anos dourados pós Segunda Guerra Mundial teriam sido a única época na história do capitalismo em que imperou o pleno emprego nos países mais adiantados, com a situação revertendo-se no último quartel do século XX. Consequência direta do crescimento do exército industrial de reserva é a necessidade de a população ganhar a vida vendendo o fruto do seu trabalho (já que não estava conseguindo vender a sua força de trabalho), levando ao inchamento da produção simples de mercadorias e o empobrecimento dos integrantes deste modo de produção. Então os membros do modo de produção simples buscando evitar ou reverter seu empobrecimento, são levados a criar formas associativas que combinam a unidade entre posse e uso dos meios de produção com a sua socialização, no que é denominado pelo autor de modo de produção solidário.

Finalizando essa genealogia da discussão a respeito da marginalidade e informalidade, Quijano (1998) apresenta uma proposta de delimitação mais acurada do que determina de diferentes componentes do setor informal da economia:

3) A informalidade como espaço do capital: a) empresários formais cujas empresas operam parcialmente de forma informal e trabalhadores cuja força de trabalho está no mercado informal de emprego; b) empresários exclusivamente informais, suas empresas e seus trabalhadores e c) trabalhadores que nominalmente vendem o produto do seu trabalho e não sua força de trabalho, mas que na prática produzem ou vendem sob o controle de empresários em formas de subcontratação.
4) Pequena produção mercantil: trabalhadores que individualmente ou com suas famílias produzem e/ou vendem de forma independente de empresas e conseguem atingir produtividade suficiente para obter lucros. Desta forma eles podem vir a estabelecer microempresas.

1. Polo marginal: de forma semelhante ao grupo anterior, são trabalhadores que individualmente ou com suas famílias operam independentemente de outras empresas, mas com recursos e produtividades tão baixos que não podem obter lucro, mas rendas de subsistência.
2. Reciprocidade ou intercâmbio de trabalho, gestão e venda comunal do trabalho, formado por: a) trabalhadores que se associam em instituições de produção e/ou de mercado, organizadas sobre a base da reciprocidade (troca de trabalho sem passar pelo mercado) e de gestão comunal, cuja função não é a obtenção de lucro,

mas a garantia da renda para a subsistência dos membros e a ampliação da produção e da renda, sendo independentes das empresas formais e b) trabalhadores que se associam em instituições de trocas de serviço ou de gestão comunal cujo propósito é baratear o custo de sobrevivência.

Consideramos esta categorização equivocada afinal, como propõe Tiriba (2001, p. 105), “pela diversidade e magnitude com que se apresenta, seria um equívoco classificar o conjunto dos empreendimentos da economia popular como pertencentes à economia “informal”, “subterrânea” e, tampouco, “invísivel”. Não obstante, podemos apontar alguns avanços importantes nas diferenciações entre pólo marginal, pequena produção mercantil e reciprocidade que ajudam a explicar o processo histórico descrito com outros termos por Singer (2003). Resumidamente, podemos dizer que a reciprocidade surge como estratégia de resistência frente a tendência de transformação da pequena produção mercantil em polo marginal.

Outro elemento interessante é diferenciar as formas informais que são espaço do capital. Além da funcionalidade que cada uma dessas formas de organizar a produção pode ter dentro de um sistema capitalista, existe também um movimento consciente de utilização da informalidade. Nas palavras de Quijano (2005, p. 485), houve uma época em que o termo informalidade “ainda remetia ao que os pobres tinham de fazer para sobreviver, isto é, antes que os capitalistas invadissem esse espaço para fragilizar e flexibilizar o trabalho, universalizar a subcontratação”. Podemos caracterizar essa invasão de duas maneiras, uma invasão diretamente do empresariado, com objetivo de precarização e flexibilização das leis trabalhistas e uma invasão por parte das políticas públicas, com objetivo da criação de mecanismos de controle social que evitassem a explosão de revoltas da população “excluída”.

Por esse caminho Zibechi (2011, p. 25) analisa o sentido da evolução das políticas de combate a pobreza do Banco Mundial, que em 1976 já tinham como foco a superação da pobreza através do aumento da “productividad de los pobres” de forma que “se instala la pobreza como un problema, invisibilizando así la riqueza como la verdadera causa de los problemas sociales”[27]. Pelo lado do empresariado, os anos 1980 na América Latina caracterizam o início de uma reestruturação produtiva em que o capital irá incentivar a organização de formas precarizadoras do trabalho:

27 É impossível não perceber o paralelo entre esse direcionamento da política do Banco Mundial e o slogan que o Governo Federal Brasileiro assumiu 35 anos depois: “País rico é país sem pobreza” ou “Pela Erradicação da Pobreza Extrema”.

> (…) as grandes empresas estimularam os “novos-operários” a criar co-indústrias, pseudo-autônomas, que favoreçam a constituição de redes empresariais por meio de uma “divisão empresarial do trabalho”, baseada na cooperação das pequenas e médias empresas com as grandes. (Tiriba, 2001, p. 138)

Este novo contexto impactará na deslocalização das lutas para o conjunto da sociedade, que devido as especificidades que envolvem a precedência de setores marginalizados, ganham destaque na América Latina:

> Pero fue hacía la década de 1970 cuando el panorama político social del mundo popular comenzó a teñirse com nuevos colores: campesinos e indios crearon organizaciones autónomas de los estados, los partidos políticos y las iglesias, seguidos poco después por los migrantes rurales que asentabam em los espacios-brechas que conseguían abrir em las ciudades. Nuevos actores que dieron vida a una generación de organizaciones diferentes a las anteriores, que enarbolaron nuevos discursos y practicaron modos de hacer cercanos a la estirpe de la acción directa. (Zibechi, 2011, p. 58)

Tanto Zibechi (2011), quanto Quijano (2005) falam de dois momentos distintos de resistência dos trabalhadores. O primeiro deles encerrado em fins da década de 1980 é descrito por Zibechi como o de surgimento e desenvolvimento de coletivos com um impacto ainda não tão perceptível “en condiciones muy duras, a contracorriente de las tradiciones hegemónicas y bajo regímenes autoritarios” e por Quijano como o de uma resistência defensiva, marcada pela necessidade de assegurar a sobrevivência, principalmente a partir da extensão das *grassroots organizations.*

Esse primeiro período de resistência, que abordamos agora, é marcado pela emergência desses “novos atores”, dos quais uma parte pode ser associado ao que tradicionalmente foi denominado “exército industrial reserva”. Esteba (1985, p. 24) propõe que, se na perspectiva do capital o exército de reserva denominaria os trabalhadores que não estão em serviço ativo, na perspectiva dos trabalhadores o exército de reserva daria conteúdo a (Esteva, 1985, p. 27): “

> (…) el cuerpo de ejercito que se tiene en prevención para auxiliar o reforzar los que combaten". En acepción común es "provisión de alguna cosa para que sirva a su tiempo". Y este es el tiempo de los tradifas. Su entrada en liza, que ha tenido de vigor y entereza lo que le ha faltado de gallardía, llega en buen momento cuando los cuerpos "principales" parecen cansados, debilitados; los héroes en servicio activo están fatigados. Y no tanto por la lucha misma, que ha sido larga, tensa y dura, como por sus propias conquistas, que los han comprometido vitalmente con los enemigos de clase. Por haber obtenido garantías solidas de reproducción a un nivel histórico abrumadoramente superior al de las mayorías que los rodean, no siempre pueden asumir como propia una contradicción que en apariencia no los afecta.

Nesse sentido Esteba (1985) demonstra grande confiança no potencial revolucionário dos *tradifas,* o exército industrial de reserva entendido desde o ponto de

vista do capital. Apresentamos a sua caracterização no capítulo 2 do presente trabalho e, após essa contextualização histórica em que constatamos a deslocalização do conflito social das fábricas e a perda de combatividade do “exército titular” das classes trabalhadoras, podemos formular uma hipótese, a partir da teoria sistematizada por Bernardo (2009), a respeito da possibilidade de emergência de um novo ciclo de lutas em que as formas das comissões de fábrica, dominantes no período anterior dão espaço para as organizações dos *tradifas*.[28]

*S*e podemos falar em uma forma organizativa desses novos atores sem dúvida essa forma é a dos novos movimentos sociais. Alonso (2009), após sistematizar as grandes matrizes teóricas explicativas do fenômeno dos movimentos sociais, apresenta a denominada Teoria dos Novos Movimentos Sociais como a de maior influência sobre os autores latino-americanos. Os autores europeus, Touraine, Habermas, e Melucci, convergem em apontar uma mudança na natureza do capitalismo com a mudança da sociedade industrial (onde dominam os conflitos produtivos) para a sociedade pós-industrial onde os conflitos avançam para a vida privada e ganham dimensões simbólicas e expressivas com os novos sujeitos compostos grupos marginais em relação ao padrão de normalidade. Essa mudança levaria a uma perda da centralidade do trabalho (que esvaziaria a utopia de autogoverno dos trabalhadores) deslocando o conflito para aspectos do corpo humano ou para uma utopia regressiva. Quanto a forma de organização todos destacam que movimentos costumam recorrer à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada, e não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo.

Assumidos por autores latino-americanos como Calderón e Jelin (1987) e aqueles contidos na coletânea organizada por Scherrer-Warren e Krischke (1987) os paradigmas desenvolvidos no contexto europeu só são aplicáveis para a nossa realidade com algumas ressalvas. Karnen (1987) é o que mais diretamente busca traçar paralelos entre movimentos sociais do Sul como as frentes populares de base, comitês de defesa dos cidadãos e associações de vizinhos e os movimentos do Norte, como o pacifista e o ecológico; todos como resultado de um processo de alienação e perda de confiança na política e de uma decisão de construir cotidianamente (através de uma política prefigurativa, sem adiar para o futuro distante), o sonho de uma sociedade livre e

28 Escapa ao âmbito deste trabalho um maior aprofundamento desta hipótese formulada, tentaremos nos próximos capítulos apenas debater que papel poderia ter nesse contexto a formação de empreendimentos de economia solidária.

humana. Já Viola e Mainwaring (1987) ressaltam as diferenças, principalmente o fato de que no Sul a pobreza e a desigualdade social permaneceram relevantes; constatação a qual Touraine responde propondo a existência, nesses países, de uma combinação *sui generis* entre demandas materiais e pós-materiais (Alonso, 2009)[29].

A característica da cotidianidade é explicada pela proposição de uma utopia concreta, em que cada pessoa revoluciona sua vida com a luta pela eliminação da alienação cotidiana (não só a sua formulação ideológica) a partir de ensaios práticos que tornem o ideal mais próximo (Karnen, 1987). De la Cruz (1987) concorda ao constatar que os novos movimentos contribuem com o processo de formação de uma nova forma de pensar a vida; e não apenas pensam, como tratam também de vivê-la.

Já a questão de perda de confiança na política é bem abordada por Viola e Mainwaring (1987) como parte da crise da esquerda tradicional, que frente a sua derrota militar, reconsiderou sua concepção elitista, vanguardista e estatista que tendia a desvalorizar os movimentos sociais, emergindo o paradigma da revolução democrática. Podemos acrescer aí a emergência das lutas autônomas nas fábricas, como elemento que pode ter contribuído para essa mudança de concepção da esquerda tradicional.

Quanto a composição dos movimentos, Karnen (1987) propõe um caráter de classe dos explorados em que percebemos uma aproximação com o conceito de *tradifas*, de Esteva (1983). De la Cruz (1987), ao contrário, afirma que, ainda que as classes continuem existindo os movimentos são compostos por populações afetadas por rupturas, de forma que o mesmo sujeito pode ter suas características de classe e seu impacto como resultado de ruptura, convergindo com Calderón e Jelin (1987). Para estes autores existe uma multidimensionalidade na qual um movimento de orientação classista provavelmente estará acompanhado de aspectos étnicos e de gênero que o diferenciam e assimilam a outros movimentos de orientação culturalista com conteúdos classistas.

Outra especificidade da forma assumida por esses movimentos sociais na América Latina é o seu caráter de reação a processos de destruição ou limitação do sistema político e dos direitos dos cidadãos (provocados pela ditadura). Viola e Mainwaring (1987) propõem ainda que os novos movimentos sociais seriam uma forma de superar a democracia liberal em direção a democracia radical, cujas principais diferenças em relação aos antigos movimentos seriam: relações de expressividade em oposição a relações instrumentais, orientação comunitária em oposição a orientação para o Estado;

29 É de se ressaltar que com os recentes acontecimentos econômicos estes elementos distintivos possam vir a perder sentido ao menos para um determinado grupo de países dessas regiões.

valores de afetividade em oposição a objetivos materiais e organização horizontal em oposição a organização vertical (sendo que qualquer movimento específico combina valores dos novos e dos antigos), com o que corroboram na elaboração de uma definição trabalhos posteriores de Scherrer-Waren (*apud* Lechat, 2004) que destaca os novos elementos culturais presentes no movimento. Ainda neste sentido encontramos a afirmação de Calderón e Jelin (1987), que propõe o entendimento dos movimentos como novas formas de relações e de organização social na construção de, mais do que uma política, uma sociedade nova.

Já nessas análises realizadas em fins dos anos 1980, podemos encontrar elementos que permitem perceber a emergência de práticas de economia solidária. Dessa forma, dentre os movimentos que Karnen (1987) registra na América Latina estão tentativas de autogestão nas favelas de grandes cidades como Caracas, Lima e São Paulo; De la Cruz (1987) registra o cooperativismo dentre os novos movimentos sociais que tem como pontos centrais a descentralização das atividades econômicas e a necessidade de “democratizar a democracia”; e Viola e Mainwaring (1987) enfatizam o apoio dos líderes a descentralização e a enfase na autogestão. Calderón e Jelin (1987, p. 13), por sua vez apontam, dentre as categorias temáticas dos novos movimentos sociais, a de qualidade de vida, consumos coletivos e movimentos urbanos, que contém a forma de ação de

> (…) fortalecimento das unidades produtivas ou reprodutivas de pequena escala: oficinas artesanais, pequenos comércios, unidades ou associações de consumo, pequenas unidades produtivas diversificadas em espaços urbanos e/ou rurais, etc., que de alguma maneira buscam ideologias e formas de organização autogestionárias.

De outro lado é interessante notar que algumas das características e motivações inspiradoras desses movimentos sociais latino-americanos aparecem também como explicações para a própria emergência da economia solidária. Singer (1998), que aponta como um dos elementos que permitiu o olhar renovado para as experiências de economia solidária, o colapso do socialismo realmente existente, enquanto Cruz (2006), de forma semelhante a Viola e Mainwaring(1987) enfoca uma autoavaliação dos movimentos sociais sobre a “derrota” anterior. Para Cruz (2006, p. 127):

> (…) em cada iniciativa, em cada empreendimento, se poderá notar a presença desses valores, alimentados sempre por lideranças e/ou apoiadores que se formaram ideológica e politicamente pelos novos movimentos sociais, saídos da luta contra as ditaduras militares e experimentados pela dinâmica dos novos movimentos sociais dos anos 80.

Dessa forma podemos entender as proposições dos autores da economia solidária, como tentando realizar uma leitura do contexto sócio-econômico latino-americano desde a perspectiva dos trabalhadores e não desde a perspectiva do capital a medida que superam a análise da funcionalidade dos “marginais”, “informais”, “populares”, “produtores simples de mercadorias”, ou do “exército industrial de reserva”, propondo uma análise dessas categorias desde a perspectiva dos potenciais de fortalecimento e organização dos trabalhadores que a compõem na luta contra o capital. Esse tipo de análise vai ocorrer principalmente a partir dos anos 1990

3.2.3 - Anos 90 e início dos anos 2000 – Neoliberalismo e formação do movimento de economia solidária

Francisco de Oliveira (1998) retrata a conjuntura econômica nos anos 1990 como uma tentativa de cura para a dívida externa herdada dos regimes militares através do que seria “seu próprio veneno”, ou seja, as políticas denominadas neoliberais de contenção de gastos e controle da inflação, que impedem qualquer política social. Ele cita dados segundo os quais as taxas de desemprego aberto somadas às taxas de desemprego disfarçado devem oscilavam entre 30 a 50% dependendo do país da América Latina. Tiriba (2001) acrescenta que o setor informal urbano passou de 40 a 55% da população economicamente ativa na América Latina. Outro dado relevante citado por Cruz (2006) é que, segundo a CEPAL, as remunerações médias reais, entre 1993 e 2004 caíram 9,8% na Argentina, 14,7% no Brasil e 12,5% no Uruguai.

Com esse agravamento paulatino da situação (apenas parcialmente revertido a partir do século XXI), Quijano (2005, p. 486) aponta que quanto mais avançavam as tendências de desocupação estrutural e o desinteresse do capital em mercantilizar e valorizar a força de trabalho de modo estável e regulamentado, mais setores de trabalhadores “desassalariados” tiveram que recorrer a reciprocidade:

> O recurso crescente à reciprocidade é uma nova tendência da resistência dos trabalhadores e implica a entrada de um outro momento do novo período histórico das experiências e dos conflitos sociais no capitalismo. [...] leva os trabalhadores a enfrentarem o fato de que, apenas na medida em que saiam e se libertem das regras do jogo do capitalismo e se exercitem em práticas sociais que os conduzam à reapropriação do controle do seu trabalho, dos seus recursos e dos seus produtos, bem como de outras instâncias da sua existência social, poderão defender-se melhor do capital e, inclusive, poderão aproveitar as regras capitalistas do mercado.

Como afirma Tiriba (2001, p. 104), na década de 1990:

> (…) enquanto as pessoas, no cotidiano, continuavam criando mas próprias de sobrevivência, os estudiosos continuavam tentando desenvolver os marcos de teorias interpretativas do fenômeno de proliferação de alternativas de geração de trabalho e renda nos centros urbanos.

Nesse sentido Quijano (2005) aponta a existência de duas vertentes distintas no debate latino-americano sobre "formas alternativas de produção": a vertente "economia solidária" e a vertente "economia popular". A diferença, para ele, seria que no primeiro caso estão mais presentes regras de mercado e a reciprocidade seria exterior às relações de trabalho enquanto no segundo caso é a própria materialidade das relações econômicas que obriga a reciprocidade. Podemos discordar dessa diferenciação já que como vimos no pensamento de Singer (2003), a reciprocidade ocorre dentro das relações de trabalho, além do que também é determinada por condições econômicas e não por princípios *a piori.* De outra forma, o que consideramos ser efetivamente a crítica da economia popular a economia solidária é o seu caráter de projeção e desejo. A consequência seria transformar "paisagens socialmente vivas e factíveis em miragens" (Kraychette, 2007, p. 13). Em outra passagem o autor afirma (Kraychette, 2007, p. 6) que

> (…) idealiza-se e prefigura-se o que seria uma economia solidária e, depois, busca-se trabalhar neste sentido. Nestes termos, é possível que o conceito revele o que cada um nele procura, deseja, ou projeta como valores e práticas concernentes a uma economia e sociedade a serem construídas. Trata-se, na verdade, de conceitos em construção, nem sempre ou apenas parcialmente claros ou avocados pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar.

Esse tipo de crítica realizada pelo autor (p. 13) é interessante justamente por constatar que "os empreendimentos associativos, hoje denominados de economia solidária, antecedem a qualquer esquema teórico". E é por tratarem-se de uma realidade concreta que o autor chega a conclusão que "não há razões, portanto, para rejeitar o movimento da economia solidária [...] sob o argumento de que tratar-se-ia de um simples modismo ". Dessa forma, a crítica que propõe uma análise que podemos chamar mais empírica ou mais realista da economia dos setores populares não necessariamente descarta a formação de coletivos ou empreendimentos de economia solidária, pelo contrário, pode ser feita desde o ponto de vista dos trabalhadores.

Nesse sentido, podemos encontrar nas proposições de Coraggio (2000) exemplos de como uma análise mais acurada sobre a forma como sobrevivem os setores da economia popular[30] pode conter a proposta de seu fortalecimento através da

30 Os setores populares, em que pese haverem zonas cinzentas, são definidos como aqueles que vivem do trabalho e não de renda ou lucro (Coraggio, 2000).

constituição de organizações democráticas. Coraggio (2000), de forma semelhante ao que fez Chayanov (1981) para os camponeses, estuda a economia popular a partir da lógica da reprodução da unidade doméstica dos trabalhadores (entendida como micro unidade da economia popular), em que, frente à crise do emprego, aparecem alternativas para satisfazer coletivamente a necessidade do conjunto da unidade doméstica através da utilização do seu “fundo de trabalho”.

A sua efetivação se daria através de: a) o trabalho assalariado; b) trabalho que produz mercadorias a serem comercializadas: (micro-empreendimento coletivo como extensão da unidade doméstica cujo objetivo não é acumular, mas sim manter e melhorar a qualidade de vida); c) quando mediante a cooperação alcançam uma escala maior e um grau de organização superior surgem empreendimentos coletivos que diferenciam-se mais das unidades domésticas; d) trabalho para autoconsumo, de reprodução (limpeza, cuidado das crianças, reforma e construção da casa e de mobília, costura e confecção de roupas); e) formas ampliadas de trabalho para autoconsumo como restaurantes populares; f) trabalho de investimento, de estudo, formação e capacitação (para desenvolvimento das capacidades produtivas); g) gestão/reivindicação coletiva de direitos; h) esportes/cultura – atividades não pecuniárias que resolvem o problema da diversão e da sociabilidade.

O que importa destacar aqui é a combinação variável dessas diferentes formas dentro da mesma unidade doméstica, com o objetivo de “reprodução ampliada da vida” (melhoria contínua da qualidade de vida, ná necessariamente de forma monetária). Especialmente a partir da crise do capitalismo, essa miríade de formas de efetivação da força de trabalho deixaram de ser apenas acessórias da forma predominante (trabalho assalariado) para apresentarem diferentes combinações de relevância entre membros das famílias e mesmo entre famílias. Para Coraggio (2000), é na composição orgânica de uma economia formada pela lógica das unidades domésticas dos setores populares que reside a possibilidade de uma transformação social no sentido de superar o capitalismo, por isso é fundamental entender as unidades domésticas em seu conjunto.

Essa perspectiva de Coraggio permite avançar em um ponto abordado último capítulo desse trabalho, no qual percebemos a dificuldade de que a economia solidária possa superar a economia capitalista no “mercado convencional”. A proposta de Coraggio (2000) é que este setor heterogêneo, disperso, contraditório e conflituoso que é atualmente a economia popular, possa se estruturar em um todo organizado, um sistema capaz de confrontar os sistemas de economia capitalista e o sistema de economia estatal.

Trata-se da coordenação, articulação e associação das iniciativas de economia popular de forma que passem a ser iniciativas de economia solidária, e destas últimas entre si, de forma que tornem-se capazes de afirmarem-se como setor da economia (também constituindo relações internas que podemos caracterizar como sendo um mercado de solidariedade). No entanto, para que tal possibilidade torne-se efetiva, seria necessário o reconhecimento das iniciativas de economia solidária enquanto tal e, a aliança destas com outros movimentos sociais, especialmente aqueles também ligados aos setores que até então estávamos denominando de *tradifas* ou marginalizados e que Coraggio denomina de populares.

Para entender a possibilidade real de que isso ocorra é importante ver o grau de organização e articulação das iniciativas que estão sendo construídas nesse sentido, na América Latina. Como vimos os anos 1980 marcaram a emergência de novos movimentos sociais com diversas características diferenciadas da esquerda do período anterior, muitas das quais dialogam diretamente com as práticas da economia solidária. A passagem para os anos 1990 representa um momento de articulação entre essas diferentes experiências de resistência na formulação de uma proposta alternativa que “modificó la relación de fuerzas en América Latina a partir del Caracazo de 1989, resistiendo al neoliberalismo para luego deslegitimarlo y, finalmente, poner a la defensiva las fuerzas que lo promovieron” (Zibechi, 2011, p. 58).

Quijano dá grande importância nesse processo, ao período de práticas de resistência (entre os anos 1960 e 1980), pois elas não tendo se baseado em princípios de solidariedade a priori, teriam permitido produzir “perspectivas mentais diferentes das associadas ao capitalismo”. Dessa perspectiva a economia popular corresponde a uma luta defensiva e, ao mesmo tempo, ofensiva: é concebida não somente como frente de resistência à lógica do capital, mas também como frente de luta para a instauração de uma nova ordem mundial (Tiriba, 2001, p. 111-112). Com isso Quijano (2005, p. 487) sugere uma correlação direta entre as sobrevivências dessas práticas e a geração de um movimento que transita da resistência para a busca de alternativas e procure “agora sim explicitamente, opções alternativas de sociedade”.

Ao que parece, na descrição desses autores para a emergência desses novos movimentos sociais concretizou-se o que propunha Esteva (1985), com a entrada em ativa, pelo lados dos trabalhadores do “exército industrial de reserva” ou dos marginalizados:

> (…) en el centro de escenario político-social se há instalado un nuevo actor: los marginados, los habitantes del subsuelo, los subalternos, que son los protagonistas del último ciclo de luchas. Su triunfo es ése: haberse convertido em los actores más destacados del mundo de los oprimidos. (Zibechi, 2011, p. 61)

Como vimos, não só com a sua entrada em ação, mas também com a colocação de práticas de estratégias econômicas, o que teria reforçado-se não só pelas determinantes das variáveis econômicas que afetam o conjunto dos trabalhadores, mas por uma crise financeira dos próprios movimentos sociais (Gohn, 2007, p. 230-231) que os levaram a

> (…) encontrar/construir caminhos no setor da produção. A economia informal – então florescente e estimulada pelo novo modelo da globalização – passou a ser uma das principais saídas. Com isto o plano das demandas e pressões passou para segundo lugar e o das atividades produtivas ganhou centralidade. Assim o movimento dos seringueiros, por exemplo, não lutará apenas por seus direitos ou contra a opressão dos grandes donos de terras, das madeireiras etc. Lutará basicamente para vender seus produtos em mercados mais competitivos. Os índios pressionarão pela demarcação das terras mas também querem vender castanhas, ervas, etc. No mercado nacional e internacional, a preço justo e certo, e não como mercadoria “alternativa”, a preços baixos.

Ao mesmo tempo em que impõem novos atores sociais e conquistam transformações importantes frente ao neoliberalismo, no que pode se considerar um triunfo (ainda que os movimentos não tenham conquistado o poder ou tido suas demandas satisfeitas) (Zibechi, 2011), algumas tendências que começam a tornar-se mais perceptíveis nos anos 1990 apontam para a institucionalização dos movimentos, com a chegada do modelo norte-americano, através de ONGs internacionais que enfatiza a auto estruturação, a criação de uma política de captação de recursos e envolvimento em projetos sociais operacionais (Gohn, 2007).

Nesse sentido, opera-se uma transformação também nos marcos teóricos de referência. Para Alonso (2009), a teoria da sociedade civil teria herdado a hegemonia da teoria dos novos mocimentos sociais na América Latina, afirmação com a qual concorda Icaza (2009) que destaca como condicionantes deste processo o refluxo real e a institucionalização dos novos movimentos sociais, com a burocratização do ativismo tendo aprofundado a crise da distinção entre novos e velhos movimentos (inclusive em seus aspectos mais culturais).

Esse processo não se dá sem uma ação efetivamente direcionada do capital. Um dos maiores riscos para o desenvolvimento desses movimentos é que, a medida que as formas de resistência vão se desenvolvendo, também estas vão reapropriadas de maneira inovadora. Como propõe Zibechi (2011), a ação do Banco Mundial normalmente funciona

como referência na forma que as políticas públicas nacionais cumprirão esse papel. Nesse sentido, já em 1991, é definida como ação prioritária para cumprir o programa neoliberal a “transferencia de la prestación de funciones y servicios públicos diversos a organizaciones no gubernamentales (oenegés)” (Zibechi, 2011, p. 28). Essas propostas são cada vez mais reforçadas, em 1997 a relatoria propõe “acercar el Estado al pueblo”, e fomentar la “participación social”; e em 2001, com o agravamento da situação social, propõe-se o “fortalecimiento de la autonomía y el empoderamiento de los pobres” (Zibechi, 2011, p. 31)

Um exemplo importante é o da política social Mexicana, inicialmente denominada Pronasol (1988-1994), impulsionada pelo Banco Mundial nos marcos dos programas de “*desarrollo participativo*”, foi uma das primeiras políticas públicas latino-americanas, em um momento em que se consolidavam as experiências de economia popular e se estruturavam as primeiras articulações de economia solidária, que envolveu “la idea de trabajar con el sector social de la economía, o sea aquellas organizaciones campesinas y de trabajadores que realizaran un trabajo colectivo, detentaran la propriedad social y usaran los excedentes también con un criterio social” (Zibechi, 2011, p. 34).

O resultado dessa política, apesar do discurso, foi o debilitamento de organizações independentes e a criação de um clima de irritação e desespero frente ao fechamento dos canais de participação (Zibechi, 2011, p. 35). Com isso, é formulada uma nova política focada nos indígenas, em que a proposta do Banco Mundial era “movilizar el capital social como el camino para el empoderamiento de los excluidos, lo que se traducía em la propuesta de fortalecimiento organizativo”. A nova estratégia, mais sutil, não era excluir organizações independentes ou criar novas aparelhadas, mas consistia em intervir nas organizações desde uma “relación de interioridad, influyendo dentro del mismo movimiento”.

Em resumo, Zibechi (2011, p. 38-39) aponta que o Banco Mundial determinou uma série de prioridades e conceitos que acabaram assumidos pelos governos progressistas, tomando como centro da política o combate a pobreza, associado a conceitos como necessidades básicas, pobreza extrema, exclusão, participação social, mobilização dos pobres. É nesse contexto que devemos analisar as experiências de economia solidária como estratégia de fortalecimento dos trabalhadores não assalariados, marginalizados, informais, *tradifas* ou das classes populares que existiam antes mesmo da formulação do conceito, como propõe Kraychette. Nessa perspectiva ela é mais um dos frutos do conflito social que tendem a ser separados desse conflito para tornarem-se “técnicas asépticas,

esterilizadas de todo vínculo político-social" assim como as propostas de autonomia, horizontalidade e educação popular (Zibechi, 2011, p. 48-49). Ou, como coloca Tiriba (2001):

> se, de um lado, os trabalhadores criam instâncias para sua organização como trabalhadores "autônomos" ou como produtores associados, de outro, o governo, os empresários e seus agentes de apoio também estimulam o autoemprego, o cooperativismo e outras formas associativas nas quais os trabalhadores se tornem os proprietários e gestores de seu "próprio negócio".

As políticas públicas, como um dos instrumentos de apoio as iniciativas de economia solidária e também como instrumento de separação destas da luta social, tem um caráter profundamente contraditório no contexto mais amplo em que governos com diversos componentes oriundos de movimentos de resistência e crítica assumem o poder e passam a exercer um papel de controle sobre os movimentos sociais, de forma que "una profunda confusión política atraviesa a los movimientos y a buena parte de las izquierdas" (Zibechi, 2011, p. 68). Mesmos para os governos progressistas:

> El reciente triunfo de los movimientos de los grupos subalternos lleva a los Estados a ensayar nuevos modos de control a través de la práctica de la gobernabilidad, mediante la cual buscan influir en las formas de vida de los no ciudadanos convirtiéndolos en blancos de políticas de bienestar. (Zibechi, 2011, p. 62)

Aprofundaremos um pouco mais essa discussão ao abordarmos os casos específicos de Brasil e Argentina. Agora abordaremos as iniciativas que desde dentro do capital buscam reapropriar e converter a proposta da economia solidária. Frente as transformações do processo produtivo, como alertou Lima (2007) e reforça Tiriba (2001, p. 139): "o cooperativismo vem sendo vislumbrado, hoje, como um mecanismo mais ágil e moderno, capaz de atender as novas exigências do novo modelo de acumulação alicerçado na descentralização da produção e na flexibilização das relações entre capital e trabalho". Não causa espanto, portanto que em 1996, artigo publicado no Jornal do Brasil, propunha que:

> Com as cooperativas, desaparecem nas empresas os gastos desnecessários como cargos intermediários, perdas de tempo no trabalho, o desperdício das potencialidades, os trabalhadores passivos ocultos, os inconvenientes da rigidez e a supressão dos custos das contribuições improdutivas. (Tiriba, 2001, p. 139)

Constitui-se, portanto, todo um campo que de forma paralela as organizações dos trabalhadores, apresentam objetivos diametralmente opostos, de "formação de novos empresários, sob a égide da reestruturação produtiva" (Tiriba, 2001, p. 142). Dessa forma, fica claro que a economia popular, apesar de ser fundamentalmente, não é apenas, o

resultado da inspiração dos pobres para tentar sobreviver. Nesse sentido, ela:

> não resulta somente da iniciativa autônoma dos setores populares, mas também se prolifera a partir do estímulo e da ação dos empresários, de organismos internacionais, dos governos, dos setores conservadores e social-democratas, da igreja e dos movimentos sociais […] Por tudo isso, é necessário "separar o joio do trigo". (Tiriba, 2001, p. 123-124)

Ao falarmos de separar o joio do trigo, retornamos a discussão já colocada a partir de Coraggio (2007), a respeito da constituição de um movimento formado pelos setores populares em torno da formação e fortalecimento de uma economia social.

Movimento(s) de economia solidária na América Latina

Se, como vimos, o paradigma dos novos movimentos sociais e, depois, o da sociedade civil apresentam algumas dificuldades quando da sua transposição para a realidade latino-americana, antes de efetuarmos uma análise do movimento de economia solidária, nos dedicaremos brevemente a estabelecer um paradigma teórico adequado. Nesse sentido, destacaremos alguns dos parâmetros elencados por Gohn (2007) na formulação de sua teoria histórico estrutural renovada que podem nos ajudar no trabalho de caracterização do(s) movimento(s) latino-americano(s) de economia solidária. Uma primeira questão diz respeito a diferença entre a abordagem ampla sobre movimentos (entendido como luta social, cíclica e sem determinação especifica) e uma abordagem restrita (concreta, datada no tempo). Outro ponto importante é a caracterização da força social do movimento, definida como o conjunto dos fatores, que inclui carências, legitimidade da demanda, o poder político das bases, cenário conjuntural e a identidade política do grupo; no processo de transformar carências em demandas que podem transformar-se em reivindicações por meio de ação coletiva. Varia também como resultado do lugar do conflito social em questão no cenário da luta social mais geral.

Segundo Gohn (2007) caberia então ao pesquisador, ao tentar entender o movimento estudar os seguintes aspectos: demandas, reivindicações e carências não atendidas; repertório de ações coletivas; origem social que o compõem; localização geográfico espacial; articulação entre bases demandatárias, lideranças e assessorias; matrizes geradoras de discursos; contribuição para o processo de mudança social; ideologia (captada através dos discursos e da produção simbólica); cultura política; organização; práticas formais ou informais; projeto sociopolítico; identidade; cenário sociopolítico; opositores; conquistas e derrotas; relações com o conjunto de outros movimentos, lutas sociais e órgãos.

Tomando estas referências como base, percebemos que até aqui analisamos a emergência do fenômeno economia solidária no máximo como movimento social em seu sentido amplo, mas não em seu sentido restrito. É de se destacar que a maior parte das análises latino-americanas neste sentido referem-se ao caso brasileiro, pois nos demais países a constituição de um movimento de economia solidária no sentido restrito está ainda mais distante que no Brasil. Não obstante, prosseguiremos nossa análise nesse momento sem nos referirmos a especificidades da conjuntura brasileira, ainda que tratando de questões gerais formuladas a partir dessa conjuntura, que será abordada detalhadamente mais a frente.

Iniciamos a exposição a partir da análise das possíveis relações entre a existência de um movimento e os seus sujeitos constituintes. Vieira (2005) avança nesse sentido ao propor que a economia solidária (como movimento social de transformação socioeconômica[31]) tem um impacto sobre as expectativas dos sujeitos levados a formar empreendimentos muitas vezes suficiente para levar essas expectativas a superar o custo de engajamento nos grupos autogestionários. Já Constantino (2007) enfatiza o caminho oposto (do empreendimento para o movimento) ao propor que através da experiência do empreendimentos é possível não só romper com a lógica da (re)produção econômica do capital, mas também que estes sirvam de aglutinadores de tendências sociais diversas. Ele enfatiza o potencial impacto do exercício da democracia na produção como tendo consequências sobre os seus membros no sentido de aprimoramento do conceito de cidadania, levado para outras esferas da vida.

França-Filho (2007), por sua vez, busca demarcar claramente o movimento em seu sentido mais restrito, afirmando que, pelo menos no Brasil, o campo da economia solidária vem se impondo como um movimento de atores em busca de reconhecimento de um outro modo de instituir a prática econômica. Vieira (2005, p 370), de forma bem semelhante, afirma que a identidade do movimento de economia solidária estaria “na implantação de um conjunto de mudanças socioeconômicas com o intuito de contribuir para a conformação de um sistema econômica alternativo ao capitalismo.

Pinto (2006) de forma mais ampla, fala em estender a democracia do político para o econômico. Constantino (2007, p. 125) expandindo ainda mais afirma que a economia solidária seria “um movimento capaz, pelo menos teoricamente, de responder a demandas normativas por reconhecimento – sustentadas por sua solidariedade específica – do mesmo porte que, outrora, o sindicato sustentou com a solidariedade trabalhista”.

31 E portanto entendido em seu sentido mais amplo.

Como vimos, essa afirmação encontra sentido frente a realidade histórica de predomínio dos marginalizados como sujeitos na luta, nesse sentido a economia solidária teria uma grande força na capacidade de suprir uma carência importante, a demanda normativa por reconhecimento de sujeitos com relações de trabalho as quais não encaixam-se no tradicional modelo que é contemplado pelo sindicalismo. Por outro lado, ela carrega a ambição de que estes atores, associados a diferentes movimentos e lutas históricas cheguem a efetivamente reconhecerem-se como parte de um movimento único que seria o de economia solidária, o que não é simples nem automático.

Essa questão remete a uma discussão que está presente desde as primeiras discussões sobre os movimentos sociais feitas em 1980 e persiste até hoje no seio do movimento de economia solidária. Uma abordagem que identificamos pioneiramente em Calderón e Jelin (1987) e de La Cruz (1987) é a categorização da economia solidária como uma categoria dentre outras de movimentos sociais, o que nesse aspecto dificulta que exerça um papel aglutinador e talvez seja mais próximo do que ocorre na realidade brasileira. Outra abordagem que já podia ser entrevista em Viola e Mainwaring (1987) e também pode ser percebida na passagem de Gohn (2007) a respeito dos seringueiros identifica as práticas de economia solidária como ações e enfoques levados a cabo por outros movimentos sociais, o que pode reforçar o seu caráter aglutinador mas enfraquecer a sua especificidade.

Essa concepção de Constantino, do movimento de economia solidária como espécie de reorganização da luta sindical apropriada para um momento em que assumem importância especial estratégias de sobrevivência que não implicam a mão-de-obra assalariada remete também a sua classificação entre os critérios estabelecidos para diferenciar novos e velhos movimentos sociais. O próprio Constantino (2007) defende a economia solidária como um dos exemplos mais férteis de novo movimento social, de forma similar a Pinto (2006) e França-Filho (2007), que a denominam de movimento social novíssimo, ou radicalmente novo, pela sua articulação com o econômico, que leva autores como Picolloto (2008) a denominá-la de novo movimento social econômico, em analogia com a definição de Gendron *et alii* para o comércio justo (2006).

Lechat, no entanto, (2004, p. 59) relativiza a categorização da economia solidária como novo movimento social, ao afirmar que ela pode ser definida:

> como um movimento no qual estão reunidas as duas áreas que chegaram a ser usadas como referencial para dividir os movimentos sociais em antigos e novos, pois os protagonistas se reúnem para produzir, mas em condições autogestionárias e solidárias, quando não comunitárias, possuindo muitas das

> características dos novos movimentos sociais como a procura do resgate da autoestima, da cidadania, da melhoria das condições de vida e de consumo.

Essa mescla entre elementos dos considerados “novos” e “velhos” movimentos sociais fica especialmente clara se destacamos a não-centralidade do trabalho como um dos aspectos importante na diferenciação dos novos movimentos sociais[32]. Este caráter híbrido do movimento de economia solidária é um dos elementos que explica o seu potencial de tranversalização em relação a pauta de outros movimentos, mas, como já indicamos, agrega dificuldades no componente de sua força social que se refere a sua identidade.

Essa construção de identidade coletiva é especialmente difícil, a medida que trata-se de trabalhadores dispersos em diversos setores da economia, e com tradições e culturas bem diferentes. Os trabalhadores da economia solidária no campo, por exemplo, apresentam uma tradição de lutas e movimentos sociais campesinos que hoje traduzem-se nas organizações da agricultura familiar e do movimentos de luta pela terra. Sua ligação com as questões rurais é a princípio muito maior que a sua identificação com demais trabalhadores que se organizam de forma associativa. Dentre as possíveis fontes de construção da identidade, destaca-se o papel desempenhado pelos intelectuais, de forma que Pinto (2006) coloca as grandes referências teóricas da economia solidária (Singer, Gaiger e Coraggio) como capazes de ao mesmo tempo imprimir sentido e serem expressão do movimento de economia solidária; processo que é descrito por Vieira (2005) como encontro histórico de forças teóricas e sociais reformadoras.

Dessa forma, a efetiva constituição de um movimento de economia solidária nas diferentes realidades dos países latino-americanos passa pela solução das dificuldades de convergência e implementação das potencialidades da transversalidade, o que já podia ser percebida antes mesmo da formulação do movimento enquanto tal, ainda na década de 1980. De um lado está o potencial aglutinador das questões econômicas que são transversais aos demais movimentos, especialmente os mais ligados as classes populares que precisam encontrar estratégias de sobrevivência (movimento camponês, movimento urbanos em geral, movimentos indígenas), mas também a movimentos mais ligados a classe média como o ecológico, na medida em que se busca formas “limpas” de produzir que em geral passam pela organização democrática da produção; de outro lado

32 Mesmo em relação a categorização proposta por Gohn (2007), também encontramos dificuldades de enquadramento pois o movimento de economia solidária tem origem em aspectos sociais (como a execução do trabalho associado), em problemas sociais determinados (desemprego) e ideologias (fim da relação de trabalho assalariado).

está a dificuldade entre esses diferentes atores reconhecerem sua identidade comum de trabalhadores não assalariados (associativos) construindo reivindicações e estratégias de ação conjuntas. Mais a frente aprofundaremos essa questão tomando como base as realidades brasileiras e argentinas, veremos agora algumas realidades latino-americanas.

Antes de abordarmos mais a frente as especificidades dos movimentos e atores da economia solidária no Brasil e na Argentina, analisaremos rapidamente, a título informativo, os casos das articulações de alguns outros países latino-americanos. Em alguns países como o Chile, Uruguai e Paraguai parecem haver tentativas de constituição de entidades nacionais de aglutinação do movimento de economia solidária, aparentemente mais vinculados a economia popular urbana. No caso Uruguai destaca-se a Coordinadora Nacional de Economia Solidaria[33], que visa agregar redes territoriais garantindo uma participação representativa de todo o território do país, essa Coordinadora está organizando o seu II Encontro Nacional em 2012. No Chile se formou o Espacio de Economía y Comercio Solidário de Chile[34], autodefinido como instancia articuladora de um movimento de organizações e redes de economia e comercio solidário, que está organizando seu III Encontro Nacional, também em 2012. Estas experiências em outros países parecem ter a pretensão de construção de um sujeito coletivo da economia solidária como propõe Coraggio (2008). Os resultados ainda estão por ser vistos, dada a juventude dessas tentativas se comparadas a experiência do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, cuja articulação começou em 2001, tendo em 2003 já realizado a sua terceira plenária, em que foi elaborada uma carta de princípios.

Tomando o exemplo da experiência brasileira, o desafio de avançar na direção de uma comunidade cívica e de mover-se por relações de reciprocidade é grande e permanente (Pinto, 2006). Isso porque a tentativa é de reunir algo que é heterogêneo por natureza, o que pode ser um processo difícil e doloroso, com níveis de conflitos importantes, mas que não impediu que a economia solidária pudesse caracterizar-se como sujeito coletivo capaz de agregar demandas, representá-las perante a sociedade e lutar por seu reconhecimento junto ao Estado (França-Filho, 2007). Um outro aspecto similar entre as realidades de Brasil, Uruguai e Chile, por exemplo é a articulação e visibilização do movimento através de feiras, inclusive algumas internacionais, como a feira canária no Uruguai, a feira binacional Brasil-Uruguai, a feira do Mercosul, na cidade de Santa Maria e a feira panamazônica no Acre.

33 <http://www.economiasolidaria.org.uy/>
34 <http://www.ecosolchile.org/>

Realidades bem distintas deparam-se os movimentos da Bolívia, Equador e Venezuela, por exemplo, não só pela diferença de projetos sociais assumidas por seus respectivos governos (incluindo aí a definição da existência de outras economias diretamente na constituição do país). Na Bolívia, a conformação do movimento parece atingir um nível elevado de convergência de atores e construção de identidade, já que existe uma Plataforma Multisectorial De Promocion De La Economia Solidaria Y Comercio Justo De Bolivia (PMPPESCJB, 2007), que envolve diversos produtores de diferentes setores como membros da rede de comercialização comunitária, pequenos produtores rurais, uniões de artesãos, indústrias alimentícias e associações de “ayllus”.

A presença dos *ayllus* denota a herança das tradições indígenas de ajuda mútua, que não poderia deixar de aparecer com força na economia solidária boliviana, seu movimento reconhece isso através da menção de práticas concretas como:

> el Comercio Comunitario que se desarrolla en las ferias locales rurales y sub urbanas en donde podemos ver el intercambio de productos (trueque) inclusive sin la intervención de la moneda” e “La auto ayuda comunitaria como la mink’a, el ayni, etc. Son prácticas culturales todavía vivas al interior de las diversas cultural que tiene Bolivia, practicas desarrolladas por los pueblos originario indígenas desde tiempos remotos velando el bienestar social de sus habitantes. (PMPPESCJB, 2007, p. 5)

Muñoz e Solano (2009) fazem um esforço de identificação da nação Aymara como povo soberano que transcende as fronteiras geopolíticas do ocidente e que constitue um sistema econômico com uma ética centrada na reprodução da vida, propondo como estratégia de desenvolvimento de uma economia comunitária a extrapolação do princípio básico do Ayllu para além da comunidade local e dos setores rurais, no que pode constituir-se em uma interessante contribuição, desde o ponto de vista da economia, para a reflexão a respeito da descentralização política territorial (Linera, 2005). O movimento boliviano parece apresentar bastante proximidade com o Estado já que por meio de uma declaração (Carrilo *et alii,* 2009), ele afirmou haver realizado conversas com o Ministério de Desenvolvimento Produtivo e Economia Plural para a criação de uma unidade ou vice ministério de economia solidária e comércio justo e reconheceu o impulso estatal a outras formas de organizar a economia (um profundo processo de transformação estrutural, econômico, social, político e cultural).

Já na Venezuela onde também há grandes expectativas referentes ao potencial do desenvolvimento de uma economia solidária a partir da uma política expressa e consistente do Estado (Coraggio, 2008) as contradições estão mais nítidas e há

desconfiança por parte dos atores mais tradicionais da economia solidária[35] (constituídos em torno da Cooperativa CECOSESOLA) e dos trabalhadores que fazem parte do movimento determinado FRETECO, Frente Revolucionária de Trabajadores em Empresas de Autogestión y Ocupadas (uma frente marxista que visa a estatização sobre controle operário como instrumento de aceleração do processo revolucionário e construção do socialismo). Em ambos os casos, em que pese a enorme diferença ideológica entre os movimentos, registram-se críticas muito similares ao governo Chavez, que lhes tira autonomia de gestão, no caso das fábricas ocupadas levando a enormes períodos de paralisação e em alguns casos até a açambarcação dos coordenadores eleitos pelos trabalhadores (Vieitez e Dal Ri, 2009).

O resultado da política pública por sua vez foi pouco convincente, apesar de em um primeiro momento as diversas facilidades oferecidas pelo governo terem gerado um aumento inusitado de 25.344% no número de cooperativas legalizadas (Cooperativa Gestión Participativa, 2009) não houve sustentabilidade e nem a criação de laços efetivos de solidariedade entre os empreendimentos ou mesmo internamente a eles, com muitos constituindo-se de forma apenas oportunista. Monedero (2009) aponta que a participação da economia social no PIB Venezuelano subiu apenas de 0,5% a 1,6%, ele é ainda mais crítico quando refere-se às *Empresas de Producción Social*, que teriam nascido com a expectativa de produzir valores de uso ao invés de valores de troca mas teriam sido transformadas em formas indiretas de terceirização com condições de trabalho precárias.

De uma maneira geral, percebemos que com diferentes níveis de sucesso há uma busca pela integração de diversos atores na construção de um sujeito nacional que seja capaz de aproveitar o repertório diversificado de ações coletivas dos diferentes sujeitos sociais que o compõem, unidos em uma identidade que em todos os casos ainda é incipiente, a de trabalhador associado, mas que reflete uma questão social premente em todas as sociedades, dada a crise generalizada do modelo tradicional de empregabilidade. Caminhar no sentido de efetivar o potencial de transversalização da pauta do trabalho associado através da construção da identidade do movimento de economia solidária na América Latina é um desafio comum para que este venha a desempenhar um papel, hoje ainda no nível da possibilidade, de impulsionamento a uma transformação mais ampla das relações de trabalho, seja via atuação política e social, seja via integração econômica em termos de um mercado de solidariedade.

35 Relatado em visita a cooperativa CECOSESOLA.

3.3 – As especificidades da economia solidária no Brasil e na Argentina

Nesta seção do capítulo, abordaremos com um pouco mais de profundidade o histórico e a constituição do movimento de economia solidária no Brasil e na Argentina, buscando traçar um perfil comparativo que ajudará a contextualizar o trabalho realizado em nossa pesquisa de campo. Para tanto, partiremos de análises e comparações já desenvolvidas por outros pesquisadores e tentaremos entendê-las a partir de um breve resgate sócio-econômico das características de cada país a partir do qual abordaremos suas implicações na constituição dos diferentes atores que participam dos movimentos de economia solidária.

Sígolo (2007) aponta algumas diferenças importantes entre o movimento de economia solidária brasileiro e o argentino, como a presença na Argentina de uma maior formação política por parte dos trabalhadores, a tradição e a utilização recorrente das manifestações de rua, porém também

> "maior instabilidade das organizações, que se dividem por conflitos internos em novos movimentos, sofrem frequentes segmentações, são criadas e recriadas, […] a participação exclusiva ou protagonista de empreendimentos, […] e a característica de enraizamento territorial das experiências". (Sígolo, 2007, p. 80)

Por outro lado o Brasil contaria com "uma organização política mais unificada e centralizada, pela existência de Fóruns de Economia Solidária. Estes estabelecem um maior (ou mais próximo) diálogo com o poder público" (Sigolo, 2007, p. 168). Sigolo aponta também diferenças em relação aos agentes fomentadores da economia solidária, encontrando na Argentina uma "menor referência à Igreja, diante da presença marcante dos sindicatos", enquanto no Brasil, "apesar da existência também de atuação de sindicatos no movimento de economia solidária, por exemplo, através da UNISOL Brasil, ligada à CUT (Central Única dos Trabalhadores), o papel da Igreja se destaca". Desta análise, não concordamos que haja uma preponderância da Igreja em relação ao sindicato no Brasil, mas percebemos que seu impacto realmente é bastante maior que na Argentina.

Coraggio (2008) reforça a percepção favorável da centralização do movimento de economia solidária brasileiro, apontando que dentre os países da América Latina, o Brasil pode ser um exemplo de uma das formas de diferenciação efetiva da proposta da economia solidária como construção de um setor não capitalista da economia (que diferencia-se da proposta de integração a economia capitalista). Esse diferencial seria

justamente a existência de um sujeito coletivo com peso social e articulação efetiva centrada no projeto de construção de uma economia com mercado mas não de mercado.

O sujeito coletivo a quem Coraggio se refere é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), cuja última plenária contou com a mobilização de mais de 4000 militantes do movimento de economia solidária de todo o país (FBES, 2008) e que consegue englobar na sua estrutura organizativa as principais redes e organizações que congregam empreendimentos de economia solidária, como representantes de fábricas recuperadas, da agricultura familiar, da igreja, das universidades, do poder público, de movimentos quilombolas, indígenas, de mulheres e de saúde mental, para mencionar os principais.

Já Vieitez e Dal Ri (2009) (dois brasileiros), defendem que as organizações de trabalho associado na Argentina encontram-se em um processo mais politizado (até pelo fato da crise econômica ter beirado a catástrofe) que no Brasil, onde as experiências estariam demasiado similares a formas de “empreendedorismo coletivo”. As organizações de trabalho associado politizadas a quem referem-se explicitamente Vieitez e Dal Ri (2009) são fábricas recuperadas pelos trabalhadores que através de contatos com movimentos de trabalhadores desempregados e/ou movimentos piqueteiros passaram por um processo de politização e desenvolvimento da solidariedade de classe trabalhadora. O que eles destacam aqui é que o contexto da crise argentina propiciou de uma forma mais generalizada a formação de movimentos urbanos com práticas bastante radicalizadas e criticam o modelo brasileiro em que a militância se dá no espaço especifico do trabalho associado, mas sem impulso a participação em lutas mais gerais da classe trabalhadora, gerando uma espécie de “encapsulamento”.

Cruz (2006, p. 227-229), por sua vez, aborda a dinâmica da economia solidária no Brasil, Uruguai e Argentina como sendo essencialmente similares, em que pesem algumas especificidades como ênfase em algumas formas de economia solidária em alguns países e diferenças na relação com o cooperativismo tradicional. Para ele a similaridade é explicada porque do último quarto do século XX em diante:

> a indiferenciação econômica e social resultante do apagamento das fronteiras nacionais e da fluência impositiva da globalização econômica e do pensamento único neoliberal no sul do continente, vem homogeneizando progressivamente estas sociedades entre si.

Como vimos, Sigolo (2006), Coraggio (2008) e Vieitez e Dal Ri (2009) apresentam opiniões diferentes mas não excludentes, a medida que os fatos por eles analisados não

se contradizem mas são ressaltados desde diferentes ponto de vista. Por outro lado Cruz (2006) opta por reforçar os aspectos convergentes dos movimentos, tomando como base um processo de homogeneização desses países. No entanto essa homogeneização precisa ser relativizada a partir da constatação de que ela é feita a partir de pontos iniciais diversos, afinal para a Argentina ela significa uma queda no nível de renda e elevação nos níveis de desigualdade, processo que os argentinos inclusive chamaram de latinoamericanização. No Brasil, ao contrário, há uma manutenção desses níveis e algumas melhoras em relação a patamares históricos, de forma que por mais que as condições sejam parecidas, elas adquirem um significado bastante diferente para a população de cada um dos países.

Talvez encontremos nessas trajetórias diferentes as raízes das diferenças apontadas pelos autores mencionados, que podemos sintetizar como: fragmentação e articulação com outros movimentos sociais, integração em lutas mais amplas, mobilizações de rua e protagonismo dos produtores na Argentina, enquanto no Brasil prevalecem: centralização, formação de um movimento com a pauta do trabalho associado, menor combatividade e maior participação de gestores públicos e outros atores. A partir do entendimentos das trajetórias, retornaremos a essas características a partir de uma análise em maior profundidade de cada um dos movimentos.

3.3.1 – A trajetória recente dos dois países

Para não voltarmos mais atrás, optamos por iniciar a nossa análise a partir do período dos governos denominados populistas em ambos os países, como período histórico cuja importância fundamental ajuda a entender as distinções existentes até hoje entre ambos os países. Se compararmos, Perón e Vargas seguindo a análise realizada por Fausto e Devoto (2004), percebemos que já nessa época a liderança argentina era mais calcada na mobilização das massas, principalmente os novos operários urbanos.

Já Getúlio teria mais a característica de “mediador entre grupos dirigentes” e preferia fazer seus anúncios para o povo em espaços fechados como o Estádio São Januário, enquanto Perón costumava utilizar a Plaza de Mayo na Argentina, talvez venha desde aí a maior inclinação para a *protesta callejera* dos atores sociais argentinos, diga-se de passagem, tanto dos de esquerda quanto os de direita[36]. Ademais os autores destacam que no discurso peronista havia uma combinação complexa entre paternalismo, populismo e obreirismo, tendo os trabalhadores como atores hegemônicos, enquanto no

36 Ruggeri (2010) aborda o tema das manifestações sociais da direita argentina a partir de 2001.

Brasil a um discurso paternalista coincidia a atuação do Estado como ator hegemônico.

Prováveis fatores de explicação das diferenças entre os governantes são as diferenças dos próprios movimentos operários. Enquanto no Brasil estávamos em período de institucionalização do peleguismo, com sindicatos quase completamente atrelados a estrutura montada por Vargas para “laçar sua doação trabalhista com um instrumento que lhe permitisse ter o controle total da situação” (Tragtenberg, 2009), na Argentina, de acordo com (Fausto e Devoto, 2004, p. 327):

> O laborismo, como assinalou Juan Carlos Torre, foi muito mais autônomo e autogerido pelos próprios líderes sindicais preexistentes. Além disso, com o peronismo no poder, o sindicalismo manteve apesar dos esforços oficiais, uma considerável margem de autonomia e uma atitude bastante ativa, tanto no terreno político quanto no das reivindicações trabalhistas.

Viola e Mainwaring (1987, p. 127) também compartilham essa visão afirmando ser a classe trabalhadora argentina: “uma das mais organizadas do mundo e [...] uma das capazes potencialmente de afirmar a igualdade nos locais de trabalho e restringir a autoridade dos empregadores”. Ademais os autores agregam um aspecto importante para entendermos as sociedades que é a existência, a partir de Perón, de uma maior polarização na política Argentina, que continuaria marcando seu sistema político.

Terminado o período dos populismos no Brasil e na Argentina, houve um breve período democrático em ambos os países os quais foram seguidos pelos regimes militares. Na Argentina o primeiro golpe foi em 1966, que contou inclusive com o apoio de setores do sindicalismo. Seis anos depois, o próprio Perón volta a assumir a presidência do país em 1972 por um breve período, após a sua morte houve uma guinada a direita no peronismo que, perdendo o apoio popular foi substituído pela fase mais dura da ditadura argentina iniciada com o golpe militar de 1976. Sidicaro (2011) relata que nos anos 1970 se formaram guerrilhas peronistas combatidas em nome do peronismo por grupos fascistas. Já no governo de Perón de 1973 houve uma aproximação com Cuba e um repúdio as transnacionais, no entanto com a sua morte a guerra sucessória levou ao poder setores mais a direita, o que culminou no golpe de Estado. No Brasil, o golpe militar é realizado contra o governo de João Goulart em 1964 tendo sua fase mais dura se iniciado em 1968.

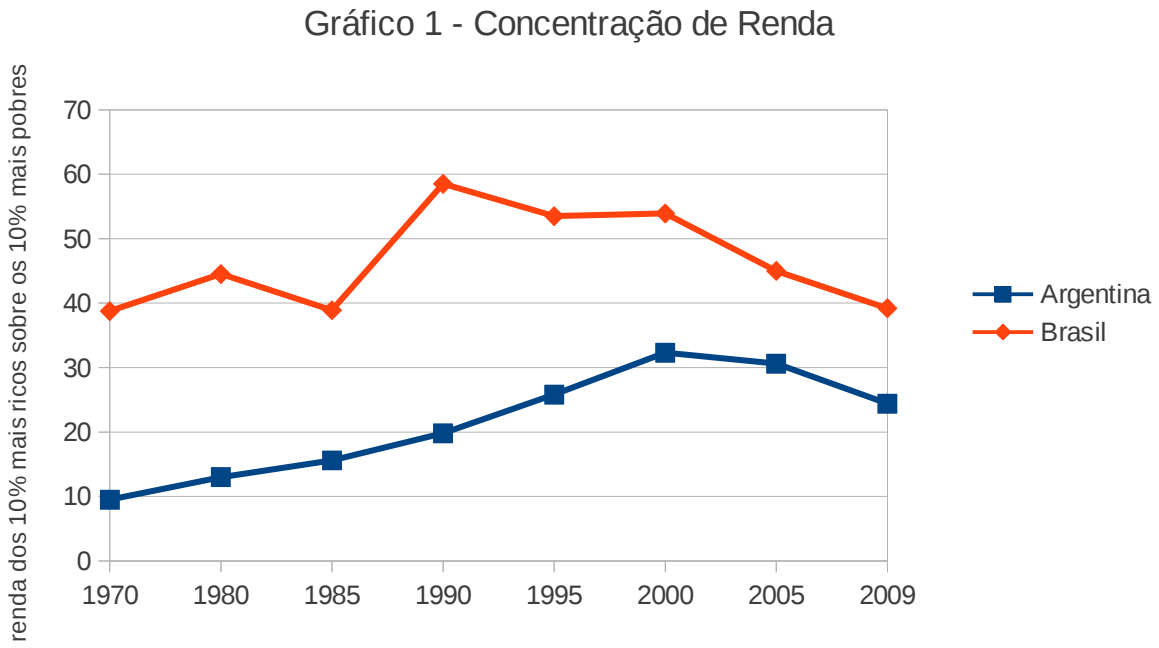
Regime militar

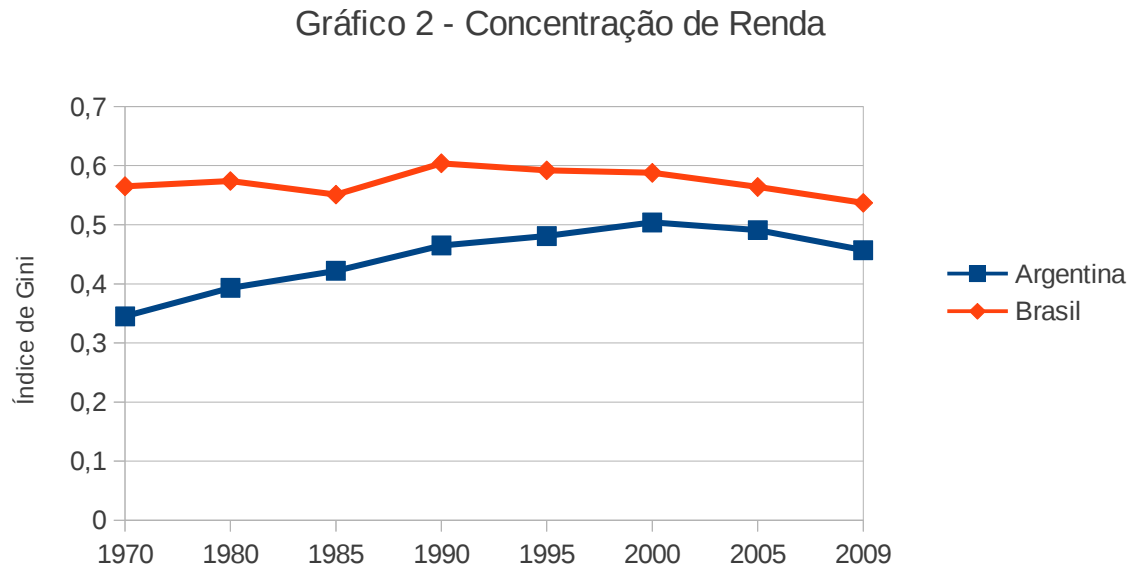
No plano econômico a ditadura argentina já assumia uma proposta neoliberal desde 1976, enquanto o Brasil buscava o desenvolvimentismo e o fortalecimento da

indústria nacional. No entanto, uma característica semelhante é que ambas abriram um grande período histórico marcado pela concentração de renda que iria crescer ininterruptamente até meados dos anos 2000. Não obstante, os efeitos dessa concentração agiriam sobre uma memória histórica com características quase opostas, como apontam Viola e Mainwaring (1987, p. 126-127):

> O padrão de interações sociais, no decorrer da História do Brasil, foi marcado pela experiência do escravismo. […] A ideologia dominante legitima e até exige tal marginalização e subordinação popular, bem como as drásticas desigualdades no plano sócio-econômico. Em 1930 a Argentina tinha um dos níveis de vida mais elevados do mundo, uma tradição duradoura de constitucionalismo, e um padrão significativo de igualdade social. […] as tendências de igualdade social foram incorporadas às relações sociais e, especialmente durante a gestão de Perón (1946-1955), ao discurso político […] Enquanto o pobre no Brasil aceita a diferenciação suposta por "Você sabe com quem está falando?", o da Argentina é conhecido por sua rejeição insolente de tentativas semelhantes de hierarquização social: "A mi que mierda me importa".

Partindo dessa base Brasil e Argentina elevarão, ao longo dos anos 1970 e 1990 as suas taxas de desigualdade. No Brasil, justificava-se que "era preciso crescer o bolo para depois dividir", enquanto na Argentina, a escalada crescente de desigualdade justifica a referência pejorativa a um processo de "latinoamericanização", chegando a renda dos 10% mais ricos a atingir um pico, em 2003, de 40 vezes a renda dos 10% mais pobres da população. Diga-se de passagem que este pico argentino é semelhante ao menor valor histórico brasileiro atingido apenas recentemente, o que simboliza a um só tempo as diferenças históricas e o processo de convergência nos indicadores dos dois países. Os gráficos a seguir apresentam a evolução desses indicadores ao longo dos anos:





Fontes: SEDLAC (*Socio-Economic Database for Latin America and the Caribbean*) (CEDLAS e Banco Mundial) e Cacciamali (2002)

(1) Os dados de 1970 para o Brasil foram retirado de Cacciamali (2002), os demais dados são do SEDLAC.

(2) Para o ano de 1970 na Argentina foram utilizados dados referentes a 1974, para o ano de 1985 dados referentes a 1986, para o ano de 1990 dados referentes a 1991

(3) Para o ano de 1980 no Brasil foram utilizados dados referentes a 1981 e para o ano de 2000 foram utilizados dados referentes a 2001, tais ajustes foram realizados de acordo com a disponibilidade de dados no Sedlac, considera-se que estes não prejudicam a análise das séries históricas.

A repressão a todo o tipo de resistências sociais foi o caminho que permitiu a

efetivação desse projeto concentrador de renda, no entanto apesar de fortemente abafadas, as resistências não foram eliminadas. No que diz respeito aos movimentos operários houve na Argentina no período de 1966 uma aproximação com Onganía e uma posterior fragmentação que em grande medida reproduziu a fragmentação do Peronismo, conforme Fausto e Devoto, (2004, p. 441) os sindicatos:

> continuaram a ser um ator político de importância, embora tendendo a dividir-se em várias correntes, ao longo dos anos […] Já em 1968 surgem os combativos, uma divisão da CGT. Haviam os classistas, que tinham como horizonte revolucionário "um grande Cordobazo […] "tinham muita expressão no sindicatos de base".

O Cordobazo foi o auge das lutas das classes trabalhadoras argentinas nesse período, uma luta travada tanto contra o regime militar (que conseguiu a sua derrubada) quanto contra as direções corporativistas, ela "proporcionou um espaço em que os ativistas políticos de extrema esquerda puderam mover-se e influenciar, com suas perspectivas revolucionárias, alguns setores da classe trabalhadora, em escala sem paralelo com o caso brasileiro" (Fausto e Devoto, 2004, p. 443). Já no Brasil o sindicalismo pré-existente ao golpe praticamente desapareceu, destacando-se os grandes conflitos de Contagem e Osasco em 1968, que contaram com a formação de novas lideranças. Em um período bem posterior o movimento operário brasileiro viria a ter um forte papel nas lutas pela democratização. Ainda assim de acordo com Fausto e Devoto (2004) mesmo nesse período o movimento operário brasileiro não chegou aos níveis que a Argentina já tinha alcançado em 1968.

Além dos movimentos operários, formaram-se nesses períodos alguns dos principais atores que vieram a participar da luta pela democratização e conformar os novos movimentos sociais dos anos 1980 e 1990. Na Argentina destaca-se o movimento dos direitos humanos, em resposta ao facciosismo e as atrocidades cometidas pela ditadura, no Brasil destacam-se os movimentos de articulação local em torno da igreja, especialmente as comunidades eclesiais de base (CEBs), que serviram como origem de movimentos como o MST e posteriormente núcleos de experiências de economia solidária em articulação com outras experiências da Igreja Católica.

Viola e Mainwaring (1987) desenvolvem uma análise muito interessante sobre as diferentes características dos movimentos surgidos nesse período em cada um dos países a partir dos diferentes graus de militarização da política e de uma suposta tendência argentina a tentativas de mudança radical das instituições, enquanto o Brasil seria marcado pela continuidade. Com isso os autores chegam a conclusão de que (Viola

e Mainwaring, 1987, p. 130):

> No Brasil, o desafio básico para a criação de uma ordem mais democrática consiste na superação do elitismo social, enquanto na Argentina consiste na superação do facciosismo sócio-político. Os novos movimentos que assumiram maior importância, nos países respectivos, as organizações de direitos humanos, na Argentina, e as CEBs, do Brasil, são precisamente os que enfrentaram estes desafios.

Ambos movimentos teriam uma participação importante na queda dos regimes militares, ainda que o movimento de direitos humanos argentinos denunciasse mais diretamente o terrorismo de Estado enquanto as CEBs direcionavam-se de forma mais abrangente contra o autoritarismo das relações sociais brasileiras.

Anos 1980 e 1990

Com a redemocratização no final dos anos 1980 e 1990 os dois países assumiram a proposta neoliberal, no Brasil com Collor e depois os dois governos de Fernando Henrique Cardoso e na Argentina, em uma versão mais radical, com Menem. Boschi e Gaitán (2009, p. 37) comparam o neoliberalismo de cada país considerando que na Argentina houve “una ortodoxia neoliberal con regresión productiva”, com privatização quase total, enquanto o Brasil teria efetivado “un modelo de desarrollo con ortodoxia macroeconómica antes que a un modelo neoliberal clásico” e, como “el neoliberalismo fue un proyecto tardío y de una aplicación parcial, subsisten expresiones de un Estado desarrollista fuerte”, o que refletiu-se inclusive em uma resistência que conseguiu frear e impedir que o processo de privatização fosse levado as suas últimas consequências.

Resultado dos diferentes níveis de profundidade do neoliberalismo em cada país, são também diferentes os impactos nos indicadores sociais e por consequência na vida da população. Na Argentina a situação foi catastrófica, Fausto e Devoto (2004, p. 434, 435) citam que a sensação foi de desespero, enquanto no Brasil, partindo de uma situação muito pior, os níveis tiveram um crescimento moderado ou certa estabilização, o que parece justificar uma sensação de “desalento”. Talvez os indicadores que melhor expressam as consequências do neoliberalismo dizem respeito a taxa de desemprego e de emprego informal:

Gráfico 3 - Taxa de Desemprego

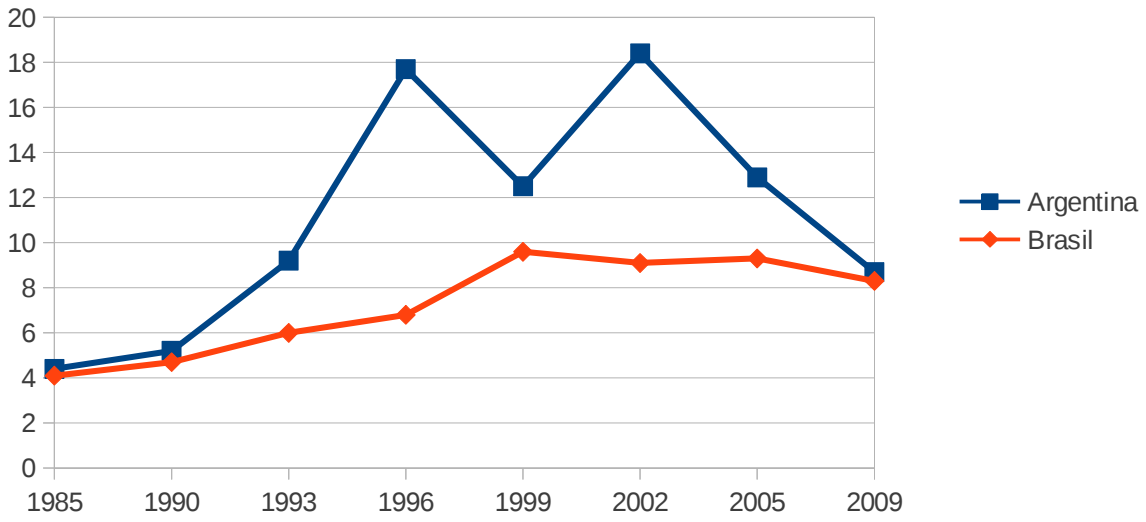
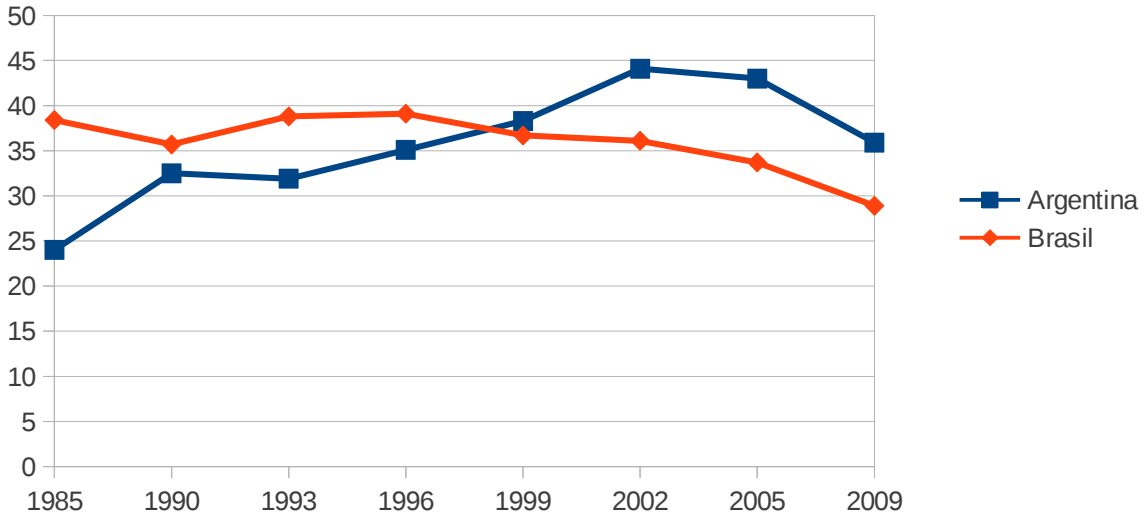


Gráfico 4 - Taxa de emprego informal



Fonte: SEDLAC (Socio-Economic Database for Latin America and the Caribbean) (CEDLAS e Banco Mundial)

(1) A taxa de emprego informal é a proporção dos assalariados que não tem direito a aposentadoria em relação ao total de assalariados.

(2) Para o ano de 1985 na Argentina, foram utilizados dados referentes a 1986, para o ano de 1990 dados referentes a 1991, tais ajustes foram realizados de acordo com a disponibilidade de dados no SEDLAC, considera-se que estes não prejudicam a análise das séries históricas.

No caso das taxas de desemprego o Brasil experimentou uma elevação sensível desde os anos 1980, com uma acomodação em níveis mais elevados e uma pequena queda a partir de 2005. Já a Argentina apresentou uma elevação abrupta com picos em 1996 (ano consideradomarco do surgimentos dos movimentos piqueteiros) e 2001 (ano da revolta popular em Buenos Aires) onde a taxa alcançou 17,7% e 18,4%, respectivamente. A tendência de queda na taxa de desemprego Argentina a partir dos anos 2000 fez com que ela praticamente se igualasse a taxa brasileira em 2009, ambas bem acima dos baixos níveis encontrados no começo dos anos 1980, este talvez seja o indicador que apresenta uma mais forte correlação com a emergência do fenômeno da economia solidária em ambos os países, como argumentamos anteriormente, através da pressão da entrada de trabalhadores no “trabalho marginal”.

Já a taxa de emprego informal repete um padrão mais próximo ao das curvas de pobreza, com a Argentina iniciando os anos 1980 com indicadores bastante melhores aos do Brasil, a diferença nesse caso é que a tendência de convergência levou a uma ultrapassagem no final dos anos 1990. Enquanto a taxa brasileira se manteve praticamente constante (38,4% em 1985 e 36,7% em 1999), a taxa argentina teve uma elevação grande, partindo de 24% em 1986 e alcançando 44,1% em 2002. A partir desse período o Brasil apresentou uma tendência de queda mais elevada, alcançando 28,9% em 2009 enquanto a Argentina alcançou 35,9%, um padrão próximo ao brasileiro dos anos 1980 e 1990.

No caso brasileiro podemos explicar a elevação na taxa de desemprego nos anos 1980 e principalmente nos anos 1990, bem como a manutenção dos altos índices de informalidade através do processo de reestruturação produtiva da indústria nacional, conforme apresentado por Antunes (2011). No caso da Argentina, a piora alarmante das condições de emprego é explicada pela combinação das tendências da indústria com a implementação da política econômica fortemente desindustrializante e a radicalidade das privatizações.

Essas diferentes trajetórias econômicas estão intimamente relacionadas com as trajetórias das organizações políticas que viriam comandar os países durante o século XXI e estas por sua vez, guardam também relação importante com as trajetórias dos movimentos sociais. Para Pomar (2011, p. 48) o contexto dos anos 1990 botava na defensiva as organizações de esquerda (o que é usado para justificar os poucos avanços do período seguinte). Na Argentina, a esquerda eleitoral estava bastante desorientada,

afinal predominava, dentro do próprio Partido Justicialista (historicamente mais ligado ao sindicalismo e aos interesses dos trabalhadores), a proposta neoliberal, especialmente com a chegada de Menem ao poder (Sidicaro, 2011). Já no Brasil dos anos 1980 e 1990 consolidava-se o Partido dos Trabalhadores, aparecendo como legítima novidade na política nacional. Esse partido foi capaz de aglutinar boa parte da movimentação social que emergiu com o processo de democratização como reforçam por exemplo Fausto e Devoto (2004) e Jakobsen (2011). Tragtenberg (2009, p. 54-55) apresenta o papel que em seu momento tiveram os sindicatos e os católicos de esquerda:

> os setores oriundos do sindicalismo combativo e das comunidades eclesiais de base vieram ao PT não na base de nenhum esquema marxista apriorístico, tão a gosto dos doutrinários, mas pela vida do movimento real da classe, das grandes greves de 1978, que abalaram o militarismo e fizeram surgir um operariado calcado em duas vertentes: a 'experiência' – vivida da classe nos embates político-sociais das greves – e o 'movimento' – em que a mesma classe age socialmente por meio de sua prática social-política.

André Singer (2010, p. 102) fala na existência de um espiríto de Sion[37], sendo que pelo lados dos metalúrgicos a proposta de fundação já falava em um partido “sem patrões”, que não fosse “eleitoreiro””, no que seria “um caso raro de associação de pensamento radical com amplas camadas de trabalhadores, como havia ocorrido na Europa um século antes”. Jakobsen (2011) enfatiza a proposta radicalmente democrática dos inícios do partido e a importância que então tinham os núcleos de base na organização partidária, mas reconhece a sua gradual perda de importância. Dessa forma o partido foi distanciando-se de seu projeto inicial, mesmo antes de assumir o Governo Federal. Como já vimos, Pomar (2011, p. 54) explica essa guinada como resposta a ofensiva neoliberal, momento em que se assumiu “una línea hegemonizada por el progresismo (desarrollo capitalista con políticas internacional y nacional sociales, democracia, soberanía e integración), aún cuando mantuvieran el socialismo como meta de largo plazo”.

Na realidade cada vez mais a proposta socialista é postergada a se perder de vista, o que Tragtenberg (2009, p. 53), em 1982, já previa que poderia acontecer:

> O PT, que inicialmente constituiu uma esperança de valorização da auto-organização, ao eleger o caminho eleitoral, tende a formar, em cada trabalhador vereador, deputado ou senador, um ex-trabalhador. Se não definir com clareza seu objetivo em termos de mudança estrutural, poderá ser cooptado pelo regime transformando-se em seu “braço esquerdo”.

Enquanto no Brasil alguns dos principais elementos dessas forças, os sindicatos e

37 Colégio que serviu como local da reunião de fundação do partido.

movimentos sociais, apostavam as suas fichas na construção do Partido, na Argentina a situação era quase oposta. Como vimos os movimentos e as insatisfações sociais não eram canalizadas em nenhum dos grandes partidos, contexto em que os movimentos surgidos federavam-se entre três grandes linhas (da forma como são definidas por Svampa, 2011): uma linha classista, ligada a partidos de extrema esquerda; uma linha nacional-popular, ligada nesse momento principalmente a *Central de Trabajadores Argentinos* (CTA), opção sindical criada frente a adesão da CGT a Menem; e por fim uma linha autonomista, de movimentos que desacreditavam qualquer tipo de política partidária.

Sidicaro (2011) apresenta dados segundo os quais em 2002 o índice de confiança dos argentinos nos partidos políticos tinha chego a apenas 4% da população. Foi nesse contexto que as rejeições as consequências do neoliberalismo foram canalizadas na expressão Q.S.V.T. - Que se Vayan Todos. De acordo com o autor (Sidicaro, 2011, p. 77): “Nunca antes los integrantes de la clase política, sin distinciones, habían sido tomados como alteridad por las movilizaciones ciudadanas que en nombre de nosotros el pueblo convirtieron las disconformidades individuales en expresión colectiva de protesta”.

Entender o fenômeno Q.S.V.T. É fundamental para entender o panorama político argentino, o que não significa que essa seja uma tarefa fácil, Ruggeri (2010) afirma que “aún no hay un acuerdo en la interpretación de las causas y las características de la rebelión”. Zibechi (2003) enfatiza os acúmulos de movimentos sociais autônomos ao longo dos anos 1980 e 1990, passando pelos piqueteiros autonomistas, pela cultura jovem dos shows de rock e das torcidas de futebol (que estariam ensaiando formas de resistência a polícia que se fariam presentes em fenômenos como o 2001) e movimentos como o das Madres da Plaza de Mayo. A medida que estas últimas, assim como boa parte da sociedade argentina passam a apoiar o projeto Kirchnerista, essa explicação perde um pouco de sua força.

Outra explicação, dada por Ruggeri (2010, p. 181), encara a revolta de 2001 como uma associação entre os setores mais empobrecidos da sociedade argentina (levados a uma situação de desespero frente a falta de meios de pagamento) e setores de classe média e classe média alta, revoltados com o confisco dos depósitos bancários, o *corralito*. Esta participação seria o marco inicial de um ciclo de protestos de rua organizados pela classe média de direita. Para ele:

> no hay término más adecuado para estas jornadas que “revuelta”, una reacción masiva e invertebrada, combinación y articulación de sectores sociales diversos con intereses contradictorios, que hicieron inviable un gobierno y cualquier tipo de conducción política, pero no tenían ni podían tener clara idea de hasta dónde

> podían llegar y cuáles podrían ser los remedios para los males contra los que protestaban. […] Es en este momento, cuando baja la marea de la movilización espontánea, donde la movilización organizada (los "nuevos movimientos sociales") logra adquirir otro protagonismo y convertirse, por un breve período, en un factor decisivo de la vida política.

Adamovsky (2007, p. 108), de uma certa forma, constrói uma interpretação que combina ambas ao associar a existência de um pensamento ligado a direita e ao neoliberalismo, defensor da superfluidade do Estado e da política com a sua ressignificação por parte do povo insurreto. O termo deslizamento semântico, de Telles (1999) é normalmente utilizado para designar a apropriação por parte do capital, do vocabulário de esquerda, como quando da utilização do termo autogestão pelo Banco Mundial, por exemplo. Na interpretação de Adamovsky o QSVT seria um "desplazamiento de sentido" na direção inversa:

> Es probable que la consigna haya surgido, paradójicamente, de una mutación de sentido de mensajes neoliberales previos. Desde mediados de los años ochenta la prensa *mainstream* se había dedicado a una campaña sistemática de desprestigio de los políticos y del Estado em general, com el fin de legitimar el proyecto privatizador y antisocial del neoliberalismo, es decir, el predominio del mercado como mecanismo único de organización de la vida social. […] Ante la torpeza del gobierno de De la Rúa para manejar la crisis económica, la gente que participó em el cacelorazo la noche del 19 de diciembre de 2001 retomó y llevó al extremo el mensaje aprendido em años de campaña antipolítica, y acuño el QSVT.

Além da conjuntura socialmente explosiva já existente, vide o aumento abrupto do desemprego, Ruggeri (2010) descreve os acontecimentos a partir das consequências do confisco dos depósitos bancários, o *corralito,* que além de retrair a atividade econômica e afetar os pequenos investidores, retirou o dinheiro de circulação impactando justamente naqueles que sobreviviam do trabalho precário e informal, o que ocasionou os saques a supermercados, respondidos com repressão e a declaração do estado de sítio. O que Ruggeri a diferença de outros autores não enfatiza é o papel desatador que teve o estado de sítio, para Zibechi (2003) e outros esse foi o estopim da revolta, que levou as pessoas a saírem de casa com medo da volta dos anos ditadura, formulando canções como "*¡Qué boludos! ¡Qué boludos! El estado de sitio Se lo meten en el culo...*"; ou então "*Ohhh, que se vayan todos, Ohhh, que no quede, ni uno solo...*".

Nesse sentido o estopim da revolta não teria sido a situação econômica calamitosa, mas uma luta pela liberdade frente à ameaça de ditadura vinda de um governo que já não tinha o apoio de nenhum setor social a não ser o grande capital financeiro. Com os partidos políticos fortemente desacreditados é compreensível que uma luta contra a ditadura tenha desembocado em diversas formas de organização popular

através da democracia direta. Seja como for, o fato é que no dia 20 de dezembro centenas de milhares de pessoas estavam nas ruas de Buenos Aires e dezenas[38] morreram nos conflitos. Destaca-se a força simbólica dos ataques da polícia montada sobre as Madres de Plaza de Mayo, o mais importante grupo de direitos humanos da argentina, formado basicamente por senhoras de mais de 40 anos (Ruggeri, 2010).

Os impactos dessa data para a transformação na sociedade argentina que desembocou na explosão de formação de empreendimentos de economia solidária são facilmente perceptíveis quando se constatata a quantidade de cooperativas denominadas de 18, 19 ou 20 de Dezembro. Se não existe concordância a respeito do papel dos diferentes movimentos sociais nestes eventos, há um consenso que marcaram a abertura de um enorme campo de possibilidades onde estes movimentos assumiram o protagonismo social durante todo o ano de 2002. Nas palavras de Svampa (2011) foi o tempo de fortalecimento do *ethos* militante assembleário e territorial que iria povoar diversas outras organizações incluindo aí os próprios sindicatos.

Não obstante essa efervescência não seria mantida por um longo período de tempo, de forma que a cabo de um ano estava aberto o caminho para, com as eleições de 2003, a retomada da “normalidade”na vida política Argentina com a subida de Nestor Kirchner ao poder. Esse mesmo ano no Brasil marcou a vitória do Partido dos Trabalhadores, aquele que havia sido construído pelos movimentos sociais, ao Governo Federal. Vindas de trajetórias recentes bastante distintas, a situação política dos países começava a convergir. Tanto no Brasil como na Argentina, havia uma expectativa, se bem que traçadas desde caminhos e perspectivas bastante diferentes, em torno aos movimentos sociais. No primeiro caso eles finalmente chegavam ao governo, no segundo eles haviam se mostrado capazes de derrubar diversos presidentes e construir formas diretas de poder popular.

Aplicados esses dados para uma análise da economia solidária nos dois países percebemos que nesse período, em contextos extremamente diferentes, houve um protagonismo dos movimentos sociais que irão dar origem a esses empreendimentos, especialmente os piqueteiros na Argentina e os setores de esquerda da igreja católica no Brasil. As diferentes relações que estes estabeleceram com a política partidária nesse período também vão explicar muito de sua atuação no futuro.

Anos 2000

38 Sidicaro (2011) fala em 30 mortos e centenas de feridos.

Talvez o que melhor ilustre essa diferença de origem entre aqueles trabalhadores que compõem a economia solidária em cada um dos países sejam os indicadores de pobreza. São estes também que irão demonstrar a ênfase dos esforços dos “governos progressistas” brasileiros e argentinos, concentrados em em reduzir a pobreza, tomada como uma questão gerencial. Neste sentido, os governos de Lula e Kirchner obtiveram considerável sucesso. Vejamos a seguir dois indicadores básicos de pobreza (renda abaixo de 2,5 dólares por dia, considerada pobreza extrema e pobreza considerada como renda abaixo de 4 dólares por dia).

Gráfico 5 - Pobreza Extrema

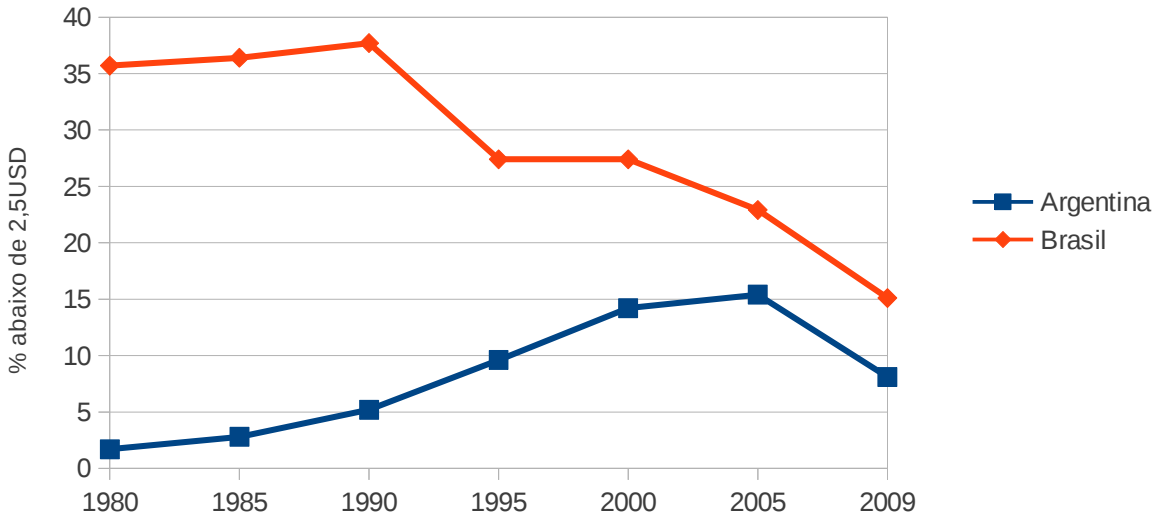
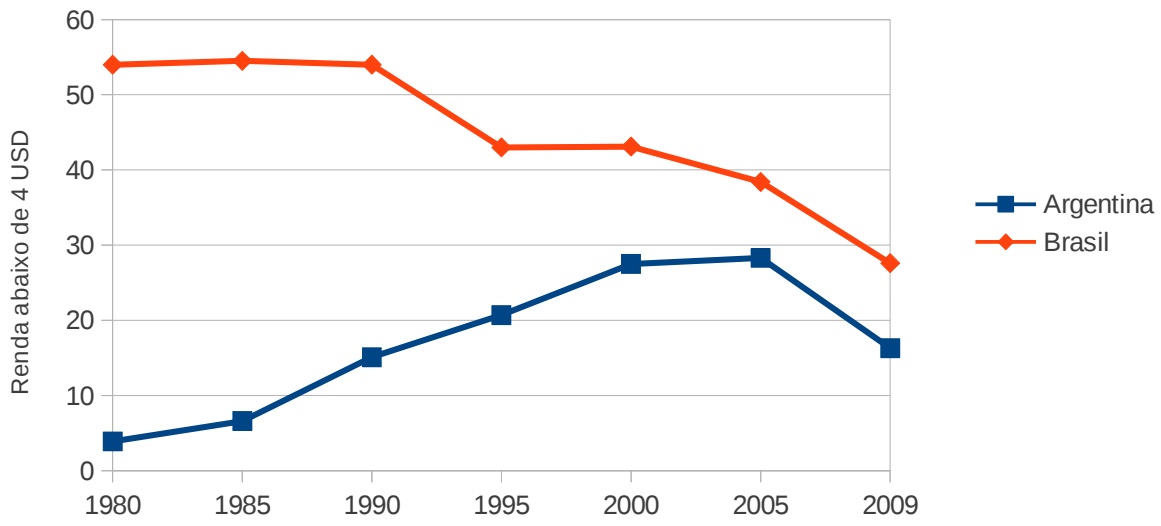


Gráfico 6 - Pobreza



Fonte: SEDLAC (Socio-Economic Database for Latin America and the Caribbean) (CEDLAS e Banco Mundial)

(1) Para o ano de 1985 na Argentina, foram utilizados dados referentes a 1986, para o ano de 1990 dados referentes a 1991.
(2) Para o ano de 1980 no Brasil foram utilizados dados referentes a 1981 e para o ano de 2000 foram utilizados dados referentes a 2001, tais ajustes foram realizados de acordo com a disponibilidade de dados no SEDLAC, considera-se que estes não prejudicam a análise das séries históricas.

Os gráficos de pobreza extrema e pobreza apresentam padrões bastante similares entre si, como é possível perceber o Brasil inicia os anos 1980 com índices elevadíssimos que se mantém ao longo dessa primeira década apresentando uma tendência de queda ainda em patamares elevados ao longo dos anos 90, atingindo seus menores patamares históricos nos anos 2000. Em ambos os casos, os menores patamares históricos do Brasil ainda são maiores que os maiores patamares de pobreza atingidos pela Argentina no período imediatamente posterior a crise de 2001. No caso da Argentina, a década de 1980 foi iniciada com patamares de pobreza bastante baixos que sofreram elevação constante, com queda apenas a partir da segunda metade da primeira década do século XXI, mas ainda extremamente distante dos seus níveis históricos. Svampa (2011) aponta que se por um lado o emprego foi recuperado, de outro a dinâmica salarial não superou a recomposição dos níveis perdidos em 2001, o que explica a manutenção de uma proporção importante da população abaixo da linha de pobreza.

Como vimos, o estouro da crise de 2001 na Argentina os seus dois grandes

partidos estavam fortemente desacreditados, contexto no qual Kirchner surge como o candidato de uma das três frações peronistas que concorreu ao poder em 2003, tendo vencido o primeiro turno com uma pequena margem sobre o segundo colocado, o próprio Carlos Menem. Kirchner destaca-se pelas críticas ao seu próprio partido, então tão enfraquecido que não conseguia esboçar a reação de uma linha ortodoxa[39] (Sidicaro, 2011). Quando assumiu o poder, o seu discurso era de "volta a normalidade", representado no slogan "por un país em sério, por un país normal". Iniciando um governo desacreditado, aos poucos Kirchner foi implementando ações que lhe deram legitimidade nos setores progressistas e críticos ao peronismo tradicional, como a prisão de torturadores vinculados a ditadura, o questionamento ao capital financeiro internacional, a recuperação de algumas atividades privatizadas, congelamento de tarifas e mudanças na Suprema Corte. Svampa (2011, p. 25) resume essas mudanças como "la reivindicación de los derechos humanos como política de Estado y el latinoamericanismo".[40]

Na opinião de Svampa (2011, p. 18) a política argentina teria passado por uma virada do progressismo desde cima para o nacional-popular no ano de 2008, ano marcado pelo conflito do governo com setores agrários[41] e pela aprovação da lei de comunicação audiovisual[42]. Esse foi o ano também da morte de Nestór Kirchner que acabava sendo uma sombra e fonte de questionamentos para a presidenta Cristina. Essa tradição nacional-popular remete ao primeiro governo de Perón, é definida como uma matriz político-ideológica que tende a se sustentar sobre: "el triple eje de la afirmación de la nación, el Estado redistributivo y conciliador, y el liderazgo carismático junto con las masas organizadas – el pueblo". No contexto dos conflitos de 2008 a tradição nacional-popular significou a retomada de uma política binária, suscitando novos apoios ao projeto kirchnerista de setores até então mais passivos politicamente, num processo denominado de vezenuelização.

Se na Argentina o Partido Justicialista se mantém no poder durante grande parte dos últimos vinte anos, após um grande virada do neoliberalismo, passando pelo progressismo e depois passando para o projeto nacional-popular, o caminho no Brasil foi

39 Vários autores relatam que os mesmos dirigentes que apoiaram Menem de uma para outra transformaram-se em agudos críticos do peronismo.

40 É curioso que nos anos 1980 o termo latinoamericanização tenha sido usado para denotar pejorativamente a queda nos padrões de vida Argentino e no século XXI o termo latinoamericanismo seja usado para denominar política externa de forte apelo popular.

41 Setores ligados aos empresários agrícolas organizaram manifestações e cortes de estradas, tendo o apoio de manifestações da classe média de Buenos Aires, numa organização do que Ruggeri (2010) caracterizou como movimento de direita. A resposta do governo foi intransigente, denominando-os de "piquetes de la abundancia".

42 A famosa Ley de Medios, com a qual o governo argentina procurou impor-se sobre os cartéis de comunicação.

um tanto diferente. O Partido dos Trabalhadores ganha as eleições de 2002 e assume o poder em 2003 após mudar consideravelmente o seu projeto na direção de agrado aos setores empresariais expressado com clareza na Carta ao Povo[43], de 2002. No governo, vem passando da sua pauta originária, a conformação do campo democrático-popular, para o *neodesenvolvimentismo*, com o que vem se afastando cada vez mais de suas bases e origens.

Sempre justificando-se a partir do avanço do neoliberalismo, Pomar (2011) apresenta uma situação paradoxal em que o PT assumiu o governo em um momento que o grande desafio da esquerda fosse superar a herança neoliberal, que, não obstante manteve grande influência depois de oito anos de governo. Em seguida ele defende que o grande desafio estratégico seria manter o controle sobre o governo até que a alternativa socialista esteja em disputa, mas reconhece a impossibilidade desta proposição frente a influência da burguesia sobre o partido. Finalmente ele chega a conclusão de que ou são feitas "reformas estruturais democrático-populares", ou "detentar el gobierno no posee significado estratégico aunque en lo inmediato ayude a mejorar la vida del pueblo". Ou seja, ele começa defendendo que todos os esforços sejam voltados para manutenção do poder para em seguida quase chegar a conclusão de que esta não está tendo significado estratégico nenhum.

Jakobsen (2011), também um petista, coloca em tom de previsão um processo que já vem acontecendo no partido. Para ele frente aos esforços de manutenção do governo o partido correria o risco de transformar-se em uma máquina eleitoral em vez de instrumento de mudanças (o que parece já ter ocorrido). Para evitar esse processo a saída são reformas no partido e também as reformas "democrático-populares"[44]: agrária, tributária, política, nos meios de comunicação, as quais a elite não aceitaria pacificamente. Apresentando uma visão oposta em relação as potencialidades do partido, de Oliveira (2009, s/n) afirma que o PT executou o avesso do mandato que recebeu dos eleitores, que de uma forma geral não distanciava-se das reformas democrático-populares, pois era:

> intensamente reformista […]: avanços na socialização da política em termos gerais e, especificamente, alargamento dos espaços de participação nas decisões da grande massa popular, intensa redistribuição da renda num país obscenamente desigual e, por fim, uma reforma política e da política que desse fim à longa persistência do patrimonialismo.

43 Apelidada por Francisco de Oliveira de "Capitulações de Julho".
44 O autor não usa essa denominação, mas o conteúdo é o mesmo.

A questão para ele é que os resultados alcançados são exatamente os opostos desses, sendo a necessidade de uma coalisão no Congresso a justificativa para o pragmatismo irrestrito. André Singer (2010, p. 105) aponta que as mudanças no PT teriam vindo principalmente com “a alma do Anhembi”[45], “quando a campanha de Lula decidiu fazer as concessões exigidas pelo capital”, em vez de ruptura são assumidas as “conquistas” do período neoliberal”. O que André Singer demonstra com lucidez é que “sob a aparência de ajustes voltados para o momento eleitoral de 2002, uma verdadeira revolução estava em vigência, deixando atônita boa parte da esquerda sintonizada com o espírito do Sion”. Para ele as mudanças não se tratavam de táticas frente a situações conjunturais, como propõe Pomar (2011), mas da emergência de um segundo sistema de crenças dentro do partido, correspondente a mudanças no perfil dos seus simpatizantes, em direção ao subproletariado.

Com trajetórias tão distintas começam a apontar-se algumas convergências com o Kirchnerismo e o Partido Justicialista na Argentina, como a “coexistência de dois vetores opostos em um mesmo corpo partidário” e a presença de um projeto de “capitalismo com forte presença estatal, de distribuição da renda sem confronto, que lembra o ideário varguista” (Singer, 201, p. 107). Nas suas críticas, de F.Oliveira (2007, p. 20) apontará o Brasil como caso de hegemonia as avessas em que o exercício da direção moral é apenas uma aparência de dominação:

> ahora no son los dominados los que consienten su propia subordinación; son los dominantes los que consienten ser aparentemente “dirigidos” por representantes de los dominados […] con tal que no cuestionen las relaciones capitalistas. (Oliveira, 2007, p. 21)

Pomar (2011, p. 57) defende que a esquerda latino-americana deveria conseguir escapar do que denomina de centrismo, utopismo ou movimentismo, em uma espécie de articulação ideal entre essas três tendências que na dose certa seriam necessárias a qualquer articulação de esquerda. Ao mesmo tempo que ele reconhece o risco de que se gere uma autonomia dos partidos em respeito as suas bases originais, ele praticamente coloca a culpa nas massas e não nos partidos que dela se afastam, porque as “capas populares” seriam “más propensas a seguir liderazgos carismáticos, a contramano de las indispensables direcciones colectivas”. O autor então tacha o movimentismo de concepção criptoanarquista, “que mistifica y mitifica a los denominados «movimientos sociales»; y que en el plano de las ideas tiende a convertir los movimientos sociales en vanguardia de la lucha contra el capitalismo”. No entanto, em oposição a isso o autor

45 Que substitui a já citada alma de Sion.

formula uma proposta em que o partido, e não a transformação social, aparecem como grande objetivo e sujeito da política, relegando-se aos movimentos o papel de bases sociais do partido.

No ponto de vista diametralmente oposto Zibechi (2009, p. 125) propõe entender as novas governabilidades "como resultado de nuestras luchas, pero además como un intento de destruirnos". Nesse sentido haveria uma tríade movimentos – organizações sociais – governo semelhante ao já abordado processo trabalhadores – sindicatos – empresa. Nas palavras de Zibechi

> La irrupción de los de abajo fuerza a las elites a modificar sus formas de dominación, a calcular el mejor modo de mantenerse como elites, como grupos dominantes […] Por esso los gobiernos progresistas. Porque son los más capaces, em la nueva situación, para desarmar el carácter antisitémico de los movimientos, operando em las profundidades de sus territorios y em los tiempos em los que se gesta la revuelta […] Quien mejor para actuar em relación de interioridade respecto a los oprimidos, que los gobiernos surgidos de las entrañas de los movimientos de los de abajo, ya que están em mejores condiciones para aplicar tácticas complejas que representan un verdadero arte de gobernar.

Para o caso do Brasil, mais recentemente o governo Dilma parece ter abandonado qualquer tipo de relação mais próxima com os movimentos sociais. De Oliveira (2009 s/p) afirma que "Se FHC destruiu os músculos do Estado para implementar o projeto privatista, Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe às medidas de desregulamentação".

Na Argentina, Svampa (2011, p. 31) acredita que as tentativas de recomposição política desde abaixo, frente a crise de 2001, falharam devido "tanto a la tentación hegemonista de la izquierda clasista como a la escasa aspiración de construir una nueva institucionalidad estatal que expresaba el ethos autonomista", o que acabou encaminhando o processo para a demanda de ordem e normalidade. Sidicaro (2011) destaca que uma série de movimentos sociais apoiou o Governo Kirchner desde o começo: os organismos de direitos humanos que reivindicavam o castigo a militares (ofereceram ao governo um respaldo simbólico); setores do sindicalismo que pediam a preservação do emprego e a recomposição dos níveis salariais (garantiram a harmonia social) e por fim as organizações sociais de protesto contra a desocupação e a exclusão social (expressaram seus apoios mediante mobilizações populares).

O movimento de direitos humanos parece ter tido uma adesão mais ampla ao governo, mas é difícil falar em cooptação como Zibechi (2009), afinal estas parecem ter sua demanda fundadora plenamente atendida. No caso dos piqueteiros, Svampa (2011, p.

29) acredita que mesmo aqueles vinculados a tradição nacional-popular nunca obtiveram reconhecimento pleno, enquanto as demais perderam centralidade política. No que se refere ao sindicalismo, enquanto a CTA dividiu-se em razão do apoio ao governo para as eleições de 2011, teria havido um fortalecimento das lutas de base frente a incorporação no trabalho assalariado jovens cuja experiência original de militância estava marcada pelo *ethos* de 2001 e 2002.

De outro lado, forma-se um novo ethos militante, incorporado ao Kirchnerismo e diferente da geração anterior que:

> apunta a la revaloración del rol del Estado y combina una buena dosis de pragmatismo político con las clásicas apelaciones a lo nacional-popular (en las que se incluye la defensa del líder como expresión y condensación del proyecto político); mientras que la generación de 2001 reivindica el carácter más genuino del trabajo basista y territorial, y en los casos de la narrativa autonomista, continúa manteniendo una relación conflictiva (aunque no exenta de debates) con la visión de una construcción política desde el Estado.

Ainda que no Brasil o contraste generacional não seja tão intenso talvez seja possível perceber um movimento contrário, em que cada vez mais os jovens militantes de esquerda procuram desvincular-se da política partidária frente a decepção com o governo do PT. Fato é que os governos brasileiros e argentinos tem mostrado uma capacidade de "debilitar a los movimientos, aislarlos a través de políticas explícitas destinadas a crear movimientos "razonables" – con los que se puede negociar y pactar – y outros "radicales" a los que se considera desestabilizadores y deben ser reprimidos" (Zibechi, 2009), a questão é quanto tempo será possível sustentar essa lógica de atuação frente a dinâmica contraditória do sistema.

Retomando essa discussão para a organização do movimento da economia solidária no Brasil e Argentina, direcionamo-la para um aspecto central apontado anteriormente, a questão da presença da unidade ou não no movimento. No caso brasileiro a existência de unidade parece corresponder a uma construção histórica dos movimentos sociais brasileiros que, com bases comuns, se uniram em torno do PT se articularam na economia solidária a partir do Fórum Social Mundial, tendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária sido criado no mesmo momento da criação da Senaes, que levou Paul Singer[46] a afirmar que tratam-se de gêmeos univitelinos. O estranhamento entre o FBES e a SENAES viria acontecer alguns anos depois, quando movimento social e governo passaram a tomar posições distintas.

Já no movimento argentino cada uma das iniciativas de piqueteiros, fábricas

46 Palestra realizada na IV Plenária do Fórum Brasileiro d Economia Solidária.

recuperadas, assembleias de bairro, está associada a múltiplas correntes que estão dispersas entre si, de forma que é natural que o movimento também não consiga se centralizar. No entanto, frente a questão do aparelhamento dos movimentos sociais, Zibechi (2009, p. 128) coloca uma dúvida importante a respeito da necessidade ou da efetividade desta centralização:

> Las grandes rebeliones nunca provinieron de aparatos o estructuras que suelen tiner intereses próprios que no están dispuestos a poner em riesgo. […] Sostener la falsa unidad encima de todo, solamente sirve para dejar los flanco abiertos a las fuerzas contrarias a la transformación social. Así, em ciertas coyunturas, la consigna puede ser 'dividir para luchar mejor'. (Zibechi, 2009, p. 128)

A reflexão proposta por Zibechi (2009) atenta para a possibilidade que no processo de construção de uma estrutura de articulação e representação como é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, corre-se o risco de gerar estruturas cooptáveis como o são os sindicatos, quando não organizados desde as comissões de base. Uma alternativa proposta pelo autor seria: (Zibechi, 2009, p. 136) “crear formas más o menos estables de inter-comunicación entre los de abajo, sin llegar a constituir aparatos permanentes que necesariamente se colocan por encima de las experiencias concretas, y a menudo las parasitan”. Isto sem dúvida é muito mais fácil na teoria do que na prática.

3.3.2 – As vertentes que compõem o movimento nos dois países

Para prosseguir a discussão, traçados os grandes contornos do período destacado, abordaremos agora algumas das vertentes dos movimentos sociais que desembocaram na formação de iniciativas e do movimento de economia solidária no Brasil e na Argentina. Daremos ênfase àquelas vertentes do movimento de economia solidária que deram origem a experiências dentre as quais encontram-se os quatro empreendimentos que estudamos no próximo capítulo dessa dissertação, sem deixar de apresentar uma visão ampla do movimento e sua articulação contemporânea. As vertentes são: as fábricas recuperadas e a sua relação com os sindicatos no Brasil e na Argentina, os movimentos ligados a igreja católica e a sua influência na constituição de empreendimentos e iniciativas de economia solidária no Brasil e as assembleias populares de bairro e seus antecedentes piqueteiros na Argentina. Com isso não iremos abordar em detalhes alguns componentes importantes como os movimentos camponeses e de luta pela reforma agrária ou o papel da universidade e das políticas públicas locais no Brasil, o que não significa descartar o seu papel de relevo na construção do

movimento de economia solidária.

Do sindicalismo às fábricas recuperadas

Para tratar do histórico das fábricas recuperadas no Brasil e na Argentina, resgataremos brevemente a tradição em ambos os países, dos movimentos operários de base e buscaremos identificar qual a sua relação com o processo de recuperação das fábricas falidas. Na Argentina, antes do auge do neoliberalismo, a criação de cooperativas geridas pelos trabalhadores ocorreu episodicamente, como no caso da metalúrgica IMPA, formada em 1961 a partir da expropriação de uma fábrica de capital alemão durante a Segunda Guerra Mundial e da gráfica Cogtal, antiga responsável pelos jornais do governo peronista fechada pelo golpe de 1955 e depois reaberta. A IMPA depois foi novamente recuperada pelos trabalhadores (que democratizaram e expulsaram os gestores burocratas) nos anos 1990 e a Cogtal associou-se a Red Gráfica Cooperativa (Ruggeri, 2009, p. 38).

A ocupação de fábricas como forma de luta parece ter sido prática mais corrente tanto nas etapas mais burocratizadas do sindicalismo argentino quanto nas mais “de base”. Um marco importante, ainda no fim dos anos 1950, foi a ocupação do Frigorífico Lisandro de la Torre como forma de resistência a uma proposta de privatização, experiência a partir da qual “la própria modalidad de la toma y ocupación fabril comenzó a reproducirse como acción de lucha” (Wyczykier, 2009, p. 69). Dessa forma, mesmo com um processo de burocratização dos sindicatos, as ocupações se manteriam, sendo que de acordo Wyczykier (2009, p. 70) na onda de ocupações de 1962 houve “continuidad de la producción en las plantas com los obreros despedidos a cargo de sus máquinas”. Em 1963, organiza-se uma onda de ocupações com objetivos políticos sob a liderança do líder sindical Vandor, período no qual onze mil fábricas foram ocupadas com a participação de 75% dos assalariados fabris argentinos, demonstrando o poder e o nível de organização da burocracia sindical.

Essas direções burocratizadas perderiam seu poder especialmente após terem apoiado a ditadura de Onganía, que depois não lhes reconheceu como interlocutores. Nesse processo as bases do sindicato ganham força culminando no já citado Cordobazo de maio de 1969, um processo que se espalhou pelo interior da Argentina em que as bases não só ocuparam fábricas mas em alguns casos as sedes dos próprios sindicatos para desalojar as lideranças burocráticas. Dentre as características desse movimento que remetem ao Maio de 1968 francês estão o recurso a ação direta, o uso de táticas não

convencionais de mobilização e a formulação de demandas relacionadas as condições de trabalho e a autoridade da empresa no processo de trabalho (e o controle dos trabalhadores), formulando-se os conceitos de “clasismo y sindicalismo de liberación” chegando alguns sindicatos a postularem a nacionalização massiva da produção sob controle operário

Mesmo com a volta de Perón, continuaram ocorrendo ocupações: Wyczykier (2009) afirma que havia uma “brecha de credibilidade” entre os trabalhadores e seus representantes, com as reivindicações a margem das lideranças sindicais nacionais. Magnani (2003, p. 35) cita que em 1973 foram ocupadas não só fábricas mas também universidades e canais de televisão sendo que na petroquímica PASA em Gran Rosario (de acordo com Ruggeri, ela esteve sob gestão operária durante um mês) e na fábrica Mancuso Rossi os trabalhadores “lograron una suerte de control obrero sobre la gestión patronal”. Esse movimento seria duramente reprimido em 1976, com o golpe militar e mesmo depois do golpe não retomaria a sua força. Por exemplo, nos anos 1980, a ocupação de uma fábrica da Ford, em que os trabalhadores fizeram a empresa funcionar por 18 dias, foi rechaçada como extemporânea. Com isso encerra-se um ciclo de ocupações que eram prolongacões de medidas de força em conflitos sindicais radicalizados (Ruggeri, 2009).

Com a entrada no período neoliberal, a partir dos anos 1980, os sindicatos passaram a deparar-se com a realidade de falência das empresas. Os primeiros sindicatos a apoiarem a formação de cooperativas foram a Unión Obrera Metalurgica de Quilmes (UOM-Quilmes) e a Federación Grafica Bonaerense, que tem em seu histórico um secretário-geral vindo de uma cooperativa operária gráfica. No caso da UOM-Quilmes as origens do seu apoio pioneiro as cooperativas podem ser encontradas na vitória da oposição sindical, gestada e organizada desde as bases, na disputa pelo sindicato, no ano de 1984 e descrita por Wyczykier (2009) como “expresión candente de una herencia movilizadora de enfrentamiento com el Estado y la burocracia sindical”.

É esta seccional, que realizou diversas outras ações como o apoio a assentamentos precários e atividades ligadas aos direitos humanos que depois de impulsionar as primeiras tentativas de recuperação de empresas dos anos 1980, viria a ter “un rol destacado em la constitución de una de las organizaciones [...]dando vida [...] el Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas” (MNER) Wyczykier (2009). De acordo com Ruggeri (2009) o MNER foi a organização pioneira do movimento argentino, articulado em torno as empresas frigoríficos Yaguané (cuja referência era José Abelli) e

da metalúrgica IMPA. Além do apoio vindo da UOM Quilmes, contou também com membro da oposição a burocracia sindical da UOM Capital, Eduardo Murua, ligado a metalúrgica IMPA e que viria a ser uma das principais referências do movimento. Nesse momento de fundação (em 2003?) também emerge Luis Caro, um representante da direita católica sindical peronista que em quatro meses sairá do MNER acusando a sua consigna "Ocupar, Resistir, Producir" de incitação a ilegalidade e de proposição de uma linha política esquerdista, ele então fundará uma dissidência denominada de MNFRT.

Paralelamente, outro grupo político organizava o Encontro Nacional de Fábricas Ocupadas e em Luta, que levantava a bandeira da estatização sob controle operário, cujas principais referências eram a fábrica Brukman e Zanon. A primeira, localizada na região central de Buenos Aires, era uma espécie de meca para os ativistas locais e internacionais que vinham a Argentina apoiar (La Vaca, 2011). Hoje em dia a fábrica está funcionando como cooperativa filiada ao MNFRT e não tem mais o mesmo peso na cena política. Já a Zanon, localizada na distante província de Neúquen segue sendo uma referência[47] em termos de politização das fábricas recuperadas, tendo desenvolvido alianças como movimentos piqueteiros locais, mas relativizou a proposta de estatização, hoje funcionando no formato cooperativo.

Voltando ao MNER, Ruggeri (2009, p. 86) descreve que esse se concentrou em apoiar as fábricas em momentos de conflitos, "su fuerte siempre fue su habilidad para organizar la solidaridad y de presionar a los poderes públicos em pos de la expropriacion, subsidos y apoyos estatales"'. Por outro lado, o MNFRT se especializou no solucionamento de questões jurídicas e econômicas, inclusive agenciando clientes no regime de facção, desenvolvendo uma prática também de agrupar empresas dissidentes de outros grupos.

O MNER viria a se fragmentar novamente em fins de 2004 devido a discordâncias no posicionamento em relação ao governo Kirchner, Ruggeri (2009, p. 87) descreve que elas ficaram irreconciliáveis especialmente durante o processo de recuperação da Gatic Pigué[48]. Formou-se então um setor em torno de Abelli incluindo os aliados ou não-opositores de Kirchner, principalmente cooperativas do interior e o Hotel Bauen[49]

47 Talvez simbolizando o fato de que a Zanon seja uma das maiores referências atuais em termos de movimento combativo na Argentina valha a pena citar que durante um show para dezenas de milhares de pessoas, os membros da banda americana *Rage Against the Machine* usaram bonés e fizeram referências a essa fábrica recuperada de forma equivalente ao que no Brasil fizeram como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

48 Uma das cooperativas selecionadas para o estudo de caso descrito no próximo capítulo.

49 Empresa recuperada localizada em uma das principais avenidas de Buenos Aires, trata-se de um prédio de mais de 20 andares com uma quantidade enorme de quartos. É comum ver trabalhadores com camisetas com a inscrição: Bauen -10 años de autogestión circulando pelos corredores e, além de turistas brasileiros, participantes dos mais

denominado FACTA – Federación de Cooperativas de Trabajadores Autogestionados. De outro lado forma-se a ANTA – Associación Nacional de Trabajadores Autogestionados ligada organicamente a Central de Trabajadores Argentinos. Posteriormente a FACTA e a ANTA viriam a estar agrupadas na mesma Confederación de Cooperativas de Trabajo, a qual está filiada também a Red Gráfica Cooperativa, formada em sua maioria por gráficas recuperadas pelos seus trabalhadores. Por sua vez, o MNFRT participou da constituição da *Confederación de Trabajadores de La Economia Popular – CTEP,* que foi constituída junto ao Movimiento Evita (organização "piqueteira" vinculada totalmente ao governo Kirchner), a Fundação Alameda[50] e ao Movimiento de Trabajadores Excluídos, que agrupa *cartoneros*, os catadores de materiais recicláveis. A CTEP foi constituída com o objetivo de reivindicar a filiação junto a CGT.

Os trabalhadores, até a mesmo as lideranças de cooperativas com quem conversamos, não costumam dar demasiada importância a esta miríade de siglas e instituições representativas, prevalece um senso de solidariedade e apoio mútuo entre as fábricas recuperadas que transcende a fragmentação das instâncias formais do movimento, de forma que encontramos experiências de intercooperação produtiva entre fábricas de diferentes agremiações. Como afirma Ruggeri (2011, p. 121), "A pesar de diferencias políticas y organizativas, las reivindicaciones comunes y los momentos difíciles que requieren la solidaridad del conjunto siguen encontrando unidos a los trabajadores".

Alguns dados coletados na pesquisa coordenada por Ruggeri (2011), podem nos ajudar a entender melhor a situação do movimento de fábricas recuperadas na Argentina hoje. A estimativa é de que hoje existam 205 fábricas recuperadas na Argentina, sendo que 60% iniciaram-se entre 2001 e 2004, 14,6% antes de 2001 e cerca de 25% após esse período de modo que a crise registra um momento de pico de uma forma de luta dos trabalhadores que já existia anteriormente e continuou acontecendo, em menores proporções, depois da recuperação econômica.

Uma característica marcante das empresas recuperadas na Argentina (como citaram Vieitez e Dal Ri, 2009) é a quantidade de ações comunitárias realizadas, que surgem também como um retorno para a comunidade do apoio e mobilização de solidariedade que receberam anteriormente[51]. Os dados sugerem que 60% das ERT

diversos eventos e seminários de diferentes setores da esquerda Argentina que costuma ser realizado nos salões do hotel. O café-restaurante localizado no lobby do hotel foi batizado de Utopia.

50 Uma das cooperativas selecionadas para o estudo de caso descrito no próximo capítulo.

51 Um caso que pode servir de ilustração é o da Cooperativa Chilavert, uma gráfica de Buenos Aires cujo antigo patrão havia levado a falência com apenas oito trabalhadores. Com a ocupação pelos trabalhadores a polícia foi convocada

realizam ações solidárias que não implicam a cessão permanente de um espaço e 39% cedem parte de seu espaço físico de forma permanente para ações como: “centros culturales, radios, distintos tipos de espacios educativos (apoyo escolar, jardín de infantes, escuelas primarias y secundarias), centros de documentación o el desarrollo de pasantías laborales en la empresa” (Ruggeri, 2011, p. 123).

Uma mudança importante diz respeito aos agentes de solidariedade a cada uma das empresas, sendo que em 2004 destacavam-se os apoios dos movimentos sociais, especialmente os piqueteiros, cujo protagonismo hoje foi substituídos por sindicatos e pelo Estado, o que reflete a perda de importância das organizações de desocupados no contexto social argentino. Poderíamos incluir talvez como fator explicativo uma possível recuperação na combatividade de alguns setores sindicais a partir da inserção nestes de trabalhadores jovens com um repertório de lutas vindas dos movimentos piqueteiros dos anos 2000 que levaram a uma tendência de desburocratização dos sindicatos descrita exaustivamente por Lenguita (2011).

Remetendo-nos a experiência brasileira encontraremos uma história mais linear no sindicalismo. Apesar da existência de um grande sindicato antes da ditadura, este era uma estrutura hierárquica dependente do governo, não estava organizado na base, era um “gigante com pés de barro” que desmontou rapidamente após o golpe, (Neto e Giannotti, 1993, p. 27). Desse período em diante tivemos as grandes lutas de 1968, em que a Cosama, de Osasco, foi ocupada por seus trabalhadores e sofreu forte repressão:

> A greve nas empresas metalúrgicas de Osasco caracterizou-se por um grau relativamente alto da organização sindical (comissões de fábrica e sindicato) e da base operária. As reivindicações econômicas foram permeadas por uma politização resultante dos contatos entre operários mobilizados e estudantes, cujos protestos ganhavam as ruas na cidade de São Paulo […] ocupação da Cobrasma por cerca de mil operários, tomando como reféns engenheiros e chefes de serviço. A fábrica foi invadida pela polícia, com forte aparato repressivo. (Fausto e Devoto, 2004, p. 443)

Daí em diante subexistiram apenas as resistências e lutas clandestinas em cada fábrica, com a repressão a qualquer organização dos trabalhadores. Quanto as

para realizar o desalojamento, o que seria tarefa fácil não tivesse o número de ocupantes sido reforçado por membros da assembléia popular do bairro e de ativistas de outras localidades que apoiaram a ocupação e impediram a entrada da polícia. Com o seguimento da ocupação a gráfica foi cercada pela polícia e impedida de produzir, o que não a impediu de receber a encomenda da impressão do livro “Que son las assambleas populares”, produzido pelo movimento assembleísta. Mas nesse contexto de eferverscência social o apoio não vinha só de grupos organizados, o vizinho, morador do bairro que conhecia os trabalhadores da fábrica ajudou a furar o bloqueio permitindo a abertura de um buraco na parede entre as duas casas por onde passaram os livros produzidos para a casa do vizinho, que os escondeu no porta-malas do carro para furar o bloqueio policial a fábrica. Hoje, além de manter uma grande porcentagem de clientes oriundos de movimentos sociais e partidos de esquerda a fábrica mantém nas suas dependências um bachilerrato popular e um Centro de Documentación de Empresas Recuperadas, em parceria com o Programa Facultad Abierta da Universidad de Buenos Aires.

ocupações de fábrica ou outras formas de contra-poder, Faria (2005) nos apresenta um panorama muito distante do argentino ao afirmar que nem “a preocupação com a gestão das unidades de produção ou com a construção de um contrapoder mediante o controle do processo de trabalho” tenham marcado o movimento brasileiro. Podemos entender essa afirmação a partir de Almeida (1993, p. 126), que afirma que “se educou a classe trabalhadora por quase quarenta anos seguidos, que “a direção do sindicato é que resolverá os problemas dos trabalhadores”.

Nessa perspectiva a única exceção apontada por Faria (2005) talvez sejam as “comissões de fábrica” que sempre sofreram uma dupla pressão, do patronato e em alguns casos dos sindicatos, que as denunciavam como paralelismo sindical. Rodrigues (1990, p. 40) aponta que 1978 seria o marco da retomada das experiências de “organização autônoma nos locais de trabalho, a despeito de toda a legislação de corte corporativo”, sendo a capital paulista o local onde prevalece a criação das comissões de fábrica.

Mas o desencadeador da retomada dos movimentos dos trabalhadores em 1978 foi a famosa greve da Scania, em São Bernardo, que serviu de inspiração para o filme “Braços cruzados, máquinas paradas”, em que os trabalhadores entravam nas fábricas mas não produziam (Grammont, 1998). Apesar de não impulsionarem as comissões de fábrica, os metalúrgicos do ABC realizaram diversas outras formas combativas de luta e de resistência, a questão é que desde já prezavam a articulação e unificação das ações através dos sindicatos.

É possível que a origem das diferenças de estratégias entre o sindicalismo de São Paulo e o do ABC esteja na estratégia usada para a conquista do sindicato. Conforme Grammont (1998), Lula, por exemplo entrou no sindicato em 1969, a época das direções pelegas, marcada pela batuta do legalismo, o que Neto e Giannoti (1993, p. 41,) denominam de sindicalistas que, originados dentro da estrutura sindical, conseguiram driblá-la. Trata-se de uma tradição diferente daqueles oriundos da Oposição Sindical, que tinham “sentido em sua pele, o que significava lutar contra uma máquina antidemocrática e burocratizada” e portanto se preocupavam fortemente com o aspecto da democracia e da organização da base na estrutura sindical. Neto e Giannotti (1993, p. 42) apontam que na sua criação a CUT enfatiza essa organização da base, mas “a partir de 86 começaram a aparecer propostas de mudanças que iam todas no mesmo sentido: maior estruturação interna, maior poder das direções, e menor peso das bases”. Provavelmente essas mudanças foram impulsionadas por aqueles sindicalistas originários da estrutura sindical.

Almeida (1993, p. 130) aponta que “paradoxalmente, por estar comandados por dirigentes combativos, respeitados, é mais difícil o processo de rebelião das bases que impunha a vontade da categoria contra a direção como vimos no exemplo da greve metalúrgica de 79, citado anteriormente[52].

Verardo[53] (2008, p. 2) retoma grande parte dessa discussão e traça os seus desdobramentos para o movimento brasileiro de economia solidária. Ele elenca questões relativas a autonomia e independência de classe e o papel político das comissões de fábrica na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo cujo funcionamento “oferecia, de fato, perspectivas concretas de se consolidar nova forma de se fazer sindicalismo”. Além do papel das comissões de fábrica, Verardo (2008, p. 4) analisa também o papel das regionais na CUT, estruturas análogas ao que no PT eram os núcleos, associando a retirada de poder desses atores de base com a perda da capacidade de mobilização, no que o contexto de reestruturação produtiva foi apenas mais um agravante. Dessa forma o caminho estava dado para a situação em que governo e movimentos se encontram hoje:

> quando a estrutura sindical está acima do movimento e das organizações autônomas dos trabalhadores certamente está se impedindo o avanço e transformação para outras formas de organização social e de vida (…) Hoje a simbiose com o governo – fazendo parecer extensão do governo e do Estado – toma lugar da tão preciosa autonomia e independência de classe.

Essa exposição detalhada do histórico do movimento sindical tem a sua razão de ser a medida em que são traçados paralelos com o surgimentos das primeiras experiências autogestionárias. Verardo (2008, p. 5) afirma que as primeiras propostas de organizar uma resposta ao desemprego vêm de “pessoas [...] que atuavam em sindicatos onde a cultura de autonomia, organização e participação democrática combinavam-se com informações sobre a situação das fábricas”, essa forma de atuação já pressupunha uma relação muito maior com as informações sobre a condição de produção de cada empresa.

Neste sentido, a despeito das histórias sindicais tão distintas entre Brasil e Argentina podemos encontrar algumas convergências entre o papel desempenhado pelo sindicatos dos Químicos de São Paulo e da UOM de Quilmes e por consequência entre o MNER e a formação da Anteag. Como vimos, a UOM Quilmes vinda de uma experiência de organização de base dos trabalhadores nas fábricas acaba tendo um papel importante na constituição do MNER, de forma semelhante aos assessores do Sindicato dos

52 Aqui percebemos o paralelo claro com a atual relação entre movimentos sociais e governos.
53 Luigi Verardo foi durante muitos anos assessor da Anteag e seu representante no FBES.

Químicos de São Paulo, que participaram ativamente da assessoria a uma tentativa de autogestão na fábrica de calçados Makerly, localizada em Franca, experiência da qual constituiu-se a Anteag.

Não queremos dizer que essa assessoria tenha sido realizada sem contradições, Faria (2005, p. 303) aponta diversas questões relacionadas a existência de uma efetiva democratização da Makerli e ao papel desempenhado pela Anteag, que na época ainda experimentava propostas de participação acionária dos trabalhadores. Para o autor:

> o modelo de autogestão da Anteag articula, por um lado, elementos ideológicos decorrentes de práticas anticapitalistas, onde a gestão da empresa é exercida, por exemplo, através da "participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões e no controle dos meios de produção"; por outro lado, elementos ideológicos que expressam uma forma transformada de realização das práticas do capital, em que a participação dos trabalhadores está subsumida à "capacidade/conhecimento" dos capitalistas na gestão dos processos econômicos, o que implica, por exemplo, numa hierarquia de decisões.

Mas a Makerli não foi a primeira experiência de recuperação no Brasil, o que Verardo (2008, p. 5) destaca é que "as primeiras iniciativas (tentativas) de enfrentar falência e/ou desemprego através da autogestão tenham vindo de direções sindicais de oposição", nesse caso ele referia-se a experiência da Cooperminas em Santa Catarina e a Usina de cana-de-açucar Catende, em Pernambuco, até hoje duas das grandes referência brasileiras, seja pela combatividade dos trabalhadores no primeiro caso[54] ou pela escala (uma usina com propriedades em cinco cidades, envolvendo 4000 trabalhadores) no segundo caso. Faria (2005) destaca ainda a tentativa de recuperação da Perticamps, na capital paulista, organizada diretamente pela comissão de fábrica da empresa. O autor destaca que essas primeiras experiências tem em comum a realização de uma "intensa luta coletiva e ativa".

Outra experiência referência entre as fábricas recuperadas no Brasil, essa já iniciada nos anos 1990 é a da Uniforja[55], que dará origem a formação da outra organização que aglutinou as fábricas recuperadas no Brasil, a Unisol. Com a falência da Conforja, são realizadas tentativas sem sucesso de organização de uma cogestão, em 1997 inicia-se o processo de formação de cooperativas, inicialmente em apenas uma unidade fabril da empresa, que foi posteriormente seguida pelas outras três unidades, que unidas formaram a *holding* Uniforja. Essa experiência teve grande importância na definição do sindicato em formar sua própria entidade de aglutinação de cooperativas, de

54 O processo de recuperação dessa mineradora envolveu ameaças com tubos de dinamite amarrados ao corpo.

55 Trata-se da maior empresa recuperada do Brasil em termos de faturamento anual, que chega a centenas de milhões de Reais.

início com abrangência estadual, aglutinando especialmente fábricas recuperadas do ABC, fundada em 1999, consolidando o envolvimento do sindicato que havia se iniciado em 1996. É em 2002 que a Unisol decide tornar-se nacional, tornando-se uma espécie de concorrente da Anteag.

As diferenças ideológicas que podem ser notadas tem muito a ver com o próprio histórico dos sindicatos de origem de cada uma dessas entidades. Em que pese as contradições na proposta inicial da Anteag, Faria (2005, p. 310) já apontava “um deslocamento em direção ao aprofundamento do significado político da autogestão enquanto projeto de emancipação da classe trabalhadora”. A opção pela autogestão como referência parece ter contribuído nesse sentido, conforme Nakano (2003, p. 73): “lidar com a autogestão implica abandonar, definitivamente, a ideia de uma organização de “quadros de vanguarda”, tal como a defesa da velha tradição leninista”. Ampliando a sua atuação para incubação de empreendimentos de economia solidária surgidos de iniciativas comunitárias, a ANTEAG dedicou bastante de suas energias ao fortalecimento deste movimento, tendo sido uma das entidades fundadoras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em reunião realizada no Fórum Social Mundial, em 2001, contribuindo para reforçar a identidade entre economia solidária e autogestão.

A Unisol, por outro lado, desde sua origem buscou-se vincular mais a tradição do cooperativismo, como citado em seu sítio (UNISOL Brasil, 2011):

> Tendo como diretriz a consagração dos princípios históricos e ideológicos do cooperativismo autêntico, a UNISOL Cooperativas e os sindicatos decidiram pela constituição de uma central de empreendimentos solidários e cooperativas, em âmbito nacional, para levar adiante um projeto de inclusão econômica e social, de democratização nos locais de trabalho, de participação no capital e nos ganhos gerados pelo próprio trabalho.

Essa proposta de promoção do cooperativismo autêntico reflete uma atuação no movimento de economia solidária que tende a ser mais pragmática, em torno da garantia da geração de renda, refletindo as opções tomadas pela própria CUT em seu processo de afastamento das bases. No decorrer de sua história a Unisol Brasil tornou-se uma grande entidade de representação de empreendimentos, chegando a contar hoje com cerca de 700 filiados, entre cooperativas e associações, dos quais uma pequena parte são empresas recuperadas. Hoje a Unisol Brasil congrega uma grande diversidade de empreendimentos com histórias de constituição e antecedentes bastante distintas entre si, ainda que mantenha a sua sede localizada em São Bernardo do Campo, local de sua gênese histórica e seu atual presidente seja proveniente da Uniforja, a sua experiência

fundadora.

Enquanto a Unisol crescia em termos de aparelho e estrutura, a ANTEAG, com uma postura que tentou ser mais independente entrava em crise profunda. Essa crise, por certo, não responde apenas a uma dificuldade de acesso a recursos, mas também a um afastamento em relação aos empreendimentos filiados, especialmente as fábricas recuperadas originárias, a medida que suas atividades deslocavam-se mais a incubação e formação de novos empreendimentos. Ademais, uma das críticas mais recorrentes a Anteag se dava ao fato de que a sua representação nos espaços políticos era feita pela equipe técnica da associação.

Seja como for, ambas, Anteag e Unisol, tiveram um impacto fundamental no crescimento e consolidação do movimento de economia solidária brasileiro para além das fábricas recuperadas, alargamento justificada pelo próprio refluxo das experiências brasileiras de recuperação. Nesse sentido Faria e Novaes (2011) indicam que hoje existem apenas cerca de 60 fábricas recuperadas no Brasil envolvendo cerca de 10 mil trabalhadores, havendo um refluxo que relaciona-se diretamente com a conjuntura política, de refluxo das lutas sociais, e econômica, de retomada do emprego formal, de forma que se “cristalizou o quadro das iniciativas, como que as acomodando no mercado de produção e consumo em expansão” (Faria e Novaes, 2011, p. 195).

Para os autores a situação seria semelhante para “grande parte das experiências latino-americanas”, sendo que em ambos os casos teriam ido “de tsunami a marola” (Faria e Novaes, 2011, p. 209). Mas essa conclusão é oposta aquela de Dal Ri e Vieitez (2009) a respeito da ligação das fábricas recuperadas argentinas com o Movimento Operário Popular. O que pudemos perceber através dos estudos de Ruggeri (2010) é que a análise de Dal Ri e Vieitez esteve correta para o movimento que foi de auge das fábricas recuperadas na Argentina, que hoje distancia-se dos movimentos sociais não tanto por iniciativa própria, mas por conta do arrefecimento do próprio movimento, especialmente as organizações de desocupados.

De toda a forma, ainda que seja como resquício da experiência prévia de luta e mobilização social ainda existem diferenças qualitativas (para além da diferença de 200 para 60 casos, mais gritante comparando-se o tamanho da economia de cada país) entre as fábricas recuperadas argentinas e brasileiras. Além da já mencionada abertura de espaços da fábrica para a comunidade (processo que ocorre muito pouco no Brasil), podemos citar uma tendência a maior equidade salarial e a quase inexistência de casos de contratação de trabalhadores como subordinados na Argentina. Outro diferencial é a

existência de poucos casos em que os trabalhadores adquirem a massa falida, sendo mais comum casos de cessão das plantas para os trabalhadores por tempo determinado[56]. Pelo histórico analisado do movimento é bem possível que algumas diferenças relacionem-se com as próprias tradições do sindicalismo argentino e com a radicalidade da crise econômica enfrentada.

Outra diferença importante que percebemos é o papel das fábricas recuperadas brasileiras como impulsionadoras do movimento de economia solidária, o que talvez esteja relacionado ao tempo de constituição das iniciativas. Como vimos as primeiras fábricas recuperadas brasileiras iniciaram seu processo nos anos 1980, tendo um grande número de casos originados nos anos 1990. Dessa forma, nos anos de constituição do movimento de economia solidária brasileiro muitas dessas fábricas já tinham passado da fase de recuperação e adentrado a fase de produção, momento em que as questões e necessidades destas apresentam maior diálogo com as das cooperativas “autênticas” e outros empreendimentos de economia solidária. Já no caso da Argentina vimos que 60% das fábricas foram recuperadas nos anos de 2001 a 2004, de forma que apenas mais recentemente estas vem deparando-se com questões produtivas, menos relacionadas ao processo de luta pela recuperação. Talvez isso explique as recentes tentativas de articulação com outras experiências, com destaque para a utilização do termo “autogestionados” naquelas federações mais politizadas..

As experiências de economia popular urbana: Argentina - Piqueteiros e assembleias de bairro

Abordaremos a seguir as principais correntes de apoio a formação de empreendimentos associativos entre trabalhadores desempregados, identificamos essa corrente na Argentina principalmente com os piqueteiros e em menor grau com as assembléias de bairro.

Como afirma Ruggeri (2010, p. 173), com a insuficiência das redes de assistência com a crise neoliberal argentina:

> los sectores populares unificados socialmente bajo la categoría de “desocupados” comenzaron a organizarse y presionar por sus reclamos. Esto produjo innumerables formas de organización y la proliferación de experiencias de

56 Vale comentar que esse processo tem dois limites, em primeiro lugar, com o vencimento dos prazos estipulados os trabalhadores correm o risco de perder o direito a produzir a depender da vontade política dos governantes de turno. Ademais essa prática de cessão das plantas não foi realizada essa para os casos de empresas com infra-estrutura produtiva de grande valor e interesse para grandes grupos econômicos, como o caso do Hotel Bauen e da Textiles Pigué, que até hoje lutam pela expropriação.

> microempresas, cooperativas y autogestión -legítima o verticalmente impulsada desde organizaciones políticas o, a partir de la crisis final del modelo, desde el propio Estado.

Os piqueteiros tiveram um papel de destaque nesse processo. A história de constituição desse movimento remete a dois processos históricos, os piquetes e *puebladas* das províncias do interior, e o dos assentamentos urbanos da província de Buenos Aires. Para Svampa e Pereyra (2009, p. 54):

> Es la convergencia de estos dos afluentes lo que va a permitir la formación, la expansión y aun la posterior potenciación del movimiento piquetero. La confluencia entre, por un lado, acción disruptiva e identidad piquetera, originaria de los piquetes y puebladas del interior del país y, por outro, modelo territorial y marcos organizativos, desarrolados de manera paradigmática em determinadas regiones, sobre todo em La Matanza y el eje sur del conurbano bonaerense.

Os piquetes do interior do país tem como local antigas cidades petroleiras cuja população foi levada ao desespero com as demissões ocasionadas pelas demissões ocasionadas pela privatização da YPF, estatal petrolífera argentina. O marco do primero *corte de ruta* é 1996, marco do surgimento do movimento piqueteiro*,* mesmo ano do pico do desemprego argentino pré-crise de 2001. As revoltas sociais nas cidades do interior envolveram um profundo apoio da população aos piqueteiros, o que desembocou nas *puebladas,* em que poder público e polícia perderam por diversas vezes qualquer controle sobre a população da cidade, envolvendo ocupação e incêndios de prédios públicos.

A outra vertente originária do movimento, o trabalho territorial, tem como principal referência os assentamentos urbanos da Zona Sul da Grande Buenos Aires (posteriormente marcados por sua política autonomista), diga-se de passagem onde localiza-se Quilmes e sua UOM. A origem desses assentamentos é de 1981-1982, tendo uma forte relação com as comunidades eclesiais de base, que já em 1990, em seu encontro, formulavam a proposta de enfrentar “a pobreza e a falta de trabalho” a partir de ações como: “ollas populares, hornos comunitarios, almacenes populares, comedores infantiles, talleres comunitarios, capacitación de dirigentes, cursos bíblicos, salud popular. [...] En síntesis, creación y re-producción de comunidad” (Zibechi, 2003, p. 143).

Os MTDs da Zona Sul compunham um espaço dentro do segmento dos piqueteiros independentes, junto a autonomistas mais radicais, organizações guevaristas e outros que propunham a construção de poder popular. Outros segmentos e federações podem ser classificados entre aqueles ligados a partidos de extrema esquerda e defensores do projeto nacional-popular de frente ampla da esquerda, ligados a CTA. Mesmo frente a esse quadro ideológico heterogêneo, foram realizadas tentativas de aglutinação do

movimento especialmente no ano de 2001, todas fracassadas, no que iniciou-se um conflito explícito entre as correntes.

Com a insurreição de 2001 as organizações de piqueteiros em cada uma de suas matrizes (classistas/partidos de extrema esquerda; nacional-popular/CTA; autonomista/independente) foram reforçadas, mas sem articularem-se entre si. Dessa forma houve um predomínio momentâneo autonomista: “2002 fue el año en que el Antonio Negri de la «multitud» le ganó a Gramsci e incluso obtuvo una victoria pírrica frente a Lenin (Svampa, 2011). Passados os dois dias de protestos o sentimento de repúdio a qualquer tipo de política partidária era amplo entre a população argentina de todos os cortes sociais. Nas palavras de Svampa (2011) surgia “un nuevo ethos militante”, cuja narrativa autonomista era sua pedra de toque, especialmente para os críticos da “esquerda classista”, enquanto as propostas de construção de um bloco contrahegemônico impulsionadas pela CTA inspirada na CUT não encontravam ressonância social.

As diferentes tendências desse movimento piqueteiro fortalecido iriam traçar diferentes visões a respeito da organização de projetos produtivos. Para além das experiências mais antigas desenvolvidas pelos grupos do MTD Sul, Svampa (2009, p. 222) aponta que o ponto de partida para as experiências de trabalho associado entre os piqueteiros foi 1999 quando suas organizações “lograron el control directo de los planes sociales y pudieron orientar así la contraprestación exigida (cuatro horas diarias del trabajo) hacia el trabajo comunitario em los barrios”. Svampa (2009) coloca que todas as organizações da linha “classista” defendiam o trabalho genuíno (assalariado) remetendo a defesa da estatização dos meios de produção. Um depoimento de um dirigente do *Polo Obrero*, de maneira pouco usual leva o argumento da esquerda estatizante as suas últimas consequências: “somos socialistas [...] luchamos por el Estado de los trabajadores, pero que no vamos a esperar la revolución para volver a trabajar. Queremos volver a que nos explote un capitalista” (La Nación, 6 de abril de 2004, *apud* Svampa (2009).

Já os grupos independentes (ainda que suas bases mantenham a expectativa de conquista de um trabalho genuíno) são os que apostam na “importância y/o la necesidad de recrear un escenario laboral por fuera de la fábrica”, de forma que o trabalho autogestionário é visto como forma de “generar un cambio em las subjetividades y en las relaciones sociales”. Sería “el punto de partida – modesto y limitado, por cierto- de un proceso de recreación de las identidades y las relaciones sociales, que marca la

posibilidad de desarrollo de una nueva economia solidaria". Há ainda dentre os defensores da execução de projetos produtivos, duas linhas distintas, as dos chamados "autonomistas radicais", que propunham o que poderíamos denominar de uma economia de subsistência urbana, e a das demais organizações independentes que vêm a autonomia comunitária não como ponto de chegada, numa espécie de encapsulamento local, mas como um ponto de partida para um processo de reapropriação do trabalho.

Atualmente o movimento piqueteiro perdeu muito de sua importância devido a política Kirchnerista que, dependendo do ponto de vista pode ser chamada de cooptação ou de governo popular (Ruggeri, 2010). Algumas organizações (especialmente aquelas que já defendiam um ideário nacional-popular) foram totalmente incorporadas ao governo Kirchner, inclusive renunciando a identidade piqueteira, que passa a ser entendida como um momento especial de luta contra o neoliberalismo. As organizações ligadas a partidos de extrema-esquerda por sua vez continuaram, sem perceber a mudança de conjuntura, por anos apostando na lógica de exacerbação dos conflitos de rua frente a um reforço na política de repressão e estigmatização por parte do governo e demanda de normalização por parte da população, sempre subordinando as organizações territoriais à lógica partidária. Dentre os autonomistas os defensores da "hipérbole autonomista" acabaram deixando de existir quase completamente, por outro lado uma parte importante construiu um espaço de organização política denominada Frente Popular Darío Santillan (FPDS).

Esta é uma importante experiência a medida que vem conseguindo congregar o trabalho territorial com formas de coordenação política entre organizações de esquerda independentes, que não pressupõem a presença de uma vanguarda externa ou incrustada no aparato de coordenação, desenvolvendo metodologias de participação dos integrantes sem renunciar a uma postura classista (FPDS, 2011):

> Decimos que nuestro movimiento es **autónomo**, porque la reivindicación de la autonomía es parte de nuestra experiencia y de nuestra concepción. De nuestra **experiencia**, porque nuestros movimientos de desocupados/as se forjaron luchando por nuestro derecho a exigir y decidir sobre el trabajo a realizar con los planes de empleos, conquistados durante los primeros cortes de ruta que fueron brutalmente reprimidos, disputando con el aparato político clientelar mafioso de los partidos gobernantes (PJ y UCR). De nuestra **concepción**, porque nos definimos como independientes del Estado, los partidos políticos, las iglesias, las ONG, y las centrales sindicales, y ejercemos nuestro derecho a decidir sobre nuestras acciones. Por ello decimos que la generación de nuestra política está en nuestras asambleas de base. Nos sentimos herederos de todas las experiencias históricas con vocación de promover la **autonomía política y organizativa de los/as trabajadores/as, de los de abajo** (grifo nosso).

No que diz respeito as organizações de cooperativas formadas por esses

movimentos, há como nas fábricas recuperadas, uma grande fragmentação, estando a maior parte das cooperativas mais ligadas ao campo nacional-popular associadas ao Movimiento Evita. A organização mais ligada a FPDS é a AGTCAP (Associación Gremial de Trabajador@s Cooperativ@s Autogestionad@s y Precarizad@s. Trata-se de uma associação sindical que aglutina basicamente a cooperativas formadas a partir da política pública Argentina Trabaja, criada com o objetivo de aglutinar os trabalhadores em suas demandas relacionadas a qualidade do trabalho realizado e ao valor das bolsas. Em suas palavras, a ideia foi de *"transformar lo que fue pensado desde el Estado como un mecanismo de control de la protesta social em una herramienta para potenciar la lucha*[57]".

No caso de outros movimentos piqueteiros não "oficialistas[58]" as demandas em relação a essas cooperativas são direcionadas diretamente através de suas organizações políticas, sem a existência de um órgão específico de participação das cooperativas.

Outro importante movimento social argentino que deu origem a iniciativas de trabalho cooperativo foi o das assembléias de bairro, o único que surgiu como consequência direta do 19 e 20 de Dezembro de 2001, no que seria de acordo com Svampa (2011) a expressão mais acabada da política autônoma de esquerda. Adamovsky (2007) e Vera (2002, p. 111) relembram que as assembléias assustaram os grupos de poder a ponto do então presidente Eduardo Duhalde ter chegado a declarar que "no se pude gobernar com asambleas" e do grande jornal La Nación ter se queixado do processo de sovietização.

Para Adamovsky (2007, p. 109) as assembléias surgiram exatamente da mutação de sentido da mensagem antipolítica, no que o rechaço a classe política com o *Que se vayan todos* se transforma no "*Que se vayan ellos, que acá estamos nosotros*". De acordo com ele, as primeiras reuniões surgiram quase espontaneamente, sem nenhuma organização ou planejamento: "Frente al colapso de una sociedad organizada a partir del mercado y del (su) Estado, muchos vecinos sencillamente volvieron al grado cero de la vida social: el encuentro com el prójimo a través da la palabra". Vários autores usam a expressão "cresciam como fungos" para explicar esse processo.

Uma leitura um pouco diferente é a realizada por Vera[59] (2002, p. 112) que destaca a herança dos pioneiros piqueteiros para as assembleias e da incorporação de algumas de suas armas para enfrentar a repressão: "la democracia directa basada em la asamblea popular, la rotatividad y revocabilidad de los delegados, la unidad y solidaridad entre los

57 Depoimento dado por representante da AGTCAP.
58 Esse termo é utilizado na argentina de forma equivalente ao que chamaríamos de governismo.
59 Gustavo Vera é até hoje a principal liderança da Assembléia La Alameda.

diversos sectores de la población oprimida, la acción directa y los métodos de autodefensa". Já Adamovsky (2007) remete alguns desses princípios das assembleias também a reações às tentativas de manipulação e aparelhamento dos partidos de esquerda.

Uma publicação denominada "*Qué son las asambleas populares*"[60] reúne uma diversidade de relatos dos próprios participantes, escritos no calor do momento (o livro foi publicado em maio de 2002, passados apenas cinco meses da revolta popular) que demonstram que haviam diversas perspectivas sobre a relação entre as assembléias e os partidos de esquerda e seus militantes, destacamos aqui a de Gustavo Vera:

> Esa militancia jugó un rol fundamental en la tarea inicial de coordinar y politizar a las asambleas para que reconozcan a su enemigo común entre los banqueros, los grandes empresarios, el imperialsimo y los partidos del régimen. Sin embargo, buena parte de la izquierda no comprendió la potencialidad revolucionaria de las asambleas, a pesar de que era parte protagonista de las mismas [...] En algunos casos pretendieron subordinar em términos artificiales a las asambleas a tal o cual sector del movimiento piquetero, olvidando [...] En otros, las tomaron exclusivamente como tribuna de agitación, olvidando que simultáneamente había que construir poder desde abajo y echar raíces entre los obreros y desocupados respondiendo a necesidades materiales. Así, dieron a las asambleas una dinámica sectaria de círculo cerrado cuando las mismas surgieron para unificar a las masas dispersas [...] Estas y outras torpezas provocaron un enorme recelo entre la nueva vanguardia que surgía desde las asambleas e inevitablemente favorecieron a las tendencias reformistas que buscan domesticarlas em nombre de las actividades "concretas". Existe, sin embargo, un ala izquierda que busca fortalecerlas como alternativa de poder, combinando la lucha general com el enraizamento local, pero es una ala dispersa y heterogénea. (Vera, 2002, p. 115)

Fato é que com o passar do tempo as disputas por poder "ahuyentaron así al "vecino" y fomentaron la permanencia del militante. Es decir, convencieron a los convencidos, sin poder avanzar en el saldo organizativo de la experiencia" (Ruggeri, 2010). Adamovsky, (2007, p. 123) descreve esse refluxo como "la doble recaptura atual: la de la gente común por parte del Estado, y la de muchos activistas y movimientos que simpatizaban com estrategias autónomas por parte de la política tradicional de la izquierda leninista o nacionalista", como consequência da incapacidade de oferecer "formas de participación política significativa para aquellos que no estaban listos para convertirce em activistas profesionales", Dessa forma ainda no ano de 2003 muitas das assembleias fecharam, sendo que nos dias de hoje restam apenas algumas evidências do significado desse movimento.

As poucas assembleias que restaram podem ser descritas como "enclaves de militancia vecinal" (Ruggeri, 2010), Zibechi (2009, p. 64) afirma que "se convirtieron em

60 Este foi o primeiro livro impresso na Gráfica Chilavert durante o processo de recuperação pelos trabalhadores. retirado das dependências da gráfica através do buraco na parede do vizinho.

centros culturales y sociales donde realizan una gran variedad de actividades, incluyendo producción de alimentos envasados, artículos de limpieza y reparación de computadoras, entre outras" (Zibechi, 2009, p64). Nesses últimos casos fica claro o saldo na formação de empreendimentos solidários. Seguramente o impacto das assembleias ultrapassa a elas mesmas, elas sinalizam uma nova forma de fazer política que foi parcialmente resgatada pelas atuais "asambleas de vecinos autoconvocados contra la megaminería a cielo aberto" (Svampa, 2011). Adamovsky (2007, p. 112) resume bem os traços dessa nova forma:

> (…) en la producción de espacios de deliberación, autonomía y acción directa, el movimiento se aparte de la política puramente estatal y representativa; em su funcionamiento horizontal tanto como em la producción de horizontalidad y multiplicidad, las asambleas se alejan de política jerárquica y autoritaria de la vieja izquierda y de su concepción sustancialista y limitada del sujeto emancipatorio, (…) en la politica asamblearia medios y fines coinciden.

As experiências de economia popular urbana: Brasil - a influência católica sobre a economia solidária

Como vimos houve uma grande diferença entre "o comportamento dos setores majoritários da Igreja diante dos regimes militares" no Brasil e na Argentina, de forma que mesmo depois da ditadura, no Brasil a Igreja Católica manteve um forte impacto na vida social, por exemplo com as CEBs, que "com ampla capilaridade no meio social, foram uma das vertentes da formação do PT, no início de 1980" (Fausto e Devoto, 2004, p. 449). Esse impacto foi também sentido na constituição de um movimento de economia solidária, tema sobre o qual Souza (2006) realizou um amplo estudo. Para entender esse processo, daremos maior destaque para a experiência dos projetos alternativos comunitários da Cáritas, que de alguma forma serviram como referência para os demais atores que destacam-se hoje no movimento de economia solidária brasileiro.

Mas antes disso, trataremos de uma das experiências fundadoras do movimento de economia solidária no Brasil, a Bruscor[61], talvez uma das primeiras empresas não provenientes de massa falida que ficou conhecida como empresa de autogestão, tendo posteriormente relacionado-se a "um grupo gestor de projetos econômicos alternativos" e se filiado a Anteag em 1997. De acordo com Pedrini (2003, p. 31):

> A história desta associação iniciou-se quando um grupo de cinco jovens, ligados a organizações de sociedade civil e a pastorais sociais, que se fundamentavam na teologia da libertação criaram em 1986 esta organização de caráter

61 Localizada na cidade de Brusque, em Santa Catarina.

> autogestionário e multidimensional.

De acordo com Souza (2006, p. 124), esses jovens fundadores: “queriam algo que lhes propiciassem simultaneamente um meio de vida e também tempo para as atividades de militância. Além da participação na igreja, atuavam em movimentos populares e também no PT”.

De um desdobramento de alguns jovens que faziam parte da Bruscor e moravam na cidade próxima de Itajaí nasceu a Fionobre.[62] Ainda que em muitos empreendimentos solidários brasileiros ocorra uma dinâmica bem explicada por Cruz (2006) em que uma liderança proveniente dos novos movimentos sociais se aglutina a outros trabalhadores, esses dois empreendimentos trazem com mais força a marca de uma escolha ideológica e autônoma de todos os seus membros. Neles o peso de uma perspectiva de “inclusão social” é bem menor do que na maior parte dos empreendimentos que serão formados principalmente a partir dos anos 1990.

Nesses anos seguintes é que aparecerá com destaque a Caritas brasileira, uma entidade que transformou a sua atuação no Brasil no período dos anos 1970, em meio as transformações pelas quais passava a igreja católica no contexto de propagação das CEBs. Passando de uma ênfase assistencial a uma proposta de solidariedade libertadora, chega-se a tese de que “os trabalhadores, desde que se organizem e granjeiem apoio, podem por si só superar a miséria” (Singer, 2005). Para entender o que significam os projetos alternativos comunitários apresentamos um trecho em que Bertucci e Marinho (2003, p. 15) enfatizam que

> “os projetos são considerados alternativos na medida em que são diferentes. Diferentes nos objetivos e na forma. Seus objetivos buscam o fortalecimento dos setores populares, das mudanças sociais e que contribuam na construção de um novo modelo de desenvolvimento. Quanto à forma, os projetos se sobressaem por enfatizar a participação, a autonomia, a geração de novas relações sociais”.

Mesmo tendo um caráter e um objetivo emancipador é importante ressaltar que os PACs emergem como uma espécie de evolução de práticas assistenciais, muitas vezes tendo como impulso inicial os agentes da igreja, não necessariamente a iniciativa das comunidades. Isto não significa dizer que a iniciativa própria não era fomentada, afinal “construir a autonomia, a auto-gestão e a afirmação política dos grupos acompanhados” era uma das diretrizes básicas do acompanhamento. Ainda assim, podemos perceber em vários momentos que o impulso inicial de formação dos grupos é externo, por exemplo quando (Souza, 2006, p. 94) afirma que “os primeiros grupos comunitários teriam sido

62 A história da Fionobre será contada em detalhes no próximo capítulo do nosso trabalho.

formados a partir desse impulso dos agentes Cáritas, a fim de que eles deixassem de ser dependentes, buscando formas de auto-sustentação", ou quando ele descreve que estas iniciativas populares são "nascidas a partir de apoios financeiros concedidos pela Cáritas, com o objetivo de criar oportunidades de geração de trabalho e renda" (Souza, 2006, p. 93).

Buscando diferenciar-se das práticas assistencialistas o maior objetivo ainda é "reinserir na produção pessoas socialmente excluídas e empobrecidas" (Singer, 2005, p. 118). Isto reflete-se também nos critérios para definição dos destinatários dos PACs: "a situação de exclusão na qual se encontram e a mínima capacidade organizativa dos mesmos" (Bertucci e Marinho, 2003, p. 37). Podemos refletir que a presença desse segundo critério, ainda que possa comprometer o atendimento aos mais excluídos é também um reconhecimento de que não se criam grupos de produção que não tenham um histórico comum, ou seja que um ator externo não seria capaz de, ao mesmo tempo, criar capacidade organizativa e fomentar produtivamente um grupo.

Este dilema é característico da economia solidária brasileira, que remete às constações de Sígolo (2007) sobre a menor participação dos membros dos empreendimentos. Isto se deve ao fato de que a Cáritas e outras instituições da igreja, mas também universidades e poder público fomentam a organização de grupos de "excluídos" com uma perspectiva que combina, em diferentes graus, a inclusão social com um projeto emancipatório calcado na organização democrática do trabalho. Tendo este último elemento surgido posteriormente aos inícios das atividades de fomento a esse tipo de grupos, cabe a questão a respeito do peso efetivamente dado a ele não só nos discursos mas também nas práticas formativas e internas às próprias instituições. É uma situação diferente da Argentina, onde os desocupados, com experiências prévias de trabalho assalariados, se organizam em movimentos sociais para depois realizarem iniciativas produtivas, mesmo que em alguns casos a façam após receberem incentivos do Estado. Diferente pois nesses casos eles se mostram plenamente capazes de "fazer uso" desses incentivos para seus próprios fins organizativos.

Voltando ao caso da Caritas, Ademar e Bertucci (2003, p. 118) registram que a entidade "passou a valorizar uma maior articulação das perspectivas micro e macro, com a consequente busca de articulações dos PACs com a construção de um novo modelo de desenvolvimento", sendo que "a partir de 1996, já na perspectiva de consolidar uma Economia Popular Solidária, a Caritas animou um Fórum Estadual", esse fórum no Rio Grande do Sul, foi um dos primeiros fóruns estaduais de economia solidária no Brasil.

É de se destacar que uma parte importante de articulação proporcionada nos anos iniciais do movimento de economia solidária, e em certa medida até hoje, ocorre nas feiras de economia solidária, da qual a mais famosa é a de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, cuja primeira edição foi em 1994, com o nome de Feira do Cooperativismo Alternativo (Souza, 2006, p. 105):

> Há uma forte combinação ideológica entre o trabalho dos projetos comunitários e o cultivo de um mercado considerado alternativo, composto por produtos naturais ou orgânicos – que dispõe de um "selo social agroecológico". Além de comercialização em si, essas feiras têm outros objetivos: formação de redes de ajuda mútua para compras de matéria-prima e venda de produtos, troca de experiências sobre aspectos produtivos, visibilização dos projetos comunitários, desenvolvimento de relações solidárias e integr entre os grupos.

Além da Caritas, outras entidades ligadas a Igreja Católica tem se notabilizado pelo apoio a grupos produtivos da economia solidária, em muitos casos há uma inspiração clara nos PACs. Souza (2006) cita os Mini-Projetos Alternativos catarinenses, desenvolvidos em uma ligação direta com a Igreja Católica e outros fundos de mini-projetos com estruturas semelhantes no Rio Grande do Sul. Uma outra instituição importante é o Instituto Marista de Solidariedade, vinculado aos Irmãos Maristas, notórios pelos grandes centros educacionais, Souza (2006) aponta que em seus inícios o IMS desenvolvia projetos de apoios financeiros aos grupos acompanhados de uma forma semelhante a da Cáritas. Posteriormente o Instituto passou a especializar-se cada vez mais no apoio a feiras de economia solidária, tendo chegado a assumir a execução de toda a política pública da Secretaria Nacional de Economia Solidária voltada para a comercialização solidária, com o que adquiriu uma relevância crescente no movimento de economia solidária. Podemos dizer que junto com a Cáritas, responsável pela Coordenação do Centro Nacional de Formação em Economia Solidária e pela Coordenação Nacional do Projeto Brasil Local[63], assumiram a responsabilidade de operacionalizar uma parcela muito relevante da política pública voltada ao setor. Desde esse ponto de vista essas entidades mantém um vínculo orgânico com o Governo Federal, ainda que por vezes realizem críticas a sua política em um âmbito mais geral. Nesse sentido eles, em alguns casos, carregam parcialmente consigo uma contradição que vem da base da própria militância católica, que, como afirma Souza (2006, p. 190) encontrou uma dupla decepção, "em relação à escolha do novo papa e a um "desencanto" com o binômio governo federal-PT".

63 Nesses casos a Coordenação envolve uma co-execução com entidades responsáveis pela execução dos projetos em cada região do país, diferentemente da comercialização solidária, coordenada exclusivamente pelo IMS.

É claro que as instituições tendem a refletir com certo atraso as mudanças vivenciadas pelas suas bases, tanto o mais quanto menor for o grau de democracia ou falta nelas praticado. Para uma análise a esse respeito, em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a autogestão nunca foi o valor fundante da concepção católica de economia solidária. Mesmo se considerarmos que o ponto de vista primário de geração de renda como processo social é inserido em uma perspectiva mais ampla de transformação radical da sociedade ou do sistema social, ainda assim aparecem como elementos fundantes dessa nova ordem elementos muito mais ligados a solidariedade e a valores de comunidade do que a autogestão ou processos de democratização das relações de produção, que normalmente não são citados com a mesma ênfase, como mostram os trechos abaixo:

> A EPS, por sua vez, é relacionada a uma cultura da solidariedade e da cooperação, baseia-se em uma ética solidária. Bom é tudo aquilo que ajuda a compartilhar os dons da natureza e os bens socialmente produzidos. Tudo é presente para nos realizarmos solidariamente. Todos somos co-responsáveis por cuidar desses bens para que frutifiquem e beneficiem a todos em iguais condições (Bertucci e Marinho, 2003, p. 119).

O que queremos ressaltar é que as críticas ao capitalismo, estando realmente presentes, dialogam mais com um sentido de solidariedade humana que não está fortemente baseado em uma concepção de autogestão ou de radicalização da democracia. A medida que as instituições da igreja dedicam-se a construção da perspectiva da economia popular solidária elas podem de um lado absorver internamente a proposta emancipatória baseada na democracia e na autogestão, se não o fizerem, direcionam a economia solidária para a perspectiva de inclusão social com solidariedade[64].

Souza (2006, p. 194) distingue essa situação como “o impasse entre a autogestão, essência da proposta de economia solidária, e a teocracia, princípio de poder da instituição religiosa mundial”. Esse impasse poderia ser solucionado de duas formas, prevalecendo os valores da autogestão, sua aplicação “no universo eclesial redundaria em embate entre o ideal das comunidades de base, autogeridas pelos leigos, e a realidade das paróquias e dioceses, centralizadas pelos clérigos¨ (Souza, 2006, p. 193); de outra forma prevalecendo o valor da hierarquia de base religiosa, inevitavelmente este contaminaria completamente os valores democráticos das instituições religiosas de

64 De modo algum queremos aqui dizer que essa perspectiva é uma exclusividade da participação da igreja dentro do movimento, estando presente também e talvez até com mais força em algumas instituições do terceiro setor e na implementação de políticas públicas.

fomento e, inevitavelmente, os grupos por elas apoiados. Dados os rumos atuais da igreja católica poderíamos dizer que a primeira solução é praticamente inviável de forma que nos resta saber o quanto cada instituição de apoio estaria disposta a se colocar como parte de um processo de resistência democrática em um ambiente hostil. Souza (2006, p. 108-109) faz um retrato preciso dessa contradição para o caso da Caritas:

> Acredita-se que o debate sobre o tema da autogestão, que é central na proposta da economia solidária colabore para a descentralização do processo de tomada de decisões na Cáritas, orientando-se cada vez mais pelo princípio da colegialidade. Entretanto, estatutariamente o presidente nacional é sempre um bispo e a entidade é atada institucionalmente à CNBB. Ou seja, ainda que uma cultura democrática e autogestionária esteja em desenvolvimento, a relação com uma instituição altamente hierarquizada, cujo poder é cada vez mais centralizado no Vaticano, certamente tem implicações inquietantes.

Dessa capacidade e sobretudo da existência de uma vontade de manutenção de processos democráticos depende a manutenção de uma proposta que vá para além da inclusão dos pobres na sociedade capitalista em que vivemos. Se aplicamos aqui a análise para as instituições ligadas a igreja católica, o mesmo poderia ser dito de todas as instituições de fomento a economia solidária, incluindo-se ONGs e universidades, cujas batalhas por democratização interna são não menos árduas. Se o movimento e seus participantes não se colocarem essas questões duras o risco é descaracterizar as suas práticas e instituições, perdendo a capacidade de se diferenciar de meras ações de responsabilidade social com uma linguagem “inovadora”.

Os movimentos de economia solidária e sua relação com o Estado no Brasil e na Argentina

Para concluir esta seção do nosso trabalho, podemos traçar agora uma breve comparação entre as estruturas do movimento no Brasil e na Argentina e a relação estabelecida com as políticas públicas de Estado. No Brasil todas as organizações citadas, em que pesem as diferenças de práticas e de linha política, participam conjuntamente do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, um espaço articulado e capilarizado nos 27 Estados brasileiros. Sua história de formação remonta a encontros para debater a Economia Solidária desde o I Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre. A Coordenação Executiva, instância máxima de deliberação do FBES, é composta por representantes das entidades nacionais que consigam comprovar participação em sete fóruns estaduais, além de uma parcela de empreendimentos indicados a partir de cada região do Brasil. Nos casos em que os Fóruns Estaduais estão fortalecidos, a

participação dos representantes dos empreendimentos costuma ter uma vinculação mais direta com as bases do movimento, pois estes são sempre chamados a prestarem contas das decisões nos fóruns, enquanto as entidades nacionais costumam responder apenas a seus processos deliberativos internos, que muitas das vezes não são democráticos.

Alguns do momentos decisivos para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária foram a sua IV Plenária, realizada em 2008, e as recentes articulações a respeito da transferência da Secretaria Nacional de Economia Solidária para o Ministério das Micro e Pequenas Empresas. No primeiro caso a plenária foi interrompida após uma tensa votação a respeito da participação ou não de um representante do Governo Federal na Coordenação Executiva do FBES. Mediram forças setores históricos ligado a construção do FBES, incluindo de um lado alguns dos empreendimentos de base, a ANTEAG e setores vinculados a Igreja Católica, e de outro lado setores ligados a tendências do Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores, incluindo-se aí a Unisol Brasil. Alguns anos depois o movimento se dividiu entre apoiadores da transferência da SENAES para o novo ministério e o grupo que rejeitou a associação da economia solidária com as micro e pequenas empresas. Neste processo, o movimento demonstrou a sua força e autonomia, mobilizando suas bases para a participação em audiências públicas em todo o Brasil com o objetivo de rejeitar a proposta do governo.

O Governo Federal apoia a economia solidária principalmente a partir da Senaes, que por sua vez costuma articular com diversos outras secretarias e ministérios linhas de apoio a economia solidária. Situar a SENAES no conjunto dos governos do PT não é uma tarefa fácil, Novaes e Lima FIlho, (2008b, p. 20) realizaram uma tentativa importante, chegando a conclusão de que:

> no caso da SENAES, o cooperativismo e o associativismo se encaixam numa proposta que está na fronteira da transformação social rumo ao “desenvolvimento solidário” com um socialismo que não pode ser analisado sem a isenção de críticas. Já para as outras secretarias e ministérios do Governo Lula, o cooperativismo é visto como algo “passageiro”, “transitório”, um “quebra-galho”, um instrumento de “inclusão” até o momento da carteira assinada retomar o seu papel. Para a linha hegemônica do governo Lula, notadamente comprometida com o capital financeiro, o cooperativismo cumpre a função de amortecedor dos conflitos sociais ou mesmo a de um animal exótico e inofensivo no zoológico das políticas de geração de trabalho e renda. É justamente por isso que podemos afirmar ser a SENAES uma pedra proto-socialista num colar pró-capital, principalmente pró-capital financeiro.

De uma outra perspectiva Zibechi (2011, p. 82) afirma que o Brasil é um dos casos em “que los Estados han conseguido subordinar a todo un movimiento”, que “fue institucionalizado, al punto de integrarse a las políticas de desarrollo del gobierno federal”.

Pelo histórico que aqui traçamos é possível perceber que se é verdade que o movimento de economia solidária brasileiro tem uma relação muito forte com o Governo Federal, não se trata de “ter conseguido subordinar”, afinal a ligação vem desde as raízes dos movimentos sociais brasileiros. Pelo contrário, recentemente presenciamos uma maior clareza a respeito das diferenças entre governo e movimento.

Já na Argentina, como vimos, não existe uma entidade única que se proponha a representar o todo do movimento de economia solidária, mas existem diversas federações de empreendimentos e agremiações sindicais de seus trabalhadores. Os representantes dos empreendimentos argentinos, apesar de não estarem aglutinados costumam realizar ações em conjunto independente ao grupo do qual estão filiados. Por exemplo, na lanchonete do Hotel Bauen encontram-se *Grissines*[65] da fábrica recuperada Grissinopoli, sendo que ambas pertencem a agrupamentos diferentes. Além disso costumam-se realizar protestos unidos contra decisões do Governo Federal. Um exemplo recente foi o corte da linha 1 do *Programa de Trabajo Autogestionado* que oferecia a diversos tipos de cooperativas com dificuldades financeiras um subsídio de 600 pesos por trabalhador. O corte deste subsídio, aliado a manutenção de um subsídio análogo para o Programa de Recuperación Productiva (REPRO) que atende as “empresas convencionais” desatou a realização do Encuentro Nacional Amplio de Cooperativas Autogestionadas, inesperado por agregar as mais diversas correntes do movimento, desde a CTEP ligada ao peronismo da CGT, a ANTA ligada aos dissidentes da CTA até a AGTCAP, autonomista. Dentre as reivindicações, além da manutenção do subsídio postularam a definição de uma lei nacional de expropriação das fábricas sem custo para os trabalhadores.

A política pública de economia solidária Argentina está vinculada ao programa Argentina Trabaja no Ministério de Desarollo Social e a Inaes, Instituto Nacional de Economia Social, também vinculado a esses ministério, contando também com um apoio importante do INTI, Instituto Nacional de Tecnologia Industrial. O programa Argentina Trabaja conta para além de ações de assistência técnica, com o programa Manos a Obra, responsável pelo oferecimento de equipamento e matéria-prima para produção e com o bastante polêmico programa *Ingreso Social com Trabajo*, organizado em conjunto com o INAES e o poder público local, este programa incentiva a formação de cooperativas formadas por 60 pessoas em situação de vulnerabilidade social que passam a receber recursos para execução de obras públicas locais, no que seria uma política pública “nem

65 Pequenos bastonestes salgados servidos junto com as refeições.

assistencial, nem compensatória". Zibechi (2011, p. 41-42) traça uma crítica bastante pertinente:

> Por cierto, lo que el gobierno entiende por economía social es apenas una caricatura de lo que realmente se propone bajo esse nombre. No se trata de verdaderas cooperativas, ya que sus integrantes no se conocen previamente y son formadas desde arriba [...] En este caso, todo el engranaje de los intendentes peronistas del conurbano está dispuesto a usar el programa Argentina Trabaja para consolidar el clientelismo. (p. 42)

O que Zibechi apresenta é o programa visto desde o ponto de vista do capital, é importante perceber que os movimentos autônomos argentinos sabendo das armadilhas com as quais os programas foram elaborados, mostraram capazes de apropriar-se desse programa para os seus próprios objetivos, conseguindo utilizá-lo para construir organização popular dando origem a uma entidade como a AGTCAP que postula a organização sindical de base e busca mesclar solidariedade com combatividade. Nesse sentido, rejeitar o subsídio do Estado para formar cooperativas de trabalho resultaria em desmoralização do movimento frente a realidades das pessoas desempregadas, a estratégia de utilizá-lo desde o seu ponto de vista parece estar alcançando mais sucesso.

Em que pese as diferenças entre Brasil e Argentina, percebemos que há duas perspectivas críticas em relação a política pública de economia solidária e sua relação com os movimentos sociais, a que foi aqui exposta através de Novaes, enxerga a política de pública de economia solidária como o nicho ocupado pelos elementos mais a esquerda no governo, realizando o possível em um contexto extremamente hostil. Já Zibechi diferencia completamente a política pública de economia solidária da economia solidária como instrumento dos movimentos sociais, chegando a conclusão que ela seria "la última herramienta esgrimida por el progresismo gubernamental para alargar la gobernabilidad". Em outras palavras uma apropriação do "impulso de los movimientos sociales para encauzar un conjunto de energías que [...] permita profundizar y mejorar essas iniciativas para direccionarlas em el doble sentido de integración social y desarrollo nacional" (Zibechi, 2011, p. 103).

Nesse sentido a economia solidária seria a última geração de políticas de contenção social. Assim como o toyotismo incorpora a participação dos trabalhadores na empresa para obter os seus resultados, o Estado conta com as os organizações sociais na formulação de políticas públicas que atendam o seu objetivo de legitimidade e profundidade em seu território, tendo a economia solidária papel de destaque. Mesmo considerando a argumentação de Zibechi (2011) interessante, acreditamos que ele

supervaloriza o papel dos movimentos e instituições sociais, nos novos governos. Tomando como base os novos governos de Dilma Roussef e Cristina Kirchner, percebemos no primeiro caso um distanciamento e efetiva criminalização das organizações governamentais que co-executavam as políticas públicas, bem como a marginalização dos setores que defendem uma maior participação popular no mandato. No segundo caso o corte dos subsídios para as cooperativas e sua manutenção para as empresas demonstra uma clara opção por um modelo produtivo.

O que isso pode demonstrar é uma guinada em direção a um novo modelo de governo, como se a dependência e apropriação do governo em relação aos movimentos sociais tivesse sido ultrapassada como uma etapa específica de governabilidade em um momento de crise e não se configurado como modelo perene de nova relação entre estado e sociedade. Nesse sentido não estaríamos ultrapassando o antigo modelo no sentido de maior autonomia desde o ponto de vista dos trabalhadores, seria pelo contrário, o Estado que estaria se autonomizando das pressões sociais.

Síntese

Para encerrar esta seção retomaremos algumas conclusões a respeito dos pontos de contato entre a economia solidária brasileira e argentina. Em primeiro lugar o resgate histórico demonstra que a economia solidária, especialmente, em suas origens é claramente uma herdeira dos movimentos autônomos e de caráter comunitário, mais envolvidos com as organizações de base dos trabalhadores. No tocante as fábricas recuperadas há tanto no Brasil quanto na Argentina uma continuidade importante entre as comissões de fábrica e os pioneiros nos processos de recuperação, o que é natural a medida que os grupos propulsores das comissões estavam mais próximos da realidade de dentro dos muros de cada fábrica. No tocante aos grupos comunitários destaca-se como pioneiros na Argentina os grupos territoriais autônomos de partidos e sindicatos como efetivadores das experiências pioneiras, no Brasil, destacam-se a influência do trabalho territorial das comunidades eclesiais de base, que partindo de um trabalho quase estritamente comunitário chega a conclusão da necessidade e importância do apoio a projetos de geração de renda.

Passado este pioneirismo, a proposta da economia solidária passa a ser abarcada por setores da esquerda mais ligados a social-democracia e pelos governos de turno. No Brasil, mantém-se uma unidade no movimento da economia solidária correspondente a unidade da esquerda brasileira na construção do Partido dos Trabalhadores, o risco é

passar a prevalecer uma visão de economia solidária que é crescentemente despida de uma característica de autonomia e autogestão e deriva-se perigosamente para uma proposta que se esgota na inclusão social dos pobres no sistema capitalista. Esse é um movimento complexo que abarca todas as instituições, um exemplo importante é o relato de Kleiman (2007) a respeito das tentativas de implantação de uma democracia interna na própria Secretaria Nacional de Economia Solidária, que nem chegou a ser barrada pela estruturas hierárquicas do estado, foi boicotada na própria secretaria. No entanto, ter-se realizado tal tentativa profundamente inovadora é uma demonstração da complexa interação entre visões de mundo tão díspares que desde o movimento, chegaram a ser representadas no próprio Estado.

Não é de se imaginar que houvesse uma tentativa desse tipo no caso argentino, já que nunca houve uma aglutinação entre setores que enxergavam a economia solidária como radicalização da democracia e setores que a enxergavam como inclusão social. Nesse sentido a perspectiva autogestionária manteve-se consistentemente como uma corrente política que conseguiu certa influência sobre as outras através de um impacto que conseguiu causar sobre o *ethos* militante no ano de 2002, favorecida pela total descrença em relação a política representativa. A medida que outros setores passaram a apoiar a formação de empreendimentos de economia solidária sem uma perspectiva de projeto autogestionário, ainda assim, são capazes de realizar ações conjuntas em defesa de seus interesses e cada corrente consegue manter uma clareza de seu projeto de sociedade.

Não é nosso objetivo neste momento traçar prescrições ou elencar a superioridade de um modelo em relação ao outro, afinal é apenas o movimento real dos trabalhadores que constroem o movimento brasileiro ou as diferentes frações do movimento argentino que poderá afirmar ou contribuir para que seja afirmada a possibilidade de uma sociedade sem patrões nem empregados, expandindo e aprofundando a democracia. O que pudemos perceber é que a forma como cada um deles vem atuando corresponde as diferentes tradições de lutas de cada uma dessas sociedade e que, se por um lado a economia solidária *per se* não é um projeto revolucionário, desde que a vida e os anseios reais dos trabalhadores sejam efetivamente plasmados nas estratégias para o seu fortalecimento, ela pode servir como uma das bases para esse projeto. Esses apontamentos serão retomados a partir das constatações realizadas no trabalho de campo.

Capítulo 4 – As contradições da prática

Neste capítulo apresentamos separadamente os resultados da pesquisa de campo realizada em cada empreendimento, para garantir ao leitor a possibilidade de apreender as sutilezas e as interrelações entre as diferentes facetas que os caracterizam. Definimos que, para cada empreendimento, nosso objetivo fundamental era buscar compreender as implicações da necessidade de sobrevivência no mercado sobre a possibilidade de que os trabalhadores pudessem efetivar um controle sobre o seu próprio processo de trabalho, bem como as possibilidades abertas pelas tentativas de inserção ou criação de mercados não-capitalistas. Secundariamente, buscamos entender ainda os reflexos da inserção política desse empreendimento na sociedade (sua relação com o Estado e os movimentos sociais) sobre os demais aspectos que o constituem.

Baseados nestes objetivos sistematizamos três aspectos ou elementos constituintes diferentes[66]: a inserção e participação política do empreendimentos, o que envolve a relação com o poder público e a participação em movimentos sociais; a sua organização interna, que envolve as tentativas de exercício da democracia no plano das deliberações formais de um lado e nas práticas cotidianas de trabalho, de outro; e por fim a sua inserção no mercado. À apresentação destes aspectos precede a contextualização das origens e da evolução histórica do empreendimento.

4.1 - Cooperativa Fio Nobre

A cooperativa Fio Nobre é formada hoje por oito trabalhadoras e um trabalhador ativos, sendo seis deles do mesmo grupo familiar. Localiza-se em Itajaí, uma cidade relativamente rica, que conta com a maior renda per capita do Estado de Santa Catarina, mas com alguns bolsões de pobreza. A cooperativa é localizada em um bairro de características mais humildes e funciona em um galpão financiado por um projeto executado com financiamento da Petrobras, onde praticam as atividades de corte, costura e fiação artesanal.

Cada um dos nove trabalhadores (todos entrevistados na nossa pesquisa) tem origem diversa; quatro deles são remanescentes do núcleo inicial que criou a microempresa Fio Nobrem ainda nos anos 1990, duas trabalhadoras participaram de um empreendimento solidário denominado PAS (Produção Alternativa Solidária) que fundiu-

66 Aproximadamente o que Yin (2003) refere-se como *Embedded Unit of Analysis*

se com a a Fio Nobre posteriormente, e três trabalhadoras que incorporaram-se à produção com a cooperativa já em atividade. Nem todos desses nove trabalhadores ativos são associados formais da cooperativa, além disso existem associados que filiaram-se à cooperativa para que ela pudesse alcançar o número mínimo necessário à sua constituição formal e mantém uma relação mais distante com o empreendimento.

De forma geral todos estão satisfeitos com a estrutura de trabalho, ainda que no galpão falte um banheiro. Uma das principais dificuldades diz respeito à baixa qualificação técnica para a costura de diversas das integrantes do grupo, apesar de terem feito diversos cursos de qualificação, hoje muitas delas têm dificuldades para a costura de malha, por exemplo. Por este motivo, uma das prioridades do grupo é conseguir novas integrantes com qualificação técnica, mas para isso precisam superar as dificuldades de conseguirem um fluxo contínuo de encomendas.

Histórico e Antecedentes

Como apontamos no capítulo anterior, a Fio Nobre surge a partir da saída de um casal de trabalhadores da microempresa autogestionária Bruscor, que na época orientava seus participantes a implementarem experiências similares na sua região de origem multiplicando a proposta de trabalho autogestionário que desenvolviam. Após a saída da Bruscor, Idalina tomou contato com Ismael e Márcia, os três componentes do núcleo originário que estão na cooperativa até hoje.

Em 1996 eles constituíram a microempresa a partir de maquinários doados pela Bruscor (que não estavam sendo utilizados), buscando a produção de um produto que não competisse no mesmo mercado. A microempresa prosperou por um certo tempo, chegando a contratar uma pessoa como funcionária[67], mas teve dificuldades de sustentação no mercado. Nesse contexto, já em 2005 forma-se, com amigas e parentes (tias e primas) de membros da Fionobre, um outro grupo denominado PAS.

Margarete, que havia trabalhado na microempresa, estava na articulação do PAS, um grupo de geração de renda, nos marcos do início de uma política pública de economia solidária em Itajaí. O ano de 2005 é importante por dois motivos: a prefeitura do PT assume a gestão do município; e começam as articulações para a formação da Justa Trama, dois eventos com um impacto direto sobre a formação do grupo PAS. Este

67 De acordo com Souza (2006), a inserção no empreendimento primeiramente como funcionário, mas com uma questão moral de abertura à possibilidade de associação como cooperado ao passo do tempo, era uma característica comum entre Fionobre e Bruscor.

inicialmente aparece como um grupo complementar a Fionobre, que produzia artesanato a partir de sua produção e formado já majoritariamente por pessoas excluídas (sendo que algumas nunca haviam sido inseridas) no mercado de trabalho, sem um componente ideológico tão forte quanto na composição da Fio Nobre sob influência da Bruscor. Rapidamente, com a perspectiva de formação da Justa Trama, constrói-se uma estratégia de integração entre a Fio Nobre e o grupo PAS: “O que a gente fez? Juntou a empresa e mais as mulheres, pegamos mais algumas pessoas, pra montar a cooperativa, que tem que ter uns vinte, mas até então ficou nesses treze, catorze, doze”. (Márcia).

Em 2005, um desfile no Canta Galo, no Rio de Janeiro, marcou o lançamento da Justa Trama, primeira cadeia produtiva formada unicamente por empreendimentos de economia solidária, sendo a Fio Nobre uma de suas fundadoras. É então que surge a proposta de junção da microempresa com o grupo PAS, para a formalização da cooperativa Fio Nobre em 2007, mesmo ano de fundação da Justa Trama. Márcia nos relata que, com a inserção na Justa Trama, foi possível elaborar um projeto visando conseguir maquinários para profissionalizar a produção da Fio Nobre, já então mais focada na confecção do que na produção de fios artesanais.

Foi também nesse projeto com financiamento do programa Petrobrás Fome Zero que a cooperativa conseguiu construir seu atual galpão de trabalho. Desse período em diante a cooperativa agregou três novas trabalhadoras, sendo que duas delas foram chamadas a trabalhar especificamente por conta de terem capacidades produtivas das quais o grupo necessitava, na seção de corte e na confecção de malhas, a medida em que o grupo foi consolidando sua atuação no mercado de encomendas corporativas de sacolas e camisetas. Ao longo dos anos o grupo demonstrou grande capacidade de sobreviver aos diferentes contextos econômicos e políticos mantendo-se, não sem dificuldades, como espaço de geração de renda em um trabalho organizado de forma coletiva e democrática.

Inserção política na sociedade

O núcleo que instituiu a microempresa Fio Nobre claramente construiu o empreendimento com uma motivação ideológica. No caso de Idalina, sua experiência vinha da participação em grupos comunitários da igreja, acompanhando as transformações da militância da própria esquerda, com a formação da Pastoral da Juventude, associada a um momento em que se fortalecia uma cultura *hippie* na região. A partir da Pastoral da Juventude inicia-se a militância política pelo movimento de direitos

humanos, que incluía desde ações de apoio à ocupação de terras urbanas para formação de assentamentos até o monitoramento da repressão policial nos últimos anos da ditadura. É também parte desse processo o envolvimento na fundação da regional do PT e o apoio a candidatos a vereador no início dos anos 1980.

Fazendo parte desse grupo político onde destaca-se a base comum advinda da Pastoral da Juventude é que Idalina associa-se à Bruscor. Contrastando esse período com o momento atual do movimento da economia solidária, Idalina destaca que a motivação era poder conciliar a garantia de sobrevivência com a manutenção de uma ação militante, eram feitas viagens pelo interior do Estado para divulgar a proposta do trabalho coletivo e articular com outras experiências. Mesmo sem praticamente nenhum apoio governamental, era uma época em que "a gente se aproximava da economia solidária porque tinha uma perspectiva de transformação social". Hoje em dia, ao contrário, ela identifica um refluxo da militância, sendo às vezes difícil encontrar pessoas dispostas a participar de formações mesmo com todos os custos pagos.

Essa origem da militância católica veio a encontrar-se com uma experiência e consciência mais ligada ao movimento de cultura "alternativa" e ecológico, que tem uma relevância na região do Vale do Itajaí. Dessa segunda herança da Fio Nobre destaca-se a permanência de uma visão de cuidado com o próximo, de valorização de uma forma diferente de trabalhar, mais humana e mais livre:

> Volto a 92 quando a gente foi acampar na Praia Vermelha que fica ali na Penha, em frente ao Beto Carreiro. A gente todo ano ia acampar lá, passava o final do ano. Nesse ano de 91 para 92 não consegui voltar mais para esse mundo com essa forma. Falei: Não cara, isso aqui não serve mais para mim.

O encontro dessas duas perspectivas com um movimento de economia solidária em construção se deu principalmente a partir de intercâmbios com outros empreendimentos e da participação em feiras, especialmente no Rio Grande do Sul, sendo que a Fio Nobre foi um dos primeiros grupos de fora do Rio Grande do Sul a participar da Feira de Santa Maria[68] :

> Antes fazia uma roda, passava-se o dia comendo, conversando: Como é que tu trabalha? Aí ele mostrava como é que ele... Totalmente diferente, saca? (...) Começamos a participar de feiras indo para Porto Alegre, custeando a própria ida, às vezes, na época Blumenau tava com o governo do PT, então eles bancavam uma Kombi para ir pra Porto Alegre, a gente ia junto, ou não, pegava o carro e ia como algumas vezes a gente foi. Aprendemos muito indo para lá! Como é que eles trabalham... O dia que o Paul Singer foi nomeado, ele tava lá numa feira no Gasômetro, a gente tava lá e daí ele pegou a palavra pra falar e aí a gente foi indo (…) Uma coisa interessante que é muito boa é ir pra feira. Porra, ali tem... Tem

68 Primeira feira de cooperativismo popular brasileira cujo histórico abordamos no capítulo passado.

> dois momentos legais pra caramba, os próprios empreendimentos e os clientes que vão chegando e isso é muito rico, né. Ali tu vai aprendendo e um vai puxando o outro, puxando o outro (…) Porque uma coisa vai puxando outra, né, Felipe? Porque tu ta aqui: Pô, vai acontecer em outro lugar. **Aí tu começa a fazer parte do movimento**. (Ismael)

A partir da participação nos Fóruns Sociais Mundiais a inserção política da Fio Nobre confunde-se com a história da constituição do movimento de economia solidária, com participação destacada de representantes da cooperativa em todas as plenárias do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. A nível local, tiveram também um papel fundamental de impulsionamento do movimento. Quando o PT assume a prefeitura da cidade de Itajaí, em 2005, concretizam-se ideias que há muito estavam em gestação, como a criação de um espaço para comercialização dos produtos dos empreendimentos, o Cepesi, um dos primeiros centros públicos de economia solidária do Brasil.

O grupo PAS, em 2005, já nasce com uma perspectiva diferente, mais ligada à questão da inclusão social. Margarete nos relata um pouco dessa outra perspectiva:

> Olha, eu morro pela causa, pela economia solidária que eu acredito bastante, então é algo que me interessa muito já de bastante tempo. Na realidade a gente já fazia economia solidária e nem sabia, né? Desde das nossas reuniões, desde quando a gente começou a produzir algumas peças de artesanato em crochê (...) montava lá acampamento, montava uma feira numa rua que era fechada no centro, então fechava só para fazer aquela feirinha e ali a gente vendia nossas produções (…) Economia solidária é principalmente inclusão, para muitas pessoas é tu recuperar a tua auto-estima, porque muitos: Ah, não produzo mais. Não sei o que fazer. Não sei fazer. Então ta lá parado, sem fazer nada e aí começa a produzir alguma coisa, começa a ver vida naquilo, começa a vender aquilo que você criou. Então eu acho muito legal essa parte de tu recuperar, saber que tu é produtiva.

Foi a junção dos dois grupos que propiciou a entrada na cadeia produtiva Justa Trama, que começou a ser articulada a partir dos encontros entre as cooperativas nos Fóruns Sociais Mundiais e no Fórum Brasileiro de Economia Solidária, sendo concretizada com o apoio da central de cooperativas Unisol Brasil. Essa participação na Justa Trama potencializou enormemente a inserção internacional da cooperativa, de forma que Idalina já foi convidada para apresentar sua experiência, em diferentes contextos, na Índia, Itália, Cuba e Argentina. Foi com a Justa Trama que a cooperativa oficializou sua entrada na Unisol Brasil, aonde também teve uma participação importante inclusive em sua direção nacional. Ismael nos relatou ter sido essa uma decisão difícil pois optaram por um caminho diferente de seus parceiros históricos da Bruscor, fundadores da ANTEAG.

Hoje realizam um balanço com uma perspectiva crítica não só em relação à Unisol, mas em relação ao próprio movimento de economia solidária, constatando a perda do

caráter militante original, devida em parte à execução de projetos que passam a centrar-se mais na execução burocrática de metas do que no reforço da proposta política da economia solidária. Mesmo assim há uma clareza que o papel do movimento é reivindicar e construir independente do governante de turno. Dessa forma, Ismael destaca que, findado o governo do PT, os trabalhadores dos empreendimentos conseguiram manter o controle sobre o centro público:

> Tem uma coisinha assim também, e a gente vai fazendo o movimento e o movimento é de baixo pra cima. (…) De baixo pra cima com a questão de quem dá o tom, quem toca a banda. Cara, quem toca a banda são os empreendimentos. O Conselho Municipal, são 6 cadeiras pra não governamental e empreendimentos e 6 cadeira pro municipal, eles não estão nem aí, quem tá dando a linha são os empreendimentos, o movimento (Ismael).

Percebemos que os membros da Fio Nobre tem um papel importante na politização das discussões realizadas, na discussão dos princípios e em manter sempre as suas reivindicações: “Não podemos parar de reivindicar, pôr o pé na porta nem que seja para dizer que pediu e não foi atendido. Continuar no movimento” e que “Temos que ir para disputa, pois se não conversamos quem perde é a gente” (Idalina). Atualmente Márcia é presidente do CEPESI e Idalina representante da Unisol Brasil na Comissão Gestora do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Esse papel de militantes históricos do movimento costuma ser reconhecido também pela contratação como técnicos e coordenadores em projetos sociais e de economia solidária, que servem como complemento de renda nos momentos difíceis da cooperativa. Com as suas origens políticas mais remotas, a cooperativa mantém uma conexão por abrigar os documentos e a sede provisória do Centro de Direitos Humanos de Itajaí.

Organização interna

Dentre os nove trabalhadores ativos hoje na cooperativa existe uma divisão de tarefas que havia sido institucionalizada em reunião do grupo pouco antes da nossa chegada. O grupo fundador da microempresa autogestionária assume o papel de referência, sendo Idalina responsável pela parte comercial e de gestão financeira, e Márcia e Ismael responsáveis pela organização da produção que envolve organizar o recebimento de pedidos, a compra de matéria-prima e o controle em geral da produção para entrega no prazo. Além disso, Márcia acumula o trabalho na confecção e Ismael acumula o trabalho no corte. Outra pessoa vista como referência na área de produção é Adevalda, uma das fundadoras do grupo PAS, além da confecção, ela é responsável pelo controle de qualidade e finalização de algumas peças. Margareth, que passou pela Fio

Nobre e pelo grupo PAS, hoje trabalha meio período na cooperativa com a responsabilidade pela pequena parcela da produção de fios artesanais que foi mantida, pelo controle de almoxarifado, estoque de peças e por apoiar as funções administrativas. Das outras quatro trabalhadoras, uma é responsável pelo corte, outra pela confecção de malharia e as outras duas fazem a confecção das peças em geral.

Dessa forma, configura-se uma distribuição de tarefas em que as relações da cooperativa com o mundo exterior são realizadas principalmente por Idalina e dividas com Márcia e Ismael, e a visão geral da organização interna da cooperativa é realizada por Ismael e Márcia, e dividida principalmente com Adevalda, não sem os conflitos inerentes a qualquer gestão democrática. O déficit maior de participação diz respeito às decisões estratégicas, o que é constatado por todo o grupo: “Esse negócio de estratégia é com eles, a gente ajuda, mas a ideia tem que surgir deles, o que eles dizem nós faz, eles têm que correr atrás pra nos ajudar” (Adevalda). Ismael remete à questão do difícil aprendizado em participar de espaços democráticos, já Idalina elabora algumas razões:

> Eu vou te dar três motivos, que eu acho pessoalmente. 1º Estamos num refluxo a nível de mundo de participação. É difícil a gente conseguir as pessoas pra participar, inclusive estamos num momento de muito dinheiro pra formação e dificuldade de completar o número de pessoas pra formação, certo? 2º Existe um descrédito político, etc, etc, que ajuda construir isso. 3º Falando das pessoas da cooperativa. Como a nossa cooperativa não dá confiança da renda e têm os seus problemas interno, daí no relacionamento de que não cresce, que não anda, eles se retraem pra assumir de participar cada vez mais, participar dessa coisa de cansar a bunda. Já chega as reuniões que tem aqui na cooperativa, tá bom! E aí tu não constrói a liderança, tu não avança com a liderança. Então é um problema de confiança, de acreditar naquele projeto. E de se envolver com ele, não de só costurar nele, mas de se envolver com ele.

Uma das questões que permeiam a realidade do grupo é o fato de existirem vários membros da mesma família, o que explica-se pela sua conformação histórica. No entanto, para a sua expansão, identifica-se claramente a necessidade de entrada de novos trabalhadores, especialmente com maior capacidade técnica para a confecção. Uma questão mais imediata que impede a expansão do grupo é a dificuldade de ter uma regularidade de encomendas que permita uma remuneração adequada para a entrada de novos participantes: “É a venda, e aí a venda vai estar conectada com a questão de conseguir mais gente pra produzir, né. Hoje tu não pode garantir nada pra ninguém” (Ismael).

Hoje a remuneração praticada é igualitária, de R$1,00 por peça cortada ou confeccionada, mais do que o dobro do valor pago nas oficinas que confeccionam para grandes marcas. No caso das peças da Justa Trama, em que elas apropriam-se do valor

de comercialização final do produto, esse valor é ainda maior, mas o pagamento só pode ser feito após a venda da peça. Em casos em que se faz necessário dividir o trabalho para confecção de cada unidade, esse valor de R$1,00 é dividido entre os diferentes trabalhos que compõem a produção da peça, com os valores sendo acordados em reunião. Mesmo com um valor maior por peça, muitas trabalhadoras da produção enxergam a remuneração como um fator negativo, pois como as encomendas são irregulares e, por vezes, baixas, a remuneração no fim do mês é menor do que a que seria obtida trabalhando em um ritmo mais forte e com uma quantidade de horas maior em outra empresa.

Já os trabalhos relacionados à comercialização e gestão são remunerados através de uma porcentagem definida do preço final do produto. Em teoria, um grande incremento na produção e comercialização poderia significar uma maior remuneração para esse trabalho não diretamente produtivo, mas na prática a dificuldade de conseguir estabelecer um preço final de venda competitivo faz com que se abaixe ou mesmo cortem essas porcentagens, em “uma dança das cadeiras”, de forma que esses trabalhadores muitas vezes ou assumem tarefas na produção ou recorrem ao trabalho em outros projetos sociais para garantir a sua sobrevivência. Para os trabalhadores mais antigos, especialmente a insistência em trabalhar na cooperativa é fruto mesmo de enxergá-la como base e substrato de sua militância, visto que dada sua antiguidade e reconhecimento no movimento poderiam estar ocupando cargos com maior remuneração e projeção política. Um fator que é importante para todos os trabalhadores é que, apesar das dificuldades de remuneração, há liberdade para definir o próprio ritmo de trabalho. Especialmente a palavra **liberdade** aparece muitas vezes nos depoimentos, especialmente das trabalhadoras mais focadas nas tarefas de confecção. Marilda a contrapõe com a situação na qual “numa indústria você é que nem um robô, tem industria que você é um robozinho”. Outra trabalhadora relata os efeitos que o trabalho na Fio Nobre trazem sobre o seu bem-estar, especialmente se comparado a suas experiências em outras empresas. Neste sentido, vale a pena apresentar um diálogo que contou com a participação de três trabalhadores da cooperativa (Ismael, Marilda e Dalva) e Daniela (que está se aproximando e desejando entrar na cooperativa), muito representativo das dúvidas e dilemas pelos quais passam os trabalhadores que buscam organizar o processo produtivo de forma democrática:

> (cooperada a): Tem que ter alguém pra organizar, cuidar, entendeu? Mandar, vamos supor.

(cooperado b): Mas essa não é a ideia, entendeste? A ideia é que todos tenham autonomia de dizer “assim eu fiquei de fazer...”
(cooperada a): Ser responsável pelo que faz.
(...)
(cooperada c): Mas falta um pouquinho mais de organização aqui dentro, alguém que, faça assim - minha opinião - é esse serviço é aquele serviço, e tem que tá pronto, pronto acabou e deu.
(cooperada d) – Mas é o que todo mundo se faz aqui.
(cooperada c) – É o serviço que nós vamos fazer hoje, ter uma meta de produção do dia, ter uma meta de produção da semana. É uma ideia minha, não sei se tá certo ou se tá errado.
(cooperado b) - Ela funciona, como é que funciona? A gente teve uma reunião pra ver de que forma, não vou dizer nem essa porque essa chegou sexta-feira, eu já cheguei sabendo o quê que tinha pra fazer, mas aquelas 1000 bolsas, sentou, viu de que forma tinha que ser feito, cada um vai fazer o seu. As vezes não, isso é conversado antes e depois, cada um é responsável pela sua cota. Não precisa ir alguém no seu ouvido e dizer “acelera Ayrton, acelera”.
(cooperada c) – A pessoa que já tem responsabilidade já sabe o serviço que pra fazer não tem que nem mandar, eu sei que eu vim pra cooperativa e tenho tal coisa pra fazer, eu já vejo o serviço que eu tenho que fazer.
(cooperado b) - Tem uma coisa legal que pra mim ficou bem forte, até ganhei uma camiseta por sinal, tem a questão dos gansos, como é que os gansos voam, tem sempre um ganso na frente, qudo esse da frente tiver cansado, um outro ganso vai substituir ele, naquele ritmo naquela forma. Trocando para nós, não precisa sempre uma pessoa sempre estar dizendo o que vai ser feito (fazer a frente) alguém pode tomar a iniciativa e dizer não está legal, posso dar uma sugestão? Posso meter o meu dedinho? Ter essa iniciativa de ser o ganso, ir lá na frente e dizer “pô pessoal, podemos fazer assim, assado. Vocês acham que assim é melhor?” A Rosa tá chegando, tem uma outra visão de como é que funciona, eu tô aprendendo com ela, tô aqui pra ter uma visão de como é que ela faz, aí tem a questão dos vícios, às vezes tu tens uns vícios que tu tens que ficar brigando com eles. Tanto que a hora que eu vi que ela tava abrindo ali eu falei caramba porque que ela está fazendo assim. A proposta é essa.
(cooperada a): Cada um tem um jeito de trabalhar.
(cooperado b): É uma coisinha muito fininha assim ó, entre ninguém mandar, e todo mundo mandar e saber o que é que tem que ser feito. É muito fácil alguém chegar aqui e falar olha quero isso e isso pronto hoje, se virem.
(cooperada A): **Aqui é uma cooperativa né Ismael, não é uma indústria né, não tem como você chegar e você mandar alguém se é uma cooperativa**.
(cooperado b) Mas todo mundo que bate ali na porta pergunta quanto é que vai receber e se assina carteira, entendeste? Tu não tens uma visão clara de como é que trabalhar em grupo.
(cooperada c): O que eu digo assim, numa firma quando você trabalha, é diferente de uma cooperativa, não tem nem como você comparar, a Rosa deve ter trabalhado.
(cooperado b): A proposta é essa, quebrar isso.
(cooperada a): Eu já conversei com a Idalina sobre isso.
(cooperada c):**Eu não aguento em empresa, eu tenho pavor de trabalhar em empresa porque vou dizer a minha opinião**, eu entendo de modinha, eu entendo de malha, vou fazer assim, não vou trabalhar do meu jeito. Ah, mas aqui quem manda sou eu, tu vai fazer do jeito que eu mandar. Então, tchau, eu viro as costas, saio, vou embora. Eu sou bem sincera, sabe, depois lá no final essa peça vai dar errado mas eu fiz, mostrei, agora deu, agora como é que vou fechar essa peça... ah, agora desmanche a roupa que eu não vou desmanchar. E tem mais uma e vou embora.

Essa conversa retrata bem algumas dificuldades pelas quais passam as tentativas de organizar uma produção de forma democrática. O modelo de produção convencional por um lado é tomado como exemplo de organização e eficiência, por outro a todo tempo

as trabalhadoras lembram o dano que a relação patrão-empregado causa em termos de autonomia e bem-estar. Pela nossa observação, pudemos perceber a sinceridade dos relatos na descrição de como o ambiente é descontraído e a ausência de pressão imposta de fora. Pudemos inclusive perceber que, apesar da existência da recém-assumida figura do coordenador de produção, as cobranças também ocorrem no sentido inverso, Marilda, que estava começando a trabalhar com o grupo há apenas poucas semanas fez uma cobrança a Ismael: “você vai entregar os tecidos cortados para mim? Mas não vai demorar não, né?”. Além disso, há o tempo todo trocas e negociações entre todos sobre as formas de realização da produção.

Essa situação dita e percebida condiz exatamente com um dos valores políticos principais que a cooperativa atribui à economia solidária: a possibilidade de trabalhar e viver de outra forma, com menos pressão e respeitando o ritmo de cada um. Podemos concluir que a forma escolhida para remunerar as trabalhadoras tem grande influência sobre essa possibilidade, haja vista que a remuneração por produção oferece grande autonomia para que cada uma dite o seu ritmo de trabalho. Esse fato somado ao baixo número de encomendas faz com que a necessidade por competitividade no mercado não pressione o ritmo de produção de cada trabalhadora, dado que sobram horas de trabalho para atender a produção que é demandada, porém há consequências imediatas na baixa remuneração mensal atingida por cada cooperada. Ao estudarmos a inserção do grupo no mercado, perceberemos que essa situação não é casual, mas fruto de uma escolha política e estratégica do grupo.

Inserção no Mercado

As dificuldades e desafios de inserção no mercado pautam diversas das transformações pelas quais passou, historicamente, a Fio Nobre. De saída, ela foi constituída com o objetivo de produzir fita para enchimento de calçados, para fábricas de São João Batista. Márcia atribui a perda desse mercado à falta de capacidade de investimento em novas máquinas, Idalina agrega que o Sebrae incentivou, por meio de um projeto de arranjo produtivo local, a criação de empresas com a mesma produção na própria cidade de São João Batista. Frente a essas dificuldades os trabalhadores buscaram outra saída, baseada em suas próprias experiências, a produção de fios para artesanato:

> Que nós inventamos, na verdade esse fio. Tudo uma demanda nossa de artesão, eu fazia crochê, minha mãe, minha tia, enfim os amigos fazia, a gente inventava o

> fio, porque só existia o barbante no mercado, a gente inventou esse fio pra crochê. Aí começamos, a nós consumimos e vender e isso foi dando certo, foi dando certo. O Fio Nobre pegou... É, tanto que hoje tem até clone do Fio Nobre. (Marcia)

No entanto, com o crescimento da concorrência o empreendimento propõe-se a uma mudança mais radical, empreendida a partir da perspectiva de constituição da Justa Trama, da produção artesanal de fios para a confecção de vestuário. Inicialmente articulou-se a produção de 60 mil bolsas para o Fórum Social Mundial, em que, além da Fio Nobre, participaram duas fábricas recuperadas que fundaram a Justa Trama, mas hoje não fazem mais parte da cadeia (CONES e Textilcooper), e mais cerca de 30 EES da região sul do país para realizar a confecção final (incluindo a Univens, que está até hoje com a Fio Nobre na cadeia) (Metello, 2007). Segundo relato de Ismael, a formalização da cooperativa Fio Nobre, a partir da perspectiva da Justa Trama, foi baseada na expectativa de que esse viesse a se tornar o principal mercado e dar sustentação para o grupo, o que ainda não aconteceu: “Acho que a pior coisa que tem é tu criar expectativas, e a gente criou expectativa em cima da Justa Trama, a gente achou que a Justa Trama ia ser o que ia alavancar a cooperativa e não tá sendo” (Ismael).

Segundo dados apresentados por Idalina, 70% das vendas da Fio Nobre direcionam-se para o mercado que denominam corporativo, composto por encomendas para eventos e materiais de parceiros que construíram ao longo de sua inserção no movimento de economia solidária, 10% da produção própria é vendida em feiras e lojas de comércio justo e solidário, 10% para clientes externos (pequenas empresas da região) e apenas 10% dentro da cadeia produtiva da Justa Trama. Considerando-se que o nível de produção ainda está abaixo do ideal para a manutenção da cooperativa, há de se reconhecer a distância entre a expectativa e a realidade atual.

A história e o funcionamento da cadeia produtiva são relatados em diversas dissertações e pesquisas temáticas (Cruz, 2010; Metello, 2007; Lacerda, 2009 e Gomes, 2011). Hoje a cadeia produtiva do algodão orgânico é formada pelos seguintes empreendimentos: plantio na ADEC (Associação de Produtores de Algodão Orgânico do Ceará); fiação e tecelagem realizadas na Coopertextil, localizada em Pará de Minas - Minas Gerais; confecção final realizada em Porto Alegre na Univens e em Itajaí na Fio Nobre, que também agregam os botões feitos de sementes coletadas pela Açaí, uma associação localizada em Rondônia.

Idalina resume a situação atual da Justa Trama:

> O maior impacto da Justa Trama é a sua construção de projeto. A Justa Trama tem um projeto ímpar. De uma profundidade enorme, de uma articulação enorme,

> que dá um impacto pra cooperativa enorme, de nome, de gente que vem visitar, de pesquisa, de nos levar pra eventos, consequentemente, de nos trazer pedido (…). Mas a Justa Trama tem uma falha, que nós estamos discutindo ela, (...) 60% [das vendas] é na economia solidária, porém é uma coisa que não sustenta a cadeia como um todo. O volume é insuficiente, o volume é pouco, então como é que nós damos um salto, para que tivesse um pedido de duas mil peças mês pra Fio Nobre da Justa Trama, isso é impacto financeiro. Agora, impacto de organização, impacto de parceria, de irmandade, de construção de nova sociedade, de construção de projeto, de discussão de preço justo, de colocar a gente no mundo, de ajudar trazer pedido por outros caminhos, esse é real e verdadeiro. O impacto financeiro, ele está muito a desejar. (...) A Univens não está vivendo a crise que a Fio Nobre vive, a Univens tem serviço pra duas Univens, então é outra forma de olhar, aí o impacto da justa Trama... Mil peça, porque também é malha, camiseta de malha sai muito mais do que peça de tecido, então mil camiseta de malha que eles faz pra Justa Trama, é um impacto alto. Nós estamos em crise de pedidos e com impacto pequeno da Justa Trama, por ser um outro produto que sai menos. Então, são avaliações diferentes, eu não estou dizendo que é errada e não estou dizendo que são contraditórias, elas são diferentes, por conta da conjuntura da qual elas tão colocadas. (…) **A JT é um projeto ideológico muito bem estruturado mas econômico ainda está muito aquém**, mas antes de ela pensar em um outro produto nós temos que estruturar o nosso próprio pois nós não tivemos ainda um projeto administrativamente falando um setor de comercialização estruturado, que abra loja, que tenha um vendedor, que venda. Nós precisamos estruturar isso primeiro, nosso produto não atinge todo mundo porque não é modinha, mais do que a questão de preço tem a questão de corte, de moda. Nos ainda não tivemos um design que crie uma coleção como as grandes empresas fazem, que lança com desfile e depois bota nas lojas.

Hoje a comercialização dos produtos da Justa Trama é feita principalmente nas feiras de economia solidária, onde são levados por trabalhadores dos diferentes elos da cadeia (dependendo da proximidade geográfica) e em pontos de venda formados por lojas da economia solidária e do comércio justo e solidário, uma porcentagem menor é destinada para o mercado corporativo, para exportação e para lojas de produtos naturais e alternativos. Os consumidores, em geral, procuram a Justa Trama por razões ambientais ou pelo fato dela ser essa referência importante para o público da economia solidária. O preço do produto final e o valor destinado a cada elo da cadeia produtiva é discutido nas reuniões da cadeia, com representantes de cada um dos grupos, e é sempre maior que o preço de mercado para o produtor, sendo que para o consumidor chega abaixo do preço das roupas de marca. Nelsa Nespolo, a presidente da cadeia produtiva Justa Trama e da Cooperativa Univens, em diversos momentos (entrevistas e vídeos) ressalta uma questão fundamental: na sua concepção o projeto político da Justa Trama só é possível com a venda das peças de roupa a um preço que seja justo, para que os trabalhadores possam comprá-las. Dessa forma, eles recusam-se a inserir no modelo das redes varejistas que, ao dobrar o preço de venda das camisetas para o consumidor final, só atingem um público elitizado.

No entanto, frente à dificuldade do modelo até agora implementado em viabilizar

economicamente a Fio Nobre, alguns caminhos são discutidos e imaginados: um deles é flexibilizar os critérios para a comercialização dos produtos da Justa Trama:

> (…) loja chique acha que o preço que ele botam é muito alto porque eles tem que jogar três vezes mais. Eles querem ganhar muito mais, o dinheiro fica nesse meio e não chega no trabalhador. Então seria ter um preço para exportar, um preço para loja e um preço para a economia solidária. **Estamos discutindo isso e nos batemos com a ideologia.**

Outra possibilidade é investir em fortalecer a comercialização própria, a partir da abertura de lojas. Entre esses dois possíveis caminhos está a escolha ideológica entre manter-se uma cadeia produtiva totalmente sob os princípios da economia solidária, ou flexibilizar o formato de distribuição para poder atingir maiores resultados econômicos (e, por consequência, garantir a sobrevivência dos empreendimentos produtivos). O caminho de manutenção dos princípios implicaria um grande investimento financeiro, o que está fora da capacidade financeira da cadeia, dependendo de captação de recursos externos com projetos. Seja como for, a participação na Justa Trama eleva consideravelmente a auto estima de todas as trabalhadoras do grupo, uma delas declarou que “Nas peças da Justa Trama a gente tem que fazer bonito, porque a gente trabalha para um projeto maior”.

De qualquer forma, também há planos para desenvolver as estratégias próprias da Fio Nobre. Pelos dados apresentados, 90% da sua produção é vendida, de uma forma ou de outra, dentro ou a partir de contatos estabelecidos no movimento de economia solidária, em um mercado orientado por valores sociais. Fora dele, ela depara-se com um mercado ultra competitivo, onde de um lado estão as chamadas “modinhas” (peças de produção e venda local, porém de difícil confecção) e de outro a produção de camisetas e materiais em grande escala, onde há concorrência com as grandes grifes ou com importados de baixa qualidade. Há uma consciência de que se inserir nesses mercados dominados pelas pequenas facções precarizadas implicaria diminuir drasticamente o ganho por unidade produzida, e aumentar o ritmo e a escala de produção. Além de todas as dificuldades de concorrer devido à falta de escala, a cooperativa ainda é prejudicada pelo regime tributário.

Isso explica-se porque centram-se em nichos de mercado que valorizam suas características intrínsecas e sua inserção política, apesar das limitações de escala encontradas até agora. De uma certa forma podemos dizer que essa cooperativa testa os limites[69] desse mercado formado por consumidores sensíveis à proposta da economia

69 Vale destacar que esses limites referem-se não só a escala e regularidade mas também a

solidária, haja vista ser um empreendimento cuja história se confunde com a do movimento de economia solidária, no qual está fortemente inserido.

Frente a essa situação, o empreendimento visualiza outros caminhos, como agregar empreendimentos para produzir em escala maior para encomendas do poder público (o que infelizmente ainda é um sonho). Outra seria a inserção no mercado local de uniformes para empresas privadas. Essa alternativa (em um grau menor do que o trabalho em facção) significaria a escolha por manter um nível mínimo de produção sem valor agregado para atingir um padrão fixo de remuneração, ao custo de abrir mão do nível que hoje existe de autonomia na organização da produção.

> E pra ti ter tem que ter preço e a gente não tem preço, a gente sabe disso, a gente não tem uma linha de produção onde a gente possa dar uma enxugada. Isso é complicado, isso faz com que tu não seja competitivo e a gente sabe disso. De que forma reverter? Só tendo produção pra tu poder baixar na tua quantidade. Tu vai vender 1 mil peças é um valor, vender 10 peças é outro valor. Então se tu puder manter essas 10 peças e aquelas 1 mil peças pelo mesmo valor é diferente, mas às vezes tu acaba tendo por aquelas 10 peças o mesmo preço que pelas 1 mil peças, não tem de onde tirar. É terrível, a gente fica ali sentado naquele computador, tira, tira, tira, tira não tem mais onde tirar (…) Na verdade, quando tu consegue um pedido é mais de parceiro, isso é indicado, porque se tu for entrar no mercado mesmo tu não consegue. (Ismael)

4.2 – Coopertextil

A Coopertextil é uma grande indústria formada hoje por 300 trabalhadores, sendo 60% deles mulheres, localizada na cidade de Pará de Minas, a 72 km de Belo Horizonte, numa região chamada de colar metropolitano de Belo Horizonte, que situa-se entre a região metropolitana propriamente dita e o interior do estado. Formada a partir da falência da Cia Textil Pará de Minas, ela desenvolve hoje os processos industriais de fiação e tecelagem a partir do algodão.

Para nossa pesquisa conversamos com 17 cooperados, sendo 10 cooperados da produção e chão-de-fábrica (incluindo duas encarregadas de setor e o responsável pelo PCP – Planejamento e Controle da Produção) e 7 do escritório, dois deles ocupam cargos de gerência (coordenador de produção e coordenador financeiro), conversamos também com a vice-presidente, um membro do conselho de administração e uma antiga membro do conselho de administração (todos do chão-de-fábrica). Um informante importante foi José Ribeiro, responsável na cooperativa pelo processamento de dados, que por uma

---

incompreensão de instituições parceiras que cancelam encomendas em cima da hora, em busca de preços mais baratos.

série de acontecimentos tornou-se seu representante na cadeia produtiva Justa Trama após ter trabalhado a vida inteira na Pará de Minas/Coopertextil, no que seguiu os passos de seu pai.

Histórico e antecedentes

De acordo com os depoimentos, a Cia Textil Pará de Minas era uma empresa familiar bem administrada até que os filhos do antigo dono assumiram a empresa e deram início a um processo deliberado de sucateamento da fábrica e demissão de diversos funcionários. Dessa forma, após algumas mudanças de gestão entre os filhos a empresa finalmente decretou falência. Em 1998 a empresa foi recuperada pelos trabalhadores, sendo que hoje um grande número destes, especialmente do chão-de-fábrica, já entraram quando ela havia se tornado uma cooperativa e, mesmo no escritório onde a maioria são trabalhadores mais antigos, não há muitas lembranças do tempo da antiga empresa, a Cia Textil Pará de Minas.

A empresa pertencia a um empresário paulista, tendo funcionado por muito tempo produzindo fraldas para a Kramer, chegando a ter 700 funcionários contratados. “Era a melhor empresa de estrutura salarial da região, ninguém conseguia competir, os funcionários eram muito bem remunerados” (José Ribeiro). Esse modelo de administração mudou quando os filhos juntaram suas ações e assumiram o controle da firma, sob o pretexto de que “O senhor tem uma estratégia muito humana, o senhor governa muito pelo coração e hoje tem que dar uma modernizada no processo” (José Ribeiro, escritório).

Em 1993 um dos filhos assume a empresa, sem nenhuma experiência anterior no ramo e “começou a desmontar esse império” (José Ribeiro), sucateou as máquinas, prejudicou as relações com os clientes e parou de atender as reivindicações dos funcionários, até que fosse pedida a concordata. Não se tratou de uma questão de má gestão, mas de um processo de falência fraudulenta semelhante ao de muitas empresas brasileiras e argentinas. José Ribeiro nos explica o processo:

> Primeiro: Quando vinha o faturamento a Pará de Minas vendia 60% com meia nota (…). Só que essa meia nota, quando esse dinheiro vinha, nunca era empregado na empresa, era embolsado, aí mandava pro exterior, mandava para os bacanas e iam embolsando, esse dinheiro desaparecia, então não adiantava vender meia nota, você se livrava de 18% de ICM, mais 2% de IPI, recebia 50% daquele valor daquela nota e consumia aquele dinheiro.

É então que uma das filhas do antigo dono aparece com uma proposta: “está surgindo no Brasil ainda muito timidamente uma coisa chamada autogestão,

cooperativismo diferente de cooperativa mista, cooperativa agropecuária" (José Ribeiro). Conseguiram, então, o apoio do presidente do sindicato dos trabalhadores têxteis, que já estava administrando a falência de outra empresa, e apoio de um juiz que estava por acaso na região. Em 12 dias foi construída uma saída difícil, envolvendo uma dura negociação na Caixa Econômica Federal, fornecedores, clientes etc:

> Agora querem dizer pra nós que o senhor [superintendente da caixa] não concorda? Se o senhor tivesse na nossa situação? Vinte anos de empresa, 30 – 40 mil reais de acerto trabalhista e o cara chega pra você diz que não tem 1 centavo pra te pagar, vai viver sua vida e se dane pra lá. O senhor queria estar na nossa pele? Com vinte anos aí o senhor já está na gerência, superintendência, e agora? Esperar a aposentadoria tranqüilo, ganhando aí uma razoável quantia, garantido com mais todos os benefícios. É isso que o senhor quer? (…) Aí ele: Então ta bom! Meteu a caneta. (...) Fundamos a cooperativa! Aí os caras falaram: As máquinas estão caindo aos pedaços, isso não tem nada, parte elétrica ta tudo bem... Então vamos fazer um plano de contingência, não é assim não, não damos conta não. Tem 10 máquinas paradas e 5 estão boas, 5 estão ruins? Vamos dar uma parada. Arruma a 6ª, depois arruma a 7ª, vamos fazer um plano. Aí fizemos um plano de manutenção. Aí fomos chamando a clientela, a clientela desconfiada, né? Isso é só mais um golpe que estão inventando pra gente. Negociamos com a Petrobrás pra fornecer o óleo combustível pra caldeira e fornecedores... Foi todo um trabalho de convencimento, de conversa, uns aceitaram, outros não, tivemos que buscar outros.

Nessa luta pela recuperação, os trabalhadores do chão-de-fábrica tiveram um papel totalmente passivo:

> Eu trabalhava na antiga Pará de Minas aí eu fui mandada embora, fiquei 4 meses em casa e aí a moça que trabalhava no Departamento Pessoal, que já saiu, ela me ligou perguntando se eu queria voltar, mas que o regime era cooperativa e nós tinha que pagar uma cota e assim, nós ia ser os dono da cooperativa. Assim: o que nós produzisse os lucro era pra nós mesmo. Aí explicou e eu fui e quis, entrei e to aí até hoje, né. (Operadora 1)

Apesar de ter sido implantada uma administração mais séria, a cooperativa na verdade ainda estava distante das mãos dos trabalhadores. O seu presidente, João, tinha sido chamado para ser diretor pouco antes da empresa falir, e foi uma imposição não-formal dos antigos donos, que ameaçaram não fazer o arrendamento da planta. João acabou assumindo a presidência, tendo José Ribeiro formado parte do Conselho de Administração, ainda que a contragosto. Passado o período inicial, a verdadeira intenção do novo presidente foi se delineando com mais clareza. As desconfianças se iniciaram quando o presidente impulsionou uma política de grandes investimentos em novas máquinas para o setor de acabamento, negligenciando todos os demais setores. José Ribeiro conta que tentou alertar os demais membros do Conselho de Administração a respeito da situação:

> Mas você vai tirar o presidente porque ele mandou arrumar uma máquina? Falei: não! É porque por detrás disso tem coisa. Que coisa? Gente, acorda! A firma estava quebrada o João ajudou a quebrar. O cara vem aqui, eles impõem o cara ser presidente da gente e o cara resolveu agora investir maciçamente no setor de acabamento que é o setor mais independente que nós temos. Sem ele... Se você pegar o tecido já preparado e mandar pra ele, ele faz qualquer coisa (…). Acorda gente! Esse setor pode ser movimentado individualmente, não depende de nós, não. Agora esse setor está sendo preparado, vocês estão enfeitando uma noiva pro outro casar. (…) Sentei com o contador, fiz a carta de renúncia, mandei uma via pro advogado, cheguei perto do João: João, estou renunciando ao cargo, não conte comigo pra nada, não vou fazer parte desse complô, não vou, não sou sacana, não sou desonesto, não sou safado, nunca quero ser na minha vida.

Um ano depois a expectativa se consumou. Quando da renovação do contrato de arrendamento entre a cooperativa e o antigo dono da empresa, este excluiu da negociação o setor de acabamento, “todo reformado às custas dos cooperados, às custas da nossa remuneração” (José Ribeiro), sem ressarcimento por todas as melhorias feitas no setor. A consequência lógica foi a saída do então presidente da cooperativa para assumir a nova empresa, formada com a unidade de acabamento. Foram feitas então novas eleições para o Conselho de Administração da cooperativa e assumiu como presidente Júlio, que até então era o responsável pelo setor comercial e membro do Conselho Fiscal - dessa vez José Ribeiro decidiu não fazer parte da chapa. Recentemente Júlio foi reeleito para o cargo, dessa vez em conjunto com um Conselho de Administração todo formado por trabalhadores do chão-de-fábrica.

Hoje a cooperativa funciona sem a parte de acabamento, o que derrubou fortemente o valor agregado pelos seus produtos, já que agora os tecidos são vendidos crus. Isso gerou uma crise financeira agravada pela conjuntura econômica. É nesse contexto que a Justa Trama aproxima-se na busca de um elo para substituir um antigo membro da cadeia produtiva, a cooperativa Cones, de Nova Odessa, São Paulo.

Inserção Política na Sociedade

A cooperativa e seus integrantes passaram grande parte de sua relativamente longa história totalmente desconectados de qualquer movimento social ou luta política mais ampla. Sem luta dos trabalhadores no processo de recuperação da fábrica, a cooperativização, ainda que tenha alterado as correlações de força dentro da cooperativa não levou a nenhum processo de conscientização ou mobilização política. Os cooperados da administração ressentem-se da falta de modelos nos quais espelharem-se para aprender a fazer uma gestão democrática. As tentativas de contatos nas OCEMG (Organização das Cooperativas de Minas Gerais) só os pôs em contato com cooperativas médicas ou rurais, do ramo de laticínios, que logo constataram não terem nenhuma

semelhança com o formato de gestão de uma fábrica onde os trabalhadores são cooperados. Tratam-se de cooperativas patronais, onde os trabalhadores são funcionários como em qualquer empresa.

Foi apenas no momento em que a Justa Trama ficou sabendo de existência da Coopertextil, e a procurou apresentando a proposta da cadeia produtiva do algodão solidário, que eles passaram a tomar conhecimento mais próximo do movimento de economia solidária e da Unisol Brasil. Pelos relatos dos contatos dos dirigentes, essa aproximação com a Justa Trama e com a Unisol aos poucos abre novos pontos de vista na cooperativa. Nesse sentido, tem se buscado articular uma visita de Nelsa, da Univens, ou de Idalina, da Fionobre, para fazer uma conversa de motivação e sensibilização para a economia solidária com os cooperados. Passaram a envolver-se também na construção de uma cadeia produtiva articulando cooperativas brasileiras e uruguaias para confecção de roupas com fios de plástico reciclado, no que passaram a participar de eventos e reuniões com governantes e membros de cooperativas dos dois países. No entanto, mesmo dentro do movimento de economia solidária e da Unisol, eles vem deparando-se com dificuldades para encontrar parceiros e trocar experiências:

> O que conheço de nosso porte aqui é lá em Nova Odessa, A CONES**.** Até infelizmente eu tentei fazer um meio de campo pra gente trabalhar junto, nem no sentido de parceria, mas trocar idéias, mas infelizmente não tive retorno, não consegui essa abertura com eles, parece que eles não estavam dispostos (…). Quando eu tive no encontro da Unisol em São Bernardo, aí eu encontrei com eles e tentei da gente fazer um intercâmbio e tal, deles também virem aqui, mas aí é aquele negócio, a pessoa tem que estar com a cabeça aberta (Geraldo – coordenador do escritório).

Vale ressaltar que a própria decisão de entrada na Justa Trama foi a tomada de um compromisso político por parte da cooperativa, ou ao menos de alguns dos seus membros. José Ribeiro nos relata que inicialmente a produção na cadeia da Justa Trama foi tida como totalmente inviável operacionalmente, devido à baixa escala (um ano de tecido da Justa Trama é produzido em menos de um dia de produção da Coopertextil) e à necessidade de desmonte e limpeza das máquinas para a garantia da qualidade orgânica. A entrada se deu depois da realização de uma assembléia da Justa Trama em Pará de Minas onde, como estratégia de sensibilização, convidaram diversos cooperados da Coopertextil para conhecer a cadeia produtiva e o processo de produção do algodão orgânico. A partir daí José Ribeiro passou a trabalhar como um “agente da Justa Trama” dentro da Coopertextil, convencendo gerentes, encarregados e trabalhadores a realizar uma produção especial em um sábado, contando com toda espécie de subterfúgios e

pequenas ações de astúcia para escapar de responsáveis que eram contra a realização dessa produção. Foi então que na próxima assembléia da Justa Trama a Coopertextil passou a integrá-la formalmente.

Após diversas ações de sensibilização formou-se uma espécie de compromisso com os agricultores que haviam trabalhado duro e iam perder a safra de algodão, eles iam ajudar a resolver uma "questão social". Para convencer mais sócios, resumiu-se a questão como caridade: "chama aqueles mais chegados seu e fala com eles que é uma obra de caridade que vamos fazer, pode falar que é uma obra de caridade" (José Ribeiro). O que percebemos é que, pela própria convivência, esse sentimento de estar ajudando vai se transformando numa proposta de "fortalecer a cadeia da economia solidária" (Geraldo). Com esse envolvimento mais recente no campo da economia solidária, muitos dos sócios da administração agregaram esse elemento às críticas que já faziam ao governo desde o ponto de vista de defesa do setor industrial produtivo, que sempre verificaram como desprotegido e desfavorecido pelas políticas públicas:

> Tinha que ser diferente de empresa, tanto é que era diferente, mas era diferente pra pior, tanto é que tentei fazer um cartão BNDES pra facilitar a gente comprar uma máquina ou outra, recebi resposta do banco que cooperativa não pode ser contemplada com esse cartão (Geraldo).

Organização Interna

A Coopertextil tem uma organização da parte produtiva bem próxima ao de uma empresa convencional convivendo ao lado dos órgãos de decisão democrática previstos na forma jurídica da cooperativa. A assembléia geral é o órgão máximo de decisão, abaixo da qual situam-se os tradicionais Conselho Fiscal e o Conselho de Administração. Uma invenção própria dessa cooperativa, o Conselho Disciplinar, formado por sete titulares e sete suplentes, funciona como uma espécie de tribunal, para "julgar" as questões disciplinares que surjam do chão de fábrica. Formalmente abaixo dos órgãos políticos estão as coordenações técnicas, divididas entre Coordenação Industrial, Coordenação do Escritório e Coordenação Comercial, ocupadas pelas figuras de maior referência na cooperativa e com grande poder de decisão. Na prática, os três órgãos políticos servem como contrapeso a esse poder de decisão, especialmente em questões referentes aos associados. Essa interação se dá no marco de um conflito que é aberto, entre os trabalhadores do chão-de-fábrica e os trabalhadores do escritório, e que permeia toda a vida da cooperativa.

Esse conflito agravou-se nos últimos cinco anos, devido à perda da unidade de

acabamento, ocasionando uma queda brusca no faturamento, na viabilidade econômica da cooperativa e, consequentemente, no valor das sobras que eram distribuídas entre os cooperados no fim do ano. Dessa forma, há um marco diferencial muito importante para todos, entre o tempo das “vacas gordas” e o tempo das “vacas magras”, esse é um elemento importante para entender a situação atual.

Vejamos um relato representativo de uma trabalhadora do chão-de-fábrica:

> Há 12 anos atrás nós conseguimos melhorar um pouco, durante 7 anos ela viveu muito bem, sabe, a cooperativa foi muito boa, a gente tinha lucro todo ano, tinha reuniões, tinha benefícios, foi uma coisa boa. Uma beleza! Funcionava tudo direitinho não tinha uma coisa que pudesse... Só que daí há uns 5 anos atrás ela deu um baque muito grande, sabe. Eu não sei explicar por que deu essa coisa, eu não trabalho na administração então não sei, mas eu sei que deu um baque muito grande, a gente se afundou, mas se afundou de uma vez. Então hoje a cooperativa não é boa, ela já foi, hoje não é tão boa. A gente tem o salário em dia, tem a cesta, o *ticket*, mas tem muitos problemas. É difícil solucionar os problemas, a gente não dá conta, então... Mas vamos avante tocando o barco pra ver no que vai dar (Operadora 2)

Destaca-se desse relato um elemento constatado em todas as entrevistas com os trabalhadores de chão-de-fábrica: nenhum deles percebe a perda da unidade de acabamento como ocasionadora das dificuldades financeiras da cooperativa e apenas uma trabalhadora apontou a questão do pagamento de aluguel pelo uso do barracão ao antigo proprietário[70]. Apesar do grande estrangulamento causado por estas duas imposições do antigo proprietário, quando discute-se a viabilidade econômica da cooperativa essa questão quase não se apresenta, o mais comum é a identificação da culpa na baixa eficiência do trabalho na produção.

No entanto, na perspectiva de alguns sócios do chão-de-fábrica a relação de causa e efeito é inversa (ainda que não identifiquem a perda da planta de acabamento como causa original):

> Há uma diferença muito grande, muito grande. Porque, geralmente, uma empresa que é registrada tem INPS, tem Seguro Desemprego, tem todos os benefícios, ela exige muito e tem jeito de cobrar de seus funcionários. Entendeu? Então é uma fábrica que no final você sai e tem tudo, e aí então você tem direito de cobrar. Aqui você não tem nada, se **você sai, sai devendo, ultimamente sai devendo. É uma coisa que você num... Não calcula na sua cabeça e então não tem como cobrar, por mais que tente cobrar, não tem como. Vão falar: todos não estão ganhando nada mesmo, a gente não tem nada, então fica difícil.** (...) Quem tem consciência trabalha e quem não tem não trabalha. (…) **É. Tinha um salário melhor, né (…) Então a gente tinha mais vontade de trabalhar, o pessoal era bem melhor. Agora o salário é horrível** (Operadora 1)

70 O pagamento de aluguel sob o faturamento da cooperativa pelo arrendamento do maquinário e das instalações é na prática a manutenção da extração de mais-valia do antigo dono. Infelizmente pelo que constatamos essa prática parece ser comum no processo de recuperação de empresas no Brasil, como no caso da Uniforja (ODA, 2001)

Como os cooperados do chão-de-fábrica não têm consciência que a situação piorou devido às manipulações realizadas pelo antigo patrão, começam a desconfiar da idoneidade da atual administração da cooperativa como fator explicativo para as quedas nos resultados. Os cooperados de escritório sabem que uma boa parte dos trabalhadores compartilha essa visão desconfiada, que classificam como sabotagem, e reclamam que o chão-de-fábrica quer uma barganha constante. Essa desconfiança mina todas as relações entre os cooperados, até mesmo na hora de se avaliar a participação na Justa Trama, por exemplo:

> Cheguei a trabalhar com o algodão orgânico em fiação. Assim: é um bom algodão, mas ele é muito exigido sabe, um algodão assim... Como eu te explico? Por ele ser muito caro, então a pessoa exige um trabalho muito eficiente (…). Não! Não vale a pena pra funcionário, entendeu. Para os cooperados não vale a pena porque trabalha muito mais, mas para a cooperativa vale porque ela ganha mais. É um produto mais caro, mas sai mais caro no mercado. (…) Não! A gente nunca vê. Mesmo que ganharam um bom dinheiro com esse algodão orgânico, com essa Trama, a gente não vê esse dinheiro nunca. (…) Entendeu agora? (…) Não só pra mim, pra várias pessoas lá dentro não tá resolvendo nada. (…) Não vale a pena porque se der lucro o Júlio nunca repassa pra gente, nunca! (…). Ah, meu filho... Se ele der um grito aqui dentro (...) ele é terrível. (…) O Júlio é difícil! Então não vale a pena não. Aí o pessoal vai desmotivando, um não quer trabalhar, o outro não quer fazer. Eu já não vou fazer, já disse que não vou fazer, pronto, acabou, não faço. Não vale a pena (Cooperada 2).

Nesse contexto, fica explícito que a cooperativa não consegue aproveitar as vantagens motivacionais que seriam inerentes ao formato, mas é importante destacar que ela também não consegue recorrer à imposição como uma empresa “convencional” hierárquica. Comecemos a explicar essa situação pela descrição do funcionamento dos espaços democráticos institucionalizados. De acordo com os relatos, a assembleia funciona verdadeiramente como espaço de disputa, de “brigaiada”, “guerra”, “confusão”, cobranças sobre “onde está o dinheiro”, e até mesmo de reversão de decisões da administração:

> Não sei se eu posso entrar nesse detalhe... Se quiser tirar uma pessoa, sabe? Eliminar uma pessoa, aí é a assembléia (...) Aí a pessoa assim, por exemplo, foi eliminada... No caso que eu tava e eliminamos uma pessoa, aí a pessoa recorreu e foi pra assembléia, e aí a assembléia voltou ele e ele tá aí até hoje. A pessoa comete um erro grave depois eles elimina, e aí assembléia vai e volta. (…) Por causa da cabeça, porque tem muitos que pensa assim: eu vou fazer coisa contra o povo da administração sendo que aqui tudo é uma cooperativa e todo mundo coopera, né? Mas tem muita gente que tem a cabeça assim pequena e acha que tá fazendo contra eles. Fazendo contra eles tá fazendo contra todo mundo. (...) Aí as pessoas ficam com dó e voltou. Várias pessoas que foi eliminada aqui voltou. (...) Voltou porque o povo lá dentro votou pra voltar (Operador 1).

Um outro lado da belicosidade da assembleia é o afastamento da participação dos cooperados, do que ressentem-se os cooperados da administração: “A última assembléia

pouca gente participou, demos lanche pro pessoal que sai meio-dia e eles ficaram zombando, zombando e foram tudo embora" (Trabalhadora do escritório 1).

Abaixo da assembléia está o Conselho de Administração**,** composto por quatro sócios eleitos. As primeiras gestões do conselho de administração refletiram um domínio dos cooperados do escritório, com o passar do tempo alguns dos líderes mais combativos dos cooperados (seja pela sua participação nas assembleias seja pela organização de protestos e manifestações) passaram a ser incorporados no conselho de administração, refletindo a capacidade de organização destes, sendo que para os cooperados da administração há uma expectativa de que esse processo possa diminuir a desconfiança e os conflitos. Neste sentido, abre-se uma questão interessante sobre a representatividade e a capacidade de manutenção dos interesses das bases, pois os relatos dão conta de um distanciamento em relação às demandas do chão-de-fábrica.

A gestão que se encerrou ano passado tinha o presidente e o vice-presidente vindos do escritório (o coordenador comercial e o coordenador do escritório), e dois cooperados do chão-de-fábrica. Pudemos conversar com uma delas, uma cooperada que já tinha um histórico de mobilização e organização de greves em outras fábricas nas quais havia trabalhado, e que foi eleita após organizar uma greve[71] reivindicando o recebimento de vale-alimentação. Ela se notabilizou também por ter ocasionado a demissão de um coordenador após um conflito relacionado à instalação de uma máquina nova na empresa, e por ter iniciado um projeto (que acabou não se concretizando) de organização de uma creche para os filhos das cooperadas. Sua visão da cooperativa mudou após ter cumprido o seu mandato no Conselho de Administração: "antes eu gostava de organizar greve, agora não gosto mais porque vejo que dá prejuízo para a fábrica". Mesmo não identificando mais a greve como instrumento ideal de pressão dos trabalhadores, ela reconhece que haveria mais a ser conquistado pelos cooperados, na sua opinião "O problema é que os cooperados vão para a assembleia e discutem outras coisas, bobagens, não apresentam as questões importantes". Além disso acredita que a própria administração tem suas falhas e "come mosca", deixando de passar informações importantes para os cooperados.

Apesar desse diagnóstico hoje ela não se sente mais motivada a influir nessa relação, entender os motivos da administração fez com que na prática ela deixasse de ter

71 Apesar de parecer uma prática descontextualizada, a organização de greves em empresas autogestionárias é um recurso que pode ser usado pelos cooperados quando os canais formalmente estabelecidos para a democracia não estão dando conta de atender as necessidades da maioria dos cooperados, o que era comum por exemplo na Iugoslávia "autogestionária".

um papel político na cooperativa. Ela acredita que outros cooperados devem assumir esse papel, mas que precisam aprender a se organizar para formular e reivindicar as demandas. Como exemplo, nos relatou um caso em que iniciou-se uma agitação contra o regulamento que prevê a perda da cesta-básica para quem tiver uma falta no mês, mesmo com atestado[72], o que acabou não resultando em nenhuma conquista por conta da falta de organização dos cooperados.

Terminado esse mandato no ano de 2010, o Conselho de Administração recentemente eleito é formado por três trabalhadores do chão-de-fábrica, mantendo-se apenas o presidente do escritório. A nova vice-presidente vem de um histórico combativo, eleita com o maior número de votos da eleição. Rosângela já estava acostumada a atuar como representante dos cooperados nas reivindicações junto ao escritório:

> Teve voto pra caramba, era a que mais metia o pau. Aí ela falou assim pra mim, no dia que foi eleita: "você tá decepcionado por eu ser vice presidente?" Falei assim: "Rosângela, eu agradeci a Deus. Foi a melhor coisa que aconteceu nos últimos tempos". "Por quê? Eu achei que você não queria". Falei: "Quero! Aquele que mais mete o pau é o que mais vai sentir do outro lado. Eu quero que você sinta o que é a responsabilidade, você nunca ia poder sentir se você continuasse metendo o pau em nós. Você tem que assumir mesmo! Agora eu quero ver daqui um tempo se você vai amadurecer ou se vai desistir" (José Ribeiro).

Ela já vem sentindo a pressão dos cooperados em melhorar as condições de trabalho, e tem uma percepção muito aguda dos interesses opostos existentes na cooperativa e do seu papel de mediação. Na sua visão, o funcionamento: "tem que ser bom para o cooperado e ser bom para a cooperativa". Estando no Conselho de Administração: "eu levo as demandas dos cooperados, as vezes eles respondem que não dá, e eu passo a explicação pro pessoal. Às vezes eu vejo que tem outra possibilidade e vou para o confronto", Isso porque ela identifica que o pessoal do escritório tende a não enxergar o lado dos cooperados, enquanto os cooperados dificilmente prestam atenção nas necessidades de viabilidade econômica da cooperativa.

Da forma como vem se configurando o Conselho de Administração passou a ser um órgão de mediação entre os interesses do chão-de-fábrica e os interesses da administração, mas os atuais conselheiros vem encontrando uma série de dificuldades para exercer esse papel frente à desconfiança do chão-de-fabrica, que muitas vezes acham que "eles foram vendidos", ou "passaram para o lado de lá". Há diversas dificuldades em garantir um contato e transmissão de informações mais permanente entre representantes e representados, afinal são 3 conselheiros para 300 trabalhadores do

72 Vale destacar que essa pratica ainda é comumente usada em fábricas recuperadas, inclusive na Zanon, fábrica recuperada referencia em termos de politização e inserção nas lutas sociais (Wyczykier, 2009).

chão-de-fabrica e não há espaço formal de interação. Por outro lado, os conselheiros do chão-de-fabrica tem que enfrentar a resistência dos trabalhadores do escritório em adaptar-se a suas demandas e ao ritmo democrático: “Teve um caso de uma cooperada aí, acho que foi a vice-presidente, que não quis aprovar o livro contábil, tava assinado por todo mundo e ela disse que não queria assinar porque não sabia o que é isso” (Cooperada do escritório).

Esse caso é emblemático, pois retrata o sentimento dos trabalhadores do escritório frente a tentativa da vice-presidente de exercer o seu papel de forma correta. O sucesso dessas tentativas em diminuir os conflitos da empresa via incorporação do chão-de-fabrica no Conselho de Administração vai depender fundamentalmente da capacidade do chão-de-fabrica pressionar seus representantes, e da capacidade destes de conseguirem exercer seu papel e repassarem as informações de sua atuação. Se, por outro lado, o escritório for bem sucedido em fazer com que os trabalhadores que ocupam o Conselho de Administração passem a ter uma visão da fábrica igual à sua, paradoxalmente fracassarão porque ele já não terá mais nenhuma conexão com o pessoal do chão-de-fábrica e as suas demandas, de forma que a situação de desconfiança não será alterada.

Além do Conselho de Administração, a cooperativa apresenta ainda o Conselho Fiscal e o Conselho Disciplinar, sendo este último uma espécie de tribunal que julga as faltas cometidas pelos cooperados e delibera as punições a serem realizadas:

> Algum problema que der com algum operário lá dentro aí o coordenador chama e aí primeiro vai dar uma advertência. Ele veio e rescindiu de novo aí ele manda pro conselho e aí o conselho vai e já tem os papel, as folhas escrito, as normas tudo e aí você vai ler, vai olhar onde que ele vai cair, vai analisar direitinho, ver o que você vai fazer, dependendo da falta. (…) Que eles reagem ali também, só que dentro da lei mesmo, dentro da norma do regulamento interno, você não pode sair fora porque senão vem pra cima da gente também, então você tem que agir no intento (Operador 1).

São esses os órgãos de gestão democrática da cooperativa que convivem paralelamente com o sistema de organização da produção presente em qualquer fábrica convencional, em uma linha que pode ser traçada do operador de máquina até o gerente de produção, passando pelos monitores e coordenadores de setor ou da recepcionista até o coordenador de escritório. Um dos principais diferenciais do funcionamento democrático é a virtual impossibilidade de demissão dos cooperados. Vejamos como uma das cooperadas descreve a situação:

> Porque não pode mandar embora, a situação é difícil lá em cima. É cooperado? Não pode ser mandado embora. É mais fácil nós cooperados tirar o coordenador do que ele tirar a gente. Entendeu? **(...)** Porque aí você pode fazer um abaixo

> assinado, várias pessoas podem assinar e demitir ele. E no caso da gente é difícil porque se a administração assinar e o pessoal não assinar não tem como. (…) Não tem jeito. **(...)** Concordar de mandar a pessoa embora, aí acontece (Operadora 3).

Para algumas pessoas do chão-de-fábrica este é o principal, e muitas vezes o único, ponto positivo do formato cooperativo em relação ao formato empresa, "essa tranquilidade de você poder comprar uma coisa, você tem a garantia que você tem o seu emprego pra poder pagar". Por outro lado, a impossibilidade de excluir os "maus" trabalhadores da empresa é vista como uma grande dificuldade de obter um bom ritmo de trabalho pela maioria dos trabalhadores do escritório, e mesmo por alguns dos trabalhadores do chão-de-fábrica. O que percebemos é que se a impossibilidade de demissão serve como escudo para que os trabalhadores exerçam um controle sobre o seu próprio ritmo de trabalho, de outro lado faltam incentivos para que esse controle individual ou coletivo sobre o ritmo de trabalho seja exercido de forma consequente às necessidades de viabilização econômica da empresa. Dois fatores podem ser apontados para tal, o sentimento de desigualdade e a já citada desconfiança.

O primeiro fator está relacionado à questão da remuneração, dado que as faixas salariais são as mesmas de uma empresa convencional, com a manutenção de mais ou menos os mesmos níveis que existiam na empresa Pará de Minas. Este fato que tem origem no próprio processo de recuperação da empresa, e é agravado pelo formato de distribuição das sobras no final do ano, que é proporcional à remuneração de cada trabalhador. No entanto, apesar de haver uma percepção de que o pessoal da administração "ganha muito", a mudança nos critérios e nas diferenças não é um assunto que foi colocado em questão em nenhuma das entrevistas realizadas, geralmente a questão da remuneração é colocada apenas em termos absolutos. A exceção foi uma cooperada do escritório que comentou conosco: **"**na época da formação da cooperativa avisaram a gente que teríamos problemas com a diferença de remuneração". É a mesma cooperada que nos disse que "a questão não é só a falta de dinheiro, esse é um elemento importante, mas a questão também é a relação com a administração", no que voltamos a questão da desconfiança, agora relacionada com a falta de informação:

> Eu não tenho muita informação lá de baixo, não conheço o pessoal, os processos, não posso falar, mas sei que eles tão achando muito ruim. Eles acham que o pessoal aqui de cima tá ganhando muito ou tá roubando, muitos acham que a antiga empresa, os antigos donos ainda continuam aqui (…). O Júlio não dá muita informação... Informação é bom, até a gente quer (…). Mas eles também não vem atrás de perguntar, nós também não entregamos para eles. Mas devia partir daqui né, da administração (Cooperada da administração 2).

Realmente vários dos trabalhadores do chão-de-fábrica apresentam esse questionamento de que falta “sentar, conversar, dialogar”, faltam canais de comunicação e participação. Da parte do escritório, por outro lado, muitos tem a sensação de que todos os esforços feitos são em vão: “o pessoal debocha da gente, a gente tenta passar as informações e eles riem da nossa cara”.

Resumindo, temos um quadro em que, por um lado a capacidade de mando está diminuída pela impossibilidade de demissão, pela subordinação da direção ao Conselho de Administração e à assembleia e pela subordinação dos níveis médios da hierarquia à estrutura do Conselho Disciplinar; por outro lado, muitos trabalhadores nutrem um sentimento de oposição aos trabalhadores da administração. Dessa forma, controlar a disciplina de trabalho para atingir os níveis de eficiência necessários torna-se uma missão quase impossível que fica nas mãos dos coordenadores de setor, os primeiros no degrau da hierarquia técnica. Estes têm a função de verificar se os operadores estão cumprindo satisfatoriamente seu papel e ajudando nos casos em que for necessário.

Pelo que pudemos perceber existem diversas mudanças positivas em termos de uma relação mais humana e mais respeitosa entre coordenador e operador, um reflexo da resistência dos operadores, travada com os instrumentos proporcionados pelo formato cooperativo: “Aconteceu isso com um chefe que tinha aí. Ele chama Valdeci, brigou demais com a gente, ficou brigando muito, enchendo a paciência e aí a gente fez um abaixo assinado e tirou ele e ele saiu. (…) Foi justo” (Operadora 2). Dessa forma, talvez devido a essas demonstrações de poder dos cooperados combinada a uma visão entre alguns membros da administração do papel correto do coordenador em uma cooperativa, consolidam-se relações diferentes, em que “o coordenador é seu amigo, conversa”:

> Só que o sistema de cooperativa você não pode levar como se fosse uma firma. Você pode chegar perto como cooperado, se vai chamar atenção tem que saber planejar mais melhor, né. Se não vai falar alguma coisa: Quem coopera... Eu sou dono. Então tem que saber muito como planejar as coisas(...) Parece que chega melhor, conversa melhor com a gente, porque firma chega falando, mandando e desmandando, na cooperativa não é assim (Operador 1).

De fato, os próprios depoimentos das coordenadoras apontam uma consciência de seu papel, que parte de um princípio de igualitarismo. Noemi, que foi a primeira coordenadora mulher da empresa, nos disse: “Eu sempre peço opinião pro operador, as vezes ele sabe mais”, e enfatizou a importância do diálogo: “eu falo a verdade, o que precisa falar, porque assim a pessoa pode responder o que ela pensa diferente e a gente chega num consenso”, e “eu não gosto de eu pedir para os outros, de mandar, eu gosto

de perguntar". Agnis, que começou já na cooperativa como faxineira e tinha assumido a função de coordenadora há apenas alguns meses nos disse que: "para mim é uma forma de funcionamento que traz resultados pois cada um contribui com o que sabe em vez de ter um chefe mandando e outros obedecendo. Aqui na Coopertextil não é assim, muitos processos são melhorados com as ideias que vem de dentro". De fato presenciamos uma máquina que estava sendo adaptada e modificada por sugestão de um operador.

Na nossa observação do trabalho das coordenadoras presenciamos elas assumindo a operação das máquinas, e inclusive cobranças dos operadores em relação às coordenadoras, ao invés do contrário. A relação com alguns operadores era bem difícil, sendo que no caso de uma máquina que havia quebrado cinco minutos antes do fim do turno dos mecânicos percebemos que eles procuraram indicar soluções paliativas, na tentativa de sair da fábrica o mais rápido possível, sendo que os próximos mecânicos só entrariam cinco horas mais tarde. Nesses e outros casos constatamos o peso da baixa remuneração e da desconfiança na criação de uma cultura de, sempre que possível, fazer "cera", sempre escamoteando essas paradas dos coordenadores.

Nessa situação, o controle coletivo, que poderia substituir a disciplina imposta de cima para baixo pelo coordenador por uma disciplina horizontal baseada no compromisso de cada um, fica inviabilizado, acontecendo na verdade o oposto, um controle coletivo contra o aumento da eficiência. Alguns trabalhadores relatam tentativas de melhorar o ritmo de trabalho, mas na maioria dos casos a tendência é não querer se indispor:

> É uma coisa ruim, né, porque geralmente sobrecarrega. Por exemplo, eu trabalho direito e fulano não trabalha, e praticamente faço meu trabalho e o dele. Uma sobrecarga numa pessoa e a outra ganha a mesma coisa que você ganha e está assim, né (...)Não posso. Dá problema, dá muita confusão lá dentro, aquele clima horrível, então não dá (…). Já teve, mas dá muito problema. (…) Deixa pra lá. (…) Deixa a pessoa agir conforme a consciência manda (Operadora 1).

Uma das explicações para essa situação (a que desenvolvemos até aqui) é que frente à desigualdade e falta de informação, os trabalhadores não se sentem realmente donos da cooperativa e por isso não trabalham com mais afinco. Outra explicação, possivelmente complementar, é a de que frente a todas as limitações (impostas pelo mercado, pelo antigo patrão, e pela ausência de agregação de valor no acabamento), a manutenção da competitividade e da produtividade pressupõe uma intensidade de trabalho e um desgaste do trabalhador a que este não está disposto a sujeitar-se em um ambiente democrático, e de fato não está sujeitando-se.

A cooperativa parece estar paralisada em um meio termo entre uma empresa

democrática e uma empresa hierárquica, sem uma maior motivação aos trabalhadores, que seria inerente ao fato de todos serem donos, e sem os mecanismos de cobrança da empresa convencional, o que somado ao estrangulamento realizado pelo antigo patrão a torna quase inviável. Nesse caso impõe-se o dilema: degeneração ou falência, pela incapacidade de manter-se no mercado e ao mesmo tempo exercitar um ritmo de trabalho considerado aceitável pelos trabalhadores. O problema central é que nem cooperados do chão-de-fábrica, nem da administração enxergam a cooperativa como potencialmente vantajosa. As ações de resistência dos primeiros não são vistos como elementos de sua força que pôde ser liberada pelo fato de que são maioria nas tomadas de decisão em um espaço democrático, mas como uma ação de vingança na redução frente a ausência de direitos trabalhistas: “já que eles não pagam direito a gente não trabalha direito”. Retornar ao modelo heterogestionário resolveria, para os trabalhadores do chão-de-fábrica, a questão de acesso aos direitos trabalhistas, e para os do escritório resolveria a questão da incapacidade de mando. Estaria-se, então, confirmando, quase ao pé da letra, o dilema de Rosa Luxemburgo.

Uma das questões que pesa, na perspectiva de optar pelo modelo de empresa, é a falta de exemplos de cooperativas para serem seguidos, e o fracasso de tentativas já realizadas, como a contratação de um psicológo para motivar os trabalhadores, mas sem que este realizasse um trabalho específico sobre a forma cooperativa de organização. No entanto, com a aproximação da Justa Trama e de suas lideranças, que têm um histórico na construção e gestão de cooperativas, abrem-se novas perspectivas. Destacamos que apesar de diversos cooperados terem apontado a necessidade de mais reuniões e de maior circulação da informação dentro da cooperativa como estratégia para diminuir a desconfiança, esta proposta não apareceu claramente como perspectiva de ação para melhorar a situação da Coopertextil.

O que está em discussão é reforçar o sentido de igualdade especialmente em termos financeiros:

> A cooperativa está tentando implementar a partir do mês de agosto uma premiação. Aí foi acordado com o conselho, com todo mundo, como é que a gente faria essa premiação: por eficiência. É uma forma de medir, mas têm variáveis que podem comprometer, então vamos fazer em cima de metragem. Aí definiu em cima de metragem (…). O resultado aí é global (...) É o que a gente vai perseguir. Por exemplo, o cara que limpa o banheiro vai ganhar o mesmo valor que o Júlio Moraes vai ganhar que é nosso presidente (…). Então a qualidade do trabalho dele vai propiciar a ele uma satisfação melhor para a família dele através da remuneração. (…) Então é um negócio simples, mas que precisa de ser feito alguma coisa, e no momento, em meu ponto de vista, é um pontapé inicial importante pra gente. Pra largar esse negócio de querer achar um culpado (Zé

> Antonio – coordenador geral de produção).

Esse seria o primeiro bônus de remuneração distribuído de maneira igualitária, justamente com o objetivo de reforçar esse sentido de união, já que a desigualdade na forma de remuneração e distribuição das sobras persiste. Resta saber se os recentes contatos no movimento de economia solidária vão se mostrar capazes de abrir horizontes para os cooperados dos dois lados e reforçar as iniciativas que estão sendo propostas no sentido de uma maior democratização.

Inserção no mercado

Como vimos, a dificuldade em viabilizar economicamente a Coopertextil é a origem de grande parte das dificuldades e conflitos internos da cooperativa. O mercado da indústria têxtil é extremamente competitivo, especialmente com a concorrência da indústria chinesa, agora não só pela venda dos tecidos acabados mas também pela sua entrada como compradora no mercado de algodão, cujo preço chegou a aumentar em cinco vezes na crise de 2010. A situação agrava-se pelo fato da cooperativa não ter marca própria e produzir tecido principalmente como faccionista para outras empresas (80% da produção é dirigida à grande atacadista denominada Ima Tecidos, de Belo Horizonte). Apesar de não faltar demanda, as margens de lucro são baixíssimas.

Ademais, a legislação traz uma série de impostos e dificuldades extras para a organização de uma cooperativa:

> Quando veio essa tributação nós discutimos a seguinte coisa: Para o Estado brasileiro a cooperativa é formada pelo conjunto de cooperados e para o INSS a cooperativa tinha o seu corpo formado por uma instituição jurídica e outra física dentro da mesma instituição. O Estado brasileiro não considera isso. Eles arrumaram uma maneira no Supremo e conseguiram passar isso dizendo que a cooperativa, pelo seu corpo jurídico, ela tem que recolher aos cofres públicos 20% em cima da sua folha. Então nós ficamos tributados a 31%, maior tributação de qualquer atividade que você possa imaginar no Brasil. Ninguém paga 31% de INSS. Só de INSS 31% na folha que sai de onde? Do resultado nosso. Só isso já foi uma facada e já foi uma perda violenta.

Se a cooperativa tivesse produção própria, uma saída para estar um pouco melhor no mercado seria antecipar as tendências da moda. Ainda assim, há uma limitação estrutural imposta pela arquitetura do mercado têxtil, que não favorece o setor de fiação e tecelagem, concentrando os ganhos na venda ao consumidor final.

> Observa só uma coisa, Felipe: Vamos supor que esse produto aqui lá no varejo ele custa 15, pra eu fazer esse tecido aqui ele saiu por 3, eu ganhei 5% em produzir. Por que de 3 pra 15? Essa distância tem que diminuir, precisa diminuir, as empresas estão morrendo por causa disso (Zé Antonio).

Nesse sentido, o coordenador de escritório aponta que o caminho para a cooperativa seria avançar nas etapas da cadeia produtiva para agregar valor, “cortar alguns atravessadores”, “fazer com que tenhamos uma margem maior desse trabalho nosso”, “agregar no seu produto mesmo fazendo as etapas aqui”, o que implica a necessidade de financiamento, que é muito pouco acessível às cooperativas. A proposta de inserção na cadeia produtiva da Justa Trama está ligada a esse projeto de criação de uma marca própria, para a qual, indiretamente, a participação na cadeia está contribuindo através dos ganhos em visibilidade que oferece à Coopertextil. Nesse sentido, a Coopertextil vem contribuindo para a Justa Trama com um olhar de mercado, direcionado à obtenção de uma escala maior.

4.3 Cooperativa Textiles Pigué

A cooperativa Textiles Pigué é uma fábrica recuperada localizada na pequena cidade de Pigué, com 14.500 habitantes, situada na província de Buenos Aires a 545 quilômetros da Capital Federal. A planta industrial fica localizada em frente ao parque da cidade, onde há um monumento em homenagem à primeira cooperativa latino-americana, o que não significa que a cidade tenha algum apreço especial pela gestão democrática do trabalho, trata-se na verdade de uma cidade bastante conservadora. Hoje a cooperativa conta com 110 trabalhadores ativos em suas instalações (uma planta industrial, um centro cultural e um galpão alugado), aonde desenvolvem as atividades de tecelagem, tinturaria e acabamento de tecidos, confecção de sapatos e confecção de camisetas, além das atividades culturais.

Para a nossa pesquisa realizamos entrevistas individuais com dezessete cooperados, incluindo-se *“maquinistas”* (operadores de máquinas), encarregados, trabalhadores do escritório, membros do conselho de administração, engenheiros e técnicos, e uma entrevista coletiva com os trabalhadores do setor de manutenção.

Histórico e Antecedentes

A cooperativa surgiu da recuperação de uma das plantas produtivas da Gatic, empresa de propriedade familiar que empregava 8000 trabalhadores em diversas plantas espalhadas pela Argentina, sendo responsável pela produção de todos os itens da Adidas produzidos no país. Esta empresa, de propriedade de um famoso industrial argentino tinha uma estratégia de descentralização das suas unidades produtivas (18 no total) em

pequenas cidades. Pigué abrigava uma das maiores plantas, aonde no auge chegaram a ser empregados 450 trabalhadores, os quais eram responsáveis pela produção do tecido fornecido para todas as demais plantas do grupo, o que faz com que seja frequentemente descrita pelos trabalhadores como o “pulmão do grupo Gatic”. A partir da crise de 2001 várias das unidades da Gatic entraram em processo falimentar, a de Pigué foi uma das que chegou a ser recuperada pelos trabalhadores.

Como o processo de luta pela recuperação da empresa se iniciou em 2003 e foi realizado em 2004, os movimentos de fábricas recuperadas argentinos já estavam bastante organizados e tiveram uma influência importante sobre a recuperação:

> En el año 2004, primero, lógicamente, como el movimiento lo indica y su manera de proceder, lo que hicimos fue ocupar las instalaciones y empezar a resistir los embates del síndico, los jueces, los gobernadores, el empresariado, el gremio, que no querían que esto se haga en forma autogestiva. (Francisco – recuperador e presidente da cooperativa).

Apesar de todo o apoio e a experiência acumulada, o processo de recuperação não foi fácil, demorando cerca de dois anos (entre 2003 e 2005), até que a cooperativa pudesse funcionar legalmente. Esse processo de luta foi um tanto mais intenso à medida em que as pressões eram muito fortes, devido ao tamanho e importância econômica da empresa a ser recuperada. Por outro lado, o momento e o local não eram os mesmos que as outras empresas de Buenos Aires estavam sendo recuperadas, com a ajuda de vizinhos, movimentos de piqueteiros e assembleias populares, pelo contrário, Pigué é uma pequena cidade onde predomina o conservadorismo político. Nesse contexto, o ápice da repressão foi o despejo violente realizado em 2004, com algumas centenas de policiais mobilizados contra pouco mais de cem trabalhadores:

> En ese momento no había ni gas en la fábrica, recién habíamos entrado e íbamos a hacer limpieza, cortar el pasto y hasta que un día nos avisaron, “*hay 300 móviles policiales en Saavedra, a 30 km de acá”.* (...) Es la primera vez que pasó algo así, era toda los milicos y toda la fábrica aguantándola (…) Fue así, cuando nos dijeron que estaban los 300 móviles en Saavedra, fuimos todos para allá, porque era de noche. Fue gente que se quedó cuidando y de mañana temprano fuimos todos los demás. Esperamos hasta las 2.30 de la tarde, y empezaron a llegar. La gente que se acercó eran parientes y amigos más que nada, era gente que decía que iban a apoyar porque era una forma de recuperar la lucha de otros también. Acá este pueblo ha sido siempre muy conservador. Llegaron todos los patrulleros y esperaron diciendo que si no salíamos, reprimían. Y no salimos. Rompieron todos los portones y nos acorralaron (...) a unas mujeres les pegaron y con gases lacrimógenos y bombas. Un desastre total. Ahí apareció en la película Rubén Grenada que es el Intendente de Pigüé, radical, totalmente opuesto a este tipo de modelo. Apareció, “*por favor muchachos, que no haya sangre*. *Por favor, lleguemos a un arreglo*”. Se habló, se habló y nos dijeron les prometemos que acá nadie va a entrar. Nos mintió, le dimos la llave del lugar y nos mintió. Como estábamos acorralados, les dijimos que sí, sino nos mataban igual. Pero le

> creímos a la vez (Trab. Centro cultural).

Depois do despejo a fábrica foi ocupada por trabalhadores ligados ao sindicato burocratizado, pagos por um grupo de investidores que prometiam reestruturar a fábrica e gerar empregos (esse tipo de pressão vem sendo uma constante na história da cooperativa). Os recuperadores, por seu lado, mantiveram seu acampamento do lado de fora da fábrica até a retomada provisória do direito a produzir, conquista para qual contaram com o apoio do próprio presidente de então, Nestór Kirchner, como gostam de lembrar:

> A nosotros después nos convoca el presidente de la Nación, Néstor Kirchner, y un mes después del desalojo (…) en su despacho de Casa Rosada nos recibe y firmemente dice que la empresa va a ser de los trabajadores. Entonces, de ahí, de septiembre a diciembre de ese mismo año, en la Cámara Legislativa de la provincia de Buenos Aires conseguimos la Ley de Expropiación. La Ley de Expropiación en Argentina permite a los trabajadores que toman las empresas y las recuperan, las ponen a producir, la continuidad de un lapso de dos, cinco años, depende de la ley. Así que finalmente en enero del año 2005, después de cinco meses de estar afuera de la planta, volvimos a la misma y nos pusimos a producir y hasta el día de hoy estamos trabajando (Francisco)

A produção é retomada com um grupo de 40 a 50 sócios, os relatos sobre a produção dos primeiros 120 quilos de tecido são contados por todos com riqueza de detalhes e muita emoção, “eso no lo vamos a olvidar nunca” (coletivo de manutenção). Com a saída de grande parte dos profissionais com maior conhecimento técnico, em um primeiro momento os trabalhadores do chão-de-fábrica aprenderam diversas novas funções, posteriormente seriam contratados “recursos gerenciales o técnicos, ingenieros de todo tipo” (Francisco). Daí em diante a cooperativa foi buscando estruturar sua produção e se sustentar, em um processo de aprimoramento das formas e condições de trabalho.

Inserção Política na Sociedade

A recuperação de Textiles Pigué: “ha coincidido con el nacimiento del kirchnerismo en Argentina y ha ido acompañando ese proyecto de modelo nacional y popular”. Frente a um entorno hostil e conservador, Textiles Pigué contou com o apoio do governo federal para que efetuasse seu processo de recuperação: “hemos venido actuando con el Estado desde el comienzo mismo, hace siete años que nos vienen apoyando” (Francisco). A foto do encontro com Nestór encontra-se na sala do presidente da cooperativa, junto a referências das Madres de Plaza de Mayo. Até agora esse apoio do governo rendeu a cooperativa a garantia legal para trabalhar nas instalações da fábrica, mas ainda não lhe

garantiu a obtenção das escrituras da planta produtiva onde trabalham, o que dificulta a obtenção de empréstimos.

A parceria e proximidade política com o projeto nacional-popular vem concretizando-se na realização de projetos conjuntos, seja relacionados a financiamentos diretos para a fábrica, seja para capacitações ou aquisição de maquinário[73] (a cooperativa também estava dentre aquelas que recebiam subsídio na Línea 1 do programa Argentina Trabaja). Por seu lado, a cooperativa vem apoiando ações do Ministerio del Desarollo Social, especialmente com um apoio técnico a pequenos empreendimentos financiados pelo ministério.

A tomada de posição frente ao governo foi decisiva também para a sua atuação dentro do próprio Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER). Conforme relatamos no capítulo anterior um dos motivos para a fragmentação do movimento de empresas recuperadas foi a existência de diferentes posturas em relação ao governo e a própria decisão da Textiles Pigué de seguir uma linha mais de negociação do que de combate na luta pela sua recuperação. Francisco relata esse racha desde o seu ponto de vista: “Algunos decían que Kirchner y de la Rua son lo mismo y nosotros decíamos que no, que era otra cosa, que era hasta casi un insulto. Y se fue rompiendo esa unidad entre los trabajadores, fue una verdadera lástima”. Em seu momento, Francisco teve uma contribuição importante no MNER, que segundo ele nunca teve uma estrutura consolidada de organização. Ele descreve que a prioridade era a participação e apoio nos conflitos pela recuperação de fábricas. Hoje a cooperativa participa de forma não tão entusiástica na FACTA, um dos desdobramentos do MNER.

Quanto a outras organizações, a cooperativa sempre teve relações de enfrentamento com o sindicato, considerado conservador, porém construíram uma relação importante com a associação das Madres de Plaza de Mayo, “siempre tratando de defenderlas, con el cuerpo, no tanto con cartitas. Siempre estando al lado de ellas donde manden llamar”. Destacamos aqui a produção e doação de centenas de *pañuelos*[74] com a inscrição: “en defensa de la democracia, ni un paso atrás”, em apoio a resistência a uma tentativa de golpe contra Cristina Kirchner.

Outra articulação importante desenvolvida pela cooperativa é com o movimento de Comércio Justo e Solidário na Argentina. Essa articulação começou com a aproximação

73 Destacamos aqui que não se tratam de privilégios cedidos por conveniência política mas incentivos produtivos que normalmente são oferecidos as grandes empresas capitalistas, destacamo-os aqui justamente porque raramente as fábricas recuperadas tem o mesmo acesso a esses programas de incentivo.

74 Espécie de lenço que as Madres de Plaza de Mayo se caracterizaram por utilizar amarrado em torno da cabeça.

de um militante, chamado Harold, que trabalhava prospectando produtos potenciais para uma ONG italiana que trabalha com a importação de produtos do comércio justo, a Altromercato Italia (hoje Harold virou cooperado da Textiles Pigué, responsável pelo departamento comercial). Com isso a cooperativa vem participando cada vez mais organicamente de fóruns e movimentos que discutem comércio justo na Argentina. Desde então a inserção no comércio justo vem permitindo o conhecimento da realidade dos produtores da região do Chaco, por exemplo, com visitas para que "os trabalhadores pudessem conhecer seus pares na produção" e permitindo a divulgação da proposta da cooperativa para a sociedade:

> La Cooperativa Obrera hizo campañas de comercio justo y nosotros fuimos a dar charlas, y a capacitar y a comunicar lo que era el comercio justo porque ellos lo conocían más o menos pero no sabían como se trabajaba, cual eran los referentes. Eso permitió llegar a la Cooperativa Obrera que en lo económico no fue importante el impacto pero sí en la transmisión de los conceptos de comercio justo, de la producción orgánica (Marcos).

Apesar dessas articulações que desenvolvem em âmbito nacional, Textiles Pigué tem uma certa dificuldade de inserção local, tanto nas suas relações com o poder municipal, que caracterizam como um poder conservador que tenta sabotar a experiência desde o começo por haver um enfrentamento ideológico, quanto nas suas relações com a sociedade local:

> Porque ya te habrán contado que vino la policía, pasamos a ser lo peor que había en Pigüé, porque Pigüé, según ellos, somos la primer cooperativa de Latinoamérica, pero te saca la policía. La ciudad es difícil, no nos apoyó, nos apoyamos nosotros, algunos familiares, algún sindicato por ahí que vino, algún partido de izquierda que vino de Suarez o de Bahía. De a poco fuimos cambiando y de ser Cooperativas Textiles Pigüé una mala palabra a ser una cosa mejor, más seria. Nos costó hacerle entender a la gente que nosotros no éramos gente mala sino gente que quería trabajar (…) Sí, como que éramos lo más bajo que había acá en Pigüé. (Coletivo Manutenção)

A falta de referências de empresas recuperadas nas redondezas é um dos elementos que dificultam a sua inserção local, mas eles estão tentando desenvolver ações para reverter esse quadro, como alugar ou emprestar espaços não utilizados da cooperativa para o apoio a pequenos empreendimentos têxteis da região, o que segundo Francisco não se desenvolveu por falta de apoio dos municípios, existindo hoje apenas duas pequenas experiências. Outra iniciativa importante foi a criação de um centro cultural (inaugurado em 20 de Dezembro de 2010), aberto à realização de atividades para a comunidade, em uma antiga unidade de fabricação de calçados, localizada no centro da cidade de Pigué. Foi uma iniciativa de cinco trabalhadores da produção que ajudavam a

restaurar o local fora de seus horários de trabalho, com o passar do tempo a cooperativa deicidiu liberar um de seus trabalhadores para dedicar-se inteiramente ao centro cultural. São realizadas diversas atividades culturais e esportivas no local (aulas, festivais, semanas de arte, etc), por enquanto o espaço é cedido gratuitamente, mas o plano é expandir e tornar o local auto-sustentado. Desde já destaca-se a existência de um processo de autogestão entre os usuários do espaço:

> Por ahora ninguna actividad paga nada, solamente ayudan en la organización de cosas como el día del niño que hemos hecho. Es un grupo re lindo que se ha formado, donde todos cooperan. Los de taekwondo, por ejemplo, ellos hacen de seguridad y no tenemos que pagar seguridad. Otros en la cantina, por ahora todo va re bien y somos todos re solidarios. Ellos también entienden que tienen un lugar que también es de ellos y que tienen que cuidar.

Por fim é importante destacar que frente ao processo de luta pela recuperação da empresa, há uma sensação muito forte entre muitos cooperados de que a cooperativa não é um simples empreendimento produtivo, mas sim uma parte integrante de um projeto de transformação social. Talvez até por isso até hoje foram recusadas inúmeras pressões e tentativas de acordo para que a planta industrial fosse passada para as mãos de grupos empresariais, tirando o controle dos trabalhadores com promessas vagas de que “mais trabalhadores seriam empregados”.

Nesse sentido, o presidente Francisco destaca quais são os objetivos do funcionamento da cooperativa:

> La remuneración lógicamente es uno de los objetivos. Para algunos será el primero, para mí es el quinto (…) Hay otras cosas (...)Claramente la conformación de una organización primero. Y segundo, vos tenés que ser solidario, los compañeros de acá hemos sido solidarios ingresando más gente y repartiendo menos, por ejemplo. Nosotros queríamos que haya inclusión y por ahí eso es nefasto para la producción aplicada a lo económico. Pero en el sentido de generosidad y de inclusión lo hacíamos. Cuando yo te digo que hasta hace cinco meses cobrábamos todos iguales te das cuenta que no es una cuestión económica la que nos mueve. Sabemos que el objetivo estará al alcance si llevamos a cabo estas acciones ordenadamente. Te escuché hablar con mi hermano, que él no era trabajador de la planta y solamente por bancar el proceso con la policía, por bancar, digamos, sirviendo un vaso de agua a los trabajadores, compartiendo un mate, viniendo a charlar, acompañando las marchas, qué sé yo, él y nueve personas más fueron tomadas. Y no había producción. No había manera de generar (…) Claro. Si lo medimos en términos económicos me parece que perdemos de vista cuáles son los objetivos primeros. Vos dirás “la cuestión cultural”, es otra la cuestión social, están por encima del salario. El salario es un objetivo como otro, acá se han ido algunas personas porque no han aguantado el proceso, pero 100 se han quedado, 105 personas. Y la verdad es que no se quedan porque hay dos dirigentes que mueven masas y prometen. No, se han quedado porque están convencidos de que este es el proyecto (Francisco).

Encontramos em outros trabalhadores do chão-de-fábrica também as referências a

um “proyecto utópico al inicio pero después lindo¨ (Vera). Como diz Pedro Sanchez “Nosotros cuando decidimos hacer esto de hacer la cooperativa, tomamos una decisión de vida. Supimos que de esta forma también se puede producir, tener salario y nunca más al patrón”.

Organização Interna

Como nos outros casos, o organograma da cooperativa apresenta uma estrutura que poderíamos chamar de política e outra paralela, referente à gestão mais técnica. Esta última tem como topo um cargo chamado direção, que já foi ocupado por um engenheiro e hoje é ocupado pelo presidente do Conselho de Administração. Abaixo do diretor estão “las areas responsables de producción”, ocupada por dois engenheiros, abaixo desses, o responsável pelo controle de qualidade, o coordenador financeiro e o responsável pelos Recursos Humanos. Abaixo da produção estão os encarregados de tinturaria, tecelagem e acabamento, e abaixo do controle de qualidade a área de higiene e segurança; abaixo do coordenador financeiro está a faturação. Os encarregados em geral são trabalhadores vindos do chão-de-fábrica, na sua maioria os que enfrentaram o processo de recuperação da empresa. Nos níveis acima destes encontram-se, em geral, engenheiros e técnicos, dentre eles Marcos, o responsável pelo controle de qualidade, que nos apresentou essa estrutura como sendo: “Una estructura más o menos tradicional que se fue armando dentro de lo ideal como estructura y los recursos humanos que formábamos esa organización”.

Esta é a estrutura técnica que interage e está subordinada à estrutura política democrática, representada pelo Conselho de Administração. Harold nos conta como funciona a interação entre o nível superior da estrutura técnica chamado de “mesa de gestão” com o Conselho de Administração:

> Nosotros cinco nos reunimos para disenar las estrategias semanales, todos sabados tenemos uma reunion, armamos un poco el programa de trabajo y cuando hay decisiones que son mas estrategicas normalmente se pasa a la limpo el documiento y se presenta al consejo para que le apruebe. Cuando ya son decisiones muy administrativas trabajmos nosotros, que el consejo nos dió poder.

A atual conformação a que chegou a cooperativa foi um processo de tentativa e erro, no qual os cooperados foram encontrando uma forma de fazer a cooperativa funcionar frente aos desafios que encontraram no momento de reestruturar o empreendimento: ¨porque al comienzo todo era nuevo, nos costaba moldarnos a que nosotros mismos tuviéramos que dirigirnos (Carlos Jacob – encarregado)”, e nesse

processo foi que se chegou ao que se considera “una estructura de trabajo seria” (Francisco). Antes disso, os trabalhadores costumam apontar que “a lo primero fue todo un desastre, es como que teníamos la cooperativa pero no sabíamos que hacer con ella. Fue terrible, pero ahora hay habilidad. La misma gente de la cooperativa que se ha ido capacitando y creciendo ella misma.” (Trabalhador do Centro Cultural):

> Lo que pasa es que en Pigüé siempre trabajamos sobre relación de dependencia y esto es algo distinto, que no tenia formato todavía. Ahora sí, fue difícil hacerles entender que la parte jerárquica estaba pero no con la misma rigidez que tenían las mismas empresas. Sino hubiera orden seria un quilombo. En cambio, tintorería es tintorería, terminación es terminación, y está funcionando (…) Es que mientras trabajabas en relación de dependencia, trabajabas bajo una orden. O sea que si vos seguías con la misma normativa que había antes, no era difícil llegar a tener un orden. Porque ya estaba la gente concientizada de que tenia que haber una cabeza para derivar los distintos tipos de trabajo porque si vos agarrabas para cualquier lado, ibas a hacer solo lo que querías y no íbamos a llegar a nada. En ese sentido, estaba consiente la gente (…) **Vos tenías que entrar y trabajar casi de la misma forma en que lo hacías antes. El trabajo había que hacerlo porque si no lo hacías, vos mismo te generabas pérdidas**. (…) Sí, más que nada en los comienzos de la cooperativa es donde se puede haber generado alguna dificultad, en todo pero hoy en día todos ya están más consientes del orden que tienen que seguir entonces no hay grandes problemas ni nada por el estilo, hay mucho compañerismo (colectivo manutención).

O relato acima mostra como as relações de igualdade do processo de recuperação foram se transformando, de forma consciente, em relações mais hierarquizadas, ainda que “sem a mesma rigidez”, através da constatação de que essa era a melhor forma para que a cooperativa conseguisse encontrar os resultados econômicos necessários. Destacamos aquí que o coletivo de manutenção foi um dos mais capazes de realizar uma análise crítica da cooperativa como um todo e, mesmo assim, tem uma análise do processo de organização da produção muito semelhante ao do presidente, o que demonstra um alto grau de coesão e compartilhamento da “concepção de como a cooperativa deve funcionar”. O relato do presidente Francisco sobre esse mesmo processo de organização da produção enfatiza que são processos que “debían sortearse y dejar que maduren solos”, o que ocorre, por exemplo, quando um atraso na produção e na entrega da encomenda gera um atraso no pagamento para todos, ele diz que é “a través de los resultados se ve que el compromiso tiene que siempre andar a la orden del día”. Nesse processo “la realidad te mostraba que teníamos que ponernos las pilas para que las cosas salgan bien” e dessa forma aprenderam a importância de construção coletiva de um regimento interno para regulamentar o solucionamento dos conflitos e a aplicação das sanções na cooperativa (Carlos Jacob, encarregado).

Um elemento importante do processo de estruturação da cooperativa foi a opção

pela contratação de técnicos especialistas para apoiar a organização comercial e produtiva, frente ao desafio imenso de fazê-la funcionar, e organizar a produção: “lo primero que hicimos (...) es entender que los trabajadores somos capaces para muchas cosas y otras no tanto, por ejemplo, para gerenciar una planta de este tipo” (Francisco). Os novos “profissionais” tiveram uma contribuição importante na coordenação do processo de (re)organização. Aqui destacamos o caso de Marcos, um jovem engenheiro que recém-formado teve sua primeira experiência profissional já na cooperativa e lá continuou. Ele combinou uma formação “tradicional” com flexibilidade dada pela inexperiência de trabalho hierárquico, e deu uma contribuição importante para a transição entre a estrutura gerada pela recuperação da empresa para um processo de “normalização” e de “reacomodamentos”:

> Lo primero que traté de convencer a la gente era de que había de trabajar sobre la estructura de la cooperativa. Yo entendía que si bien es una cooperativa de trabajo, tiene su estatuto, su reglamento, todo. Pero desde su estructura con asamblea, con Consejo de Administración, hacia abajo tenia que tener una estructura como la de cualquier empresa, productiva, administrativa, comercial (...)**Cuando empecé a trabajar en eso, la estructura era mucho más horizontal. No era una pirámide, como es hoy y como es en la mayoría de las empresas porque entendí que al ser una organización en donde estaban involucrados procesos productivos complejos, no era factible trabajar de forma horizontal donde todos hacemos todo** (...) Todo ese reacomodamiento llevó un tiempo y muchas reacomodaciones porque había gente que no quería perder ese poder. Después se capacitó y pudo recuperarlo o hay gente que en ese momento era encargada de un sector y hoy está manejando una máquina o está cortando el pasto. Son reacomodamientos que se van dando, que traen conflictos porque son reacomodamientos de personas y de responsabilidades. Todo eso se fue dando de a poco, te hablo de 3, 4, 5 años y algunos se están haciendo todavía porque es lógico. (…) **Yo creo que fue con una justificación técnica por un lado, de decir “*bueno, este socio tiene que estar en este lugar por tal cosa”*, hay una justificativa y por otro lado, la misma presión de los compañeros que se van dando cuenta que el más valioso es este socio y no este para tal cosa.** (…) Entonces se fueron dando, se armó una estructura de organización un poco más tradicional, mas piramidal para este tipo de actividad (…) Entonces esa es la diferencia, que hay un tiempo, una paciencia, un trabajo en equipo.

Esse foi um processo que acabou contando com o apoio dos próprios trabalhadores do chão-de-fábrica, que o associaram com a melhora nos resultados econômicos na obtenção de um equilíbrio entre democracia e eficiência. Outro elemento importante que fez parte do mesmo processo foi o estabelecimento de diferenças de remuneração, que só foram aparecer quase seis anos depois da recuperação da fábrica, em 2010, sendo relativamente pequena, de 70% entre a maior e a menor retirada. Essa implementação foi colocada como uma questão de justiça porque

> (…) el que tiene mayor responsabilidad, no puede salir de acá e ir a hacer otro trabajito afuera porque sale de acá y lo siguen llamando los clientes y te sigue

> llamando un gerente de un Banco y un funcionario y seguís pensando en otra cosa. Un maquinista o un socio que recién empieza, sale de acá y va a hacer otro trabajo. (…) Entonces tenés una persona que tiene muchísimas capacidades, en este caso Francisco, o un técnico, o un encargado con capacidades técnicas, de negociación, de llegada y la empresa no lo puede aprovechar al máximo porque tiene que destinar parte de su energía, a resolver cuestiones que tienen que ver con lo económico, familiar porque no podía tener otro ingreso, porque su vida pasaba por acá y abandonaba la familia (...) El objetivo era aprovechar más al encargado de tintorería, no era que el presidente se lleve más plata a la casa, ni era de justicia social. Era de buscar hacer más eficiente el trabajo de esta persona y lo haces eficiente, reconociéndole un poco más (Marcos).

Ao final, esses argumentos mais pragmáticos, acabaram prevalecendo sobre a visão inicial de igualdade, que partia principalmente dos recuperadores e do próprio presidente. Certamente a diferença de remuneração é muito menor que a de uma empresa convencional, e isso contribui para o espiríto de equidade que prevalesce na empresa, ademais a demarcação entre as diferenças é negociada e decidida no Conselho de Administração, podendo o pedido de diferenciação partir diretamente de cada sócio. Uma mudança relacionada à construção de diferentes faixas salariais na empresa foi a incorporação dos técnicos, que antes eram contratados como profissionais externos, ao quadro associativo da cooperativa. Tratou-se, por um lado, de uma demonstração de comprometimento dos profissionais com a empresa, e de outro um aumento das possibilidades de argumentação de igual para igual entre os dois grupos: “Porque iba el profesional a dar una directiva y el jefe era el que recibía la directiva, no el profesional, se desobedecía o se creía con más derechos” (Francisco).

Quanto à estrutura política, o Conselho de Administração é formado em sua maioria por trabalhadores que, vindos do chão de fábrica, passaram pelo processo de recuperação da fábrica e hoje trabalham como encarregados em seus setores. Reunindo-se semanalmente, sua função é cuidar das “políticas más vinculadas a lo social, a lo cultural, a la política en sí y no tanto a lo productivo porque para eso están los profesionales” (Francisco). Um operador novo na fábrica nos descreveu que, após os interessados em se elegerem apresentarem suas candidaturas, a eleição foi quase unânime, sendo que os critérios utilizados foram: “los que tienen más años acá, que tienen más experiencia y saben manejar mejor la fábrica”. Francisco, o presidente, aponta que acredita ter sido eleito por ser um *“jetón de mierda*”, uma espécie de arruaceiro, uma qualidade muito necessária no momento de confrontos e luta pela recuperação da fábrica.

Apesar do presidente até hoje ser o mesmo, há uma rotatividade nos demais cargos do Conselho de Administração. Vera que assumiu o Conselho pela primeira vez na

última gestão, acredita ter sido eleita por ser “frontal, tengo esa cosa de ser así, pero bueno también porque capaz para cambiar de gente, de aire”. Um posto especial no Conselho de Administração é o de síndico, ocupado por dois associados eleitos com o papel específico de fazerem a ponte entre os cooperados e o Conselho de Administração, de “acercar las inquietudes de los compañeros” (Fabian, escritório).

As assembléias, em tempos normais, são utilizadas principalmente para que a informação circule entre os cooperados, para que se faça o processo eleitoral ou para que sejam tomadas decisões importantes ou enfrentadas questões delicadas. Dentre todos os cooperados com quem conversamos, apenas um deles mencionou a assembléia também como meio de solução democrática de litígios convocados pelos sócios de chão-de-fábrica, citando um caso recente:

> Como esto es una cooperativa, se hace una asamblea para que todos estén al tanto de lo que pasa y poder decidir. Si fuera una empresa, el jefe encara mano a mano con la persona y lo resuelve. Esto no, lo bueno de ser una cooperativa es que te mantienen al tanto y todos podemos participar y se hacen las asambleas (...) se hizo una hace dos meses por un problema que había con una mujer porque no la querían cambiar de sector y se hizo la asamblea. (…) Por ejemplo, yo tengo un problema con algo y junto firmas, y se hace una asamblea, se debate y se llega a una conclusión, a una solución (operador 2).

Os cooperados da manutenção também retratam um pouco as questões conflituosas da cooperativa. No seu caso, referem-se às negociações para a aquisição de materiais e peças necessárias para a manutenção frente às restrições impostas pelo Conselho de Administração; eles têm uma visão muito acurada sobre a importância de exposição dos conflitos:

> Es lo ideal, porque si todos estuviéramos de acuerdo, estaríamos haciendo cagada. Es como los chicos, si los chicos están en silencio, es porque están haciendo cagada. En cambio si vos escuchas, que hubo discusiones, es porque hay dos ideas que se están discutiendo. Bien o mal pero se están compartiendo. Si está todo calladito es algo que está mal cocido, es mi entender (coletivo da manutenção).

Apesar dessa visão, há uma grande confiança nos cooperados do Conselho de Administração, e um entendimento geral de que, uma vez eleitos, não se pode paralisar a cooperativa com conflitos a todo o momento, há de se aceitar as suas decisões e esperar os momentos ideais para discutir os conflitos, “Lo que pasa es que cuando el Consejo Administrativo ya está elegido, es la cabeza y vos tenés que respetar. Si vos le metes el palo a la rueda, no avanzamos” (coletivo de manutenção). Dessa forma, vai se delineando os contornos de como ocorre a gestão democrática da cooperativa na prática, baseada na confiança no Conselho de Administração, com uma democracia ativa na qual os litígios

acontecem apenas em situações especiais. No plano mais cotidiano existe uma confiança e relação entre encarregados, Recursos Humanos e Conselho de Administração, na gestão dos conflitos e definição de sanções a serem dadas para os operadores. Na visão do responsável pelos Recursos Humanos:

> La estrategia es el diálogo. Primero lo intentamos resolver conmigo acá. Si no lo puedo resolver, lo paso para el Consejo de Administración y el Consejo decide que decisión tomar. Pero siempre el tema es el consenso, el dialogo, hablar dos o tres o cinco veces. Si veo que no puedo resolverlo, hago un informe, lo paso al Consejo que se reúnen los nueve, ellos resuelven, me lo pasan a mi y yo le informo a la persona, si hay alguna sanción o alguna corrección. Ese es más o menos el procedimiento. Pero siempre bajo el diálogo y el consenso porque es un socio como yo que es dueño, pero como todo ser humano falla y comete errores pero hay que hablarlo y tratar de corregir. Porque mañana él puede estar acá y yo ahí (Pedro Sanchez).

Uma questão em debate na cooperativa diz respeito ao nível de severidade das sanções a serem realizadas. Um cooperado nos relatou que preferiu deixar o Conselho de Administração por considerar que as sanções que estavam sendo resolvidas eram muito severas, no entanto ele acredita que hoje a cooperativa está caminhando no sentido de encontrar um equilíbrio para conseguir evitar ou punir o comportamento dos aproveitadores, “Sino hacemos todos lo que queremos y esto no funciona” (Chino - coletivo da manutenção).

Apesar das mudanças que caminharam em um sentido de diferenciação e hierarquização, a grande maioria dos cooperados tem uma forte sensação de pertencimento em relação à cooperativa e orgulho de estar numa empresa sob controle dos trabalhadores. As diferenças em relação a uma empresa convencional são percebidas no ambiente de trabalho e na relação mais direta com os encarregados, na abertura para o crescimento de cada um dentro da organização e na abertura para a negociação e o oferecimento de sugestões de melhoria no processo de trabalho. Dentre as características que favorecem a existência de um bom ambiente de trabalho, Francisco destaca o fato de todos se conhecerem por estarem em uma cidade pequena, “la idiosincrasia de cada lugar hace también a las cooperativas” (Francisco). O ambiente de trabalho nos foi várias vezes descrito de forma semelhante por operadores e encarregados, com palavras como “tranquilo”, “conforme”, “cómodo”, “relajado”, “llevadero” (tolerável), o seguinte depoimento é representativo:

> Nunca trabajé en otra empresa grande como esta, pero acá me siento muy cómodo, hay mucho compañerismo. Todos cooperamos porque esto es una cooperativa y nos llevamos muy bien entre todos. Está muy bien organizado y dividido. Son grupos lindos que se fueron formando. Por ahí se van rotando los

> tejedores. A mi me pasan para el otro turno a veces, pero en general nos llevamos todos muy bien y trabajamos en equipo (…) Nos dan ciertas libertades que a nosotros nos caen bien. Por ahí, en *Gatic* era otra cosa, y acá en la cooperativa te apoyan más. Si te mandas una macana sin querer, si era *Gatic* o si era la empresa de antes estabas afuera, te echan. Acá en eso te bancan un poco más, te perdonan una, dos, tres (…) (operador 1).

É de se destacar a questão da flexibilidade na definição do ritmo e dos horários de produção, “cuando hay que trabajar se trabaja. Cuando está más tranquilo se labura más tranquilo pero cuando hay que laburar, se labura” (operador 3), de forma que os trabalhadores podem tranquilamente sair mais cedo em período de pouca produção e comprometerem-se em ficar mais horas em períodos de muita produção. No caso do setor de confecção, por exemplo, foi feita uma opção consciente por um compromisso com a entrega da encomenda em vez de um esquema de fiscalização personalizado, como consequência, durante o trabalho “se puede escuchar la radio, se puede hablar, se puede reír (…) Porque nosotros somos empleados y dueños a la vez. Tenés que saber equilibrarlo ” (costureira). O coordenador do setor afirma:

> yo lo que me limito a hacer es compartir un poco con las chicas, la presión que tenemos nosotros para cumplirle al cliente (...) de esta manera yo creo y siento que trabajan más liberadas porque no tienen un número ahí diciendo hice tanto o no hice (…) Me ha tocado estar en talleres convencionales donde hay un dueño que está velando por el billete de él y quizás es otro ritmo productivo, cuando se puede lograr más productividad pero no tenés el compromiso de la gente. He estado en talleres donde toca el timbre y no queda nadie. Acá se trabaja de una manera más relajada pero saben que si está el camión esperando para despachar, no se va nadie. Y no porque yo le diga que no se vayan, sino porque saben que la mercadería tiene que irse en el camión. (encarregado de indumentária)

Um elemento muito difundido em todos os setores é o senso de responsabilidade pela geração de sua própria renda, de forma que “a la hora de trabajar tenés que trabajar como un empleado, hacer, hacer y hacer y cuando hay que tomar decisiones, tenés que ser dueño” (encarregada – indumentária). Busca-se a percepção de que “si haces las cosas mal, te va a ir mal a vos directamente” (Fabian), ou de “si vos no trabajas, no sale tu ingreso” (Coletivo de manutenção) e de que “llega fin de mes y si no laburaste, no facturaste, no cobras. Hay que tener conciencia de que depende de nosotros” (Pedro Sanchez). Por outro lado, eles acreditam que a empresa pode ser “el futuro tuyo y si dios quiere, de tus hijos” (Fabian), dessa forma “acá nos tenemos que poner de acuerdo pero lo bueno es que acá cada uno es responsable por su propio destino y de compartir (Pedro Sanchez – RH).

A abertura de possibilidades para o crescimento é outro discurso dominante na empresa. Interessante notar que até pouco tempo antes das entrevistas, esse desejo por

responsabilidade não tinha correlação com um maior ganho monetário, pois não haviam diferenças na remuneração. As responsabilidades aparecem como elemento importante para a motivação no trabalho:

> Me incluyo, en algún momento pensé que era solamente derecho y me olvidaba de las obligaciones. Eso fue cambiando (…) Cuando me empezaron a dar responsabilidades. Cuando me empezaron a dar, no mas trabajo, mas responsabilidades, que las cosas tenían que salir bien, y me tenía que hacer cargo. Yo ahí entendí que si bien tengo derechos, mi obligación era hacer que las cosas funcionen, que salgan bien dentro de la cooperativa. (...) A veces, yo creo que la mejor manera cuando vos ves que una persona puede, y no logras hacerle entender, es dándole responsabilidad. Mostrarle que puede, que puede crecer. La cooperativa tiene eso, yo entré hace seis años, me abrieron las puertas y las ventanas, me dieron la posibilidad de crecer, jamás me dijeron “hasta acá”, jamás. Siempre me dijeron “dale, crece” y eso yo lo tengo que pasar a la gente que tengo a cargo. Eso es importantísimo. (Carlos Jacob - encarregado).

Depois de todo o processo de mudanças que descrevemos ao longo dos anos, hoje há uma relação entre operadores e encarregados bastante diferente de uma empresa convencional, em que “el jefe se sentaba acá, venia de saco y corbata, vigilaba y no se movía de acá. Hoy en día todos somos iguales, todos trabajamos a la par” (Fernando, encarregado). Mesmo os engenheiros “no tienen problemas de ensuciarse las manos. Antes un ingeniero era un ingeniero, 'tengo el título y no me toques'. El ingeniero era el que mandaba, ahora por respeto, las ideas se suman” (coletivo de manutenção). Uma das questões mais enfatizadas é o papel da conversa, “Acá es mucho de hablar con la gente, hablar, hablar, mucho diálogo, hacer entender, hacer explicar porqué si y el porqué no de ciertas cuestiones (Fernando. Tej. Circular). O seguinte depoimento é bem ilustrativo:

> A veces se complica, a veces cuesta hacerle entender a los compañeros que uno puede tener la responsabilidad del sector pero que te tienen que acompañar. Al ser una cooperativa y saber que somos todos iguales, el trabajo es más psicológico o saberlos llevar y que te logren acompañar. Ese es el principal desafío en una cooperativa de trabajo, al menos desde mi punto de vista, es lograr eso. Cuando vos logras que los compañeros entiendan, te acompañan (…) Capaz que empiezo preguntando: ¿estás bien? ¿Qué piensas de la cooperativa? Le digo también lo que yo pienso, lo que yo vengo viviendo. La cooperativa hoy está formada por pibes jóvenes que son nuevos, si uno no les sabe transmitir lo que uno busca, lo que la cooperativa quiere o lo que queremos lograr, es complicado. A parte de enseñarles a hacer las cosas bien, del trabajo, la responsabilidad, creo que hay una cuota de hacerles entender donde están. Si no logro hacerles entender que están en una cooperativa, no se acostumbran, les cuesta entender. Que entienda que tenemos que salir adelante tirando todos iguales. Tal vez yo tenga la responsabilidad de un sector, pero todos tenemos que tirar igual. (Carlos Jacob - encarregado)

Com a possibilidade de que todos deem sugestões, o processo de trabalho melhora, os trabalhadores podem tomar decisões e utilizam seus conhecimentos para

economizar custos por exemplo. Há um esforço de “ahorrar gastos, sacar más producción en menos tiempo”; o coletivo de manutenção nos citou vários exemplos de máquinas que duram mais e processos que foram melhorados devido ao maior cuidado dos trabalhadores. Além disso, em vez de terem que preocupar-se em enganar seus chefes ou aceitar decisões equivocadas, “todos los días aprendes algo de una persona mayor o de un pibe más joven que recién entró”; a secretária também nos disse que “Yo me siento libre en este trabajo para hacerlo, para opinar, para decir “esto puede cambiar, o podemos modificar, o que te parece esto. Esa es la diferencia que yo encuentro de trabajar en una cooperativa”.

Nesse sentido, há também um auto-controle e um controle coletivo do trabalho, não só por parte dos encarregados, o que reflete-se inclusive na ausência de acidentes de trabalho, devido a uma maior preocupação de todos. “Si, hay trabajadores que no entendieron el concepto de ser socios. Los más antiguos o los más comprometidos, si te ven haciendo algo equivocado, te lo dicen” (Marcos). Esse processo de controle coletivo pressupõe saber lidar bem com os desacordos, e transformá-los em um processo de aprendizado:

> Y si aparece la idea de hacer algo, lo consultamos entre nosotros. (…) Nos ponemos de acuerdo siempre tratando de usar un motor viejo o usar un pedazo de fierro que antes era chatarra, ahora puede servir. Es como en nuestra casa (…) Acá en el taller, **discusiones pocas, desacuerdos siempre.** Esto lo hacemos así o así. No nos hechamos en cara, se hizo mal, bueno no lo hacemos más. (Coletivo da manutenção).

Uma das explicações para essa boa relação e ambiente no cotidiano de trabalho da empresa é o processo formativo, além da atenção dada para a entrada de novos dentro da cooperativa, baseado nos exemplos de dentro da fábrica ou de outras cooperativas[75]: “A nosotros nos parece que la formación de un trabajador en una empresa autogestionada tiene que ver más con la cuestión de la militancia. De la militancia a conocer otras experiencias” (Francisco). Em relação a este último aspecto, este fortaleceu-se bastante com a participação na Cadena Textil Solidaria, Francisco (refletindo um pouco de sua própria formação política) avalia que se trata também de uma oportunidade de conhecer trabalhadores em situação de trabalho mais difícil, o que pode motivar os trabalhadores da fábrica, especialmente aqueles que não passaram pela fases de sacrifício da cooperativa (2004 – a fundação, e 2008 com a crise econômica mundial).

75 Além disso a fábrica passou por um processo de formação mais técnica visando a qualidade da produção com financiamento do ministério do trabalho argentino via recursos do banco mundial, destacamos dentre essas formações “oficiais” a realização de uma sobre formação de custos e orçamento para o Conselho de Administração e outra sobre liderança “*para que surjan nuevos referentes, nuevos líderes en cada unidad productiva*”.

No momento da entrada de novos trabalhadores na cooperativa, busca-se explicar as diferenças da organização cooperativa, contar o processo de luta e de recuperação da fábrica, etc, “tienen que conocer que no entran a una empresa común, normal. (...) en el sentido de la participación de ellos en el proceso es con un plus, un plus militante, digamos. A solidarizar, a socializar, tiene que ver con eso” (Francisco). O depoimento de um jovem trabalhador demonstra bem esse processo:

> Sí, escuché de la gente que está acá, que hace 20 años de Gatic y después lo de la cooperativa. Es jodido lo que pasó, vino la policía. (…) Sí, cuando entra uno nuevo, tiene una semana donde se lo va enseñando, tiene que tener una capacitación (…) Personalmente, yo entré con 18 años y pasé las mil y una aquí adentro, pero la aprendes a querer a la cooperativa. A mi me han salido oportunidades de laburo y lo he hablado con él que es mi encargado y le dije que no, porque la quiero a la cooperativa. No es una empresa más porque está toda mi familia acá, está mi papá, mi mamá, mi novia, yo, entonces es otra cosa esto de ser cooperativa. Yo la piloteo de otra forma, la manejo de otra forma. Yo personalmente, no se otros chicos (operador terminación).

A outra explicação para a qualidade das relações e do ambiente na empresa está relacionado ao ritmo de trabalho, que é considerado pelo próprio presidente como mais “tolerável” do que o de uma empresa convencional, “hay un trato que es otro, y también se privilegia eso a la hora de decidir dónde uno quiere trabajar*”.* Mas o que está por trás desse ambiente relativamente tranquilo e flexível de trabalho é a eficiência relativamente baixa, frente à capacidade produtiva da empresa. Marcos nos contou que, pelas estimativas, poderiam estar trabalhando, com os mesmos custos fixos (o que inclui a mesma quantidade de trabalhadores), a 65% da capacidade instalada de produção, sendo que hoje o fazem a 35% da capacidade instalada. Por essas estimativas, esses trabalhadores estão produzindo um pouco mais da metade do que poderia estar sendo produzido na empresa sem a entrada de novos trabalhadores.

Essa produtividade baixa não se refere a um “corpo mole” dos trabalhadores, mas a uma opção da cooperativa em não forçar o ritmo de produção enquanto não puderem trabalhar com uma linha de produção própria. O possível acréscimo de produção hoje teria que ser feito mediante contratos de trabalho por facção, que oferecem uma margem de contribuição muito pequena. Dessa forma, a cooperativa decidiu, talvez não com plena consciência, manter um volume de produção suficiente para pagar os custos fixos e manter a empresa funcionando. Para eles, só vale a pena pensar em expandir a produção quando conseguirem a escritura definitiva da empresa, o que permitirá conseguir empréstimos ou parcerias para financiarem uma linha de produção própria e investir na manutenção da fábrica.

Apesar de não ser explicitamente colocado pelos sócios, podemos inferir que esta opção, a qual poderia ser chamada de anti-econômica, por não aumentar a produção em uma situação que não traria nenhum custo para cooperativa, é uma forma de respeito aos trabalhadores. Seja pelo histórico militante do Conselho de Administração da cooperativa, seja pela capacidade de pressão dos trabalhadores de chão-de-fábrica, a análise de custo-benefício é realizada de forma diferente de uma empresa convencional, onde o esforço físico adicional do trabalhador não seria considerado custo nenhum. Na cooperativa, onde os trabalhadores tem mais poder, possivelmente eles são capazes de impor um custo maior pelo oferecimento de seu esforço físico, neste caso chegando à conclusão de que as margens de contribuição oferecidas pelo regime de facção não pagam este esforço adicional do trabalhador.

Sobre qual opção seria feita em condições normais, com a empresa juridicamente em mãos dos trabalhadores e com estes em condição de alavancarem-se no mercado financeiro e terem produção própria, é possível apenas especular. Os elementos que se tem para fazer uma previsão são os objetivos formulados para a cooperativa por Francisco, que busca demonstrar que muitas decisões na cooperativa são tomadas sem que se coloque cálculos estritamente econômicos em primeiro lugar, pois “cuando se habla en términos económicos a veces me parece que se roza lo mercenario”. Também pelos depoimentos de outros cooperados percebemos que a cooperativa apresenta-se como projeto de garantia da sobrevivência, sob outra forma de produção e relacionamento. Marcos, por sua vez, aponta que em sua opinião esses objetivos não estritamente econômicos seriam direcionados para fora da cooperativa, e não por uma mudança no ritmo de trabalho:

> Eso ya es casi una discusión filosófica de cómo tiene que ser una cooperativa. Para mí, el trabajador si puede trabajar el 110% mientras no le afecte su rendimiento, está bien. Porque el concepto de cooperativa de trabajo no pasa por trabajar relajado o trabajar al 100 o al 70%. Yo siempre digo que me sentiría orgulloso que un trabajador de la cooperativa dijera, *“mi empresa, mi cooperativa, colabora con jardines de infantes, colabora con empresas sociales, hace planes de fomento de la industria regional, nos capacita, ganamos bien, puedo mantener a mi familia, estoy aprendiendo pero me tengo que romper el culo trabajando todo el día”.* Yo no me sentiría orgulloso de que diga: *“estoy en una cooperativa, me gusta trabajar en una cooperativa, porque trabajo al 70% de lo que puedo trabajar” (…) No quiere decir que labures con una productividad del 110 % que te traten mal, porque una persona que la tratan mal, no rinde bien y una persona que está exhausta en su trabajo no rinde bien entonces la productividad o la eficiencia no es buena. Entonces no se trata de castigar a la persona, tratarla mal, exigirle más de lo que puede dar, pero sí de decir bueno la persona o el sector productivo puede dar cien, bueno que de 100. Tratándole bien, pagando más de lo que puede ganar, capacitándolo, que el beneficio esté por la capacitación, por el ingreso económico, porque puedan entrar tus hijos a trabajar acá y que no esté dado por*

trabajar el 50% de lo que puedas trabajar (Marcos).

Fica a reflexão sobre os impactos que esse trabalho a 100% teria sobre o ambiente de trabalho e sobre a própria relação do trabalhador com a empresa, o que podemos inferir que dependeria também de como serão distribuídos os resultados desse trabalho. Na melhor das hipóteses esperamos que se encontre um meio termo que concilie um trabalho em ritmo tolerável com eficiência e distribuição dos resultados entre os trabalhadores e para a comunidade.

Inserção no mercado

Quando da recuperação, em 2004, a cooperativa encontrou-se em uma situação especialmente difícil pois teve que abrir uma carteira de clientes completamente nova já que os antigos clientes eram todos de um grupo empresarial falido. O encarregado de produção nos contou que "para ir a Buenos Aires buscar cliente para poner eso em marcha fue durissimo". A cooperativa começou prestando serviço para vendedores de tecido (como uma facção, eles recebem os fios e entregam o tecido de volta) que trabalham em Buenos Aires e Rosário. Hoje ela tem uma carteira de 15 a 20 clientes, atacadistas de matéria-prima para calçados e acessórios, que fornecem para pequenas e médias empresas, a maioria trabalhando no bairro do "Once" (bairro de Buenos Aires onde há grandes lojas de venda de tecido no atacado). Apesar da pequena margem de contribuição, a escala de produção permite que a cooperativa mantenha-se em funcionamento pagando os custos fixos de manutenção da estrutura, energia, etc. Nesse mercado "no hay capacidad ociosa prácticamente en la industria" (Marcos), porém, como já destacamos, a cooperativa optou por não aumentar sua produção.

Uma consequência desse tipo de inserção é a vulnerabilidade às crises da economia. Em 2008, como reflexo da crise mundial, a cooperativa estabeleceu muitas dívidas com provedores e teve que fazer ajustes na remuneração de todos os trabalhadores para voltar a uma situação estável:

> "*Es medio jodido sentir que vos sos variable de ajuste nuevamente. Antes el trabajador era variable de ajuste del empresario, le pagaba a todo el mundo o no le pagaba, pero a vos tampoco y hoy sentir que sos variable de ajuste, que te tenés que ajustar para cumplir con algunas responsabilidades tomadas o con alguna relación y te da bronca porque justamente lo que combatimos históricamente es eso. Pero la única diferencia es que por lo menos a conciencia y a sabiendas de que era una manera de proceder que teníamos que consensuar con los trabajadores. Entonces hicimos una asamblea en plena crisis y marcamos algunas políticas en las cuales nos íbamos a apoyar para terminar de redondear una idea de cómo salíamos de eso (…) hemos dicho "no vamos a cobrar porque creemos en el proyecto porque de un año vamos a estar parados de tal manera,*

> *pero para eso necesitamos ser cumplidores con los proveedores y con los clientes", últimos vamos a estar nosotros. Últimos. Y últimos significa 400 pesos, llevarse por todo concepto a casa. Es duro, tenés que estar muy convencido".*

Uma das estratégias para melhorar a sua situação é ter uma produção própria, que não avança mais pela ausência de capital de giro, sendo hoje equivalente a 10% do volume produzido pela cooperativa e 27% de seu faturamento. Outra estratégia da cooperativa é o mercado "diferenciado" (de comércio justo e orgânico), onde o valor do preço do tecido é mais que o dobro do que o convencional. A inserção nesse mercado paralelo começou em 2006, um ano depois da cooperativa voltar a funcionar, com a aproximação de Harold e a realização da primeira campanha produtiva concreta, que teve início com o algodão plantado em outubro de 2005 e colhido em março de 2006.

A produção via Cadena Textil Solidaria funciona da seguinte forma: o algodão é plantado em cooperativas do norte argentino; a fiação do algodão é feita em uma empresa privada que entrega os fios para Pigué, aonde é realizada a tecelagem, o tingimento, e a confecção; a gestão da cadeia produtiva é de responsabilidade da Ong Otro Mercado al Sur. A primeira encomenda, da Altromercato (da Itália) foi de 40.000 camisetas vendidas com uma etiqueta que contava qual porcentagem do preço ia para os trabalhadores de cada elo da cadeia produtiva, para as entidades comerciantes, e para pagar o custo de transporte. Enviadas estas camisetas, sobraram ainda 10.000 "*descontínuos de talle*" que não estavam com a curva ou a cor certa. A necessidade de escoar essas "sobras" ocasionou a primeira inserção da cooperativa na venda de camisetas para o mercado nacional, onde buscaram interagir com organizações amigas, escolas, Ongs, o Estado Argentino e empresas como a Petrobras. Em 2008 a Cooperativa se deparou com um novo desafio, como ainda haviam sobrado camisetas na Itália, a Altromercato não fez uma nova compra. Na busca por clientes locais mais constantes chegaram à marca Levis da Argentina, que decidiu em um primeiro momento apoiar o projeto com *know-how*, "era lo que yo personalmente lo quería, yo queria trabajar com alguien de mercado textil que tenga experiencia, porque que pasaba com Altromercato de Italia (...) no son empresas textiles" (Harold).

A Levis passou a apoiá-los com cursos e diagnósticos técnicos durante o ano de 2008 até que, ao fim do ano, a filial da Levis na Argentina fez uma primeira compra da produção quando estava iniciando uma linha Eco-fairtrade. Juntamente com a encomenda da Levis surge um novo desafio, a oficina têxtil que fazia a confecção das roupas ligada ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados de Buenos Aires foi

desativada após a primeira encomenda da Altromercato, então a Textiles Pigué decide assumir a organização de uma oficina própria de confecção dentro da cooperativa, “con un poquito de experiencia adquirida y bastante de coraje, empecé a hacerme cargo de lo que era la parte de desarrollo de morderías, de corte, y empezar a tratar de formar un taller, desde la inexperiencia, desde la falta de conocimiento” (Fernando – encarregado de indumentaria). Com o apoio técnico da Levis, conseguiram alcançar uma qualidade e padrão de produção.

Finalmente produzidas, as camisetas da cooperativa são vendidas somente nas lojas exclusivas da Levis, juntamente com jeans que são produzidos na Índia. A Levis faz os desenhos que estampam as camisetas e as vendem com um *tag* com a seguinte informação:

> “producido com cualidad y dignidad por la primera cadena textil de comercio justo y solidario esta t-shirt levis esta producida com algodon agroecologico cosechado por pequenos productores sin uso de fertilizantes ni pesticidas, el tecido proviene de la Cooperativa Textiles Pigue adonde el algodon se teje e tine com tinturas de bajo impacto ambiental, la confeccion e terminacion se realiza em la misma cooperativa”.

De acordo com Harold, o preço maior que a Levis paga pelas camisetas vai quase todo para os produtores que recebem pelo algodão de acordo com o padrão internacional da FLO[76], sendo que em Pigué conseguem também pagar aos trabalhadores um valor maior que o do mercado convencional, e elas são vendidas para o consumidor com um valor de cerca de 20% acima do valor de mercado convencional.

Além desses dois grandes clientes consolidados (Levis e Altromercato) eles ainda fazem vendas para pequenos clientes, como marcas locais menores (Cristobal Colombo), escolas que utilizam a pedagogia Waldorf, ações de marketing de empresas como a Ford, além de exportar para uma Ong de fairtrade inglesa e desenvolver uma parceria com a Cooperativa Obrera, um supermercado que historicamente foi formado como uma cooperativa de consumo. Seus planos de expansão nesse mercado são de sair de um patamar de sete toneladas de tecido produzido via Cadena Textil Solidária, que dá 2 a 3 % da produção de Textiles Pigué e 30 a 40000 camisetas por ano, para 100.000 camisetas em 2012, buscando a longo prazo que esse mercado diferenciado possa chegar a 10% da produção de Textiles Pigué.

Para alcançar essa expansão uma das apostas é o mercado composto por jovens designers, cuja grande dificuldade é a gestão dos pedidos que chegam em pequenos

76 Fairtrade Labeling Organization

volumes, o que implica uma capacidade organizacional interna. Outros mercados que aparecem como estratégicos para o seu objetivo de expansão é a venda para outras marcas grandes e a incidência política sobre as compras governamentais, mas são estratégias ainda não muito desenvolvidas. Há ainda um projeto para o desenvolvimento de marcas próprias, uma com sobras da fábricas, uma com algodão orgânico e outra com plástico reciclado de garrafa PET. Para tanto, desenvolveram um plano comercial, sabendo que este é um projeto de mais longo prazo que demoraria pelo menos quatro anos para ter retorno financeiro.

O que há de comum em todas as estratégias que estão desenvolvendo é que, apesar de terem começado a sua inserção nos "mercados diferenciados" com a exportação, hoje identificaram que a sua estratégia de consolidação depende da construção de mercados locais e regionais baseados nos princípios sócio-ambientais haja vista que, mesmo sob os parâmetros do comércio justo, os produtos argentinos não tem condições de competir com produtos asiáticos no mercado europeu:

> "esse desafio que te plantea es parte de la gobalizacion y parte de la competencia, no estamos armando un mercado revolucionario com el comercio justo, comercio justo compite con la regla de capitalismo, hay que ser realista. No estamos cambiando la regla de juego y generando una economia, estamos creando una nueva economia, pero que la cancha, el campo de juego, es el campo de la globalizacion (Harold).

Harold acredita que ao passo em que hoje em dia não há uma motivação para o consumo responsável na forma de um mercado organizado para isso na Argentina, há espaço para criação desse mercado, mas "tiene que haber organizaciones, tiene que haber redes que militen em prol de esse objectivo (...) hacer todo un trabajo de red, de comunicacion, de sensibilizacion, de intercambio de experiencia, cosas que tiene que ver mas com la difusion de idea" (Harold).

Por fim, podemos fazer uma consideração a respeito da relação entre o setor comercial e os demais sócios da cooperativa. Harold nos aponta a necessidade de que este faça o papel de "La voz de los clientes, mira que el cliente necesita eso, eso se usted no llogra eso el cliente no va comprar más." O que percebemos é que quanto mais conseguirem expandir a importância de seus clientes sensibilizados para o comércio justo, menos esta voz dos clientes significará um peso ou uma pressão sobre a produção e mais uma parceria fruto do trabalho político de sensibilização da sociedade.

4.4 – Oficina têxtil da Cooperativa 20 de Deciembre - La Alameda

A cooperativa 20 de Deciembre foi formada a partir de uma assembleia *barrial* denominada La Alameda, surgida, como tantas outras, a partir dos acontecimentos do 19 e 20 de Dezembro de 2001. Trata-se de uma cooperativa multifuncional, que tem hoje como principal atividade econômica uma oficina têxtil que funciona no segundo andar do bar ocupado pela assembleia, contando com cerca de 13 trabalhadores, sendo 7 homens e 6 mulheres. Localiza-se em Buenos Aires, no bairro Parque Avellaneda, cuja população é de cerca de 54.000 habitantes. Trata-se de um bairro localizado a cerca de 13 quilômetros da região central da cidade, que acabou por notabilizar-se pela presença de diversas oficinas de costura onde bolivianos são submetidos a trabalho escravo, situação que deu origem à oficina têxtil que foi objeto desse estudo.

Este empreendimento foi aquele com o qual tivemos mais dificuldade de construir um contato mais próximo, sendo que realizamos entrevistas com três trabalhadoras da oficina têxtil e uma militante da Assembléia *barrial,* Ayellen, além de observações de alguns momentos de trabalho e de uma reunião geral da assembleia. Recorremos também aos diversos panfletos e materiais produzidos pela assembleia e depoimentos dados a jornais e revistas como fontes de informação. Na sequência, nos referiremos ao coletivo maior em que a cooperativa e oficina estão inseridos simplesmente como coletivo ou como La Alameda, já que é difícil caracterizá-los como Ong ou movimento social, e suas ações já ultrapassaram em muito o âmbito do que seria uma assembleia de bairro.

Histórico e antecedentes

Ayellen nos relata que no bairro Parque Avellaneda anteriormente mesmo a crise funcionava uma "*olla popular*"[77], até que com a falência e abandono do bar que funcionava em uma das esquinas do parque, este foi ocupado pelos vizinhos do bairro que fizeram funcionar nele um "comedor" (restaurante popular) ligado a uma assembléia *barrial*. Esse comedor funciona até hoje, com a assistência de um programa de apoio a grupos comunitários da Subsecretaria de Desenvolvimento Docial do governo da cidade de Buenos Aires. Em seu folheto, eles afirmam que "este apoyo fue ganado mediante acciones constantes por parte de la asamblea que incluso llegaron a ocupar las oficinas de dicha Subsecretaria"; antes disso o comedor funcionava basicamente a partir de doações conseguidas em negócios e açougues da região.

Para além do comedor, Gustavo Vera (principal referência da La Alameda), em entrevista ao jornal MU (2011, p.14), remete a conformação da assembléia à inspiração

77Nome usado na argentina para designar a organização de um espaço onde é distribuída comida ao ar livre, *olla* significa panela.

de replicação das práticas piqueteiras em território urbano. A história de constituição da assembleia é bem resumida em um de seus folhetos de divulgação:

> La asamblea “20 de Diciembre” surge como muchas otras asambleas al calor de la crisis del 19 y 20 de Diciembre en el 2001. De esta forma se fue gestando un sistema de organización de democracia directa, a la que se podian acercar vecinos del barrio a debatir, cuestionar, tomar medidas de acción directa con reclamos que iban desde la devolución de sus ahorros (especialmente de la clase media) has cuestiones mas globales pasando entre otros por problemas de subsistencia como alimentación, vivienda, trabajo, etc.

Um dos fatores que explica o não desaparecimento desta assembléia é a capacidade de associação a novas lutas e a um novo público. A partir da organização do comedor comunitário os membros da assembleia tomaram contato com a realidade das famílias de bolivianos que frequentavam o local. Dentre estas famílias estava a de Olga, uma das principais referências de origem boliviana em La Alameda:

> Después de 2001, quedé embarazada de mi hija menor que tiene 8 años ahora, primero llegué acá por el comedor, porque no tenia trabajo. Estaba caminando en los trueques y por otros lados, y cuando llegué acá, me había avisado mi hermana que había escuchado que se abría un comedor y me acerqué en la semana. Primero me acerqué por el tema del comedor, yo tenia dos chicos y estaba embarazada. Me quedé esa semana y después me invitó Gustavo a una asamblea, se hacían los sábados a la tarde, después del comedor, a las 2, 3 de la tarde. Entonces me empezaron a gustar los temas de los que se hablaba, que todos éramos iguales. Aunque fuéramos inmigrantes, teníamos derecho a opinar. En ese momento, esa parte me gustó, entonces seguía participando en el comedor, en las asambleas, en las marchas (...) El problema acá, desde que empezó, era que una persona adulta del núcleo familiar tenían que colaborar haciendo una tarea comunitaria a la semana, una sola vez. Entonces, en ese momento se empezó a descubrir que venían talleristas con sus trabajadores a comer al comedor. Y no les dejaban hacer la tarea comunitaria, pero sí venir a comer (…) Entonces empezamos a hablar sobre que se trabaja muchas horas, que no les pagan, vimos que tenían anemia. Se empezó a hablar que el patrón le golpea al hijo o a las madres, al padre que trabaja ahí. Le dan un plato de comida para compartir con dos o con tres chicos. Si se iba a hacer la denuncia al consulado, no se hacia nada.

Identificaram, então, as condições de trabalho degradante em que estes bolivianos se encontram, e iniciaram uma atuação de denúncias e protestos contra as práticas de trabalho escravo, para depois formarem uma oficina têxtil própria, da qual faziam parte bolivianos e bolivianas egressas de oficinas de trabalho escravo:

> Las primeras maquinarias se las pedimos a Manos a la Obra, nos dieron la maquinaria y así empezamos la cooperativa. Queríamos ver si concretizábamos el sueño de trabajar sin patrón, ver si podíamos cobrar los precios justos y que nos paguen y trabajar 8 horas y tener nuestra marca propia para poder competir igual con las marcas grandes. Lo logramos, tuvimos nuestra propia marca (…) Mucha gente no creía que nosotros íbamos a ser capaces de ser una cooperativa (Olga).

Mais adiante conformaram uma nova organização sindical, a Unión de

Trabajadores Costureros (UTC), como forma de luta dentro do sindicato dos costureiros. Para além dessas frentes, La Alameda vem atuando politicamente em diversos temas correlacionados.

Inserção política na sociedade

É impossível entender a oficina têxtil da cooperativa 20 de Deciembre sem antes entender a organização maior e as múltiplas lutas sociais nas quais está inserida. Em primeiro lugar destacamos a influência e a relação da assembléia La Alameda com o movimento de assembleias barriais, do qual seguramente herdou a sua forma organizativa e o *ethos* autonomista que subsiste em alguns discursos, ainda que conviva com um alto nível de centralização na sua organização interna. O ethos autonomista aparece em diversos momentos em que a assembleia exalta a sua não atrelação a nenhum partido político e à cooptação: “En el período en el que se cooptaban organizaciones por todos lados, nosotros nos resistimos y pagamos un precio alto”, o que os levou a “buscar reinsertar a los trabajadores en la estructura productiva. Muchas organizaciones cayeron en la euforia del reparto de planes, de subsidios y creo que esto fue un error grave” (Vera, 2011, p.15). Olga ressalta que “Nosotros no cobramos de nadie, somos independientes, no pertenecemos a ningún partido político, (...) por eso tampoco es tanta gente que está en esta lucha. Nadie está obligado”.

A partir do contato com os imigrantes bolivianos as ações de luta contra o trabalho escravo passaram a ser uma importante frente política da cooperativa, iniciando-se pela mobilização contra uma oficina próxima à sede da La Alameda. Essa prática de protestos ganhou forte impulso especialmente a partir do momento em que um incêndio em uma oficina provocou a morte de seis pessoas, sendo cinco delas filhos de trabalhadores: “Luego del incendio de un centro clandestino de trabajo en Caballito, la asamblea de Parque Avellaneda decidió construir un taller textil propio“ (Tamara Rosenberg[78]).

A partir do momento em que os participantes de La Alameda passaram a desenvolver essa luta, desenvolveram também algumas táticas de combate, envolvendo desde a instalação de câmeras ocultas nas oficinas de costura, passando pela organização de “escraches[79]” em frente a lojas de grandes marcas, até um sistema de recepção de denúncias por advogados voluntários. Para isso foi criada a Fundación

78 http://lavaca.org/notas/ruido-de-rotas-cadenas/

79 Protestos bem humorados como a organização de desfiles de moda com modelos escravizados em frente as lojas das grandes marcas de roupa. Tornou-se parte do repertório dos movimentos sociais argentinos a partir das ações de uma organização denominada HIJOS, que visava humilhar publicamente os generais e torturados não julgados da ditadura (Zibechi, 2003).

Alameda, pessoa jurídica que pode apresentar as denúncias (hoje chegam a mais de noventa marcas denunciadas formalmente). Participam também do movimento internacional de combate ao trabalho escravo, a partir do qual desenvolveram laços de solidariedade com uma cooperativa tailandesa que os levaram a conformação de uma marca internacional de roupas na luta contra o trabalho escravo.

Diversos documentos e vídeos do movimento dedicam-se a retratar e tornar conhecida a realidade do trabalho escravo na cadeia têxtil, desde seus aspectos mais degradantes na oficina, retratando uma história até certo ponto conhecida de aliciamento de bolivianos com promessas de trabalho bem-remunerado na Argentina, que depois transformam-se em jornadas de trabalho de até 18 horas por dia. O pagamento, feito em horas ou por peça, dependendo do que a produtividade do trabalhador torne mais vantajoso para o dono, ainda é descontado de despesas referentes à moradia e à viagem para Argentina, remontando os velhos esquemas de escravidão por dívida, afora as condições insalubres da própria oficina que levam a epidemias de tuberculose e anemia. No entanto, a denúncia não pára por aí, busca-se demonstrar que a estrutura de custos praticada na indústria têxtil pela grandes marcas é que induz os donos de oficinas à produção escrava: “lo único que nosotros queremos es que compartan más las ganancias, que sean justos con los trabajadores. Si se habla de la igualdad, me parece que eso tendría que cumplirse” (Olga). Procuram demonstrar também que as marcas costumam utilizar fábricas legais que emitem notas frias como fachada para o fornecimento das oficinas clandestinas.

Em um dos cadernos de formação sindical da UTC, Ariel Lieutier, que além de militante da Alameda trabalhou por um período de dois anos na prefeitura de Buenos Aires, analisa a distribuição de receitas na cadeia produtiva têxtil mostrando que, de uma roupa vendida a 100 pesos em uma loja, 3,12 pesos são pagos para a oficina de confecção, sendo que 1,87 fica com o trabalhador e 1,25 com o dono da oficina, e a sua margem de lucro tirando os custos é de 0,30 centavos por peça. A matéria-prima fornecida pela marca tem um custo de 11 pesos, de forma que o custo da roupa para a marca é de 14 pesos. Esta, por sua vez, é vendida para os comércios por 40 pesos (caso não sejam lojas próprias) chegando ao consumidor final por 100 pesos, sendo que destes 22 pesos são destinados a impostos e 10 pesos são destinados ao aluguel. Para Lieutier, esses números não devem justificar as oficinas clandestinas, mas demonstrar os verdadeiros culpados e expor a situação do dono de oficina como capataz empregado das grandes marcas, através de relações de mercado oculta para os trabalhadores. Como

afirma Gustavo Vera no mesmo caderno: “Hay una logica clasista burguesa en el sistema que encubre y protege a las grandes marcas y a los fabricantes”.

Tomando conhecimento da realidade da cadeia produtiva, onde os lucros são altamente concentrados nas grandes marcas e nas comercializadoras enquanto trabalhadores e donos de oficinas (em geral bolivianos) lutam por migalhas, La Alameda passou a concentrar suas ações de denúncias contra as marcas locais e internacionais. Procuram também com essas ações desmistificar a percepção comum de que as oficinas clandestinas são responsáveis apenas pela produção de roupas falsificadas, demonstrando que são parte integrante da cadeia de custos de uma indústria sob controle das marcas.

Não obstante a opção classista de denúncia e culpabilização das grandes marcas, uma das contradições do movimento é que, apesar de incorporarem um número razoável de bolivianos ex-trabalhadores de oficinas clandestinas em sua militância, ele ainda enfrenta fortes resistências de um grande número de bolivianos não só donos de oficina mas também trabalhadores. Estes enxergam o movimento como responsável por, ao denunciar e fechar as oficinas, acabar com diversos postos de trabalho que, ainda que em condições precárias de até 18 horas por dia de trabalho, representam em alguns casos um avanço em relação às condições econômicas do país de origem. Talvez esta tenha sido uma das motivações que impulsionou a criação de alternativas produtivas como estratégia de ação do movimento. É importante destacar que a grande maioria dos donos das oficinas clandestinas é boliviano, e que, como mostra um dos vídeos de divulgação de La Alameda, o sonho de muitos bolivianos escravizados é chegar a ser dono de uma oficina:

> Hay otro grupo, parte de nuestra colectividad, está peleando contra, diciendo que nosotros somos malos, que los trabajadores y los talleristas somos uno solo. Eso es mentira, si fuera así, tendrían que ser repartidas todas las ganancias en partes iguales. No tendrían que trabajar tantas horas ni ganando centavos. (…) Por eso siempre digo que un trabajador y un patrón, es imposible ser iguales porque no cobramos lo mismo y el patrón siempre se va a llevar la mayor ganancia. Ni un fabricante, ni un costurero, es imposible ser iguales (Olga).

O direcionamento para um enfrentamento dentro da cadeia produtiva têxtil os levou a propor a criação de uma “agrupación gremial interna” ao sindicato dos costureiros denominada de UTC, Unión de Trabajadores Costureros. Através desse instrumento buscam apoiar a organização de comissões de fábrica através de cursos de capacitação sindical, dando uma contribuição relevante para a integração entre as demandas de trabalhadores formais e não formais. Olga destaca ainda a importância de uma ação de

valorização dos trabalhadores costureiros, que muitas vezes assumem a si próprios e são vistos pela sociedade como trabalhadores de segunda classe. O trabalho da UTC acabou por envolver La Alameda na recuperação de duas fábricas do setor têxtil, Soho e Lacar (a primeira marca de roupa denunciada por trabalho escravo, em 2005), com as quais a La Alameda construiu uma grande proximidade, sediando e organizando as reuniões dos trabalhadores, apoiando-as em marchas e protestos. A seguir transcrevemos trecho de um panfleto que os militantes ligados a UTC distribuíram na porta de fábricas:

> Los trabajadores han localizado los lugares físicos donde la patronal trasladó los bienes de la empresa y resolvieron marchar a los mismos, en resguardo de sus puestos de trabajo, los bienes de los cuales son acreedores y a la espera de la intervención judicial. Igual que en Soho, los trabajadores de Lacar se han puesto de pie y no van a dejarse atropellar.

Para além dessas articulações diretamente relacionadas aos trabalhadores do setor têxtil, La Alameda tem uma atuação ampliada em outras frentes. Uma delas é a luta contra o trabalho escravo em outros ramos produtivos, com uma atenção especial à questão da prostituição na cidade de Buenos Aires. Nesse sentido ganharam grande atenção midiática após impetrar uma denúncia contra o juiz Zaffaroni, da suprema corte argentina. O juiz, reconhecido pela esquerda por iniciativas progressistas a favor da união civil homossexual, ações no sentido da descriminalização das drogas e pelo apoio dado ao governo Kirchner, foi identificado como proprietário de seis imóveis que estavam sendo alugados e utilizados como local de prostituição.

A partir daí, La Alameda começou um processo de perseguição com a realização de escraches em eventos públicos, com o qual o movimento e seu líder Gustavo Vera ganharam grande notoriedade nas páginas dos principais jornais argentinos. Dessa forma começaram a sofrer diversas acusações dos setores da esquerda ligados aos Kirchner como a de que estariam focando as denúncias a Zaffaroni (e não aos locatários dos imóveis, por exemplo) pelo desejo de projeção midiática. Outra é que a motivação por trás das denúncias seria um agrupamento político entre Gustavo Vera, o líder do movimento dos trabajadores excluídos (Juan Grabois) e o arcebispo Jorge Bergoglio (tido como conservador em questões relacionadas ao aborto, eutanásia e casamento homossexual). Nesse sentido, La Alameda estaria funcionando como acessório de Bergoglio, inimigo de Zaffaroni, por este estar impulsionando legislações progressitas.

Destaca-se que os principais jornais argentinos realizaram uma mudança de 180 graus no seu posicionamento em relação a La Alameda. O jornal de direita La Nacion, que já havia pedido pela desapropriação do bar e acusava La Alameda de ser “uma

ameaça ao direito de propriedade", começou a exaltar seu trabalho, enquanto o jornal de esquerda Página 12, que repercutia diversas denúncias de trabalho escravo vindas de La Alameda, começou apontar associações entre a organização e militantes católicos herdeiros da direita fascista.

A questão é complexa, no caso das oficinas clandestinas, não apontar os responsáveis imediatos pela exploração significava apontar os realmente ganhadores no topo de uma cadeia de valor baseada na exploração, denunciando, com isso, a própria forma de funcionamento do capitalismo em um setor produtivo não irrelevante. No entanto, no caso da denúncia a Zaffaroni, ainda que tenha um componente humano importante quando se refere ao tráfico de mulheres para a prostituição, em outros aspectos a denúncia beira mais ao moralismo. Quando feita e impulsionada às vésperas de uma eleição, a denúncia aproxima-se perigosamente do jogo político da direita. O argumento de Vera é que a denúncia a Zaffaroni é uma questão de coerência: "nosotros nacimos pidiendo que se vayan todos, ahora insistimos. Como verás, somos coherentes". (Gustavo Vera)[80]

Outra frente de ação do coletivo não é coerente com a posição anarquista do "que se vayan todos", pois a reaproxima do Kirchnerismo à medida que optaram pela participação na criação da Confederación de Trabajadores de la Economía Popular (CTEP), abordada no capítulo anterior desse trabalho. Ainda que seja possível considerar um avanço à proposta de consolidação do setor da economia popular como parte de um processo de reorganização do movimento operário e retomada dos direitos trabalhistas para as organizações desse setor, a adesão ao tradicional sindicalismo peronista causa estranhamento, bem como os parceiros escolhidos. De qualquer forma a CTEP vem impulsionando algumas lutas importantes e participou das reivindicações pelo acesso a Línea 1 do Programa Argentina Trabaja. Nesse ponto Olga tem uma postura bastante crítica a todas as organizações da economia solidária argentina:

> la última reunión que participé porque habíamos sido convocados, pero ahí me decepcioné (...) Me encontré con que si se podían suplicar que no les saquen ese plan, lo harían (...) Yo pensé que íbamos a hablar de las reuniones que estábamos haciendo, sobre tener un mercado común entre todas las cooperativas y todas las empresas recuperadas. Pensé que íbamos a hablar de cómo íbamos a comercializar nuestras prendas, con la idea de vender los productos acá.

Podemos perceber que La Alameda mantém um conjunto de relações políticas extremamente complexas, combinam denúncias e alianças com setores kirchneristas,

80 http://www.lanacion.com.ar/1406749-gustavo-vera-la-lucha-contra-la-trata-de-personas-como-causa

rechaços à dependência do Estado e de partidos com parcerias com deputados de centro-esquerda e participação em políticas públicas, como o Pólo Textil Barracas, impulsionado pelo Governo Federal, no que remetem a um projeto parecido com a estatização sob controle operário:

> Que los trabajadores tengan control de la producción y que esté organizada sí, amparada por la coordinación estatal. Nosotros ya hemos tenido experiencias por el estilo en lo que es el polo textil de Barracas, es un predio muy grande que a raíz de todas las denuncias que nosotros veníamos haciendo con los talleres clandestinos el Estado dijo "bueno, nosotros nos hacemos cargo de este predio industrial, armen cooperativas. (Ayellen)

Se é que é possível encontrar alguma linha explanatória para estas práticas e opiniões políticas, esta seria a de uma organização que parece centrar sua ação em torno do crescimento de seu próprio poder enquanto organização, não subordinando-se a nenhuma linha política externa que não diga respeito aos interesses dos trabalhadores que a compõem, no que guarda uma forte componente autonomista. No entanto, no tocante à sua organização interna e sua "cultura política" está mais para o centralismo.

O certo é que La Alameda tem diferentes significados para cada um de seus participantes, destacamos aqui o belo depoimento e significado que ela tem para Olga:

> y nosotros los de La Alameda tenemos el sueño de un día crecer y que se vendan nuestras remeras de marca, y ser conocidos, y principalmente vivir de nuestro sueldo dignamente, y tal vez ni siquiera tener el comedor comunitario. La idea es dar un ejemplo a los hijos, de trabajar y luchar. Mi hija de 13 años dice: mamá vos trabajas y vas a las marchas, eso está muy bueno. Yo cuando sea grande, hago lo mismo. Los ejemplos vienen de los padres.

Organização Interna

Para abordarmos essa questão é preciso destacar que legalmente a oficina têxtil é apenas um dos ramos de atividade da Cooperativa de Trabajo 20 de Deciembre, que inclui uma oficina de cerâmica e outros empreendimentos, incluindo em sua órbita até mesmo o Polo Textil Barracas, legalmente ligado ao INTI (Instituto Nacional de Tecnologia Industrial), havendo uma parceria com La Alameda. A Cooperativa 20 de Deciembre por sua vez é subordinada a Asamblea "20 de Deciembre" do Parque Avellaneda – La Alameda. Essas relações estão resumidas no seguinte organograma retirado do sítio da Assembleia:

Figura 1:

Formalmente, Gustavo Vera é o presidente tanto da cooperativa quanto da fundação, e é apontado como "referente" principal de La Alameda em todas as notícias por eles produzidas, já Tamara Rosenberg é apontada como "referente" da oficina têxtil. Como não temos informação suficiente sobre como funcionam as práticas democráticas do coletivo La Alameda como um todo, nos aprofundaremos na gestão da oficina têxtil, que é organizada a partir de uma reunião mensal e está subordinada as reuniões semanais da Assembléia, onde são discutidas questões mais gerais sobre as diferentes atividades do coletivo.

Na assembléia que participamos presenciamos discussões, em alguns casos mais acaloradas, a respeito das estratégias de inserção nas eleições do sindicato dos costureiros, em como dar uma orientação classista a movimentações que estavam sendo feitas contra a violência no bairro e a organização de uma ação em referência ao aniversário de um incêncio ocorrido em uma oficina de trabalho escravo (ocasião que foi um marco na tomada de consciência da situação do trabalho escravo pela sociedade Argentina).

Nas reuniões da oficina têxtil realiza-se uma avaliação do mês e debate-se como será realizada a remuneração. Em último caso questões da oficina podem ser levadas a assembléia geral:

> Cada mes hacemos una reunión, si entró poco trabajo, compartimos en partes iguales. No hay categoría, no hay ayudantes. No hay el que cobra más. Si hay bastante trabajo, ahí sí hacemos una categoría, decidimos como vamos a cobrar. Tenemos una reunión mensual para hacer eso. También la usamos para ver lo que hicimos bien, lo que hicimos mal, en lo que tardamos más. En lo que precisamos mejorar, siempre tratamos de hablar sobre eso. Vemos si trabajamos menos porque tuvimos muchas salidas o porque entró menos trabajo. En valor hora, estamos bien, estamos cobrando el valor hora fijo, entre 15 y 16 la hora (Olga)

Partindo desse mínimo de 15 pesos por hora com o qual "trabajando 8 horas acá superamos el valor que ganaríamos trabajando 12 horas en un taller" (Augustina), a variação na remuneração, quando há diferenças, remete a um controle feito no final do mês de quanto foi produzido, em um processo de negociação que pode levar até o dia inteiro: "anotamos por día cuantas prendas hicimos, que tareas hicimos entonces a fin de mes, vemos quien tarda menos, y ahí vamos viendo" (Olga). Apesar da remuneração por hora ser muito maior que a de mercado, a cooperativa tem dificuldades de planejamento do fluxo de caixa e não consegue garantir uma renda fixa por mês, havendo grandes variações entre os meses bons e os meses ruins.

Essa variação na renda ocasiona uma certa rotatividade dos trabalhadores associados, agravada pela decisão em não permitir o trabalho acima de oito horas por dia a não ser quando há necessidades especiais de entrega de encomendas. Esta decisão remete à própria luta política contra a superexploração do trabalho, mas acaba afastando trabalhadores que preferem poder trabalhar mais horas, mesmo que recebendo um valor hora menor. Nas palavras de Olga: "Algunos se quedan, algunos se van. Cada tanto tenemos compañeros nuevos. Hay pocos que quedamos desde siempre. Hay muchos que cambian todo el tiempo".

Quando da participação em marchas e atos nas diversas lutas em que se insere a assembléia La Alameda, a oficina têxtil é fechada, e essas horas de militância não são contabilizadas na remuneração das costureiras porque não há entrada de recursos suficiente para isso, sendo que "Muchas veces se pregunta, hay días, semanas, meses que salimos mucho a las marchas (...) nadie nos paga, entonces si salimos horas o un día, lo perdemos". Esse é mais um elemento que desagrada os trabalhadores não-militantes, de forma que, com o tempo, tendam a permanecer na cooperativa especialmente os trabalhadores que decidam por aderir à causa. Como a cooperativa está em bastante evidência midiática parece estar sendo capaz de atrair trabalhadoras com esse perfil. É o caso de Agustina, uma jovem costureira que conheceu La Alameda e se integrou à cooperativa atraída pela sua luta contra o trabalho escravo.

Quanto as formas de organização e controle do trabalho no cotidiano, percebemos

que, além de realizarem os ajustes na remuneração a partir do controle da produção de cada um nas reuniões mensais, tentam “incentivarnos entre nosotros para llegar a superarnos cada día más” (Augustina):

> Si hay mucha diferencia tratamos de hablar, le pedimos que le ponga un poco más de ganas (...) Tratamos de que la persona ponga un poquito más de interés, hacer que cada uno trabaje de forma completa (…) La idea siempre es que por más que sean nuevos, hablar y tratar de entendernos. (Olga)

Há uma certa flexibilidade para reconhecer ritmos e formas diferentes de produzir, por exemplo reconhecendo que algumas pessoas preferem trabalhar por mais tempo, mas com menos intensidade. Uma mudança importante nas práticas produtivas diz respeito à valorização da qualidade do produto sobre a quantidade. De resto, há uma divisão de tarefas mais ou menos convencional. Tamara tem as funções estratégicas de representante comercial e gerente da cooperativa, além de contribuir principalmente na área de corte e também um pouco de confecção, já Olga além de ajudar na confecção, tem uma posição de centralidade na área da produção, contribui com o controle de qualidade e ajuda a coordenar a produção. Há ainda uma trabalhadora com maior qualificação técnica que contribui com o desenho e corte, enquanto os demais distribuem-se assumindo principalmente as tarefas de confecção.

No pouco tempo em que acompanhamos o processo produtivo pudemos perceber que há uma relação diferente de uma hierarquia convencional, com os costureiros fazendo cobranças para o pessoal de corte, incluindo Olga e Tamara, as principais referências da cooperativa. Percebemos também que há, pelo menos para as duas trabalhadoras com quem conversamos, uma valorização do formato cooperativo de trabalho, seja pela organização e regularidade dada pelo fato de estarem trabalhando coletivamente, seja pelo fato de não estarem em relações de dependência frente a um patrão:

> Demostramos a la sociedad y a los trabajadores que sí se puede. A veces los periodistas nos preguntan: *¿qué es para ustedes trabajar sin patrón?* Para nosotros significa mucho, por lo menos para mi. Tener que trabajar en una fábrica donde dependes del patrón o del capataz, mientras que nosotros en la cooperativa podemos hablar entre todos, unos con los otros (Olga).

O principal desafio no caso é expandir o núcleo militante da cooperativa para solucionar o problema da rotatividade dos demais trabalhadores. Nesse sentido, podemos apontar que talvez uma maior democracia, ou formas de maior inserção e participação quanto às decisões estratégicas do coletivo La Alameda, poderiam ajudar nesse processo

de formação de cooperados-militantes.

Inserção no mercado

> No es una marca más, ni simplemente um emprendimiento autogestivo y basado en el trabajo decente. Es, sobretodo, un llamado y una convocatoria a los costureros y consumidores de diversas partes del mundo para que la producción de indumentaria sea realizada respetando la dignidad de los trabajadores, sin explotación, ni esclavitud. (panfleto da marca No Chains)

De um início com apenas uma máquina de costura fazendo bainhas e consertos, hoje a oficina têxtil ocupa boa parte do andar de cima de La Alameda, que consiste em um espaço coberto que parece um pouco apertado frente ao crescimento da cooperativa e um espaço aberto que não estava sendo utilizado devido ao forte calor do dia de nossa visita. A situação foi melhorando à medida em que a notoriedade adquirida pelas denúncias de trabalho escravo fez com que surgissem pequenos fabricantes dispostos a pagar um preço justo.

Esta é hoje a principal fonte de renda fixa da cooperativa, o cliente traz o tecido e contrata o serviço da cooperativa:

> son clientes que además les piden producir acá porque saben las condiciones en las que se produce el trabajo. Sabiendo que tienen que pagar una moneda más y que además quedan organizando su producción de acuerdo a lo que establece la ley, pagando todos los impuestos. Eligen ese sistema de producción porque incluso muchos otros diseñadores que han venido acá ya conocen experiencias de otros talleres. Porque han llevado su producción a diferentes lugares. Entonces hay como una suerte de consumo y producción responsable de los clientes que vienen a dejar su producción acá (Ayelen).

Olga nos conta que, com o tempo, cria-se uma relação de bastante proximidade com esses clientes. Realmente nós pudemos presenciar o momento de negociação com um designer que estava fazendo uma encomenda e seu interesse em entender as outras atividades que estavam ocorrendo no espaço:

> Si vienen los clientes - nosotros trabajamos con clientes chicos -, podemos dar nuestra opinión y el cliente puede hablar directamente con nosotros que estamos haciendo sus prendas (…) Con algunos que pasan a mediodía, nos sentamos a almorzar y eso es bueno (…) Hay días que si tenemos que ir a una marcha, ese día tenemos que entregar algo al cliente, ya se sabe de entrada que si fallamos en los días, va a ser por algún caso especial. Por alguna marcha o porque fuimos a defender a un compañero nuestro, un costurero (…) Entienden, nosotros los llamamos. Algunos nos acompañan en las marchas, para nosotros eso es muy importante (Olga).

Em meados de 2004 a cooperativa lançou sua produção própria com a marca Mundo Alameda, sendo que em 2010 o foco passou para o desenvolvimento da marca

global No Chains, criada em parceria com uma cooperativa tailandesa que tomou contato com La Alameda em um congresso sobre trabalho escravo realizado em Bangkok. Trata-se de uma fábrica recuperada que anteriormente produzia para Adidas e para Nike onde os empregados eram drogados para trabalhar. De acordo com Tamara[81]):

> El concepto no es comercial fundamentalmente, por ahora el objetivo es concientizar a otros trabajadores y consumidores sobre el origen de las prendas que ellos se ponen y dar a conocer que la mayoría de las grandes marcas utilizan mano de obra esclava para producir.

Ayellen nos retratou que “la mayor parte del ingreso proviene fundamentalmente del trabajo que nos vienen a dejar diseñadores y otros clientes. La producción de la marca propia está creciendo, pero no tiene tantos puntos de venta”. Estes são basicamente três locais, a cooperativa La Vaca (uma editora que tem em seu espaço uma loja de produtos da economia solidária), o espaço Lacandona[82] (também caracterizado por produtos alternativos e relacionados a movimentos políticos) e um espaço que ocupam no mercado Bonpland. O mercado Bonpland fica em um galpão recuperado por uma assembléia do bairro de Palermo, que passa então a ser ocupado por diversas organizações e empreendimentos, estruturando-se a partir de um financiamento público, sendo o estande mantido por trabalhadores voluntários.

Dessa forma, fica caracterizado que praticamente todos os clientes da cooperativa foram sensibilizados pela sua luta política, levando em conta que o desenvolvimento da marca própria é por enquanto uma ação mais militante do que econômica. Essa foi uma opção consciente da cooperativa, que percebeu que se estivessem no mercado convencional, não poderiam efetivar suas condições diferenciadas de trabalho cooperativo:

> Al ser cooperativa tampoco podemos trabajar con las marcas grandes o con los fabricantes grandes porque ellos no quieren pagar el precio justo, quieren pagar centavos y a nosotros no nos conviene con la lucha que hacemos. Para eso tendríamos que trabajar como en cualquier taller. Y no es así. (Olga).

Também estão conscientes que o crescimento e consolidação de sua marca própria global depende do processo de conscientização de consumidores, e não de uma capacidade de concorrência no mercado convencional:

> No Chains does not depend on market capitalistic conditions, but the collective will of workers and consumers who dream of another world, where there is no exploitation or slavery and where the dignity of workers is respected[83].

81 http://lavaca.org/notas/ruido-de-rotas-cadenas/
82 Referência a Selva Lacandona, onde resiste o Exército Zapatista de Libertação Nacional
83 Www.nochains.org

Uma explicação para o seu sucesso em conseguir encontrar esses clientes pode estar no fato de que sua luta política está relacionada diretamente a denúncias contra “concorrentes” dessa forma atingindo diretamente a um público direcionado de possíveis clientes (designers que encomendam a produção de vestuário em pequena escala).

Capítulo 5 – Análise comparada das cooperativas estudadas

Se no capítulo anterior buscamos privilegiar a exposição da realidade observada em cada empreendimento inserida em seu contexto, buscamos agora propor algumas generalizações teóricas perceptíveis a partir de uma comparação das características de cada empreendimento. Dessa forma, retomamos mais diretamente algumas das discussões abordadas ao longo dos três primeiros capítulos dessa dissertação, à luz das observações realizadas nas quatro diferentes realidades que pudemos estudar.

É importante reforçar que nosso objetivo não é realizar um julgamento moral sobre as práticas que desenvolvem os trabalhadores desses empreendimentos; tratam-se, em todos os casos, de pessoas que estão tentando, em primeiro lugar, garantir a sua sobrevivência nas condições que encontraram na realidade, em geral em um contexto extremamente hostil. Nesse sentido, trata-se aqui de analisar os limites e possibilidades da estratégia de formação de empreendimentos de economia solidária, o que não poderia ser feito senão baseado nas experiências concretas desenvolvidas pelos trabalhadores. Espera-se que as reflexões aqui traçadas possam servir também para que esses e outros trabalhadores, que constróem na prática a realidade da economia solidária possam discutí-la, discordando ou concordando dos apontamentos aos quais chegamos.

Começamos por retomar as críticas realizadas pelo marxismo autonomista à economia solidária, tomando como ponto de partida a distinção colocada por Bernardo (2009, p.496) entre relações sociais novas, "**que alteram a disciplina interna da empresa e as hierarquias de trabalho, e para as quais o *output* é considerado não em termos de valor, mas de significado social",** e a economia solidária onde não há **"qualquer reorganização efetiva das relações de trabalho, pretendem produzir valores que concorram enquanto valores no mercado capitalista"** (grifo nosso).

Os desafios da democratização da organização interna

Tomemos então a afirmação de que não há qualquer reorganização efetiva das relações de trabalho e comparemos com a realidade encontrada nos quatro empreendimentos estudados. É certo que percebemos que em todos eles há sérias limitações no que se refere à completude do processo de democratização, o que de certa forma corresponde à revisão de literatura feita no capítulo 2, segundo a qual há, em geral, dificuldade de realização de decisões democráticas a respeito de algumas das questões estratégicas ligadas à vida econômica das empresas. Nesse sentido, são em diferentes

níveis mantidas algumas das separações entre concepção e execução do trabalho, o que pode ser explicado, ainda que não justificado, pela presença de diferenças de escolaridade e saberes técnicos e diferentes níveis de comprometimento com a proposta do empreendimento.

No entanto, não seria correto dizer que não haja alteração da disciplina interna da empresa ou das hierarquias de trabalho. Mesmo tomando como base o caso onde estas transformações menos avançaram - o da Coopertextil - percebemos que ainda que se mantenha uma oposição fundamental entre chão-de-fábrica e escritório, há efetivas alterações na disciplina e nas hierarquias. Os coordenadores/encarregados perderam realmente a prerrogativa de exercício de poder sobre os trabalhadores, sendo obrigados a desenvolver outras estratégias para exercer a função de coordenação das atividades. A existência de um espaço de arbitragem de conflitos como o conselho disciplinar, e a efetivação da possibilidade de recurso à assembléia para reverter decisões punitivas, ocasionou um profundo reequilíbrio de forças. Presenciamos algumas vezes, em todas as cooperativas, os trabalhadores em função teoricamente subordinada questionando coordenadores e demandando destes a realização das suas funções para que o ritmo de trabalho fosse garantido. Além disso, em todas as cooperativas escutamos que para lidar com corpo mole “tem que conversar muito, conscientizar, ter paciência...”, afinal em última instância o exercício da capacidade de controle do coordenador sobre o trabalho dos demais pode ser submetido e questionado em assembléia. O que é isso senão uma alteração efetiva na hierarquia?

Voltando ao caso da Coopertextil, o que impede o maior desenvolvimento desse reequilíbrio em direção a um maior controle consciente dos trabalhadores sobre o processo de trabalho, com o desenvolvimento de novas relações de trabalho, é a não percepção, tanto por parte do escritório quanto por parte dos trabalhadores, dos aspectos positivos desse processo. Nesse sentido, o controle que os trabalhadores efetivamente desenvolvem sobre o seu processo de trabalho é empregado na luta contra os seus oponentes da administração, cujo objetivo enxergam como extrair deles a maior produtividade possível sem devolver os resultados econômicos por ela proporcionado.

Esses apontamentos nos remetem a uma outra questão que formulamos no decorrer deste trabalho, quais são as diferenças entre o controle subterrâneo exercido pelos trabalhadores contra o autoritarismo da fábrica e aquele controle exercido diretamente contra as imposições do mercado? Dito, de outra forma, em que medida a mudança na divisão de poderes expande os limites para a existência de outros modos de

conceber e fazer o trabalho? Se no caso da Coopertextil identificamos uma situação em que a diferença parece estar na mudança das armas de luta dos trabalhadores contra o autoritarismo, nos demais casos podemos identificar diferentes propostas de construção de um controle conscientemente compartilhado sobre o processo de trabalho.

No caso da Fionobre ressaltamos o interessante diálogo no qual uma trabalhadora que está se aproximando da cooperativa começa constatando a necessidade de existência “de alguém para mandar”, ao que outra cooperada responde que “precisa de alguém para dizer qual serviço é de quem”. No final do mesmo diálogo a primeira trabalhadora constata que “não tem como mandar, se é uma cooperativa”, e a segunda constata que não aguenta trabalhar em empresa, especialmente quando é obrigada a fazer as coisas do jeito que outra pessoa manda. À medida que foram refletindo sobre o trabalho que fazem e comparando com a sua experiência de trabalho anterior, ambas constataram que o empreendimento caracteriza-se pelo controle de cada uma sobre o seu processo de trabalho. O que simplifica a criação dessas formas de controle para esse empreendimento é o sistema de remuneração por peça, poder-se-ia argumentar que essa autonomia sobre o processo produtivo não seria possível em contextos nos quais a relação entre o trabalho desempenhado e a remuneração de cada um não fosse automática.

No caso bem mais complexo da Textiles Pigué há um controle em cada setor que é feito com relação aos prazos e à quantidade de produção que é necessário entregar. Eles optaram por não realizar medições individuais de cada trabalhador, mas garantir uma flexibilidade em relação ao ritmo/intensidade de trabalho e eventuais necessidades de alteração de carga horária para cada trabalhador. Em um setor que pudemos acompanhar por mais tempo, por exemplo, percebemos que quando não há grande volume de produção a ser feita, uma possibilidade é os trabalhadores realizarem pausas para fumar um cigarro ou tomar um mate, outra é deixarem o trabalho mais cedo. No primeiro caso há um acordo tácito com o coordenador no outro é feito um acordo explícito. Por outro lado quando há um prazo para cumprir os trabalhadores respeitam a necessidade de aumentar o ritmo da produção, fazer menos paradas ou esticar o horário de trabalho; dessa forma buscam conciliar as suas necessidades inidividuais com as necessidades do coletivo, que nesse caso costuma ser representado pelo coordenador. A questão aí é que se dá um processo de negociação com mais características igualitárias, sempre existindo a possibilidade de recurso a instâncias democráticas para debater a questão. Neste caso há uma considerável diferença de idade e experiência entre os operadores e os

coordenadores, já em outro setor da fábrica que conhecemos com certa profundidade não há quase diferença prática de poder entre o coordenador e os demais trabalhadores, todos com um grau de experiência semelhante na cooperativa. Presenciamos uma cena interessante quando da chegada de um vendedor de peças que são usadas no setor, o coordenador se reuniu com ele e optou pelas peças que compraria. Logo em seguida todos conversaram e descontraídamente, fizeram uma avaliação da escolha de peças realizada, colocando ponderações e críticas.

No caso da La Alameda a forma de controle é diferente, eles anotam a contribuição total de cada um para a produção e no final do mês decidem coletivamente, em reunião, se há desvios/diferenças que justifiquem a definição de diferenças no valor-hora da retirada de cada um. Trata-se nesse caso de um controle *a posteriori*, baseado no resultado efetivo da produção e na negociação coletiva e mensal das diferenças e do seu impacto na remuneração, algo difícil de imaginar em uma empresa capitalista.

Em cada caso foram implementadas estratégias diferentes, todas pressupondo uma processo consciente de conversa e negociação em relação às necessidades de produção, de forma que podemos perceber que o controle sobre o processo de trabalho se elevou um nível acima do possível em uma empresa capitalista, onde há interesses nitidamente divergentes e irreconciliáveis entre trabalhadores e proprietários e seus representantes. Ainda assim, é um controle dentro de certos limites. Ao longo deste trabalho destacamos os limites impostos pela necessidade de sobrevivência da empresa no mercado, mas antes de nos referirmos a ele, vamos abordar possíveis limitações decorrentes a características internas dos empreendimentos.

Começamos por possíveis limites impostos pelas diferenças nas capacidades técnicas de organizar e planejar o processo produtivo. Tomamos como ponto de partida para análise, a proposição de Lefort (1987), de que o que ocorre normalmente não é uma sobreposição entre poder e competência, mas a mobilização da competência a serviço do poder. O que percebemos é que nas cooperativas de escala maior o poder político corresponde, em diferentes graus de relevância, ao espaço do Conselho de Administração eleito pelos sócios e ao espaço da assembléia geral. Dessa forma, percebemos na Textiles Pigué que o poder político está nas mãos dos trabalhadores que hoje ocupam postos de coordenação no chão-de-fábrica, e que foram ativos no processo de recuperação. Esse poder claramente coexiste com um espaço de poder baseado na competência técnica que está nas mãos dos engenheiros e profissionais, os quais apenas recentemente se associaram a cooperativa. É difícil delimitar claramente o papel e o

impacto de cada espaço nas relações cotidianas de produção, o que percebemos é que quando há conflitos, prevalescem as decisões tomadas no espaço político, mas os engenheiros tem um papel importante na definição de como deve ser dividido o trabalho e na concepção de como a cooperativa deve funcionar internamente. Talvez o grande exemplo do domínio da política democrática sobre a técnica nessa cooperativa seja a decisão “anti-econômica” de não efetivar o potencial volume de produção que ocorreria sem aumento dos custos fixos, contra o impulso que seria natural de forçar a extração, no nível máximo possível, da capacidade produtiva dos trabalhadores.

No caso da Coopertextil, há na sua história uma certa sobreposição entre o domínio técnico (associado ao escritório) e o político (associado ao Conselho de Administração). No entanto, mais recentemente o contra-poder do chão-de-fábrica, através das pequenas disputas cotidianas da produção e da utilização de mecanismos como greves e assembléias, acabou conquistando espaço no âmbito oficial de decisão política, o Conselho de Administração. Nesse caso trata-se claramente da existência de dois poderes em disputa com a predominância do poder técnico, ao qual os trabalhadores do chão-de-fábrica resistem utilizando as armas que lhes são propiciadas pelo fato de serem maioria numérica. Importante destacar que essas lutas e reivindicações dos trabalhadores remetem-se sempre mais diretamente contra o domínio cotidiano exercido pelo poder técnico, utilizado para a organização da produção, do que a decisões estratégicas a respeito dos rumos da empresa.

Já nas duas cooperativas de origem comunitária os espaços formais de conselhos e assembléias têm pouca importância, havendo um peso maior para as figuras de liderança no processo informal de tomada de decisão. Nesses casos, talvez até pela menor complexidade técnica da produção, encontramos pouca relação entre o papel das lideranças e a capacidade técnica produtiva. Há, inclusive, uma busca permanente por trabalhadoras com maior qualificação técnica que, recém-associadas ou em processo de associação, podem até dividir algumas decisões sobre aspectos produtivos, mas têm pouca influência sobre as decisões políticas internas e externas do empreendimento.

Sendo assim, para La Alameda e para a Fio Nobre, bem como para a Textiles Pigué, podemos perceber que efetivamente há um processo em que o poder político organizado com certo grau de democracia é capaz de mobilizar a competência técnica a favor do coletivo. Isso não significa dizer que se houvesse mais igualdade entre as qualificações o funcionamento democrático não funcionaria de forma bem mais fluida. Já na Coopertextil, os cooperados do escritório já constataram que apenas a sua capacidade

técnica de organização da produção não vem sendo suficiente para impor a sua concepção de como a empresa deve funcionar sobre a maioria dos trabalhadores.

Outro possível tipo de limitação a democracia relacionado a características internas ao empreendimento diz respeito a proposição de Fligstein (2001), de que há uma dominação dos atores capazes de garantir a sobrevivência da firma no mercado sobre o controle e a definição de como é organizada a firma internamente, à medida que os atores que conseguem estabilizar as relações da firma com seus principais competidores argumentam que a versão deles de como a firma deveria funcionar internamente é a causa do seu sucesso.

Começando a verificar a realidade dessa proposição pelos empreendimentos de origem comunitária, podemos perceber que, ao contrário do constatado em relação à capacidade técnica, há uma forte sobreposição entre as lideranças políticas do grupo e a capacidade de pensar a sobrevivência do empreendimento no mercado, sendo que em geral são as mesmas que realizam as transações comerciais e cuidam da gestão financeira da cooperativa. Um possível fator explicativo para essa sobreposição é o próprio fato de que grande parte das relações comerciais dos dois empreendimentos são baseadas nas suas articulações políticas. Ainda assim, e constatamos isso mais claramente no caso da Fio Nobre, as decisões a respeito da execução ou não de uma dada encomenda dependem claramente da anuência das trabalhadoras que irão executá-la, o que implica a existência de um certo grau de controle coletivo sobre as decisões tomadas nesse âmbito.

Passando para as fábricas recuperadas, percebemos que na Coopertextil a mesma pessoa ocupa o topo do poder político (o presidente da cooperativa) e detém a capacidade de sobrevivência no mercado (direção comercial). Na Textiles Pigué, ao passo que o poder político está nas mãos do chão-de-fábrica, estes desde o início propuseram-se a “apoyar-se en professionales y buscar professionalizar la parte productiva y comercial”, por tratar-se de uma empresa em um mercado muito difícil no qual os trabalhadores não seriam capazes de “gerenciar una planta de este tipo”. A sensação que temos é que, para todos os casos há um menor controle do coletivo sobre as decisões do departamento comercial ou dos responsáveis pela comercialização do que sobre as decisões de organização da produção, talvez porque a relação com o trabalho cotidiano dos trabalhadores seja menos direta.

Frente às realidades diferentes encontradas em cada um dos empreendimentos o que podemos concluir é que a proposição de que quem domina as decisões comerciais

tem o poder de dominar as decisões internas da empresa aparece realmente como uma tendência, porém esta tendência reflete-se de forma diferente em cada empreendimento a depender do seu histórico de constituição e do grau de organização do coletivo de trabalhadores. Uma constatação paradoxal é que quanto mais politizada for a inserção comercial do empreendimento (o que sem dúvida é um avanço), maior será a tendência a uma sobreposição entre poder político e poder sobre as decisões de mercado, o que não significa dizer que ambos não poderiam ser realizados de forma democrática.

Desalienação do processo de trabalho e sobrevivência no mercado

Para concluirmos essa parte da análise, que diz respeito a existência de um movimento de desalienação[84] em relação ao processo de trabalho, retomamos aquele que é colocado como principal entrave externo, a necessidade de sobrevivência no mercado. Em outras palavras, vamos analisar em que medida verificamos "a imposição, pelo mercado, dos critérios capitalistas de organização fundados nos índices de produtividade e eficiência (Bruno, 1985, 82)". No caso da Textiles Pigué percebemos, pela sua trajetória, que esse impacto não foi pequeno. A fábrica passou de um começo horizontal para a construção de uma estrutura muito mais hierárquica de organização do trabalho (ainda que existam diversas formas de controle dos trabalhadores sobre esse poder hierárquico), em um processo que é louvado por todos os trabalhadores que o acompanharam por ter sido capaz de normalizar a produção e, por consequência, os pagamentos recebidos. Ainda assim, as demandas de sobrevivência no mercado não conseguiram tirar o conteúdo dos espaços democráticos de decisão, o desejo de controle sobre a fábrica pelos trabalhadores (com a resistência às tentativas de compra da massa falida por grandes empresas), o poder destes sobre as decisões tomadas e a manutenção de um ritmo "*llevadero"* (tolerável) de trabalho.

No caso da Fio Nobre, o princípio de realização de um processo de trabalho "diferente" vem sendo mantido à medida em que a cooperativa vem se mostrando capaz de blindar-se frente à realidade do mercado ultra-competitivo das facções. A situação é similar na oficina têxtil de La Alameda, criada nos marcos de uma luta contra as condições do trabalho nas confecções de Buenos Aires, eles sabem que estas são uma imposição das condições do mercado. Nesse sentido, em ambos os casos as trabalhadoras perceberam que a cooperativa só será capaz de manter sua proposta se mantiver-se isolada das pressões do mercado concorrencial, seu desafio é ser viável

84 Utilizamos aqui esse conceito de forma similar a Lefebvre (2002).

economicamente fora desse mercado. Por fim, no caso da Coopertextil a necessidade de sobrevivência em um mercado difícil em um contexto extremamente desvantajoso pressiona cotidianamente a capacidade do chão-de-fábrica em expandir o seu contra-poder, aproveitando-se das possibilidades abertas pelo formato cooperativo da empresa.

O que pudemos perceber é que o dilema degeneração ou falência é efetivamente presente, mas assume características diferentes para cada tipo de cooperativa. As fábricas recuperadas, talvez pela ênfase na manutenção do grande número de postos de trabalho, talvez pela percepção da necessidade de níveis de produção que garantam manutenção do pagamento dos custos fixos, ou ainda pelas oportunidades representadas pela estrutura produtiva herdada, tendem a sofrer uma tendência maior a degeneração, enquanto as cooperativas comunitárias, talvez pela ausência dessa estrutura produtiva, parecem estar mais ameaçadas por um processo de falência ocasionado pelo esvaziamento da cooperativa frente a falta de renda.

Seja como for, nos quatro casos a pressão do mercado para a implantação de critérios e relações sociais de produção capitalista existe e é forte, mas sua intensidade varia no que diz respeito à posição ocupada pelos empreendimentos no mercado (como apontava o estudo de Tauille et al., (2004) um mercado ultra-concorrencial, como prestador de serviços por facção, impõe uma pressão maior sobre as possibilidades de realização de novas relações de trabalho do que um mercado estável onde a cooperativa agregue valor em um produto próprio), e em relação à própria disponibilidade e vontade da cooperativa em encontrar saídas para não canalizá-la sobre as condições de trabalho dos cooperados.

Neste sentido, nossa revisão bibliográfica apontou três estratégias possíveis para aliviar as pressões do mercado para imposição de critérios capitalistas de organização: utilizar os mecanismos cooperativos como vantagem competitiva no mercado, procurar a inserção em um mercado menos competitivo e construir mercados alternativos, solidários ou não-capitalistas. Sobre a primeira opção, no capítulo dois desse trabalho elencamos que os possíveis diferenciais da cooperativa seriam: “ausência do custo patronal, a maior motivação no trabalho, a capacidade de precarizar o próprio trabalho”. Quanto à ausência de custo patronal é um fator verdadeiro, mas é difícil avaliar até que ponto ele supera o que poderíamos denominar de custo cooperativo, refletido na maior carga tributária, na dificuldade de acesso ao bens de capital e ao crédito para comprá-los, e no caso das recuperadas, nas dificuldades jurídicas relacionadas à propriedade dos meios de produção, na defasagem tecnológica e em uma possível defasagem reputacional, já que

muitas vezes os antigos clientes da empresa falida desconfiam da empresa antiga que já estava com dificuldades, e mais ainda de uma proposta de gestão pelos trabalhadores.

No que diz respeito à precarização, vimos que esta ocorre em todas as cooperativas pesquisadas, mas dificilmente pode ser encarada como vantagem do ponto de vista dos trabalhadores. Como nos afirmou o presidente da Textiles Pigué:

> Es medio jodido sentir que vos sos variable de ajuste nuevamente. Antes el trabajador era variable de ajuste del empresario, le pagaba a todo el mundo o no le pagaba, pero a vos tampoco y hoy sentir que sos variable de ajuste, que te tenés que ajustar para cumplir con algunas responsabilidades tomadas o con alguna relación y te da bronca porque justamente lo que combatimos históricamente es eso. Pero la única diferencia es que por lo menos a conciencia y a sabiendas de que era una manera de proceder que teníamos que consensuar con los trabajadores.

Essa declaração reforça que este diferencial apenas deve ser visto como último recurso para a garantia de sobrevivência, não como uma vantagem competitiva que a cooperativa poderia usar periodicamente, pois isso signficaria a manutenção de condições de remuneração sistematicamente piores do que a de um emprego convencional.

Resta como possível diferencial a presença de uma maior motivação dos trabalhadores. Constatamos que, onde os trabalhadores se sentem realmente donos da cooperativa, essa motivação existe. Em Pigué o pessoal da manutenção se esforça para fazer mais reparos com menos gastos, e os acidentes de trabalho caíram vertiginosamente. Em Itajaí, todas sentem orgulho das peças bem costuradas assim como na La Alameda, onde há uma grande preocupação com a qualidade do produto entregue. Até mesmo na Coopertextil vimos mudanças na disposição das máquinas implementadas por sugestões de operadores e ficamos sabendo de uma greve que ocorreu por conta de más decisões de um coordenador que causavam mais prejuízo à cooperativa como um todo do que aos trabalhadores individualmente.

No entanto, essa motivação é quase sempre direcionada para a qualidade do produto e não tanto para a intensidade e quantidade de produção. Na Textiles Pigué, na La Alameda e na Fio Nobre fomos informados que há um compromisso dos trabalhadores no atendimento a encomendas que pode envolver a disposição para um maior tempo de trabalho nas ocasiões em que isso for necessário. No entanto, a tendência no cotidiano é a manutenção de um ritmo de produção mais “tolerável”, e não mais intensivo que nas fábricas capitalistas. Nesse sentido, confirmamos a percepção que tínhamos após o estudo de Antunes Lima (1996), de que as qualidades motivacionais cooperativas “não sejam normalmente ou preferencialmente utilizadas em prol de uma maior competitividade

no mercado, mas em prol do bem estar dos trabalhadores”. Nesse sentido, há realmente um orgulho em apresentar um produto bem feito, o que pode até vir a ser valorizado comercialmente, mas dificilmente o trabalhador, em seu cotidiano, se motiva a trabalhar mais intensamente do que em uma fábrica capitalista, onde é pressionado constantemente para que seja extraído o máximo de seu potencial produtivo, mesmo que isso signifique um esgotamento que afeta todas as outras esferas de sua vida. Nesse aspecto, a vantagem motivacional é subordinada à qualidade de vida do trabalhador e, indiretamente, do conjunto dos trabalhadores. Ou seja, busca-se que seja atendido um nível de produção que garanta a sobrevivência da empresa e não que esta seja a mais rentável ou a mais competitiva do mercado. Quanto maior for o nível de desregulamentação do mercado, maior será a contradição entre a necessidade de sobrevivência da empresa e a manutenção de níveis mais razoáveis de qualidade de vida para o trabalhador.

Nessas situações os trabalhadores são levados a buscar implementar uma ou as duas outras estratégias possíveis, envolvendo a inserção da cooperativa em um mercado com características menos concorrenciais, que permita uma maior margem de folga para os trabalhadores. A estratégia de procurar um mercado “convencional” mais estável normalmente envolve o avanço na cadeia produtiva e o desenvolvimento de produtos próprios, o que traz vários desafios de difícil solução. Todos eles estão relacionados à necessidade de recursos para investimento, desde a simples dificuldade de acesso ao capital de giro para efetivar uma produção própria, até a ausência de recursos para investir e manter uma rede de distribuição e propaganda que seriam necessárias para o fortalecimento de uma marca própria (além de que, normalmente, os trabalhadores não tem conhecimento sobre como realizar esse tipo de atividade). Quanto a este último aspecto, são comuns as reclamações a respeito de que é na comercialização onde se retém a maior parte do lucro e se apropria o valor gerado nos demais elos da cadeia produtiva. É frente a esta dificuldades que, normalmente de forma paralela às tentativas de inserção em mercados convencionais mais estáveis, desenvolvem-se estratégias para a constituição de mercados alternativos e/ou solidários que visam a, de certa forma, evitar as pressões do mercado capitalista.

Desalienação em relação ao produto do trabalho e transformações nos parâmetros de produtividade dos mercados

Ao adentrarmos essa discussão, constatamos que já estamos nos referindo a

segunda das diferenciações colocadas por João Bernardo, afinal, pelo menos em alguns casos, tratam-se de tentativas de produzir valores que não concorram como valores no mercado capitalista. O que podemos discutir é a eficácia dessas tentativas e o quanto elas conseguem com que seu *output* seja considerado não em termos de valor, mas de significado social, o que se refere a movimentos de desalienação em relação ao significado do produto do trabalho.

Grosso modo, encontramos em nossa pesquisa de campo o que poderíamos denominar de três modelos. No modelo Justa Trama, criou-se uma cadeia produtiva que está inteiramente dentro dos princípios da economia solidária, o que inclui o processo de comercialização direta, seja ele feito pela internet ou diretamente pelos trabalhadores dos empreendimentos em local próprio e através da participação em diversas feiras pelo Brasil, e o processo de comercialização com parceiros, feito em lojas mantidas e organizadas por grupos ou associações de apoio que se inspiram nos princípios da economia solidária e aceitam os termos de venda definidos pela Justa Trama, que incluem um respeito na definição de um preço máximo de venda ao consumidor final relativamente barato. Na Justa Trama mesclam-se o valor agregado do produto 100% orgânico com o valor da solidariedade, referente a tratar-se de um produto produzido 100% por cooperativas.

O modelo Cadena Textil Solidária é parecido, no entanto não há venda direta da produção ao consumidor final, sendo que uma parte desta é feita para o mercado do comércio justo internacional e outra parte é feita em parcerias com programas de responsabilidade sócio-ambiental de grandes empresas do setor, como a Levis. No caso, parece haver uma maior ênfase no valor orgânico e, secundariamente, nas condições justas de produção e trabalho e na organização cooperativa. Por fim, no modelo La Alameda há uma marca própria vendida pela internet, no local próprio e em locais de venda associados à economia solidária ou à movimentos sociais urbanos da cidade de Buenos Aires, e há também prestação de serviços a pequenos designers. O valor agregado refere-se à denúncia e rejeição às práticas exploratórias/escravistas do setor da confecção e, secundariamente, ao trabalho autogerido/cooperativo. Esses diferentes modelos têm encontrado diferentes resultados, tanto no que diz respeito ao aspecto econômico quanto no que diz respeito à apropriação dos trabalhadores do sentido, ou do significado social, inerente ao produto do seu trabalho.

Quando nos referimos ao resultado econômico não nos referimos apenas a ganhos monetários, afinal estamos falando de trabalhadores que estão buscando evitar ou

amenizar as pressões sobre o seu processo de reorganização do trabalho advindas da necessidade de sobrevivência no mercado capitalista. Em outras palavras, estamos falando da capacidade de amenizar a contradição entre a necessidade de sobrevivência da empresa e a possibilidade de manutenção de condições mais toleráveis de trabalho e de qualidade de vida. Dentre os diferentes modelos, constatamos que o da Cadena Textil Solidaria foi o que conseguiu atingir uma maior escala de escoamento do resultado do seu trabalho em condições favoráveis, enquanto a Justa Trama, desde a perspectiva da Fio Nobre, ainda não está apresentando o retorno esperado em volume de venda. Para La Alameda os resultados têm garantindo a sustentação de um número razoável de trabalhadoras, as grandes oscilações mensais parecem refletir mais uma questão de gestão do fluxo de caixa do que de falta de mercado.

As trabalhadoras da Fio Nobre inseridas na Justa Trama estão sentindo na pele a contradição entre a completude do projeto ideológico e a necessidade de sobrevivência. O depoimento de Idalina expressa perfeitamente essa questão:

> A Justa Trama tem um projeto, ímpar. De uma profundidade enorme, de uma articulação enorme (...) Mas a Justa Trama tem uma falha, (…) é uma coisa que não sustenta a cadeia como um todo. O volume é insuficente, o volume é pouco, então como é que nós damos um salto, para que tivésse um pedido de duas mil peça mês pra Fio Nobre pra Justa Trama, isso é impacto, financeiro. Agora, impacto de organização, impacto de parceria, de irmandade, de construção de nova sociedade, de construção de projeto, de discussão de preço justo, de colocar a gente no mundo, de ajudar trazer pedido por outros caminhos, esse é real e verdadeiro. O impacto financeiro, ele está muito a desejar.

Neste sentido, constatamos que há uma grande apropriação em relação ao sentido do produto do trabalho desenvolvido, que envolve todas as etapas incluindo a elaboração e venda do produto final. Este processo é impulsionado pelas visitas e reuniões realizadas em cada um dos elos da cadeia e pela discussão de preço justo em que os diferentes setores buscam chegar a um acordo, consensuado, do valor do produto do seu trabalho. Talvez o maior símbolo dessa apropriação seja o pé de algodão plantado na frente do galpão da Fio Nobre, a partir da semente trazida do Ceará. Em alguma medida este processo é similar ao da Cadena Textil Solidaria (CTS), em ambos há um grande avanço histórico na inserção de produtos primários e intermediários, como o algodão, a linha e o tecido, que não são de consumo final, em mercados de solidariedade.

No entanto existem algumas diferenças importantes. Em primeiro lugar na Textiles Pigué a cadeia é mais curta (com tecelagem e confecção na mesma unidade), além disso a iniciativa e as visitas estão mais centradas no sentido fábrica/confecção para o campo do que no sentido campo para a fábrica. Mas a diferença que talvez seja mais substancial

diz respeito ao processo de comercialização, já que na (CTS) não há o mesmo nível de apropriação em relação aos destinos do produto final nem o mesmo compromisso em relação à disponibilidade do produto para consumidores de mais baixa renda. Enquanto a Justa Trama propõe um circuito próprio em que a comercialização é controlada por trabalhadores e o consumo é feito por trabalhadores, a CTS opta pela parceria com transnacionais. Paradoxalmente, com essa opção ao mesmo tempo em que os trabalhadores perdem o acesso aos sentidos do produto do seu trabalho, ganham em termos de possibilidades de maiores níveis de controle sobre o seu processo de trabalho, à medida em que ele é melhor remunerado. Já quando nos referimos à inserção da CTS no Comércio Justo Internacional há um conteúdo político mais forte, como a presença, na etiqueta das peças comercializadas, das porcentagens destinadas a cada elo da cadeia produtiva. No entanto, como um dos apelos desse mercado é a solidariedade na perspectiva norte-sul, permanece uma dificuldade de competir com produtos de outros países produtores do comércio justo onde a mão-de-obra é mais barata, como nos lembra Harold ao afirmar que “la cancha, el campo de juego, es el campo de la globalizacion”.

Interessante notar que ao compararmos a proposta e os resultados obtidos na CTS podemos perceber que elas reproduzem quase inteiramente as contradições e críticas que apontamos ao “Comércio Justo Convencional”, de “integração ao mercado” e ligado a ações de responsabilidade social corporativa (participação de grandes empresas, menor ênfase na proposta política e na aproximação com o consumidor). De forma semelhante, no caso da Justa Trama identificamos os mesmos problemas que são associados à proposta do Comércio Justo e Solidário, ou alternativo, especialmente no que se refere ao baixo impacto econômico para os produtores.

Já a proposta da La Alameda é totalmente diferente das outras duas. Sua inovação mais fundamental é que o “diferencial” com que se insere no mercado diz respeito diretamente às lutas do total de trabalhadores inseridos no seu setor produtivo, e não tanto à proposta da economia solidária. O histórico de constituição dessa cooperativa parece ter ocasionado que a sua prática seja a mais consequente com a proposição que fizemos no capítulo 2, de que “as condições da existência de novas relações sociais de produção em uma cooperativa são determinadas pela intensidade da exploração a que são submetidos os seus companheiros trabalhadores no mesmo ramo de atividade”. Isso significa que ela está profundamente inserida nas lutas dos trabalhadores costureiros, propondo-se a alterar, através de denúncias ao trabalho precário e a sua exploração por grandes marcas, e do fortalecimento dos sindicatos de base dos trabalhadores

registrados, os parâmetros vigentes no mercado de confecção. Sendo a própria constituição da cooperativa uma consequência da militância prévia nessa temática, podemos afirmar que a produção de roupas com marcas e mensagens contra o trabalho escravo tem um objetivo duplo, de transformar os padrões de funcionamento do mercado ao mesmo tempo em que cria um mercado próprio pautado em uma forma de funcionamento diferente. Por outro lado, o bom relacionamento criado com os *designers* que a contratam pressupõe algo próximo a uma parceria comercial militante, especialmente nos casos em que os clientes vão junto para as manifestações ou aceitam atrasos no prazo das encomendas que tenham sido ocasionados por paradas na produção para participação nas manifestações.

Em ambos os casos vemos um alto grau de desalienação em relação ao produto do trabalho, que adquire um claro sentido político e um forte significado social, de contribuição para a luta contra o trabalho escravo e melhoria nas condições gerais dos costureiros. Ademais, a cooperativa vem sendo capaz de conciliar o significado social do seu *output* com a manutenção de uma escala de produção e comercialização suficiente para a manutenção de uma remuneração satisfatória. Comparando-se com a situação da Fio Nobre/Justa Trama, que mantém uma proposta semelhante no que diz respeito à desalienação em relação ao significado social do produto do trabalho, podemos levantar a possibilidade de que a maior escala da La Alameda seja ocasionada pelo tipo diferente de inserção política. A questão é que a Fio Nobre tem uma enorme inserção no movimento de economia solidária local e nacional, mas isso não lhe proporciona encomendas suficientes de atores inseridos nesse movimento. Podemos encontrar duas explicações para isso. Muitas vezes os atores e parceiros políticos não tem ciência das condições de trabalho a que são submetidos trabalhadores ligados a empresas que oferecem orçamentos mais baixos para encomendas, além disso, mesmo no caso em que as instituições parceiras decidam privilegiar a produção de um empreendimento de economia solidária, isso ocorre apenas esporadicamente, normalmente com a confecção de camisetas e bolsas para eventos e congressos. No caso da La Alameda a inserção no movimento contra o trabalho escravo na confecção implica na realização contatos nesse setor específico, de forma que a inserção política setorial além de fortalecer a luta dos demais trabalhadores do mesmo setor ainda traz maiores benefícios econômicos, por colocar a cooperativa em contato com militantes que, por estarem inseridos nessa cadeia produtiva, representam um potencial mercado diferenciado de escala e regularidade de demanda muito maior.

De qualquer forma, acreditamos que em ambos os casos é possível falar em mercados de solidariedade com lutas sociais que contém a presença de critérios não-capitalistas de produtividade. Não se trata da definição de uma estratégia de marketing, mas de aproveitar as oportunidades geradas pela rede de contatos desenvolvidas em anos de militância dos empreendimentos. No entanto, especialmente no caso da comercialização de produtos próprios, parece difícil a obtenção de resultados comerciais no curto prazo, sendo necessário que se considere a prática comercial do empreendimento como parte de um processo militante de conscientização da sociedade para os valores políticos carregados. Nesse sentido, há uma espécie de retroalimentação entre a capacidade de promoção dos seus valores políticos e de suas lutas e a obtenção de resultados comerciais que promoverão uma maior independência em relação às pressões do mercado “convencional'.

Um elemento importante a ser destacado é que apesar de empreendimentos como a Fio Nobre e La Alameda desenvolverem práticas de produção e comercialização não-capitalistas, optam por passar mensagens nos seus produtos que não são diretamente anticapitalistas, como o seriam referências ao trabalho sem patrão ou ao caráter democrático ou autogestionário de organização do trabalho (que aparecem com um pouco mais de clareza no material de divulgação da marca coletiva *No Chains*). Os valores que se optou por transmitir no vestuário produzido são, no caso da Justa Trama, mais ligados à questão ecológica e à questão da solidariedade colocada de uma forma mais ampla (ainda que efetivamente um dos grandes diferenciais que fortalecem o empreendimento seja o fato do produto ser produzido exclusivamente por empreendimentos de economia solidária), e no caso da La Alameda valores associados à liberdade e a luta contra o trabalho escravo (ainda que na seção em inglês do seu sítio eles ressaltem que “ demonstraram que é possível produzir sem patrões e sem exploração” (No Chains, 2011; tradução nossa).

Uma interpretação mais simples para o fato acima constatado poderia ser o de que os valores relacionados a organização democrática do trabalho não sejam valores prioritários para essas cooperativas. No entanto, é possível que, por trás dessa decisão, haja na verdade uma avaliação de que o eco que estas propostas teriam na sociedade e nos possíveis consumidores seria pequeno, não justificando a existência de um público consumidor minimamente relevante para as cooperativas[85]. Trata-se da constatação de

85 Recentemente as duas cooperativas iniciaram processos de pesquisa para entender o que motiva os consumidores dos seus produtos, infelizmente não foi possível acessar e considerar os resultados a tempo da finalização deste trabalho.

que o conteúdo político que consideramos mais radical da prática da economia solidária está distante da agenda e das pautas políticas tanto da sociedade brasileira e argentina quanto de seus governos.

Inserção política na sociedade e impactos da proposta política da economia solidária

Para entender esse posicionamento, retomamos a proposição de que, ainda que parte significativa dos empreendimentos de economia solidária tenham surgido como consequência da atuação de algum dos principais movimentos sociais de ambos países, isso não se reflete na difusão do caráter radical dessa proposta para a sociedade. Como vimos no capítulo 3, em parte isso pode ser explicado pela própria perda de importância desses movimentos sociais, em parte pela não valorização - dentro dos próprios movimentos - das características de democratização e apropriação do processo de trabalho presentes nos empreendimentos.

Vamos analisar mais detalhadamente essa questão a partir do exemplo concreto dos quatro empreendimentos estudados nesse trabalho. No que diz respeito à situação econômica de origem, todas condizem com a descrição que fizemos no capítulo 3, tratam-se de trabalhadores que buscavam escapar ao desemprego ocasionado pelo neoliberalismo. O que muda é o contexto em que este se efetiva em cada país, e a inserção política prévia dos trabalhadores de cada cooperativa.

É de se ressaltar que as duas cooperativas brasileiras remontam aos anos 1990, o que tem a ver com o período de auge do neoliberalismo brasileiro, e também de impulsionamento um pouco mais autônomo dos movimentos sociais. Provavelmente se tivéssemos estudado cooperativas surgidas a partir dos anos 2000 teríamos percebido uma influência maior do Estado na sua formação. Ademais, uma das cooperativas está bastante relacionada à trajetória dos movimentos sociais brasileiros e da própria economia solidária, enquanto a outra tem sua origem mais relacionada a uma iniciativa empresarial, na perspectiva de um “negócio da China” para os ex-proprietários, mas vem caminhando para cada vez mais controle dos cooperados.

Já as duas cooperativas argentinas surgem como decorrência do processo da crise econômica de 2001 e posterior organização dos movimentos sociais. Uma delas representa o caminho de adesão dos movimentos ao projeto nacional-popular, enquanto a outra segue um caminho mais independente. Enquanto a fábrica recuperada que analisamos teve uma trajetória similar ao das outras fábricas recuperadas argentinas, em que pese a sua localização no interior do país, a cooperativa de origem comunitária tem

uma história bem peculiar, visto que não é formada pelo grupo de trabalhadores afetados pelo desemprego dos anos 1990 e pela crise de 2001, mas por outro tipo de vítimas do neoliberalismo, imigrantes em situação de trabalho escravo. Ainda assim, ela se insere no marco das cooperativas formadas a partir de assembléias barriais, e guarda algumas semelhanças com cooperativas formadas nos movimentos piqueteiros.

Analisando o impacto das diferentes formas de inserção política sobre a gestão interna de cada cooperativa, começamos pela constatação básica de que três das cooperativas estão associadas claramente a uma proposta e projeto político de movimentos sociais que em seu momento tiveram grande relevância nos seus países. Constatamos que essa adesão a um projeto político de esquerda é o que permite que a organização cooperativa do trabalho e as dificuldades que este tipo de organização envolvem, sejam revestidas de um olhar positivo.

Talvez o caso onde este fator se apresente de forma mais clara e direta é o da Fio Nobre, haja vista que sua adesão/construção da proposta da economia solidária a partir das origens da militância católica e “alternativa” faz com que os trabalhadores exaltem a possibilidade de realização de novas relações de trabalho, buscadas sempre pela cooperativa. No caso da La Alameda podemos destacar três fatores: a) um projeto mais amplo porém nem sempre explicitado de transformação social; b) a luta contra as condições precárias de produção na cadeia produtiva têxtil; c) a herança do *ethos* autonomista de 2002, ainda que de forma contraditória com algumas de suas práticas. A interação entre esses três fatores faz com que por um lado a democracia entre os trabalhadores seja um pressuposto de atuação e por outro faz com que a oficina têxtil esteja subordinada aos princípios e orientações maiores do coletivo La Alameda, o que pode ser interessante a medida em que este organizar-se democraticamente. Trata-se de uma realidade mais comum entre cooperativas ligadas aos movimentos piqueteiros, que no Brasil possivelmente teria como paralelo as cooperativas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Esta questão está relacionada também às diferentes concepções da relação entre economia solidária e movimento social, abordadas no Capítulo 3. A história de La Alameda dialoga mais com a visão da economia solidária como evolução da prática dos movimentos sociais, como destacam Viola e Mainwaring (1987) e Gohn (2007). De outro lado, a Fio Nobre, ainda que originária de um movimento social, passou a ter na economia solidária o maior sentido da sua militância, seguindo o mesmo rumo que a maior parte dos empreendimentos brasileiros, uma abordagem que identificamos primeiramente em

Calderón e Jelin (1987) e Cruz (1987), que apontavam práticas de economia solidária como um tipo específico de movimento social. Constatamos aí também a reprodução das diferenças apontadas por Vieitez e Dal Ri (2009) entre os movimentos brasileiros (auto-centrados) e argentinos (associados a lutas mais amplas).

No caso da Textiles Pigué, esta tem em sua origem o impulso dado aos trabalhadores da fábrica pelo MNER, tendo estado por um tempo bastante atuante no movimento. Neste sentido, já herdou dele uma série de diretrizes que remetem ao *ethos* de 2002, ou mesmo às tradições combativas do sindicalismo argentino, como a igualdade salarial absoluta e o envolvimento com ações sociais e culturais para fora da fábrica. Mesmo aderindo ao projeto nacional-popular e distanciando-se do movimento das empresas recuperadas pelo seu próprio enfraquecimento, os trabalhadores da fábrica conservaram um grande respeito e valorização da luta dos trabalhadores e do seu controle na constituição de uma organização coletiva. Os efeitos da adesão ao projeto nacional-popular aparecem com alguma ambiguidade, pois de um lado reforçam os valores de justiça social da cooperativa, mas de outro ocasionam um paralelo entre a "normalização" da política argentina e uma crescente "normalização" da fábrica, que signficou a restituição (ainda que controlada e limitada) de hierarquizações técnicas.

O caso da Coopertextil contrasta claramente com os demais, pois a não existência de um projeto político parece ter um impacto direto na incapacidade de dar qualquer valor positivo ao formato cooperativo e não-hierárquico de organização. Os recentes contatos com organizações de cooperativas vinculadas à economia solidária não foram animadores em apresentar perspectivas diferentes, o que não deixa de demonstrar uma limitação do projeto político dessas instituições. As expectativas positivas vem do maior convívio (a partir da inserção na cadeia produtiva da Justa Trama) com cooperativas e trabalhadores que tem uma perspectiva positiva em relação à economia solidária e com compromisso político com o movimento.

Outra questão que podemos abordar diz respeito à relação entre o projeto político de cada cooperativa e sua relação com as políticas públicas e o governo. No capítulo 3, afirmamos que as diferentes relações que os movimentos sociais brasileiros e argentinos estabeleceram com a política partidária nos anos 1990 explicariam a sua atuação futura, e sem dúvida a atuação futura das cooperativas originárias desses movimentos. Com essa análise talvez possamos nos aproximar de perceber qual interpretação das políticas de economia solidária está mais próxima da realidade dessas cooperativas, a de Novaes (2008) que vê "a política pública de economia solidária como o nicho ocupado pelos

elementos mais à esquerda no governo, realizando o possível em um contexto hostil" ou a de ZIbechi (2011, p.103) que a vê como "la última herramienta esgrimida por el progresismo gubernamental para alargar la gobernabilidad".

O que pudemos perceber é que a Fio Nobre e a La Alameda, em diferentes graus, têm tido uma atitude de aproveitar as políticas públicas oferecidas pelo governo e apropriá-las para os seus objetivos próprios de transformação social. No caso da Fio Nobre trata-se de um empreendimento cuja história de mobilização, como a de muitos movimentos sociais brasileiros, confunde-se com a própria história de construção do PT na região. Trata-se, portanto, de uma crítica mais interna, apontando para a construção de alianças com os setores mais à esquerda do governo para construir políticas públicas que atendam a necessidade de fortalecimento do movimento de economia solidária, com uma preocupação de que os projetos executados e os espaços conquistados sejam direcionados para esse objetivo, não permitindo que tornem-se uma mera perpetuação de técnicos e burocracias como um fim em si mesmo, ou a serviço de um controle do movimento pelos governos. Já no caso de La Alameda a postura é mais de combinação do uso de subsídios oferecidos pelo Estado através dos seus programas de apoio, com a manutenção de um alto grau de independência, incluindo denúncias frontais ao governo. Sempre que se cita alguma conquista, como a própria possibilidade de manutenção da sede, a possibilidade de vender no mercado Bonpland e a obtenção de um subsídio para a manutenção do comedor, esta é associada com a capacidade de mobilização e pressão política feitas pelo coletivo para arrancarem as concessões do governo. Apesar de serem modelos de relação com o Estado bastante diferentes, ambos demonstram que os empreendimentos conseguem criar táticas para utilizar as políticas públicas a seu favor e de seu projeto político, em contraposição à instrumentalização que possa estar sendo feita desde o Estado. Nesse sentido, uma proposta de isolamento do Estado apenas pioraria suas condições de trabalho, especialmente no que se refere aos maquinários, quase inviabilizando estes empreendimentos e a manutenção de sua proposta de transformação. Assim, reforçamos a perspectiva traçada no capítulo 3, baseados na ação da Frente Popular Dario Santillán, de que apostar na autonomia não significa negar a possibilidade de acesso a políticas públicas, mas sim pressioná-las e aproveitá-las até que esgotem seus limites dentro do capitalismo.

Já quanto à Textiles Pigué a questão é diferente, pois logo no início do seu processo de recuperação a cooperativa optou pelo caminho da adesão ao projeto nacional-popular que efetivamente garantiu a oportunidade dos trabalhadores retomarem

a produção e a sua subsistência, mas que também parece ter incentivado o processo de reacomodamento e reconstituição de níveis hierárquicos, que aconteceu de forma paralela à reorganização desde cima das instituições políticas promovida pelo governo Kirchner. Nesse caso, pelo nível da parceria desenvolvida poder-se-ia falar mais diretamente que o governo buscou “recoger aspiraciones populares para reciclarlas como instrumentos al servicio de la gobernabilidad” (Zibechi, 2011, p.103). O que ocorre é que a cooperativa vem lutando para garantir a manutenção da fábrica sob controle dos trabalhadores frente a demandas de cessão do espaço para investidores estrangeiros. Se a Textiles Pigué mantiver o compromisso com o ponto de vista de seus trabalhadores, provavelmente acabará por pressionar as contradições do projeto nacional-popular. O fará imediatamente se conseguir conquistar a posse de sua planta produtiva de valor financeiro considerável e sob a mira de interesses empresariais. Caso não a conquiste, é possível que acabe por desvincular-se do projeto nacional-popular ou então que perca suas características cooperativas devido à necessidade de associação com empresários.

Por fim, podemos analisar ainda os impactos da existência dos empreendimentos solidários para os próprios movimentos sociais com os quais se relacionam. Analisamos que, quanto maior for o nível de democracia praticada em cada empreendimento mais ele pode funcionar como freio ao processo de burocratização dos movimentos sociais. À medida que funcione como um grupo de trabalhadores defendendo ativamente os seus interesses, não como a comissão de fábrica frente aos patrões, mas frente a fábrica social, que representa o complexo das relações capitalistas de produção. Esta conclusão é oposta a daqueles que acreditam que formar empreendimentos coletivos seria um desvirtuamento do processo de reivindicação e luta social, justamente porque a prática desses empreendimentos permite que possam levantar para a discussão com outros setores da esquerda dificuldades, questões e avanços na possibilidade de controle dos trabalhadores sobre o processo produtivo, tendo como substrato a sua própria prática. Nesse sentido, empreendimentos como a Fio Nobre e o coletivo de La Alameda, surgidos e compostos por trabalhadores ligados diretamente a movimentos sociais, podem ter um papel importante de se colocarem como contraponto (dentro de suas limitações inerentes) ao “refluxo e institucionalização dos movimentos sociais”.

Para todos os casos, esse caminho não é sem riscos, ainda que estes estejam mais claros para o caso de Pigué. No caso da Fio Nobre, e de tantos outros empreendimentos comunitários brasileiros que apostaram na proposta de criação de um movimento próprio de economia solidária, existe o risco claro de institucionalização e

despolitização da proposta da economia solidária como um todo, especialmente à medida em que o poder se concentre de um lado em um Estado neo-desenvolvimentista, e de outro nas grandes instituições de fomento e suas estruturas hierárquicas. Já os riscos da La Alameda, na qual a formação do empreendimento é parte de um movimento maior, estes estão relacionados ao próprio coletivo, à medida que a Fundação Alameda e suas demandas institucionais puderem ganhar mais peso que a assembléia de bairro que a deu origem, no que seria a predominância da organização como Ong, voltada mais para projetos sociais operacionais do que para a organização como movimento (como no processo descrito por Zibechi, 2009). Escapar a esses riscos depende também de aprofundar e fortalecer as estruturas democráticas internas de cada empreendimento. Mais claramente no caso da Coopertextil, esse aprofundamento e valorização da democracia seria hoje a maior contribuição que ela poderia oferecer, pela demonstração prática da possibilidade de realização de novas relações de trabalho.

Conclusão

Começamos essa dissertação discutindo o conteúdo da proposta socialista como é entendida na perspectiva da economia solidária defendida por Paul Singer, e na perspectiva do marxismo autonomista apresentado por Harry Cleaver. Identificamos a existência de diversos pontos de contato entre ambas, notadamente o reconhecimento do socialismo como realidade já existente, constatada através dos princípios implementados pelos trabalhadores em suas ações concretas. Nesse sentido ambas as linhas destacam também a importância do estudo do conteúdo positivo das lutas e práticas dos trabalhadores.

Percebemos também que apesar de ambas as correntes identificarem que as lutas anticapitalistas tendem a se adaptar ao capitalismo, interpretam este fato de formas totalmente opostas. Enquanto Paul Singer fala em preservação das conquistas obtidas e democratização da sociedade burguesa, João Bernardo, por exemplo, fala em recuperação dos restos degenerados que permite a intensificação da exploração. Consideramos então que está aí a raiz das diferentes avaliações a respeito da proposta de organização de empreendimentos solidários, e o seu papel na construção do socialismo. Identificamos ainda que a principal forma pela qual os empreendimentos solidários poderiam ser cooptados para práticas capitalistas seriam as pressões dadas pela necessidade de sobrevivência no mercado.

Para que pudéssemos analisar a pertinência desses diferentes pontos de vista seguimos o método de “estudo empiríco de trabalhadores em ação”, buscando entender as práticas presentes no trabalho que é desenvolvido em cooperativas e empreendimentos de economia solidária e captar o que elas permitem inferir a respeito da possibilidade de realização autogestionária. Para tanto, buscamos entender as práticas sociais dos trabalhadores cooperados para captar ou não possíveis tendências de construção de espaços de trabalho autônomo. No capítulo quinto sistematizamos algumas constatações importantes a respeito das práticas desses trabalhadores, e percebemos que, em alguns casos, há um avanço concreto sobre as possibilidades de controle sobre o trabalho que pressupõe um processo consciente de negociação, o que na empresa capitalista só é possível nos marcos das estratégias subterrâneas de embate contra os patrões. No entanto, constatamos também que há diversas limitações que causam uma espécie de estancamento das possibilidades de que esse controle seja levado à sua completude.

Essa contradição é sentida e identificada pelos empreendimentos em sua prática cotidiana, o que os leva a construir estratégias de inserção ou construção de novos mercados nos quais seu trabalho seja reconhecido pelo seu significado social. No entanto, percebemos que quanto maior a apropriação dos trabalhadores dos sentidos de seu trabalho, quanto mais esses mercados são construídos a partir de uma identificação política, mais difícil é que estes tenham um impacto comercial que permita a sustentação do empreendimento. Os próprios empreendimentos, constatando que a questão da organização democrática e sem patrão do trabalho não está na pauta da sociedade, no momento em que definem as mensagens presentes nos seus produtos recorrem mais a temas com maior repercussão social.

Este é um dos motivos para afirmarmos que, por mais iniciativa e capacidade que demonstrem os trabalhadores de uma dada cooperativa, a capacidade de avançar no controle do processo de trabalho depende de que este controle democrático esteja sendo debatido e proposto de forma mais ampla na sociedade. Em outras palavras, como propôs Singer (2005, p.86), as cooperativas não estão livres do “espiríto da época, que impregna os cooperados ora de valores solidários e democráticos, ora de individualismo e culto à competição”. Pela análise que fizemos no capítulo três desta dissertação, o momento atual caracteriza-se por um predomínio de projetos políticos de esquerda que vêem na economia solidária, quando muito, apenas um acessório para a inclusão social. O que não implica que não existam outras correntes, tanto no Brasil quanto na Argentina, que identifiquem as características mais radicais da economia solidária enquanto prefiguração do projeto socialista.

Frente a estas constatações, buscamos encerrar este trabalho tentando encontrar respostas para a seguinte pergunta: qual o significado do aumento de controle sobre o próprio trabalho, encontrado nos empreendimentos de economia solidária, para a construção de um socialismo autogestionário onde exista o auto-governo da produção e da sociedade pelos trabalhadores, frente ao atual contexto histórico das lutas dos trabalhadores no Brasil e na Argentina?

Vamos começar a responder destacando alguns elementos desse contexto histórico, notadamente o de que no fim dos anos 1980 e 1990 as taxas de desemprego aumentaram brutalmente na Argentina e no Brasil (mesmo com as melhoras nos anos 2000, os índices ainda estão distantes daqueles de 1985), como parte da resposta do capital às lutas autônomas realizadas nos anos 1960 e 1970 nas fábricas. Nesse contexto há um processo de deslocamento das lutas sociais para as comunidades e territórios,

trata-se de uma constatação empírica que já sinaliza os problemas de, neste contexto, acreditar que “a democracia direta possa ser utilizada em um sistema capitalista, unicamente no âmbito das reivindicações dos assalariados”, como fazem os denominados por Mothé (2009) de militantes revolucionários. Parece mais correta a poética proposição de Esteva (1985) de que este é o momento em que o chamado exército industrial “de reserva” sai da condição de reserva para assumir a frente ativa da luta dos trabalhadores.

Parte do processo de luta desses trabalhadores é a criação de formas associativas de produção na busca por melhorar as suas condições de sobrevivência, processo no qual acabam por expandir as possibilidades de controle sobre o seu próprio processo de produção. Iniciando-se como criações dos trabalhadores apoiadas pelos setores de esquerda mais identificados com o trabalho comunitário de base e herdeiros das lutas autonômas dos anos 1960 e 1970, como todas as criações dos trabalhadores, essa forma de organizar a produção passa a ser utilizada e apropriada pelo capital para os seus próprios fins.

Desta forma, como pudemos perceber à medida em que conhecíamos os quatro empreendimentos que emprestaram a sua história para a elaboração dessa dissertação, atualmente os empreendimentos de economia solidária guardam dentro de si a interação contraditória entre essas duas tendências. A questão é tentar entender se há um esgotamento do potencial transformador da realização de práticas de economia solidária com um acomodamento nos atuais níveis superiores de controle do trabalho (como se o capital tivesse cedido esses níveis de controle apenas para permitir que o sistema econômico se estabilize em uma situação em que o domínio geral do capital se mantenha intacto). Ou se, do contrário, a obtenção desses níveis superiores de controle sobre o trabalho servem ou podem servir como plataformas ou pontos de partida para um processo de apropriação completa do controle sobre o processo produtivo.

O que podemos perceber são apenas algumas tendências que indicam um ou outro caminho, mas cuja resolução na prática é imprevisível. Falando claramente, a nossa pesquisa não nos permite afirmar que haja qualquer tipo de garantia de que não prevalesça a tendência de acomodação dos empreendimentos e dos movimentos que eles compõem nos marcos do capitalismo, sobressaindo-se uma visão de economia solidária crescentemente despida de seu conteúdo mais radical relacionado aos processos de democratização e desalienação do trabalho, e associada a uma proposta de inclusão social dos pobres na sociedade capitalista.

Se atualmente o conteúdo político radical da economia solidária ainda está distante

da agenda de debates de nossa sociedade, a própria sobrevivência de empreendimentos solidários em que continuem existindo características de organização democrática e autônoma dos trabalhadores é uma contribuição importante para que o debate a respeito da autogestão dos trabalhadores não saia completamente da pauta de discussão. Desta forma, a existência de empreendimentos de economia solidária serve, no mínimo, como depoimento da capacidade coletiva dos trabalhadores, contribuindo para a resistência frente à perda de projetos políticos que ponham em questão o sistema capitalista e não apenas as suas manifestações mais predatórias do ambiente ou dos trabalhadores.

É de se destacar, ainda, que subsistem, em um contexto mais adverso que o de 2002 na Argentina e que o dos anos 1990 no Brasil (onde os movimentos sociais e consequentemente a sociedade eram mais capazes do que hoje de pensar as suas práticas em termos de construção do socialismo), trabalhadores e militantes da economia solidária que valorizam em suas práticas e no seu cotidiano de trabalho aqueles aspectos que prefiguram e antecipam os princípios que estariam presentes na sociedade socialista. Esses atores constróem paulatinamente saídas para as limitações impostas na prática, como demonstra tão bem o processo de transformação pelo qual passaram algumas das cooperativas estudadas e a própria construção de uma proposta como a da Justa Trama.

À medida em que conseguirem enfrentar essas dificuldades combinando um constante aprofundamento da democracia interna com a capacidade de pautar e garantir que a sociedade valorize, inclusive por meio do consumo dos produtos, o conteúdo radical da economia solidária (seja através do fortalecimento desse conteúdo em um movimento social que gire em torno ao trabalho associado, seja através da capacidade de pautar o controle dos trabalhadores sobre a produção em outros movimentos sociais), os trabalhadores e militantes da economia solidária estarão dando uma contribuição extremamente valiosa para o processo de construção da sociedade socialista.

Considerando que a nossa pesquisa de campo permitiu constatar evidências para dar validade empírica ao raciocínio desenvolvido nesses últimos parágrafos, podemos afirmar que algumas práticas de economia solidária que existem e buscam enfrentar essas dificuldades contribuem para pressionar as contradições da realidade. Como além disso constatamos que existem nos empreendimentos alguns movimentos de desalienação (ainda que não a sua superação total) em relação ao processo de trabalho e em relação ao sentido do produto do trabalho, podemos afirmar que estes desenvolvem uma práxis parcialmente revolucionária, na forma como a definiu Lefebvre (2002).

Mais do que isso, se destacamos o atual contexto global, em que cada vez mais

fala-se em “terceiromundização” de países que até então pertenciam ao capitalismo central, e a existência de uma mão de obra sobrante afirma-se como característica estrutural do capitalismo, a perspectiva de construção de formas de luta dos trabalhadores não assalariados aparece como possível marco de referência para o desenvolvimento de um novo ciclo de lutas autônomas dos trabalhadores. Seria possível inclusive argumentar que especialmente a experiência argentina, com auge nos anos de 2001 a 2003, tenha antecipado algumas características desse possível novo ciclo de lutas, de forma que as estratégias de luta aí desenvolvidas pelos piqueteiros e assembléias de bairro seriam retomadas, aperfeiçoadas e adaptadas nesse novo contexto.

Bibliografia:

ADAMOVSKY, Ezequiel. **Más allá de la vieja izquierda:** seis ensayos para un nuevo anticapitalismo. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007

ALBA, Victor, **Los Colectivizadores**, Barcelona: Laertes, 2001

ALMEIDA, José M. de. (1993), "Organização por local de trabalho versus burocratização", *in* S. L. Neto & V. Giannotti (org.), **Para onde vai a CUT?***.* São Paulo, Scritta.

ALONSO, Angela . “As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate”. In: **Lua Nova** 76. São Paulo: CEDEC.2009

ANDRADA, C. Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano In: **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2006, vol. 9, n. 1, pp. 1-14

AUED, B.W; CHAVES, L. C ; FRONZA, C. ; PEDRAZZANI, G. ; MELO, C. R. . Cooperativas autogestionarias, processo de trabalho e geraçao de renda em Santa Catarina. In: **Setimo Congreso de Estudios del Trabajo**, 2005, Buenos Aires. Nuevos escenarios en el mundo del trabajo: rupturas y continuidades. Buenos Aires: ASET, 2005.

ANTUNES, R. La nueva morfología del trabajo en Brasil: Reestructuración y precariedad. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. , p.103-118, mar./abr. 2011.

BARBOSA, Rosangela. **A Economia Solidária como Política Pública:** uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil, 2005, Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BARNADAS, Josep. A Igreja Católica na América Espanhola Colonial In BETHELL, Leslie **História da América Latina** vol 1 América Latina Colonial. São Paulo: EDUSP, 1998

BARTLEY, TIM. Institutional Emergence in an Era of Globalization: The Rise of Transnational Private Regulation of Labor and Environmental Conditions. **American Journal of Sociology** Volume 113 N.2: 297–351, 2007.

BERTUCCI, B; MARINHO, R. **Economia Popular Solidária:** Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BENKLER, Yochai **The Wealth of Networks How Social Production Transforms Markets and Freedom***.* Yale University Press. New Haven e Londres, 2006.

BERNARDO, João, Autonomia dos trabalhadores, Estado e mercado mundial. In.: Francisco Martins Rodrigues. [Coord.] **O futuro era agora**: o movimento popular e o 25 de Abril. Lisboa: Edições Dínamo, 1994. pp.207-213.

BERNARDO, João, **Economia dos conflitos sociais**, São Paulo: Expressão Popular, 2009

BRUNI, Luigino e Zamagni, Stefano. **Economia Civil:** eficiência, equidade, felicidade pública.Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2010.

BRUNO, Lúcia Emília. **Portugal:** O “COMBATE” pela autonomia operária, 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BRUNO, Lúcia Emilia. **O que é autonomia operária***,* São Paulo: Brasiliense, 1985

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. Legados, política y consenso desarrollista. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. , p.33-46, nov./dic. 2009.

BOLTANSKY, L; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009

CACCIAMALI, M C. Distribuição de renda no brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, D; VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de Economia.** São Paulo: Saraiva, 2002. p. 406-422.

CALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidades. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, No 5, vol.2, out. 67- 85 1987

CARDOSO, Fernando H.; Faletto, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina***:* ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

CARRILLO, Andrés. **Comunicado**. 2009. Disponível em http://www.espaciocomerciojusto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=121%3Aavance-del-movimiento-de-la-economia-solidaria-en-bolivia&catid=3%3Anoticias&Itemid=4&lang=pt

CARLEIAL, L; PAULISTA, A. Economia Solidária: utopia transformadora ou política de controle social? In: **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania***,* v. 2, p. 09-40, 2008.

CARVALHO, Gumae (2010) Gestão Coletiva. **Revista Melhor:** gestão de pessoas. Disponível em http://revistamelhor.uol.com.br/textos.asp?codigo=12272.

CASTORIADIS, Cornelius. **On the Content of Socialism:** From the Critique of Bureaucracy to the Idea of the Proletariat's Autonomy II, Socialisme ou Barbarie (1957). Disponível em: http://www.marxists.org/archive/castoriadis/1957/socialism-2.htm

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade***.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007

CHAYANOV, A. 1981 Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J e STOLCKE, V **A questão agrária***.* São Paulo: Brasiliense.

CERTEAU, M., 1994. **A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer.** Petrópolis: Vozes

CHAYANOV, A. 1991 **The theory of peasant co-operatives.** Columbus: Ohio State University Press.

CLEAVER, Harry. 1976. Internationalisation of Capital and Mode of Production in

Agriculture Economic and Political Weekly, Vol. XI, No. 13, Review of Agriculture, March 27, 1976, pp. A2-A16

CLEAVER, Harry. 1981. **Leitura política de O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981

CLEAVER, Harry. 1985 Prefacio a la Edicion Mexicana In **Una lectura política de "El Capital**". México D.F: Fondo de Cultura Econômica.

CLEAVER, Harry. 1992. The Inversion of Class Perspective in Marxian Theory: from Valorization to Self-Valorization in W. Bonefeld, R. Gunn and K. Psychopedis (eds) *E***ssays on Open Marxism**, London: Pluto Press, 1992, pp. 106-144.

CLEAVER, Harry. "Kropotkin, Self-valorization and the Crisis of Marxism". **Anarchist Studies**. Vol 2 N2, 1994 Disponível em: https://webspace.utexas.edu/hcleaver/www/kropotkin.html

CONROY, Michael E. 2001. "Can Advocacy-Led Certification Systems Transform Global Corporate Practices? Evidence and Some Theory." **PERI Working Paper** no. 21. http://ssrn.com/abstractp338723.

COOPERATIVA GESTIÓN PARTICIPATIVA, **Diagnóstico del Sector de la Economía Social y Solidaria en Venezuela**, Caracas: ACI AMERICAS, 2009

CONSTANTINO, Alexandre A Economia Solidária e os novos movimentos sociais: um caso paradigmático? in **ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa** 2(2):112-128, julho/dezembro 2007

CORAGGIO, José Luis. "Da economia dos setores populares à economia do trabalho" In: Kraychete, G. Et alli (orgs)**Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000

CORAGGIO, José Luis. El papel de la Economía Social y Solidaria en la Estrategia de Inclusión Social.Ponencia presentada en el Seminario "**Pensando en alternativas para el desarrollo**", Taller sobre Inclusión Social en América Latina y Ecuador., organizado por FLACSO y SENPLADES, Quito, 2007a. Disponível em http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm

CORAGGIO, José Luis. "Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária" In: KRAYCHETTE, G e AGUIAR, K (orgs). **Economia dos setores populares:** sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007b

CORAGGIO, José Luis. (2007c) La economia social y la busqueda de un programa socialista para el siglo XXI. Base de la exposición en el panel "**La economía del socialismo del Siglo XXI**", en el Encuentro "Los socialismos del Siglo XXI", Quito. Disponível em http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm

CORAGGIO, José. 2008 América Latina: necesidad y posibilidades de otra economía . **Otra Economía** - Volumen II - No 2 - 1o semestre/ 2008

CORAGGIO, José; SABATÉ, Alberto. 2010. **Empreendimientos socioeconômicos asociativos:** su vulnerabilidad y sostenibilidad. Universidad Nacional de General Sarmiento, Los Polvorines.

CRUZ, Antonio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade***:* a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul, 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas

CRUZ, A. Rede Justa Trama: os fios e os tecidos de uma cadeia produtiva na economia solidária. In: MORAIS, L.; BORGES, A. (Org.). **Novos paradigmas de produção e consumo:** experiências inovadoras. São Paulo: Instituto Pólis, 2010. p. 235-386.

de la CRUZ, Rafael. Os novos movimentos sociais: encontros e desencontros com ademocracia in SCHERRER-WAREN e KRISCHKE (orgs). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul Editora Brasiliense, São Paulo, 1987

DiMAGGIO, Paul **The Twenty-First Century Firm:** Changing Economic Organization in International Perspective, Princeton University Press, 2003

ELIOTT, J. A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII In BETHELL, Leslie **História da América Latina** vol 1 América Latina Colonial. São Paulo: EDUSP, 1998

ESTEVA, G. Los “Tradifas” o el fin de la marginación In **El Trimestre Economico**, Vol. L(2), Nom. 198, Abril-Junio de 1983, pp. 733-7691

ESTEVA, G. Presentación In **Una lectura política de “El Capital”**. México D.F: Fondo de Cultura Econômica. 1985

ESTEVES, E. **Sócio, trabalhador, pessoa:** negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo

FARIA, Maurício Sarda de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária:** avatares do trabalho e do capital, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

FAUSTO, Boris. & DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina:** um ensaio de história comparada (1850 – 2002). São Paulo : Editora 34, 2004
.
FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), “**IV Plenária Nacional de Economia Solidária** – Relatório Final”, 2008. Disponível em:
http://www.fbes.org.br/index.phpoption=com_docman&task=cat_view&gid=379&Itemid=216

FLIGSTEIN, Neil – **The Architecture of the Markets** – N. J. Princeton University Press, 2001

FRANÇA-FILHO, Genauto. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação . Civitas – **Revista de Ciencias Sociais**, Porto Alegre n.01 pp.155-174, 2007.

FPDS. *¿Que es el Frente Popular Darío Santillán?* Disponível em: <http://www.frentedariosantillan.org/fpds/index.php?option=com_content&view=article&id=86&Itemid=4>. Acesso em: 14 dez. 2011.

GAIGER, L. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P. ; SOUZA, A. (Org.) **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2003

GAIGER, L. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *C***ADERNO CRH**, Salvador, n. 39. 2003

GARCÍA, Antonio. **Reforma agraria y desarollo capitalista em América Latina**, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2001

GENDRON, Corinne et al. **The institutionalization of Fair Trade:** more than a degraded form of social action. *Journal of Business Ethics*, 2006.

GERMER, C. A 'economia solidária': uma crítica com base em Marx. In: I**V Colóquio Marx e Engels**, 2005, Campinas, SP. Anais do IV Colóquio Marx e Engels, 2005.

GOHN, Maria. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo, 2007

GOMES, Gilmar Godoy. **REDE JUSTA TRAMA - CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO ECOLÓGICO:** AS TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GRAMMONT, J de. **Memória**: Os subversivos de 1978. *Teoria e Debate*, São Paulo.

GRANOVETTER, Mark. “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”. **American Journal of Sociology**, 91:481-510., 1985

GRANOVETTER, Mark “The Impact of Social Structure on Economic Outcomes” **Journal of Economic Perspectives** —Volume 19, Number 1—Winter—Pages 33–50, 2005.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos: Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. , p.128-146, ene./feb. 2012.

GUILLERM, Alan e BOURDET, Ivon. **Autogestão:** uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976

HADDAD, F. ***Sindicatos, Cooperativas e* Socialismo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003

HEMMING, John. Os Índios do Brasil em 1500 In BETHELL, Leslie **História da América Latina** vol 1 América Latina Colonial. São Paulo: EDUSP, 1998

HIRSCHMAN, Albert. **O progresso em coletividade:** experiências de base na América

Latina. Rosslyn: Fundação Interamericana, 1987

HOFFMAN, Andrew *From Heresy to Dogma: An Institutional History of Corporate Environmentalism.* Stanford Business Books., 2001a

HOFFMAN, Andrew Linking organizational and field-level analyses: the diffusion of corporate environmental practice. **Organization & Environment** vol 14 n2, 133-156, 2001b

HOWARD-GRENVILLE, J.; HOFFMAN, A.; BHATTACHARYA, C.B. Who can act on sustainability issues? Corporate capital and the configuration of organizational fields. In: SHARMA, S.; STARIK, M.; HUSTED, B. **Organizations and the Sustainability Mosaic:** Crafting Long-Term Ecological and Societal Solutions. Chapter 8. p. 193- 215. Edward Elgar, Cheltenham and Northampton., 2007.

IANNI, Otavio. **A formação do estado populista na América Latina,** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

ICAZA, Ana Mercedes. Movimentos sociais in HESPANHA, Pedro *et alli* (Org) **Dicionário internacional da outra economia.** Edições Almedina S.A, Coimbra, 2009

JACQUIAU, Christian. **Razões para os protestos do Sul:** Max Havelaar ou as ambiguidades do comércio justo. Lisboa : Outro Modo, Cooperativa Cultural, CRL, 2007

JAKOBSEN, K. El pt en el gobierno o el desafío de mantener las convicciones. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. , p.60-73, jul./ago. 2011.

JAMES, C.L.R; LEE, G.C; CASTORIADIS, C. **Facing Reality**. Bewick Editions, Detroit, 1974

JORNAL COMBATE, ano 1, no 6, 1974
.
JORNAL COMBATE, ano 1, no 8, 1974.

KARNEN, Hartmut. Movimento Sociais: revolução no cotidiano in SCHERRER-WAREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (org). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul Editora Brasiliense, São Paulo; 1987

KASMIR, Sharryn. O Modelo Mondragón como discurso pós-fordista In: LIMA, Jacob (org) **Ligações perigosas:** trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo: Annablume, 2007.

KLEIMAN, F. Transformações políticas: Reflexões sobre o estabelecimento de uma política pública federal para a economia solidária. In: MELLO, S L de; SÍGOLO, V M; BARBIERI, E M. **Economia Solidária e Autogestão:** Encontros Internacionais vol.2. São Paulo: Nesol-usp; Itcp-usp, 2007. p. 107-116.

KRAYCHETE SOBRINHO, G. . Economia popular solidária: paisagens e miragens. **Cadernos do CEAS (Salvador)**, v. 1, p. 13-26, 2007

KROPOTKIN, P. 1987 **Mutual aid, a factor of evolution**. Londres: Freedom Press.

LACERDA, L. F. B. **Governar-se para quê?** As práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários: o caso da cadeia produtiva de algodão ecológico Justa Trama. 2009. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

LAVACA. **Sem patrão** – Fábricas e empresas recuperadas por seus trabalhadores. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2011

LECHAT, N.M.P. 2004. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil.** Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 392 p.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of everyday life.** Londres – Nova Iorque: Verso, 2002

LEFORT, Claude. **A invenção democrática***.* São Paulo: Brasiliense, 1987

LENGUITA, P. Revitalización desde las bases del sindicalismo argentino. **Nueva Sociedad,** Buenos Aires, p.137-149, mar. 2011.

LÉVESQUE, Benoit. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas** v. 47 n.2 pp.49-60, 2007.

LIMA, J. C. . Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial. In: LIMA, Jacob C.. (Org.). **Ligações perigosas**: trabalho flexível e trabalho associado. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2007, v. 1, p. 127-169.

LIMA, J. C. . Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), v. 12, p. 158-198, 2010.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **Os equívocos da excelência:** as novas formas de sedução na empresa. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

LINERA, Alvaro. Autonomías indígenas y estado multicultural. Una lectura de la descentralización regional a partir de las identidades culturales, La descentralización que se viene, **Descentralización y Participación** nº 6, Friedrich Ebert Stiftung-ILDIS, La Paz, 2005

LISBOA, Armando de Melo. “Mercado e Economia Solidária” *in* Scherer-Warren, I. e Ferreira, J (orgs). **Transformações sociais e dilemas da globalização:** *um diálogo Brasil/Portugal, S*ão Paulo: Cortez, 2002

LISBOA, A.M. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites. **RAE. Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.

LISBOA, Armando. (2008) A atualidade de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico. **Otra Economía** - Volumen II - No 3

LUGON, Clovis. **A República Guarani.** São Paulo: Expressão Popular, 2010

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução** (1900). Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm

MAGNANI, E.. **El cambio silencioso**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.

MARCH, James. The business firm as a political coalition. **The Journal of politics,** Volume 24 Issue 4, 662-678, 1962

MARCOS, V. 2005. A construção do território camponês entre velhas e novas utopias. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina.** São Paulo: USP.

MARX, K. 1844. Manuscritos Econômico-Filosóficos http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm

MARX, K. 1864 Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm

MARX, K. 1875 Crítica ao programa de Gotha. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm

MARX, K. 1986. **O Capital** São Paulo: Nova Cultural.

MARX, K. A guerra civil na França. In: MARX, K. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008 vII

MARIÁTEGUI, José Carlos. “O problema indígena na América Latina”. In Lowy, Michael (org), **O marxismo na América Latina**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006

MARINI, Rui Mauri. **Dialética da dependência** / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini, PetrópolisVozes: Buenos Aires: ClLACSO, 2000

MARTUSCELLI, D. Gramsci e Althusser como críticos de Maquiavel. **Revista de Sociologia e Politica.** Vol.16 Curitiba Aug. 2008

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002

METELLO, D. G. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias:** o caso da Justa Trama: cadeia solidária do algodão agroecológico. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MONDADORE, Ana Paula. (2007) As fases e faces de uma cooperativa autogestionária. In:LIMA, Jacob (org) **Ligações perigosas**: trabalho flexível e trabalho associado. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2007, v. 1

MONEDERO, Juan. Economía social en Venezuela: entre la voluntad y la posibilidad in **Otra Economía** - Volumen III - No 5 - 2o semestre/ 2009

MOTHÉ, D. **Militant chez Renault,** Paris, Seuil, 1976
MOTHÉ, Daniel. “Balanço crítico do conceito de autogestão na França”. MELLO, S.L. (org). **Economia solidária e autogestão:** encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005

MOTHÉ, Daniel. “Autogestão” in HESPANHA, Pedro *et alli* (Org) **Dicionário internacional da outra economia.** Edições Almedina S.A, Coimbra, 2009

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Atlas da Economia Solidária no Brasil.** Brasília: MTE, 2006

MINTZ, Frank. **Autogestión y anarcosindicalismo en la España revolucionaria**. Madri: Traficantes de Sueños, 2006

MU: el periódico de lavaca. Buenos Aires, Marzo de 2007

MUÑOZ, Sandra e SOLANO, Henry. La economía comunitaria en la nación aymara. Una ética para la reproducción de la vida In **Otra Economía** - Volumen III - No 5 - 2o semestre/ 2009

NAKANO, Marilena. (2003) Anteag: a autogestão como marca In: SINGER, P. ; SOUZA, A. (Org.) **A Economia Solidária no Brasil.** São Paulo: Contexto. 2003

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e economia solidária. In.: **Democracia e Autogestão. Revista Temporaes** / Departamento de História, FFLCH/USP. Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas; FFLCH, 1999. pp. 97-145.

NASCIMENTO, Cláudio “Autogestão: palavra e idéia.” In MELLO, S.L et alli (orgs), **Economia Solidária e autogestão:** encontros internacionais – vol 2. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007

NASCIMENTO, Cláudio. Do ““BECO dos SAPOS” aos CANAVIAIS de CATENDE”, 2006. Disponível em: http://www.mte.gov.br/geral/publicacoes.asp?viewarea=ecosolidaria

NETO, S e GIANNOTTI, V. **Para onde vai a CUT?** 1993. Scritta – São Paulo

NO CHAINS. **About us.** Disponível em: <nochains.org/about-us>. Acesso em: 10 out. 2011.

NOVAES, Henrique. **O fetiche da tecnologia:** a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular,2007

NOVAES, H. T. ; LIMA FILHO, Paulo Alves de. Uma pedra proto-socialista num colar pró-capital financeiro: notas sobre a política pública de Economia Solidária no Governo Lula.. In: **VI Encontro Internacional de Economia Solidária**, 2008, São Paulo. "Educação, Política e Integração da América Latina",

NOVAES, Henrique. “Qual autogestão?” In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política** n22. São Paulo, 2008

NOVAES, H. T. A autogestão como magnífica escola: notas sobre a educação no trabalho associado. **Revista e-Curriculum** (PUCSP), v. 5, p. 90-126, 2009.

NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. A participação do trabalhador na fábrica: contrastes entre as propostas ensejadas pelo modelo japonês com as propostas autogestionárias. **Sociologias**, n. 24., 2010.

NOVAES, H.T. **O retorno do caracol à sua concha:** alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011

ODA, Nilson. **Gestão e Trabalho em Cooperativas de produção:** dilemas e alternativas à participação. São Paulo: USP, 2001. (dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção).

OLIVEIRA, A. Questões teóricas sobre a agricultura camponesa. In: OLIVEIRA, **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, F. **Crítica a razão dualista.** São Paulo: Boitempo., 2003.

OLIVEIRA, F. M. C. . "Lula en el Labirinto". **New Left Review,** v. 42, p. 5-21, 2007

OLIVEIRA, F de. O avesso do avesso. **Piauí,** Rio de Janeiro, n. , p.0-0, nov. 2009.

OLIVEIRA, Fábio de. Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores. **Psicol. Soc.** [online]. 2007, vol.19,

PEDRINI, Dalila. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos, In: SINGER, P. ; SOUZA, A. (Org.) **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto.

PICOLOTTO, Everton. Novos movimentos sociais econômicos: economía solidária e comércio justo in **Otra Economía** - Volumen II - No 3 - 2o semestre/ 2008

PINTO, João Roberto. **Economia solidária:** de volta à arte da associação. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PLATAFORMA MULTISECTORIAL DE PROMOCION DE LA ECONOMIA SOLIDARIA Y COMERCIO JUSTO DE BOLIVIA (2007). PROPUESTA DE ECONOMIA SOLIDARIA Y COMERCIO JUSTO EN BOLIVIA . Disponível em www.economiasolidaria.org/files/Propuestabolivia020607.pdf

POMAR, V. Balance y desafíos de las izquierdas continentales. **Nueva Sociedad,** Buenos Aires, n. , p.46-59, jul./ago. 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

QUÍJANO, Anibal. **La economía popular y sus caminos em America Latina**, Mosca Azul Editores, 1998.

QUÍJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados** 19 (55), 2005

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção In: SANTOS, B. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-127.

QUÍJANO, Anibal. “Solidaridad” y capitalismo colonial/moderno in **Otra Economía** - Volumen II - No 2 - 1o semestre/ 2008

RÉNIQUE, José Luis. **A Revolução Peruana,** São Paulo: Editora Unesp, 2009

RODRIGUES, Iram. **Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria**. - São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FASE, 1990

ROITTER, Mario. “El sector de cooperativas de trabajo de la Economía Social en Argentina”, 2009. Disponível em: www.unaargentinasolidaria.org/IMG/pdf/Diag_coop_trabajo_de_la_ES_en_Arg2.pdf

ROMANO, P. **The American worker,** Facing Reality, 1969

RUGGERI, Andrés. **Las empresas recuperadas en la Argentina 2010:** informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas por los trabajadores . Programa Facultad Abierta Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires , Buenos Aires., 2011

RUGGERI, Andrés. **Las empresas recuperadas:** autogestión obrera em Argentina y América Latina. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofia y Letras Universidad de Buenos Aires, 2009

RUGGERI, A.. Argentina: la movilización social entre la crisis local y la crisis global. **Veredas:** revista del pensamiento sociológico, Xochimilco, n. 21, p.167-198, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa e RODRÍGUEZ, César. “Para ampliar o cânone da produção” In SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SATO, L. . Psicologia e Organizações. **Psicologia e Sociedade** (Impresso), São Paulo, v. 11, n. 2, p. 9-22, 1999.

SATO, Leny. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5,Oct. 2002

SATO, Leny; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. CONTRIBUINDO PARA DESVELAR A COMPLEXIDADE DO COTIDIANO ATRAVÉS DA PESQUISA ETNOGRÁFICA EM PSICOLOGIA. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2001.

SATO, L. ; BERNARDO, M.H; OLIVEIRA, F. Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. **Psicología para América Latina**, v. 15, p. 1-14, 2008.

SCHAFFER, Mark. “Worker Participation in Socialist and Transitional Economies” In JOSSA, Bruno **The economic theory of socialism and the labour-managed firm:** markets, socialism, and labour management. Cheltenham: Brookfield, 1997

SHANIN, T. **Naturaleza y lógica de la economia campesina***,* Barcelona: Anagrama., 1976.

SHANIN, T. Chayanov's message: illuminations, miscomprehensions, and the contemporary “development theory” In: CHAYANOV, A **The theory of peasant economy.** Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1986.

SHANIN, T. **Late Marx and the Russian Road:** Marxism and 'The Peripheries of Capitalism,' New York: Monthly Review Press, 1983

SCHERRER-WAREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (org). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul Editora Brasiliense, São Paulo; 1987

SIDICARO, R.. El partido peronista y los gobiernos kirchneristas. **Nueva Sociedad,** Buenos Aires, n. 234, p.74-94, jul./ago. 2011.

SINGER, P. A recente ressureição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-127.

SIGOLO, V. **Trabalho em movimentação ’ação’:** a formação de movimentos sociais de economia solidária no Brasil e na Argentina pós-90 . 2007 Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo

SILVA, Cristiane A. Fernandes da. A gestão de si na reinvenção das normas: práticas e subjetividade no trabalho. **Saude soc.**, São Paulo, v. 17, n. 4,Dec. 2008

SINGER, Paul. **Uma utopia militante:** Repensando o Socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998

SINGER, Paul. “Autogestão e o Socialismo: Oito Hipóteses para a Implantação do Socialismo via Autogestão” In: OLIVEIRA, Paulo Salles (org.), **O Lúdico na Cultura Solidária**, São Paulo: HUCITEC, 2001

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Aramo, 2002a

SINGER, P. (2003) Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. ; SOUZA, A. (Org.) **A Economia Solidária no Brasil.** São Paulo: Contexto.

SINGER, Paul. “Introdução” in MELLO, S.L.(org). **Economia solidária e autogestão:** encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005

SINGER, Paul. Uma discípula de Marx que ousava criticar Marx In. LOUREIRO, Isabel (Org.) **Socialismo ou barbárie:** Rosa Luxemburgo no Brasil, 2a edição: São Paulo, 2009

SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 88,Dec. 2010

SINGELMANN, Peter. Rural Collectivization and dependent capitalism: the Mexican collective ejido in **Latin American Perspectives** vol5 n3 disponível em http://www.jstor.org/stable/2633141

Spink, P. K. “O pesquisador conversador no cotidiano” In **Psicologia & Sociedade**; 20, Edição Especial: 70-77 2008

SOLER, Juan. La perspectiva decolonial y sus posibles contribuciones a la construcción de Otra economía in **Otra Economía** - Volumen III - No 4 - 1o semestre/ 2009

SOUZA, André. As organizações de economia solidária com origem católica progressista. In: IV Encontro Internacional de Economia Solidária, 2006, São Paulo. Programa e resumos do **IV Encontro Internacional de Economia Solidária**. São paulo : NESOL-USP, 2006

SOUZA, André Ricardo de. **Igreja, política e economia solidária***:* dilemas entre a caridade, a autogestão e a teocracia. 2006. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Fflch, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SVAMPA, M. Argentina, una década después: Del «que se vayan todos» a la exacerbación de lo nacional-popular. **Nueva Sociedad***,* Buenos Aires, n. , p.17-34, set/oct. 2011.

SVAMPA, M; PEREYRA, S. **Entre la ruta y el barrio:** la experiencia de las organizaciones piqueteras. 3. ed. Buenos Aires: Biblos, 2009.

STAVENHAGEN, Rodolfo Capitalism and the peasantry in Mexico in **Latin American Perspectives** vol5 n3 disponível em http://www.jstor.org/stable/2633140

TAUILE, José Ricardo et alli, **Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas***:* relatório final, junho de 2004, Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005

TAUILE, J. R. “Do socialismo de mercado à economia solidária.” In: *R***evista de Economia Contemporânea**, 2002.

TELLES, V S. A "nova questão social" brasileira:: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. **Caderno Crh**, Salvador, n. , p.85-110, 1999.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, São Paulo: Editora Polis, 1985

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação,** São Paulo: Cortez, 1992

TIRIBA, L. **Economia popular e cultura do trabalho:** pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Unijuí, 2001.

TORRES, Arturo e GOMES, Rosemary (2009). Comercio Justo y Solidario en América Latina. ***El Comercio Justo en España 2008. Canales de importación y distribución***.VV.AA., Barcelona: Icaria.

TOURAINE, Alain, **Palavra e sangue:** política e sociedade na América Latina, São Paulo: Trajetória Cultural, 1989

TRAGTENBERG, Maurício, "Uma prática de participação: As coletivizações na Espanha (1936/1939)." In: **Participação e participações**. ensaios sobre autogestão. São Paulo : Babel Cultural, 1987.

TRAGTENBERG. M. 2006. **Burocracia e ideologia**, São Paulo: UNESP

TRAGTENBERG. M. 2007. **A revolução russa**, São Paulo: UNESP

TRAGTENBERG, Maurício, **Reflexões sobre o socialismo**, São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**, São Paulo: Editora UNESP, 2009.

VENOSA, Roberto (Org). "A evolução da participação nas organizações autogeridas iugoslavas." In: **Participação e participações**. ensaios sobre autogestão. São Paulo : Babel Cultural, 1987.

UNISOL BRASIL. *História.* Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/historico/>. Acesso em: 05 set. 2010.

VIANA, Nildo. Marx e a Essência Autogestionária da Comuna de Paris. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 10, p. 56-66, 2011.

VIEIRA, Fabiano. **Coerência e aderência da economia solidária:** um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul**,** 2005. 456f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade de São Paulo, São Paulo

VIEITEZ, Candido e DAL RI, Neusa. **Mudança social na América Latina, trabalho associado e educação**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2009

VERA, G. Las assambleas llegaron para quedarse. In: QUÉ son las asambleas populares Buenos Aires: Ediciones Continente, 2002. p. 109-116.

VERARDO, L. ANTEAG 15 anos: Refletindo Sobre a Organização. **Boletim Informativo Anteag***,* São Paulo, p. 8, 2008.

VIOLA, Eduardo e MAINWARING, Scott. 1987. Novos movimentos sociais: cultura política e democracia in SCHERRER-WAREN e KRISCHKE SCHERRER-WAREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (org). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul Editora Brasiliense, São Paulo; 1987

VOIVODIK, M. **Os desafios de legitimidade em sistemas multissetoriais de governança:** uma análise do Forest Stewardship Council. (2010) 127f. Dissertação Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – PROCAM. Universidade de São Paulo, São Paulo

WACHTEL, Nathan. Os Índios e a Conquista Espanhola in BETHELL, Leslie **História da América Latina** vol 1 América Latina Colonial. São Paulo: EDUSP, 1998

WETZEL, Tom, "Looking back after 70 years", 2006. Disponível em http://www.zmag.org/znet/viewArticle/3446

WILKINSON J. Fair Trade: Dynamic and Dilemmas of a Consumer Oriented Global Social Movement. *In:* **Journal of Consumer Policy**, *vol. 30, no.3, September, 219-239, 2007.*

WILKINSON, John. Economic and Agrofood Studies in Brazil. **Economic sociology the european electronic newsletter** v11 n2, 2010, 3-10, 2010.

WILLIAMSON, Oliver. **The Economic Institutions of Capitalism:** Firms, Markets, Relational Contracting. The Free Press, New York, 1985.

Wyczykier, Gabriela. **De la dependencia a autogestión laboral.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009

ZAMAGNI, Stefano e ZAMAGNI, Vera. **Cooperative Enterprise:** facing the challenge of globalization**.** Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2010

ZIBECHI, R. **Genealogia de la Revuelta:** Argentina: la sociedad en movimiento. La Plata, Letra Libre, 2003

ZIBECHI, R. **Territorios en resistencia:** cartografia política de las periferias urbanas latinoamericanas. Buenos Aires: La Vaca, 2008.

ZIBECHI, R. **Política y miseria:** una propuesta de debate sobre la relación entre el modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progresistas. Buenos Aires: La Vaca, 2011.

Documentos Consultados: La Alameda – Buenos Aires
Caderno de Formação Sindical: Uníón de Trabajadores Costureros: n.04 - 2008
Panfleto: No-Chains, Un mundo sin exclavos. 2011
Panfleto: Asamblea Barrial La Alameda
Panfleto: Trabajadores recuperan Soho y Lacar, Unión de Trabajadores Costureros, 2011